

# CEsA

*Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento*  
Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

Colecção

*Documentos de Trabalho*

*nº 92*

Joana Pereira Leite e Nicole Khouri

## **História Social Económica dos Ismailis de Moçambique – século XX**

Lisboa  
2011



*O CEsA não confirma nem infirma  
quaisquer opiniões expressas pelos autores  
nos documentos que edita.*

**História Social Económica dos Ismailis  
de Moçambique – século XX**

Julho, 2011

**Joana Pereira Leite (CEsA/ISEG)**  
**Nicole Khouri (CEMAF/ Univ. Paris 1)**

**CEsA**  
**Centre of African and Development Studies**  
**Faculty of Economics and Management**  
**Technical University of Lisbon**

# ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	4
A instalação em Moçambique .....	5
Da Invisibilidade ao interesse do colonizador pelos ismailis .....	5
Um olhar da comunidade Ismaili sobre si própria: dos pioneiros aos comerciantes proeminentes a sul do Save no imediato pós guerra .....	7
I O SUL: RONDANDO A FRONTEIRA SUL-AFRICANA.....	10
a) Contexto da fixação e da mobilidade indianas no espaço a sul do Save : XIX e XX coloniais.....	10
a.1 O «Eldorado» sul africano oitocentista e as primeiras décadas da colonização portuguesa .....	10
a.2 A demografia na emergência do Estado Novo .....	12
a.3 O desenvolvimento dos negócios a Sul do Save no contexto do Estado Novo .....	14
b. A trajectória dos comerciantes Ismaili a sul do Save: contingência, adaptabilidade e mobilidade .....	16
b.1 De Inhambane à Capital .....	17
Família Sacoor (Inhambane/Jangamo/LM) .....	17
Família Karmali Habib Jethá ( Inhambane / Lourenço Marques/ Tanninga ).....	21
Famílias Tharani/ Hemerage (Inhambane/ Lourenço Marques).....	24
B.2 Os negócios em Lourenço Marques .....	31
Família Ahmad Karmali.....	31
Família Keshavjee.....	33
Família Gulamhussene Giná .....	34
Família Merali Ismail .....	43
II- O NORTE: O PERCURSO NAS «TERRAS FIRMES» E AS SOLIDARIEDADES MERCANTIS COM A ÍNDIA .....	49
a.2 Fundamentos de acumulação e da mobilidade indianas .....	51
a.2.1 Os rendimentos do caju a partir das estatísticas do comércio externo.....	51
a.2.2 A infra-estrutura ferro-rodoviária: do litoral da Macuana às margens do Lago Nyassa .....	58
b)Trajectórias dos comerciantes ismailis no país Macua .....	60
b.1 Trajectórias de fixação ligadas ao Caminho de Ferro: .....	60
Família Mamade Hussene .....	60
Família Alibay .....	63
Família Valimamade Jamal .....	67
b.2 Trajectórias de fixação ligadas à economia do caju: .....	69
Família Remtula.....	69
Família Popat.....	77
c) Nampula, a cidade dos sonhos, nexus espacial e temporal .....	82
III- CONCLUSÃO .....	94
ANEXOS .....	98
NOTA INTRODUTÓRIA À LEITURA DOS NOMES NOS ANUÁRIOS .....	98
MAPAS .....	103
QUADROS .....	0
FONTES.....	0

## INTRODUÇÃO

A historiografia recente em torno da presença indiana em Moçambique e nos territórios da África Oriental e Centro Oriental é unânime em evidenciar a sua vocação comercial no contexto da ocupação colonial dos séculos XIX-XX.

No caso de Moçambique as fontes documentais disponíveis do tempo da colonização portuguesa atestam a sua importância quer no mundo rural, assegurando a monetarização dos produtos da agricultura africana, essenciais à manutenção da economia de exportação colonial, quer na dinamização de um segmento importante do comércio de retalho em contexto urbano, direccionado a um espectro amplo e heterogéneo de consumidores que estruturavam o mercado interno no tempo colonial.

As análises inspiradas em tais fontes privilegiam um enfoque macro histórico da acção e inscrição espacial daqueles agentes económicos e raramente dão conta da natureza heterogénea das comunidades indianas em contexto moçambicano, do ponto de vista religioso e sócio económico. Esta sua invisibilidade respeita a práticas económicas que lhes são próprias, os processos que conduzem à sua integração na sociedade colonial, e oculta também a natureza das relações existentes no seu seio ou resultantes da sua interacção com as sociedades africanas, os agentes económicos europeus e a administração colonial. O que evidencia a necessidade da construção de uma nova história da colonização a partir do testemunho dos membros das diferentes comunidades indianas originárias de Moçambique permitindo alargar e enriquecer a visão redutora das percepções holísticas consagradas pela historiografia económica da colonização, a partir do único recurso a fontes escritas.

Foi a intenção de responder a este desafio que nos conduziu a recolher narrativas de memória junto a membros da comunidade indiana Ismaili, presentes em Moçambique no período colonial do Estado Novo (1930-74).

Os discursos produzidos pelos ismailis sobre a vida económica situam-se entre duas polaridades : por um lado remetem para um mito de representação de si que sublinha a resiliência das famílias pioneiras face às vicissitudes do percurso em terras africanas. Por outro, manifesta-se a visão, de maior actualidade, que atribui o seu dinamismo e sucesso empresarial à especificidade de uma sólida organização comunitária, ancorada na fidelidade a Aga Khan, líder supremo e responsável pela sua orientação religiosa e económica. Em torno destas visões se organiza e transmite a sua memória do passado.

Ora acontece que o questionamento dos actores, uma vez afastada a tentação de uma visão triunfalista que lhes atribui um sucesso linear, dá-nos conta de uma história micro económica, atravessada por múltiplos desafios e contingências, a qual não se distingue substancialmente da trajectória vivida por indianos de outras comunidades.

Se o efeito desta dimensão económica não se limita à manifestação de uma racionalidade mercantil abstracta, desvinculada dos quadros institucionais pré-existentes, das relações sociais e dos laços comunitários, ela deve então ser apreendida enquanto *«facto social Global»*. O que nos remete, por um lado, para o contexto da colonização portuguesa em Moçambique, definidor tanto das oportunidades de inserção como das trajectórias socioeconómicas das comunidades indianas, e ismailis em particular. Por outro, para as articulações que o económico estabelece seja com as solidariedades matrimoniais e comunitárias seja com a sociedade colonial nas suas múltiplas componentes.<sup>1</sup>

São estas múltiplas dimensões do económico que nos permitirão enraizar as trajectórias individuais e familiares numa grelha simultaneamente Micro e Macro Económica.

Por um lado é pela sua inserção nestes quadros que se lhes confere inteligibilidade. Por outro, o desafio de uma nova leitura, visando abrir a caixa negra do enfoque macroeconómico, que reduz os comerciantes indianos a

---

<sup>1</sup> Goody, J. (1996) *The East in the West*. Cambridge U Press. ; Lachaier :«Le capitalisme lignagier assigné aujourd’hui : Les marchands Kutchi Lohana du Maharashtra» in *Annales, Économies Sociétés, civilisations*, vol 47, nº4, 1992, pp 865-888

uma entidade abstracta, leva-nos a cruzar a substância viva das narrativas de memória que as trajectórias consagram, com o testemunho reavaliado de fontes documentais, salientando pormenores inéditos das trajectórias dos membros da comunidade Ismaili de Moçambique.

### *A instalação em Moçambique*

Importa sublinhar que, à partida, apenas algumas famílias provinham de uma tradição comercial. Originárias na sua maioria do meio rural indiano, e sobretudo do Gujate, estranhas eram ao mundo do comércio e à sua cultura. No entanto, uma vez em Moçambique, os ismailis iriam dedicar-se à actividade mercantil por ser este o único nicho profissional que então lhes era acessível na colónia.

Os pioneiros chegam por volta de 1890 e o essencial dos migrantes, entre 1910 e 1920. É possível afirmar, a partir das fontes orais (dado que não dispomos de qualquer estatística) que a migração se estabiliza em 1930 momento em que presença Ismaili a Norte é da ordem dos 1000 indivíduos e 500, a Sul da colónia. Na região setentrional, entre os rios Ligonha e Lúrio, instalam-se quer na vilas do litoral, Angoche, Ilha de Moçambique, e Nacala, quer nas povoações situadas mais a interior do país Macua, como em Nampula, seguindo a linha de caminho de Ferro, que a partir dos anos 50 ligaria o Porto de Nacala às terras do Niassa, ou onde a acessibilidade era assegurada pela rede rodoviária. Quanto à zona meridional do território, os súbditos de Aga Khan estabelecem-se a Sul do rio Save, sobretudo em Inhambane e meio rural circundante, e também na capital da Colónia. Entre estes dois pólos, actuam quer nas margens do Índico quer nas áreas mais próximas da fronteira sul-africana.

As duas sociedades, a do Norte e a do Sul eram bem diferentes, e ténues as relações que entre elas se estabeleciam, dadas as distâncias e a raridade das vias e dos meios de transporte terrestres entre tão distantes latitudes. A navegação de cabotagem e o transporte aéreo eram no tempo colonial a maneira mais expedita de assegurar a mobilidade dos homens e das mercadorias ao longo dos 2000 Km que separavam o Rovuma da baía do Espírito Santo, outrora Delagoa Bay. Mas, nesta época de modernidade e aceleração da história, em que a navegação no Índico Ocidental já não dependia do ritmo das monções, nem todos se podiam dar ao luxo de substituir as velas por assíduas viagens a vapor ou cruzando os ares. O sul mais moderno e enfeudado à dinâmica da economia mineira e de transportes que a integração regional com a vizinha África do Sul potenciava, induz à expansão de uma infra-estrutura urbana e de comunicações entre Lourenço Marque, Joanesburgo e Pretória. Na capital, as relações entre os diferentes grupos são fortemente influenciadas pelo modelo vizinho do *apartheid* o que não deixa de engendrar certos comportamentos de repúdio por parte da comunidade Ismaili aí instalada. O Norte, terreno onde a ordem colonial sempre teve dificuldades em fazer aplicar a lei e em que a influência das missões católicas era forte, é deixado ao arbítrio dos governadores, administradores e funcionários os quais estabelecem vínculos particulares com os ismailis, de relações paternalistas aos laços de apadrinhamento, o que permite aos últimos sobreviver num clima hostil a troco de uma certa cumplicidade nos negócios.

### *Da Invisibilidade ao interesse do colonizador pelos ismailis*

Raras são as referências aos ismailis nas fontes documentais e análises históricas do tempo da colonização portuguesa.

Com efeito, o acesso às diferentes fontes primárias ou secundárias actualmente disponíveis nos arquivos em Portugal e Moçambique (sejam os relatórios produzidos pela administração, anuários, boletins oficiais jornais ou periódicos) não facilitam a tarefa do historiador empenhado em desvendar a espessura existencial desta comunidade em tempo colonial. Só os mais avisados conseguem adivinhar a presença ismaili a partir dos nomes dos comerciantes ou dos raros registos em que diversidade da comunidade asiática é sublinhada <sup>2</sup>. De resto os ismailis

---

<sup>2</sup>Quando , por exemplo se faz referência aos *cojas* do distrito de Moçambique, identificados como foreiros, juntamente com os “*baneanes, batias os mouros*” ... ou quando se propõe “*que as chaves dos cemitérios dos mouros e dos cojas estejam sempre na posse do Guarda do*

raramente se distinguem de outros indianos muçulmanos e apenas ganham alguma inteligibilidade, através de esparsas referências ao seu chefe espiritual, Aga Khan, nem sempre estabelecidas nos termos mais elogiosos.<sup>3</sup> O que nos dá a medida do desconhecimento ou da invisibilidade deste «outro» oriental não apenas por parte dos historiadores e analistas sociais como também dos autores do discurso oficial, jornalístico ou prosaico produzidos durante o tempo da colonização.

Mesmo assim, importa talvez sublinhar o interesse da administração portuguesa, quando ainda decorriam as guerras de ocupação do território em Moçambique, em produzir uma “*Estatística dos indivíduos de religião Mahometana* “. Em circular datada de 20 de Dezembro de 1906, instruíam-se os chefes de circunscrição para que organizassem listas que indicassem “*o número, a nacionalidade, organização religiosa, associações dos Chiitas e sunitas existentes*”. A informação enviada ao governador do Distrito de LM a 22 de Março do ano seguinte ofereceu-nos a primeira “estatística oficial” dos ismailis residentes no território, e talvez a única disponível em todo o século XX colonial.

<b>Estatística dos Indivíduos de Religião Mahometana</b>					
<b>Distrito de Lourenço Marques (1907)</b>					
	<b>Portugueses</b>		<b>Inglese</b>		
	<b>Chiitas</b>	<b>Sunitas</b>	<b>Chiitas</b>	<b>Sunitas</b>	
<b>Circunscrição LM</b>	10	424	14	516	
<b>Circunscrição Manhiça</b>	1	0			
<b>Circunscrição Sabié</b>	1	39	0	68	
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>463</b>	<b>14</b>	<b>584</b>	

**Fonte:** AHM/ Direcção Geral de Fomento Colonial- sobre as pessoas de religião mahometana (1906). in AHM nº 2543-44 ( Março 35).

De notar que esta inédita “avaliação demográfica” não apresenta qualquer outro registo sobre a presença de chiitas na colónia. Naturalmente que não se trata aqui de evidenciar o irrealismo dos números resultante da patente dificuldade manifestada pela administração em inquirir para além do sul Save, numa época em que o centro e extremo norte do território era espaço controlado por estrangeiros e o distrito de Moçambique se encontrava por pacificar.<sup>4</sup> O que importa realçar a partir desta estatística irrealista é o intuito que ela revela de apreender a

*Cemitério de S. Francisco Xavier*”, in I Correspondência expedida durante a inspecção ordinária na província do Niassa nos anos 1938-40 , cartas 10/11/1938( vol I) e 27/9/38 I SANI(AHM), caixa 93 vol I e II .

<sup>3</sup> A avaliar pelo teor do relatório da Inspeção ordinária às circunscrições do distrito de Moçambique 1936-37 , da autoria do Inspector Administrativo capitão Armando Eduardo Pinto Correia : cap VII Posto da Lunga:”” *O chefe de posto, homem já pesado e idoso...declara-se isolado entre uma população que o olha com reserva, porque se habituara aos longos interregnos de chefia na Lunga e porque vive num ambiente de intensa religiosidade maoemetana ou Cojà.....fala-me de grandes festas anuais- as tiquiri- às quais é de uso concorrerem determinados indígenas, muitos vindos de fora da circunscrição , da Ilha de Moçambique, de Mongincual e Nacala....Durante semelhantes reuniões de iniciados juntam-se donativos, que em parte são reservados para o opulento Aga Khan e para a mulher francesa com quem se passeia pelo mundo , o opulento cabecilha dos cojas pp 99, 100, 101 ”ISANI (AHM) 1936-37 Caixa 76 vol I*

<sup>4</sup> Aliás , não era em vão que o ofício do GG da colónia ao Ministro e *Secretario d’Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar*, datado de 24 de Janeiro de 1908, dando conta “*dos mapas estatísticos do número aproximado de indivíduos da religião Mahometana existentes nos territórios de Manica e Sofala e nos distritos de Inhambane e Lourenço Marques, salientava que “ Não remeto a V.Exa os elementos respeitantes ao Distrito de Moçambique por não existirem nas capitánias-mores elementos seguros para se poderem fornecer quaisquer dados estatísticos , visto não terem sido feitos recenseamentos da população.....e quanto a Tete e aos territórios de Cabo Delgado, o mesmo sucede, podendo,*

comunidade muçulmana na sua diversidade. Esta intenção de abertura a mundo do oriente, manifestada pela administração portuguesa, na alvorada da colonização do século XX, viria a ser a partir de então progressivamente auto-reprimida até finais dos anos 50, sobretudo a medida que se instala o modelo colonial do Estado Novo.

No que respeita a historiografia colonial seria necessário esperar pelos anos 60, momento de contestação da presença portuguesa em África e no estado da Índia, para que surja um breve opúsculo da autoria de Domingos José Soares Rebelo (1961), ensaiando uma tímida incursão sobre a presença sócio económica dos «*maometanos Shias*» em Moçambique. Procurando salientar, a partir de uma tentativa frustrada de recolha de fontes orais junto a membros da comunidade, alguns elementos dos seus traços distintivos face ao conjunto dos indianos da colónia, são mesmo assim relevantes os elementos que nos deixa, a partir de fontes próximas de Aga Khan: dos 1750 ismailis de ambos os sexos residentes na época em Moçambique, 1250 vivem no norte e 500 ao sul, sendo 80 % nascidos no território e por consequência, e segundo as lei da nacionalidade em vigor, cidadãos portugueses descendentes «*dos colonos pioneiros que entraram na província nos últimos anos da nona década do século findo..... é raro descobrir famílias de 3 gerações de fixação*»<sup>5</sup>.

Não é de estranhar que, também nessa altura, tenha o Governo português interpelado a Administração da colónia de Moçambique com intuito de obter «*elementos informativos acerca d a acção dos indianos na província*». Assim, no texto encomendado em 1961 à  *Direcção dos serviços de Economia*, é manifesta a intenção de «*distinguir os ismaelitas de todas as outras seitas*». A avaliar pelo cuidado com que o autor do relatório salienta que o «*Acidente da união Indiana*», ao ocorrer em plena fase de recolha dos elementos, «*provocou uma reviravolta no comportamento a tomar para com o grupo hindustânico....*», e pela cautelosa linguagem com que aí são referidos os súbditos de Aga Khan, tudo leva a crer que uma determinada aliança estratégica se preparava então com a comunidade Ismaili de Moçambique :

« *Participam gostosamente do estilo nacional de vida adoptando os mesmos usos e costumes, integrando-se já em todas as actividades profissionais (operários e essencialmente empregados de comércio), além da tradicional actividade comercial. Oferecem ainda, com preito da sua adesão, não legalmente reconhecida, à Nação portuguesa, a possibilidade de serem utilizados como agentes de entendimento e paz, em relação ao Tanganica e Quénia, onde as suas comunidades são suficientemente influentes para obter de futuros governantes a garantia de relações políticas satisfatórias com Moçambique .....entre eles contam-se dos mais notáveis comerciantes e industriais de Moçambique, com largo convívio social com outros grupos sociais e religiosos.....o abandono do cofio torna-os praticamente indistintos dos participantes da cultura ocidental....*»<sup>6</sup>

### ***Um olhar da comunidade Ismaili sobre si própria: dos pioneiros aos comerciantes proeminentes a sul do Save no imediato pós guerra***

Uma obra publicada na África do Sul em finais dos anos 40 (1949) dá conta da presença Ismaili em África.<sup>7</sup> O excerto **mimeografado** que nos chegou às mãos, consagra particular relevo à visita de Aga Khan III, Sultão Mahomed

---

talvez sem grande erro, dizer-se que, em 1904, existiam nas 9 povoações do concelho do Ibo, 1530 mahometanos” in AHM Direcção Geral de Fomento do Ultramar, Caixa nº 2543 ( Março 35).

<sup>5</sup> Como confessa o autor em termos conclusivos « *um escrupuloso estudo social dos maometanos da seita de Aga Khan em Moçambique é uma tarefa cheia de dificuldades....., não pôde ter acesso a qualquer informação , já publicada, sobre as actividades deste curioso grupo sócio religioso d e indianos.....as entrevistas com os lídimos representantes de algumas gerações da seita Aga Khan não deram êxito, posto que as perguntas a eles dirigidas eram muitas vezes respondidas com certa evasiva ...os indivíduos entrevistados mostraram-se muito reservados quanto às boas intenções do autor....”*”, pag 87 Rebelo, Domingos JS “Breves Apontamentos sobre um Grupo de indianos em Moçambique ( a Comunidade ismaili maometana) “ in *Boletim da sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique*, Ano 30, 128, 1961 pp83-89)

<sup>6</sup> Matos, António Maria “Estudo sobre Indianos” Direcção dos serviços de Economia e estatística geral, 28 de Agosto de 1962 PP42, e p .16

<sup>7</sup> *The Aga Khan and Africa. His leadership and Inspiration, Compiled By Habib V. Keshavjee .No frontespício do excerto mimeografado da obra que nos chegou encontra-se manuscrito o texto seguinte, : “ The Ismaili Muslims, numbering 30 or 40 families, living in Pretoria. These Muslims are followers of the Aga Khan and are under his oversight as their Imam. They enjoy the direction of the Aga Khan’s special African Council, and*

Shah, a Lourenço e Marques e à África do Sul em Agosto de 1945. O Interesse deste opúsculo, ilustrado por um interessante registo iconográfico, é considerável. Não apenas pelo que nos revela sobre a visão que a comunidade pretende dar de si própria por ocasião das celebrações em 1946 do Diamond *Jubilee* do Imamate, mas também pelo testemunho que nos oferece da presença mercantil Ismaili em Moçambique, entre final de oitocentos e meados do século XX.

A primeira informação de relevo respeita a apresentação, à imagem de uma galeria de heróis, dos representantes das famílias pioneiras, estabelecidos sobretudo a sul da colónia entre Inhambane e Lourenço Marques, no contexto da ocupação portuguesa a Sul do Save:

- *Jadavjee Mawjee*, o mais antigo pioneiro, condecorado pelos serviços prestados a Mouzinho de Albuquerque na campanha de Gaza;

- *Os Babool*, através das empresas *Pradhan Babool & Co* e *Noormahomed Rawjee & Co*, indispensáveis ao progresso da colónia e primeiros exportadores de castanha de caju;

- A companhia de *Tarmahomed Savjee*, *Guiga Janmahomed & Vasanji Nanji*, os primeiros a fazer chegar a civilização aos distritos inacessíveis do famoso Gungunhana, o último imperador dos Machanganas;

- *Noormahomed Jiva*, *Devjee Damjee* e tantos outros que se esforçaram para levar o comércio ao interior da colónia;

- Finalmente a única referência explícita de um Ismaili presente a norte da colónia: *Mahomed Bhanjee*, responsável pela dinamização do comércio em todo o distrito de Moçambique

Chamam ainda a nossa atenção os nomes e os retratos de Noormahomed Babool, Rawji Babool Somji Babool (LM e Africa do Sul), Norrmahomed Jiva, Guiga Janmahomed (LM), Jamal Hemraj (Inhambane), dado que evidenciados também nas fontes escritas e orais disponíveis.

A importância que assumem as famílias do Sul, no seio deste grupo de notáveis, leva-nos a inferir numa primeira leitura, que o sucesso da fixação pioneira dos ismailis em Moçambique se associa à vaga migratória que foi atraída à região meridional da colónia, motivada pela proximidade Sul-africana no contexto das oportunidades de negócio aí oferecidas em finais do século XIX. A corroborar esta ideia saliente-se o facto da ocupação portuguesa na região do Sul do Save se ter confirmado em finais do século XIX (1895, queda do Império de Gaza), comparativamente com a tardia « pacificação » do país Macua e costa Swahili, concluídas em 1912. O que terá certamente facilitado e antecipado a migração Ismaili em direcção à região meridional do território, levando-nos assim a relativizar o peso da presença Ismaili no norte da colónia em finais de oitocentos.<sup>8</sup> Plausível será assim admitir que ela se tenha reforçado no decurso das primeiras décadas do século XX, e nomeadamente após o fim da 1ª GM, motivada pela progressão da fixação portuguesa e, sobretudo, pelas expectativas de lucros associados à dinamização do promissor comércio de exportação de castanha de caju para a Índia, cujo arranque data de 1919.<sup>9</sup>

Numa segunda leitura, a questão que se coloca ao historiador, atento aos fragmentos de memória transmitidos pelos membros da comunidade, é a de indagar até que ponto esta invisibilidade dos ismailis pioneiros do Norte, patente neste documento de finais dos anos 40, não traduz o alheamento/ distanciamento por parte das Instituições que estruturam o Imamate (The Aga Khan's special African Council) de um segmento importante da comunidade Ismaili estabelecida em Moçambique. De facto, é bem plausível que os súbditos de Aga Khan, estabelecidos no norte de Moçambique se encontrassem muito mais entregues à sua sorte.

---

*in their way are privileged, as a result of their own endeavors and the help received, in possessing a variety of welfare schemes such nursery schools», in The South African Way of Life, 1949, ED G.H Calpin, p 89 .*

<sup>8</sup> A única excepção foi-nos transmitida por uma fonte oral, cujo avô se teria notabilizado na Pacificação da Macuana.

<sup>9</sup> Pereira Leite, J (1995) A economia do caju em Moçambique e as relações com a Índia: dos anos 20 ao fim da época colonial” in *Ensaios de Homenagem ao Professor Francisco Pereira de Moura*, ISEG/UTL, p. p 631-653 Lisboa, p.640

Com efeito, aos olhos da visão oficial da comunidade, a proeminência económica das famílias do sul colónia impõe-se ainda em finais dos anos 40, se atendermos à visibilidade consagrada na época aos homens de negócio de Inhambane e Lourenço Marques: Jiva Jamal Tharani, filho do pioneiro Jamal Hemraj de Inhambane, e pai de Idriss Jiva Hemrage; Gulamhussen Ismail Giná (LM); Babool ;e Ahmad Keshavjee (LM, e Mukhi da comunidade), entre outros. No entanto, os anuários do pós-guerra (45-50) a atestam a presença Ismaili no Norte da colónia, relevante em termos demográficos mas contudo sem o peso económico das famílias do Sul<sup>10</sup>.

Pela dimensão dos anúncios das casas comerciais, dois nomes sobressaem: Gulamhussen Ismail Giná (LM), proprietário da empresa *Gulamhussen & Ca - Import export, comércio geral, comissões e consignações...*, associados a empresas portuguesas em LM , Portugal e Bombaim, e *Tharani & Companhia Lda.*, dirigida pelo patriarca Jiva Jamal Tharani, grossistas e import export em LM, as quais concorrem em dimensão com o maior comerciante sunita da capital, e por consequência cuidadosamente evidenciado no opúsculo: a prestigiada *Casa Coimbra* de Abdul Sacoor Abdul Latif & Sons. Anúncios de dimensões mais modestas atestam ainda a presença, na cidade de Inhambane, do filho primogénito de Jiva Jamal Tharani, *Idriss Jiwa Hemrage - import export, Comércio geral, retalho e produção colonial*, e no Posto de Jangamo, no mesmo Distrito, a de *Gulamhussene Sacoor Irmão Limitada - comércio geral e import export*; Finalmente em Lourenço Marques, cidade capital, encontramos, com anúncios de dimensão intermédia Ahmed Kesavjee (LM, Móveis, novos e de segunda mão...) Ahmad Devjee& Ca (Comércio Geral e import/export) Banjee Guiga & Son (Retalho, grossista e produtos coloniais) e Hassam Jamal (comércio geral e import/ export).

A partir deste quadro fixado no tempo, procuraremos seguir a trajectória económica dos Ismaili a sul do Save. Trata-se de propor uma outra visão dos factos, ancorada em itinerários individuais e estabelecida a partir da recolha das narrativas de memória junto a descendentes destes, e de outros homens de negócio, inextricavelmente ligados à história de Moçambique durante o século XX colonial.

---

<sup>10</sup> Tal é o caso da família Remthula Keshavjee, do Distrito de Moçambique, cuja presença é assinalada desde 1939 , como veremos adiante: Parte II b.2

### a) Contexto da fixação e da mobilidade indianas no espaço a sul do Save : XIX e XX coloniais

#### a.1 O «Eldorado» sul africano oitocentista e as primeiras décadas da colonização portuguesa

A realidade da inserção de Moçambique na África Austral, a partir da segunda metade do século XIX, estabeleceu as condições favoráveis à fixação das comunidades de origem indiana, e também dos ismailis. Com efeito, toda a região Meridional do território viu o seu destino socioeconómico profundamente determinado pelas relações estabelecidas com os territórios vizinhos. É sabido que, numa primeira fase, as oportunidades económicas, sobretudo em benefício das finanças da colónia, perspectivavam-se em função do desenvolvimento do trânsito de mercadorias entre

Delagoa Bay, futura capital da colónia (1898), e a República Boer do Transvaal, independente em 1852. Posteriormente, a partir dos anos setenta do século XIX, no contexto da revolução económica induzida pelo desenvolvimento da economia mineira no Rand e também pelo arranque da agricultura de plantação na colónia britânica do Natal, fundada em 1845, é a mobilização de mão-de-obra moçambicana para as regiões limítrofes que viria a constituir, e até ao final da colonização portuguesa, recurso económico importante<sup>11</sup>.

O impacto desta revolução económica a sul de Moçambique é inquestionável. Os seus efeitos são marcantes quer ao nível das transformações socioeconómicas vividas pelas sociedades africanas, quer no que respeita às vantagens financeiras que proporciona à ainda frágil administração colonial. Multiplicam-se ainda as oportunidades de negócio para os agentes que na época estruturavam o complexo tecido mercantil da colónia. Vivia-se de facto um momento em que em que à decadência do comércio de escravos e sobretudo de marfim, anunciando a capitulação económica e política do Império de Gaza, sucedia a difusão da Libra esterlina em todo o sul do Save. Seria esta a moeda veicular de um comércio intenso que a dinâmica de inserção regional estimulava, no momento de passagem à colonização portuguesa do século XX<sup>12</sup>.

Sem dúvida que a Gestão colonial portuguesa que em Berlim (1885) veria confirmada os seus direitos históricos sobre o território do Índico Ocidental, de Cabo Delgado a Delagoa Bay (LM), tira todas as consequências políticas do promissor contexto económico que lhe era oferecido na África Austral. É assim que Portugal, uma vez condicionado pelos seus parceiros europeus à ocupação de um vasto território, e consciente dos constrangimentos económicos e políticos que na época comprometiam sua nova tarefa Imperial na África Oriental, reserva para si a

---

<sup>11</sup>No período anterior à revolução mineira do Transvaal ( descoberta do Ouro 1870/71- início da exploração em 1886)) as relações entre Moçambique e os territórios vizinhos perspectivavam-se em função das vantagens que a Delagoa Bay / baía do espírito Santo , oferecia ao trânsito de mercadorias entre o interland e o Oceano Índico. A regulação desta primeira forma integração regional inicia-se em 1817 com o tratado Luso britânico e conclui-se com o tratado de Paz Liberdade e Comércio com a república Boer do Transvaal( 1869), quando o Presidente Pretorius reconhece a soberania portuguesa em Delagoa Bay. Contudo, face à pretensão dos britânicos sobre este espaço , só em 1875 a soberania portuguesa( entre LM e a latitude 26º 30 ' entre o mar e os Montes Libombos) , seria confirmada em arbitragem internacional decidida pela França ( Mac Mahon) . Sobre a génese da economia de transito e emigração ver entre outros, síntese proposta in Pereira Leite, J(1989) *La formation de l'économie coloniale au Mozambique. Pacte colonial et industrialisation. Du colonialisme portugais aux réseaux informels de sujétion marchande .1930-74* . Thèse Doctorat EHESS, Paris.pp 56-71

<sup>12</sup> Rita –Ferreira (1982) *Presença lusoasiática e mutações culturais no sul de Moçambique até 1900*. Lisboa IICT/JICU p. 124 e Pereira Leite J(1996) A Diáspora indiana em Moçambique: Em torno da presença indiana em Moçambique-séc XIX e primeiras décadas da época colonial”, in *Economia Global e Gestão*, nº2/96, Lisboa, pp67-108, e ( 2001) Indo -britanniques et indo.portugais : présence marchande au Sud de Mozambique au moment de l'implantation du système colonial, de la fin du XIX ème siècle jusqu'aux années 1930 “ in *Outre-Mers Revue d'Histoire* 1er semestre 2001,pp 13-37 , p.20

administração directa da região a Sul do Save.<sup>13</sup> O passo seguinte seria a transferência da capital da colónia da Ilha de Moçambique para Lourenço Marques (1898).

Os relatos que nos chegam das últimas décadas de oitocentos testemunham bem o ambiente de mudança que caracterizava o comércio a Sul de Moçambique: “ *As fazendas que iam de Lourenço Marques para o território de Muzila (segundo monarca do Reino de Gaza) à busca de permutação por marfim, vão hoje com muito mais segurança para Bilene, onde a troca se faz por libras esterlinas...O comércio... de Muzila está reduzido hoje à venda de algumas peles aos negociantes do Transval e Natal e à troca de libras que tributa dos seus súbditos que vêm dos portos do sul e de Lourenço Marques*”<sup>14</sup>.

Face a este processo envolvente não é de estranhar que a região de Delagoa Bay e o seu próximo interland constituíssem na época, apesar do clima de insegurança que atravessava grande parte do Império de Gaza, um pólo de atracção crescente para a comunidade mercantil asiática instalada no território, e que, progressivamente, substituía o comércio africano.<sup>15</sup> Mais um relatório de viagem evidencia de forma reveladora a agressividade da intervenção dos agentes indianos: “ *As raças asiáticas no interior dos nossos distritos, logo a meio dia das suas sedes, tornam-se senhores absolutos; em Inhambane é um verdadeiro enxame à caça dos pretos que recolhem do Natal ou de Lourenço Marques por causa das libras que depois mandam para a Índia, onde alcançam grande prémio. Preto que regressa à terra com oiro é logo assaltado por uma horda de mouros e baneanes, que o seduzem por todos os modos até que largue o dinheiro*”<sup>16</sup>.

Come se sabe, no que respeita a actividade comercial, o sucesso da implantação do sistema colonial em Moçambique passava, não apenas pela necessidade de assegurar a extinção definitiva do tráfico clandestino de escravos mas também por criar as condições necessárias ao desenvolvimento do comércio lícito. Um processo que, Sul do Save, e numa primeira fase, assentou sobretudo no comércio do álcool, produzido a partir da cana sacarina<sup>17</sup>. Sem dúvida que neste território, estrategicamente decisivo para a administração portuguesa, mas nesse tempo privado da acção das grandes companhias, condenado a transformar-se numa enorme reserva de mão de obra, em benefício das minas do Rand, e pouco ocupado pelos portugueses, a presença dos asiáticos era incontornável. E, no nosso entender, os dirigentes da época estavam conscientes que estes homens de negócio se haviam tornado indispensáveis na dinamização comercial, tanto em meio rural como nos centros urbanos.

A fixação destes súbditos britânicos tanto em Lourenço Marques como em todo o território a sul do Save, resulta da conjugação de vários factores. Para além da situação vivida na Índia sob colonização britânica, e particularmente no Gujarate de onde são oriundos todos os indianos, tanto as mutações económicas que desde finais do século XIX revolucionam a África Austral, como o contexto de mudança que resulta da implementação da nova gestão colonial, na África Oriental portuguesa, condicionam este movimento. Recordamos ainda que esta vaga migratória direccionada ao sul de Moçambique encontra-se também fortemente relacionada com a conturbada história da integração socioeconómica dos indianos na África do Sul, a partir da segunda metade do mesmo século.

---

<sup>13</sup> Num contexto em que **65% do território Moçambicano era deixado à gestão estrangeira**. Com efeito, duas companhias majestáticas controlariam o **centro** da colónia (25% do território sob Administração da Companhia de Moçambique (sob tutela da British South Africa Company) entre o Sul do Save e o Zambeze, durante 50 anos de 1891- até 1941)) e o **extremo Norte** (25% do Lúrio ao Rovuma, era dado o à Companhia do Nyassa, por 25 anos de 1893a 1928), ambas dominadas por interesses britânicos. Na margem Norte do Zambeze, antigo território dos Prazos da Coroa, 140 concessões eram reservadas a várias companhias estrangeiras, sem poderes majestáticos. **Sob controlo do Estado** e para além do sul do Save(15%), permanecia ainda o *Distrito de Moçambique*, incluindo espaço fronteiro à Ilha de Moçambique, e acosta Swahili entre o Ligonha e o Lúrio, que urgia pacificar, espaço de forte presença mercantil indiana. (10%) e um enclave na Zambézia, o Barué, a Oeste do distrito de Quelimane(10%) in Pereira Leite, J. (1989) pp 33-35

<sup>14</sup> Excerto do relatório da viagem A.Maria Cardoso, de 1882, citado por Rita Ferreira (1982) p. 124,125. Pereira Leite J(2001) pp20, 21

<sup>15</sup> Rita-ferreira (1982) p. 125 Pereira Leite J(2001) p, 21

<sup>16</sup> Comentários de M. Serrano após a sua viagem de 1890, citado por Rita-Ferreira (1982) p.125 Pereira Leite J(2001) p. 21

<sup>17</sup> Sobre a situação económica do Sul do Save na fase de transição a colonização portuguesa do século XX ler Capela, José (1995) *O álcool na colonização do Sul do Save 1860-1920*. Maputo Ed autor, nomeadamente p 7-31. Quanto ao tráfico clandestino de escravos oriundos de Inhambane e vendidos em Zanzibar ver AHM /Fundo do Sec XIX( Governo geral Moçambique)/ Caixa (8-30) / Ofícios do Consul de Portugal em Zanzibar/1882-1890: Doc 128 ; 134 in Pereira Leite,J.(2001) Outre Mers,RFHOM,p29

De facto, tudo indica que a discriminação política e socioeconómica de que são alvo os elementos desta comunidade, durante as primeiras décadas do século, nomeadamente no vizinho Transval, tenha fortemente motivado a sua mobilidade para além da fronteira Sul-africana.<sup>18</sup> (tal como nos confirmam as narrativas de memória)

Note-se, contudo, que já nesta época se conhecem em Moçambique manifestações de repúdio à presença indiana, por parte de certos grupos da sociedade colonial moçambicana<sup>19</sup>. Referimo-nos nomeadamente àqueles que eram os seus mais directos concorrentes, o pequeno comércio a retalho de origem portuguesa, instalado quer no “mato” (nas zonas rurais e designados de “*cantineiros*”), quer na capital, e cujos interesses eram representados pela “Associação Comercial de Lourenço Marques”. No entanto, sabe-se também que, nesta matéria, a posição da Administração colonial portuguesa caracterizou-se sempre por uma grande ambiguidade e inoperância. De facto, à necessidade de moralizar e regular a actividade mercantil dos agentes asiáticos impunha-se o forte sentimento de que a sua acção era imprescindível para o desenvolvimento comercial da colónia. Para além do mais, o facto de grande parte destes comerciantes serem de nacionalidade britânica desmotivava em muito a implementação de uma política de rigor por parte do Governo português. Os imperativos de ordem diplomática, no contexto dos equilíbrios geopolíticos da época, a tal aconselhavam.<sup>20</sup>

### **a.2 A demografia na emergência do Estado Novo**

O “*Recenseamento da cidade de Lourenço Marques em 1894*”, é um bom ponto de partida para a análise das mutações futuras da sua população.<sup>21</sup> O número de habitantes da cidade era a então avaliado em 1059 indivíduos de ambos os sexos: 39 “amarelos”, 591 europeus - 426 portugueses e 165 estrangeiros, 115 negros e 69 “mal definidos” e, finalmente, 245 indianos, dos quais: “90 naturais da Índia Portuguesa, (...) mais solteiros, mais funcionários e mais católicos. A este grupo pertencia ainda um advogado e 2 médicos (...) 136 indo britânicos (...) comerciantes e maometanos (...) e 19 de nacionalidade desconhecida”<sup>22</sup>.

Constitui esta a primeira referência quantitativa da presença indiana a sul da colónia.

Contudo, ainda que relevante a superioridade dos indo britânicos face aos indo portugueses de Goa, Damão e Diu, nada nos permite saber, de entre os primeiros, quantos seriam os ismailis na época instalados na futura capital da colónia. Note-se que a avaliar pelas narrativas de memória recolhidas junto a membros da comunidade tudo leva a crer que a sua chegada ao Sul e Moçambique tenha ocorrido a partir da viragem do século e durante as primeiras décadas da colonização, ou seja muito provável emente, uma vez concluída em 1895a ocupação militar portuguesa do império de Gaza.

Seria necessário esperar pelo Estado Novo e a publicação do “*Censo da população não indígena de 1928*”, o primeiro a ser baseado num verdadeiro recenseamento da população, para avaliarmos a expansão demográfica que Lourenço Marques viria conhecer, no decurso das primeiras décadas do século XX. Com efeito, entre 1894 e 1928, o crescimento da fixação indiana (13 vezes) acompanha de perto a dos europeus (15 vezes). Neste contexto é notória a intensificação da recomposição da presença indo britânica e indo-portuguesa em Lourenço Marques, nestes 34 anos de implantação do sistema colonial português: os dados disponíveis atestam que a duas

---

<sup>18</sup> Ver Pereira Leite, J. (1996) 2.2.1 A vulnerabilidade da fronteira meridional de Moçambique: do Transval ao Sul do Save. p. 77-82 e Pereira Leite, J. (2001) p.24

<sup>19</sup> De igual modo se manifestava uma segregação de facto na capital da colónia inspirada pelo exemplo do racismo sul-africano, ler a este respeito Zamparoni (2008) Vozes asiáticas e racismo colonial em Moçambique. *Lusotopie* volXV (1), juin, pp 59-76 e (2000) Monhés, Bananes, Chinas e afromahometanos. Colonialismo e racismo em Lourenço Marques-1890-1940, *Lusotopie*, pp191-222

<sup>20</sup> Pereira Leite, J (1996) pp 91-93. E (2001) p.p. 24, 25

<sup>21</sup> Apesar das dúvidas metodológicas que suscita e da sua imprecisão, nomeadamente no que respeita o peso dos africanos urbanizados

<sup>22</sup> Reis, Carlos Santos (1973), Quadros, 5, 12, 26, p21, p 28, p 36 e finalmente p.37. in jpl (2001) p 24

comunidades crescem respectivamente cerca de 9 e 18 vezes, o que indicia a importância da presença indo-portuguesa e sobretudo goesa, assumindo postos de administração na cidade capital <sup>23</sup>

Observando o dados da população nos dois distritos a **Sul do Save** , o de LM e o de Inhambane , <sup>24</sup> e dada a importância política e geoeconómico desta região no contexto do arranque da colonização em Moçambique , não é então de estranhar que , em finais da década de 20, 76% do total da comunidade indo-portuguesa da colónia ( goeses e originários de Diu e Damão) aí esteja instalada . Com efeito, é este espaço meridional da colónia que, em finais dos anos vinte , 2363 súbditos indo portugueses partilham com os indo britânicos, uma presença então avaliada em 2179 do indivíduos de ambos os sexos<sup>25</sup>. Recordemos ainda que , em 1928 , quando Portugal se prepara para assumir , sob a gestão do Estado Novo, o controlo da maior parte do território, Moçambique acolhia no seu conjunto 4.8 mil indo britânicos , o que evidenciava um peso considerável mente superior à dos 3.1 mil asiáticos oriundos do Império português. Não deixa de causar perplexidade o facto dos indianos, no seu conjunto (7,9 mil indivíduos) representar em mais de metade do total da população Portuguesa, avaliada pelo mesmo censo em 14447 almas. <sup>26</sup> O que nos dá uma ideia da importância que esta comunidade de vocação essencialmente mercantil viria a assumir na estruturação da economia colonial.

Tudo indica que, por volta dos anos vinte, os interesses comerciais indianos estavam de facto solidamente estabelecidos a sul de Moçambique.

Contudo, uma vez mais o balanço que a partir do Censo de 1928 se estabelece da população indiana sublinha a invisibilidade dos ismailis que , no entanto, na sua grande maioria integram o grupo dos indo britânicos, exceptuando os raros oriundos de Diu e Damão, tal como nos foi dado constatar pelos depoimentos orais ( caso do Patriarca Gulamhussene, originário de Damão), ou os recenseados já nascidos em território Moçambicano, e considerados portugueses de acordo com a legislação em vigor em Portugal e no Império. <sup>27</sup> De facto, a recolha de narrativas de memória que serviu de base a esta investigação constitui testemunho inexorável da sua presença a Sul do Save a avaliar pelo itinerário de algumas das famílias que nos foi dado observar e que constituem fundamento da análise que apresentaremos de seguida : 2 famílias ismailis de Inhambane, cidade e distrito, uma família estabelecida numa povoação Manhiça, Distrito de LM, e 3 na capital da Colónia .

<sup>23</sup> Var=P n/PO			
<b>População LM 1894-1928</b>			
	<b>1894</b>	<b>1928</b>	<b>var</b>
<b>Europeus</b>	591	8988	15,2
<b>Indianos</b>	226	3010	13,3
<b>Indo brit</b>	136	1342	9,86
<b>Indo Port</b>	90	1668	18,5

In Pereira Leite.J (2001)p32

**Fonte** :censo 1928 e recenseamento cidade LM 1894

<sup>24</sup> O Distrito de Inhambane , com sede na vila de Inhambane, era constituído por oito circunscrições: Cuambana, Homoine, Inharrime, Massinga, Morrumbene, Panda, Vilanculos, e Zavala. O distrito de LM , com sede na cidade de Lourenço Marques, que em 1898 se tornara capital da colónia, reunia dez circunscrições: Bilene, Chibuto, Gaza, Guijá, Marracuene, Manhiça, Magude, Maputo; Muchopes e Sabié.Ver Anuário de Lourenço Marques 1928,p 58-59. Ou Anuário de Lourenço Marques 1931, p 55-56 Pereira Leite J( 2001) op cit ,p.23

<sup>25</sup> No centro e Norte da colónia ( Quelimane, Tete; Moçambique, Cabo Delgado e Território da Companhia de Moçambique , a presença da comunidade asiática é avaliada pelo mesma fonte em , 750 indo portugueses e 2658 indo britânicos ,de ambos os sexos)

<sup>26</sup> Pereira Leite J( 2001) p24 e Tabeaux:I,II;III p.p 31,32

<sup>27</sup> Com efeito para efeitos de aquisição da nacionalidade vigorava na época o critério *ius solis*, inspirado no código civil de 1867, **considerando portugueses todos os nascidos em Portugal** ( Metrópole e colónias ) . O mesmo princípio, consagrado pelas constituição de 1933 , e regulado pela revisão lei nacionalidade de 1959 , nº2098/59 DI -lei 43090/60 vigoraria até ao fim do período colonial. In Pires, R. (2003) Migrações e integração. Teoria e aplicações à sociedade portuguesa, Celta Editora);Esteve, M.C et al (org)(1991) Portugal País de Imigração, IED,

### **a.3 O desenvolvimento dos negócios a Sul do Save no contexto do Estado Novo**

As regras que presidiam à gestão da economia de transito e de emigração, consagradas em 1928 pela Convenção entre Moçambique e a União Sul Africana, logo no início da gestão colonial do Estado Novo, viriam a estabelecer, como o atesta a historiografia económica recente, as condições estruturais da viabilidade económica da presença portuguesa na colónia de Moçambique até meados dos anos 60<sup>28</sup>. Para além das vantagens macroeconómicas desta integração regional, revelada pela solvabilidade externa da Economia Moçambicana até meados dos anos 50, graças ao financiamento do deficit estrutural da sua balança comercial pelo volume dos rendimentos auferidos da África do Sul (então contabilizados na balança de « invisíveis correntes »), profundo viria a ser o impacto deste relacionamento ao nível microeconómico, ainda que dificilmente quantificável.

Com efeito, as novas oportunidades negócio suscitadas pela formação e longevidade do fluxo migratório entre o Sul do Save e o Transvaal constitui factor decisivo à fixação mercantil indiana. Aquela dinâmica remontando ao final do século XIX, a partir do momento em que a mão de obra moçambicana se torna indispensável à indústria mineira do Rand, atravessa todo o período colonial. A rede mercantil asiática, habilitada e posicionada espacialmente para tirar o melhor partido dos rendimentos resultantes do assalariamento masculino massivo em meio rural a Sul do Save, foi a nível micro, a grande beneficiária desta revolução económica.

Graças a ela, instituído estava, por um lado, o sistema do *deferred pay*, consagrando a partir da Convenção de 1928, que 50% do valor dos salários dos emigrantes, pagos em escudos pela Administração Colónia aquando do seu regresso à Terra, fossem dispendidos no mercado interno, uma procura que beneficiaria fundamentalmente o comércio asiático<sup>29</sup>. Por outro, criadas estavam também as condições de captação de uma renda, resultante do câmbio ilegal ou do tráfico de ouro, associada à conversão em escudos das parcas poupanças dos magaiças regressados, ou fruto dos seus negócios clandestinos. Teria sido este um negócio tanto ou mais lucrativo para os comerciantes asiáticos do Sul do Save, do que o que resultava da tradicional actividade comercial em meio rural africano.

A esse respeito reveladora é a carta da *Intendência da emigração* de LM, endereçada ao secretário Geral do alto comissário, a 5/07/1924, onde se confirma a decisão do GG de « não renovar mais licenças aos asiáticos Changalal Quessawgy, relojoeiro de profissão, e Geopaldes Sawgi, comerciantes, ambos estabelecidos na vila de Ressano Garcia (fronteira da então União Sul Africana) implicados na troca clandestina de esterlino inglês aos indígenas regressados do Transval »<sup>30</sup>.

Em 1938, são os relatórios da *Inspecção ordinária às circunscrições de Inhambane*, que nos dão conta da situação do comércio nas diferentes circunscrições. Em Morrumbene « É boa a situação económica na área desta circunscrição o que se verifica pelo desenvolvimento comercial que se vem acentuando de uns anos para os outros, mas infelizmente, a riqueza não vem da exploração da terra sendo bem insignificantes as transacções com produtos agrícolas e todo o comércio do interior de Inhambane gira em volta do Transval para onde emigram anualmente muitos milhares de indígenas..... Em 1937 as importâncias remetidas pela curadoria de Johannesburgo e pagas nas sedes das circunscrições às famílias dos indígenas que trabalham nas minas, foi aproximadamente de 600 contos...e há ainda a acrescentar a elevada importância dos salários que os indígenas recebem ao regressar à colónia (deferred pay) .....a maior parte desse dinheiro é gasto pelos indígenas da circunscrição e assim se explica o

<sup>28</sup> Ver Clarence Smith (85) CLARENCE-SMITTH, G. (1985) *The third portuguese Empire 1825-75. A study in economic imperialism* Manchester UP (obra traduzida para português pela "teorema"); NEWITT, M. (1981) *Portugal in Africa: the last hundred years*, Londres, C. Hurst; (1995) *A history of Mozambique*, Londres, Hurst & Company

Pereira Leite, J. (89) op cit; (1993) *Mozambique 1937-1970: Bilan de l'évolution de l'économie d'exportation. Quelques reflexions sur la nature du "Pacte colonial"* in *Estudos de Economia*, Vol XIII, n.º 4, Julho-Set.

<sup>29</sup> Na revisão da Convenção de 1964, o *deferred pay* passa a representar 60% dos salários auferidos pelos mineiros

<sup>30</sup> AHM, Direcção dos Serviços de Administração Civil CX 61

*desenvolvimento progressivo do comércio* » <sup>31</sup>Com o mesmo teor os relatos sucedem-se para outros locais : Vilanculos, Homoine, Inharime , os quais onde se repetem como para Zavala, “ *é boa a situação económica mas infelizmente a riqueza não vem da agricultura e o comércio estabelecido na circunscrição vive do dinheiro que o indígena traz do Transval, havendo quinze estabelecimentos*». <sup>32</sup> Os relatórios de 1944, no final da guerra , apresentam informação demográfica sobre o distrito de Inhambane e atestam a presença indiana, relevante em Jangamo, localidade onde a presença mercantil Ismaili também se confirma como teremos a oportunidade de observar mais adiante pelo cruzamento das fontes escritas com as narrativas de memória

<b>População não indígena (varões e fêmeas) residentes nas circunscrições e postos a Sul do Save-1944</b>							
	<b>Port.</b>	<b>Europeus</b>	<b>Indianos-Port</b>	<b>Ind. Britânicos</b>	<b>Mistos Port.</b>	<b>Mistos Brit.</b>	<b>Chineses</b>
Zavala	29	1	18	13	73	11	
Inharime	64	17	16	30	292		
<b>Jangamo</b>	427	19	<b>250</b>	<b>75</b>	983		1
Homoine	140	12	162				
Morrumbene	51	11	40	6	218		
Massinga	34	5	14	6	48		
Vilanculos	22		19	15	19		9
Govuro	15		6	9	58		21
<b>Fonte:</b> Relatório referente à Administração ordinária ao distrito de Inhambane, 1944.							
Inspector Raul Cândido Reis							
In AHM/ISANI-caixa 30.							

Note-se que , em todo o Sul do Save, para além das transacções com os africanos uma procura europeia alimentava ainda o comércio de uma vasta rede de lojas e cantinas, ainda que mais limitada fosse o seu peso nas zonas rurais do que nos núcleos urbanos. Com efeito tanto na faixa litoral entre Inhambane , João Belo e Manhiça bem como no centro populacional que a Açucareira de Xinanvane ( a Sociedade Agrícola do Incomati ) criara nas margens do Rio Incomati, pequenos estabelecimentos abasteciam uma clientela diversificada entre brancos, mestiços e africanos. Era um comércio que, junto às praias, se animava consideravelmente na época estival ( durante a *season* ) que decorria ente Dezembro e Janeiro de cada ano , alimentado pelo consumo quer das famílias sul africanas quer de diferentes segmentos da burguesia colonial da capital, que aí se deslocavam em busca de sol e mar .

A monetarização dos produtos da agricultura africana vocacionados à exportação ampliava também em certos casos, o volume dos negócios indianos como é o caso da copra, proveniente dos palmares de Inhambane, e também da castanha de caju. Tratava-se contudo de um negócio contingente, dadas as flutuações do comércio internacional de que dependiam as cotações destes produtos originários da agricultura africana. Assim tanto a crise 29-33 como a interrupção do tráfico transoceânico, no contexto da segunda Guerra Mundial, penalizaram

<sup>31</sup> AHM.ISANI.CX 30- relatório de Circunscrição de Murrumbene.

<sup>32</sup> Idem,. Relatório sobre Zavala

fortemente este comércio. Certamente que no pós guerra um novo folgo é dado à limitada actividade exportadora originária do Sul do Save.

Sabe-se também que, na época, alguns se aventuraram em sectores agro-industriais direccionados ao mercado internacional e, muito provavelmente quando, a partir de finais dos anos 50 início de 60, e em consequência de uma deriva proteccionista da gestão colonial, a exportação da castanha em bruto a Sul do Save só é permitida, uma vez assegurado o aprovisionamento da indústria de descasque nacional a preços fixados por lei. O que fez com que aquele negócio se tornasse menos interessante para os comerciantes indianos que se viam assim privados das receitas que resultavam dos preços muito mais vantajosos a que dantes abasteciam as indústrias da costa de Malabar.<sup>33</sup> É bem possível pensar que, neste contexto, algumas famílias indianas tenham sido forçadas a deslocar os negócios mais para Sul, aproximando-se paulatinamente das oportunidades que lhes eram oferecidas em zonas mais próximas da capital.

Com efeito na década de 60, com a eclosão da guerra e as consequentes alterações da política colonial, ao nível económico e social, Lourenço Marques seria palco de uma considerável expansão urbana e periurbana, propícia à expansão do comércio asiático. Por um lado, o alargamento do mercado interno, gerado pelas novas vagas de migração branca, faz-se acompanhar pelo boom construção e a consolidação de um sector industrial vocacionado ao mercado interno. Note-se que esta dinâmica de crescimento é favorecida pelo reforço capacidade de financiamento da economia graças à deslocalização do capital financeiro português que, a partir de 1965, reforça a presença da banca comercial na colónia. Por outro lado, o fim do *regime do indigenato* abre o caminho à progressiva inserção socioeconómica da população urbana africana, também ela potencial cliente para um comércio em expansão de que, inexoravelmente, os indianos são beneficiários privilegiados, dado o amplo e diversificado espaço mercantil que dominam entre a cidade do caniço e o mundo dos brancos<sup>34</sup>.

#### ***b. A trajectória dos comerciantes Ismaili a sul do Save: contingência, adaptabilidade e mobilidade***

A reconstituição da vida económica dos ismailis de Moçambique obriga como já tivemos a oportunidade de salientar a uma mobilização diferenciada e cautelosa das escassas fontes escritas disponíveis a seu respeito, e a uma análise em profundidade das narrativas de memória que os membros da comunidade aceitaram trazer a esta investigação.

Para além do mais a intenção de seguir e avaliar a trajectória socioeconómica dos ismailis é uma operação tanto mais delicada quando se sabe à partida que, à imagem do que ocorre com comércio asiático em geral, o contexto de « informalidade » que envolve a actividade faz com que as dimensões qualitativas do económico se imponham às percepções quantitativas.

As trajectórias das famílias ismailis a Sul do Save são abordadas a partir do impacte do “Eldorado” Sul Africano em toda a África Austral. Tratou-se de uma revolução económica da maior envergadura que condicionou não apenas as estratégias coloniais que se desenvolviam nas suas margens, como foi o caso da portuguesa, como levou à mobilização e renovação de fluxos migratórios tanto africanos como originários do subcontinente indiano. É neste contexto que se devem encontrar os fundamentos da acumulação de capital mercantil das famílias ismailis instaladas no espaço meridional da colónia de Moçambique. Um processo cuja evidência procuraremos inferir a partir de um conjunto de indícios revelados pelas fontes escritas e orais de que dispomos.

É assim que os registos da constituição das sociedades, publicados pelos *Boletins oficiais* do tempo colonial, constituem fontes relevantes, desde que cruzadas com os testemunhos orais, na medida em que permitem não

<sup>33</sup> Relatórios e contas da *Caju Industrial* (1962) (AHM: SE av nº229) e Pereira Leite, J. (89) (1985) op cit

<sup>34</sup> Sobre as mutações da economia colonial de Moçambique no pós guerra ver: Pereira Leite, J(1989) IV Partie pp 352-727 e (1993) (1993) Colonialismo e industrialização em Moçambique: Pacto colonial, dinamização das exportações e import substitution-1930-74 in *Ler História*, nº 24

apenas revelar a trajectória, dimensão e diversificação da actividade empresarial ismaili, como também dar conta do modo como as solidariedades familiares, comunitárias e extracomunitárias estruturam os negócios ao longo do tempo. Ao nível do registo documental pertinente é ainda a informação veiculada pelos *Anuários da colónia e arquivos coloniais*, permitindo identificar e localizar empresas e empresários no tempo e no espaço da colonização. Finalmente, e como fio condutor e agregador de todos estes indícios, situam-se as *histórias de vida das famílias ismailis*, capazes de deslindar o nexó complexo entre racionalidades mercantis, lógicas familiares e solidariedades comunitárias, à imagem do capitalismo colectivo sublinhado por Goody, e ainda a natureza e amplitude das relações extra comunitárias. São estes registos de memória do tempo colonial, captados do interior da comunidade e também veiculados a partir do seu exterior, que conferem maior inteligibilidade a dimensões até hoje pouco conhecidas da vida económica destes homens de negócio. O que constitui fundamento da sua capacidade de acumulação e razão maior da sua fixação e mobilidade na zona meridional do território a Sul do Save, do mundo rural africano aos centros urbanos, nomeadamente na cidade de Inhambane e em Lourenço Marques, capital da colónia.

### ***b .1 De Inhambane à Capital***

#### **Família Sacoor (Inhambane/Jangamo/LM)**

O valor paradigmático deste caso reside no facto de revelar a trajectória de centenas de pequenos cantineiros a Sul do Save. A sua presença, ainda que pressentida nos anuários coloniais, relatórios da administração, inexistentes ou raríssimos são contudo, ao nível das fontes escritas, os elementos que conferem inteligibilidade às **condições concretas da sua vida económica**. Enigma que apenas o testemunho das fontes orais nos ajudam deslindar<sup>35</sup>. Assim riquíssimo muitas vezes se apresenta o testemunho revelado por apenas um membro da família, como veremos de seguida.

#### ***Cantinas, lojas e sociedade por quotas (1900-1945)***

Soubemos assim que o pioneiro da família, Sacoor Alibay Punja, originário do Gujarate chega a Moçambique, «*chamado por um tio*» (1<sup>a</sup> ent ), por volta de 1900. Pai de 11 filhos, só no imediato pós 2<sup>a</sup> GM o Boletim Oficial da colónia atesta a presença desta família, associada constituição, em 1945, (BO nº25 22/06/45) no Distrito de Inhambane, de uma sociedade por quotas ( *Gulamhussene Sacoor & irmão Lda* consagrada ao Comércio geral de retalho, com bebidas para os indígenas, import export e alfaiataria ). Os dois filhos mais velhos do patriarca assumem a responsabilidade do negócio constituído por um capital de 200 000 escudos, partilhado em duas quotas iguais entre Gulamhussen e o seu irmão Akbarali. O pacto social atribuía desde logo Akabarali o dever de partilhar a quota com seu irmão Momade Ali, assim que este atingisse a maioridade. A sociedade estabelecida em Jangamo, desenvolve a actividade a partir de duas sucursais, uma loja na mesma vila e outra, mais a sul em Inharimme, povoações situadas na zona rural próxima do litoral do distrito de Inhambane e servidas pela Linha de Caminho de Ferro.<sup>36</sup>

A constituição da sociedade obrigando à existência de contabilidade organizada, revela um certo nível de acumulação prévia de capital, reunido pela família ao longo de 4 décadas de presença mercantil na região, bem como a expectativa de um significativo volume de negócios no futuro.

<sup>35</sup> Entrevistas realizadas, Lisboa : 1- 19/10/2005 2- 19/12/2005 3- 20/12/2008

<sup>36</sup> A construção da linha de CF, iniciada em 1910 entraria em exploração em 1912 e ligava Inharrime a Sul a Guiuá a norte, situando-se Jangamo no interior desse ramal. Um serviço de camionagem automóvel, explorado pelos CFM, estabelecia a articulação com a via férrea, viabilizando a circulação de homens e mercadorias a Sul do Save. In Anuário de Moçambique 1954-55 pag 775

É certo que a vila de Jangamo, a 30 km de quem subia de Lourenço Marques em direcção à cidade Inhambane, gozava de um dinamismo particular trazido quer pelo trânsito ferroviário quer pela presença de uma unidade de descarçamento de algodão (dada em concessão a empresários portugueses, *A Algodoeira do Sul do Save Lda*)<sup>37</sup>. Esta polaridade económica, ao reforçar a fixação das famílias europeias, conduzia ao alargamento do mercado por via do reforço da procura dos bens de primeira necessidade, para além da que resultava das tradicionais necessidades da clientela africana, e cuja oferta a família Sacoor e ainda um comerciante português, seu concorrente, asseguravam.<sup>38</sup>

Testemunhos orais, confirmam, em sintonia com os registos transmitidos pelas fontes escritas, que as sociedades e respectivas lojas que vemos emergir a partir de meados dos anos 40, eram a face visível e legal de uma rede de cantinas vocacionadas ao mercado africano, onde os irmãos, primos e progenitores desta numerosa família ismaili trabalhavam legalmente como empregados, ainda que na prática assumissem a responsabilidade dessa gestão. Note-se que as cantinas, dado que não eram obrigadas por lei a organizar a sua contabilidade, escapavam assim os seus proprietários à imposição tributária sobre o volume de negócios a que eram submetidas as sociedades. Por consequência, tudo leva a crer que a rede mercantil asiática muito tenha beneficiado em virtude da natureza do enquadramento legal deste «*comércio do mato*». A situação era tanto ou mais interessante atendendo a que, não raras eram as vezes em que, graças à ineficiência fiscalizadora da autoridade administrativa, muitos conseguiam ainda escapar ao pagamento anual das licenças a que eram vinculados.<sup>39</sup>

O que nos dá uma ideia do ambiente de liberdade em que se desenvolviam os negócios da família Sacoor, ainda que o sucesso de tal actividade não fosse à priori garantido. A verdade é que falências sempre assombraram a história do comércio asiático motivadas ou por contextos adversos, como aconteceu com a crise 29/33 e no período da 2ª GM, ou causadas por má gestão. A verdade é que casos houve em que nem as famílias nem tão pouco os laços comunitários vieram em socorro dos cantineiros, como aconteceu com um dos 11 irmãos Sacoor.

### ***Laços familiares e a face visível da família Sacoor (1945-60)***

Comentaremos de seguida a trajectória desta família de comerciantes ismaili seguindo o rasto da sua face visível tal como nos é revelado pelos Boletins Oficiais de Moçambique a partir de meados dos anos 40 e até 1973

- logo em **1946**, e um ano após a constituição da empresa *Gulamhussene Sacoor & irmão Lda*, é confirmada a alteração do pacto social pela cedência da quota do sócio mais velho, Gulamhussene ao seu irmão Momade Ali

-Em **1949** (BO nº43 22/10/49)seria este a dividir a sua quota de 100000 \$ pelos seus 4 filhos (Haiden, Zulficar, Firoz e Rachid) que assumem a responsabilidade do negócio com o tio Akabaraly, altura em que a sociedade comercial por quotas de responsabilidade Lda passa a adoptar o seu nome : *Akbarali Sacoor e Irmãos Lda*

<sup>37</sup> Pereira Leite, J. 1989, op cit pag830 / Anuários 54/55

<sup>38</sup> in Khouri et al (2008), poderá ver-se a cartografia da Vila de Jangamo com indicação do parque habitacional, comercial e equipamentos sociais.

<sup>39</sup>AHM /Dir Serviços da Administração Civil Cx 61 – Cantinas existentes em Inhambane em 18/02/24:Concelho de Inhambane: 15 ( 11 indianas e 4 portuguesas); Morrumbene 2 indianos; Cuambana 4 indianos; Inharrime : 2 portugueses e 1 Indiano

ISANI (AHM) Diração dos serviços Administração Civil .Caixa 61-1923 *Licenças para estabelecimento das denominadas “cantinas” Ofício 19/7/23* - Aliás os relatórios da administração dão-nos conta desde os anos 20, dos inúmeras irregularidades que, a arripio da legislação em vigor, envolviam este comércio tanto nas zonas urbanas como nas rurais da colónia. Contundente era na época o parecer das autoridades a esse respeito sublinhando que ao abrigo da portaria provincial nº3 de 15/01/1921, art 2º« *...as Licenças para estabelecimento das denominadas “cantinas”são pessoais e intransmissíveis por trespasse, herança ou qualquer título. No Entanto esta disposição legal não tem vindo a ser cumprida. Muitos dos estabelecimentos já foram vendidos por meio de trespasse a segunds pessoas, encontrando-se as respectivas licenças em nome do antigo proprietário, alguns deles já falecido. Facto que se deve á falta de fiscalização”*

- Dois anos mais tarde, **1951**( BO nº11 17/03/51), é a vez de Akbarali ceder a quota (100 000\$)ao seu irmão Momade Ali , que gere e administra a sociedade até à maioria dos seus filhos

- **1953** ( BO nº38 19/09/53) a sociedade assume um novo nome : *Jangamo Comercial Lda*, com sede ainda em Jangamo

-**1954** ( BO nº38 18/09/54) recomposição do capital social : os 4 filhos de Momade Ali assumem a responsabilidade da sociedade : Haiden (100 000\$) , Zulficar (35000\$) Firoz (32000\$) Rachid (32500\$) . O irmão mais velho , Haider Ali Sacoor , administra e gere a empresa

-**1971** ( BO/ nº82 15/07/71 ) Consessão de talhão é concedido à Sociedade em Jangamo

-**1972**(BO nº142 7/12/72) A sociedade “*Momade Ali Sacoor* “, instalada em LM , alarga o capital de 200 000\$ para 500 000\$ , quotas em partes iguais :Momade Aly Sacoor e Gulam Ibrahim Khoja

- **1972**( BO nº144 12/12/72) a Sociedade *Jangamo Comercial Lda*, instalada em LM , alarga o capital social : 1000 000\$ quotas iguais partilhadas pelos 4 irmãos.

-**1973** (BO nº115 2/10/73) Momade Ali Sacoor associado E. Caldeira , *Fábrica de Confecções Estoril Lda* , em LM, capital de 1000 000 \$ quotas iguais

Importa começar por sublinhar que se trata do percurso de uma família pioneira, cuja subsistência assenta, durante quase meio século, no dinamismo do comércio das cantinas no distrito de Inhambane. No imediato pós 2ª GM , a sociedade fundada pelos herdeiros do patriarca Sacoor Alibay Punja , reflecte um processo de acumulação de capital mercantil de longa duração realizado no distrito de Inhambane. *Gulamhussene Sacoor & irmão Lda* apresenta-se como face legalmente visível de uma sociedade por quotas baseada na actividade de duas lojas e numa rede de cantinas pertencentes a uma família alargada de 11 casais. Tudo leva a crer que para esta família, limitada foi a inovação empresarial e a progressão económica, dado que até ao fim da época colonial a maioria dos seus membros reproduzem, com sucesso variável , uma tradição mercantil ancorada no pequeno comércio: partem do mundo rural e, em função das oportunidades de negócio que lhes são oferecidas a Sul do Save , passam ao meio urbano, num contexto em que na capital da colónia o mercado oferece um poder crescente de atracção, face à região onde a família inicialmente se fixara.

Com efeito, **a partir dos anos 50**, apenas um dos três irmãos, (Momade Ali, o mais novo ) garante a continuidade da sociedade , sempre em Jangamo, e cujo capital partilha com os 4 filhos , sendo que o primogénito assume a gestão da mesma a partir de 1954 .Note-se que por duas vezes, a sociedade altera a sua designação. Logo em 1949, para *Akbarali Sacoor & Irmão*, no momento em que Momadali transmite as quotas aos seus dois filhos ainda menores, assumindo seu irmão a gestão da empresa. Quatro anos mais tarde, em 1953, para *Jangamo Comercial*, designação que guardará até ao fim do período colonial.

### ***Rumo à capital : anos 60 e a relativa solidariedade familiar***

A primeira fase da mobilidade da família rumo à capital da colónia, invisível a partir das fontes escritas, ocorre na viragem para os anos 60 quando um dos irmãos Sacoor é confrontado com a falência da sua cantina, motivada pelo protesto de uma letra por parte de um credor Ismaili , importante grossista exportador de Inhambane. Por esclarecer permanecem as causas deste desaire, que a memória familiar atribui à sua fraca aptidão para os negócios . Factor certamente penalizador par um pequeno comerciante, pouco capitalizado, num momento em que, como salientamos, alterações na política colonial tornavam menos rentáveis alguns ramos do negócio, nomeadamente os benefícios associados à monetarização da castanha de caju a partir de então prioritariamente reservada ao aprovisionamento da indústria nacional, a preços fixados administrativamente. O que é certo é que face à infeliz circunstância, sem que aparentemente nenhum dos irmãos lhe valesse, os bens ser-lhe – iam arrestados com a intervenção do Administrador do posto de Jangamo . Privado da solidariedade familiar e comunitária foram , não sem ironia, as boas relações existentes com o representante da autoridade colonial que

fizeram com que uma máquina de costura fosse salva da penhora, o que permitiu que a mulher deste comerciante Ismaili pudesse continuar a costurar, garantindo assim o sustento da família durante a fase difícil de instalação da família em LM ( 3ª ent ).

Na capital da colónia, onde os três filhos prosseguem os estudos a rapariga é a única a terminar curso comercial e a trabalhar por conta de outrem vindo a ocupar o posto de contabilista na Tempo Gráfica , editora da prestigiada revista Laurentina . Os rapazes obtêm o diploma da 4ª classe, tal como o pai e a maioria dos tios Sacoor ( apenas um teria completado o liceu) e lançam-se na actividade comercial em LM, assegurando a sobrevivência da família uma vez que o pai nunca mais viria a trabalhar . Na capital da colónia este ramo da família Sacoor diversifica a actividade para o comercio de Móveis e são proprietários de 2 lojas: a Mobilinda e Decorlinda. (1ª ent ) .

**Em meados dos anos 60** inicia-se o deslocamento, para a capital da colónia, dos negócios de Momadali e seus descendentes.

Contudo os restantes irmãos Sacoor permanecem a animar o comércio em Jangamo, sendo que Akbarali , o mais velho recusa-se até ao fim a partir . Contudo no decurso dos anos 60 a região de origem esvazia-se progressivamente dos seus habitantes reduzindo-se igualmente o seu dinamismo económico. A análise da estatística das construções no posto de Jangamo, confirmam um lento processo de despovoamento e regressão comercial : dos 3 armazéns, 9 habitações e 7 casas comerciais construídas em 1960, passa-se em 1967 para nenhum armazém, apenas 1 casa de habitação e duas casas comerciais . Nesse mesmo ano a actividade económica no posto de Jangamo era dinamizada por nove estabelecimentos comerciais, dois botequins e uma padaria . Apenas parecia animar a economia a actividade de « *uma fàbrica de descasque e prepare de castanha de caju da firma Spence e Perce, instalada no lugar de Nuéle (posto sede) que emprega diariamente, de 30 a 40 homens africanos e cerca de 1 000 mulheres nativas que executam o trabalho por tarefa, além do pessoal de direcção e de capatazes, europeus e mistos. Tem boas instalações, está bem apetrechada e é boa a sua situação económica* »<sup>40</sup> , ainda que este não fosse negócio de indianos . Mesmo assim , a concessão de um talhão atribuída à sociedade em Jangamo Comercial , em 1971, não prenuncia qualquer intenção de partida por parte desta família , ainda que nessa altura, e para alguns Sacoor, os negócios se estendessem já a Lourenço Marques .

De facto o Anuário de 1966, um ano após o início do conflito armado no norte da colónia, dá-nos conta da presença da Jangamo Comercial em LM, ligada ao comércio de móveis, e da responsabilidade dos 4 filhos de Momadali . Provavelmente , por esta altura, também este último decidira aí alargar os seus negócios.Com efeito em 1972, são os BO que confirmam a presença em LM da Sociedade *Momade Ali Sacoor* a qual, num momento em que a guerra anti -colonial se estende ao Sul do Save, vê alargada o seu capital social, em parceria com outro comerciante Ismaili. A avaliar pelo montante agora mobilizado quando comparado com o capital que esteve na origem da sociedade pioneira em Jangamo, em 1945 , tudo leva a crer que a família procura, em resposta ao momento contingente que atravessa Moçambique, uma modesta inserção como lojista no meio urbano laurentino

<sup>40</sup> AHM/ ISANI Cx 31, 1967 Reatório Posto de Jangamo pp 72,90, 92.

<b>Área do Posto de Jangamo</b>								
<b>Construções de 1960-67</b>	<b>1960</b>	<b>1961</b>	<b>1962</b>	<b>1963</b>	<b>1964</b>	<b>1965</b>	<b>1966</b>	<b>1967</b>
Armazens	3							
Casas de habitação	9	5	4	4	4	3	5	1
Garage ( estação de serviço)	1			1				
Casas de comércio	7	7	3	2	2			2
club		1						
descasque cajú			1					
<b>Fonte:</b> AHM/ ISANE CX 31, 1967, p.72								

<sup>41</sup>. Maior dimensão empresarial revela a sociedade dos seus 4 filhos, que no mesmo ano reforçam o capital social na empresa da capital . Em Outubro de 1973, ao investir o dobro do montante aplicado na sua loja em 72 , Momade Ali lança-se na indústria de confecções , associado a um português , aliança obrigatória para qualquer indiano que, em tempo colonial pretendesse aventurar-se na actividade industrial. O que não deixa de causar perplexidade dado que nessa altura, já a comunidade Ismaili se preparava para abandonar o território.<sup>42</sup>

Traçada está a trajectória económica dos descendentes do pioneiro Sacoor Alibay Punja .no Sul de Moçambique . Uma família Ismaili em que um só um membro ( Momadali e seus filhos ) assume, durante todo o século XX colonial, a face visível dos negócios lançados pelos irmãos mais velhos fundadores da sociedade em 1945. Aparentemente, todos os outros geriram individualmente a cantina que lhes pertencia, assumindo sós o risco do insucesso empresarial. O que leva a que nos interroguemos sobre a natureza particular deste “ Capitalismo Colectivo”, tal como formulado por J. Goody, quando nos referimos as práticas e lógicas empresariais dos Ismailis em contexto colonial.<sup>43</sup>

### ***Família Karmali Habib Jethá ( Inhambane / Lourenço Marques/ Taminga )***

Invisível nas fontes escritas apenas a narrativa de memória de um dos filhos testemunham a história económica da família a sul do Save<sup>44</sup>.O seu avô paterno, originário de um pequena localidade nas vizinhança de Porbandar, no Gujrate e descendendo de classes humildes de agricultores indianos, emigra para Africa em busca de dias melhores. Nas primeiras décadas do século XX, chega a Inhambane: .«Não posso precisar, sei que o meu avô veio muito cedo....em 1905, 1910...é a altura em que ele deve ter chegado. E depois ele constantemente viajava de um lado para o outro ...enquanto não estabilizavam a situação...as mulheres normalmente ficavam na Índia. Nós os indianos funcionávamos um bocado assim. ...Vinham ver, gostavam, não gostavam, se gostavam de ter umas lojas e não sei quê mais e depois quando estavam mais ou menos estabelecidos vinham buscar as mulheres....» ( 2ªent) .

### ***A 1ª geração. De Inhambane a LM: da ruína à sobrevivência ( 1905-1945)***

Em Inhambane nasce o pai do nosso entrevistado, *Karmali Habib Jethá* .<sup>45</sup>. O seu avô pioneiro desenvolve uma intensa actividade comercial quer em Inhambane quer nas zonas limítrofes, cobrindo um perímetro de 20 ou 30 Klm em torno de João Belo. No entanto « *depois perdeu tudo por qualquer azar ou a má gestão ficou sem nada e veio para LM*»( 2º ent).

Temos aqui um exemplo de um cantineiro arruinado, como tantos outros, devido a contingências dos negócios, a que certamente a crise 29/33 não terá sido estranha, e cuja sobrevivência o levam a fixar-se em LM , em busca de novas oportunidades de trabalho beneficiando do apoio dos membros da comunidade Ismaili aí instalada , em cujo seio o pioneiro da família viria desempenhar as funções de Muki . A sua vida económica em Lourenço Marques, certamente dedicada ao pequeno comércio urbano na interface entre os bairros do caniço e o mundo dos brancos, e estruturada por laços comunitários, permite-lhe dar continuidade aos estudos dos filhos. Nesse tempo o pai do nosso entrevistado estudava na «*escola Paiva Manso em Lourenço Marques com 9 anos e 10 anos, 11 anos*

---

<sup>41</sup> Naturalmente que as comparações intertemporais do valor do capital social obriga ter em atenção a variação dos preços . Os indicadores disponíveis para o período 1950-70 ( Série de IPC) permitem-nos concluir que a inflação verificada nas duas últimas décadas da colonização terá residual in Pereira Leite, J. (89) op cit . Por outro lado , para termos uma ideia da ordem de grandeza destes investimentos realizados no início da década de 70, basta lembrar que em 1975, no contexto da descolonização, 100 000 escudos era o montante que cada português podia transferir para Portugal.

<sup>42</sup> Melo, A ( 2008)

<sup>43</sup> Goody J (1996) The East in the West Cambridge U Press. Cap V –Family and business in the East pp138-161

<sup>44</sup> Entrevistas realizadas , Lisboa : 1-21/01/2006 e 2- 25/02/2006

<sup>45</sup> Karmali Habib Jethá , integra a lista de comerciantes da Manhiça, Circunscrição do Distrito da Gaza de acordo com a ordenação administrativa dos anos 50. In Anuário da província de Moçambique , 1954-55,pp911

vá la. Depois há fases da vida dele que passou no Oceânia. »( 2ª ent ) .<sup>46</sup> .Era este um percurso partilhado por muitos dos rapazes das famílias de comerciantes indianos da capital .

Terminada a infância e concluídos os estudos primários, o pai e um dos tios do nosso interlocutor trabalham na capital como caixeiros para outros comerciantes asiáticos.

### **A 2ª geração . O regresso ao mundo rural : o homem de Tanninga ( 1945-74)**

Com a morte do pioneiro em 1946, é no mato, na circunscrição da Manhiça , a uma centena de Klm de LM, que os jovens Karmali viriam a dar continuidade à sua vida profissional sempre no domínio do Comércio .Numa primeira fase, Karmali Habib Jethá emprega-se por conta de outros indianos , «foi trabalhar para aquelas cantinas que existiam no mato» ( 2ª ent ) e posteriormente por conta própria, a partir do momento em que , adquire uma loja « e então aventurou-se para mais longe para tentar uma independência económica» .<sup>47</sup> O seu irmão, tio do nosso entrevistado, era então caixeiro viajante e no seu camião cruza o sul do Save em múltiplas viagens. Mas a base do negócio era na loja , em Tanninga , a pequena povoação da circunscrição da Manhiça onde se haviam instalando , e que , *não vinha no mapa....*o que justifica a perplexidade do nosso interlocutor quando identifica o nome do pai no Anuário da Província de Moçambique de 1954/55: «*eu fiquei admirado é de vocês irem descobrir o nome do meu pai nos livros*» ( 2ª ent )

É com precisão que em seguida nos situa Tanninga na cartografia do território: «*aquilo ficava perto de Manhiça....depois era a Palmeira, depois a seguir havia ...numa estrada antiga...foi feita uma estalagem...não quando eu era novo, mas já com os meus 14, 15, 16 anos....*( em meados dos anos 60) , e a três Klm entre a Palmeira e a Manhiça havia lá umas plantações de açúcar , e nós estávamos a 3 Klm para o interior»( 2ª ent ) .

Era uma povoação , em que, à semelhança de tantas outros do interior do Sul do Save o espaço habitacional se confundia com as casas de comércio ladeando a estrada<sup>48</sup>.« *A Tanninga era um povoado de 8 lojas, ...era uma avenida principal e depois tinha 8 casas de um lado e de outro ,.....cinco de um lado e três do outro lado e havia um terreno à volta e depois à volta desse povoado, dessa pequena localidade, existiam muitas cubatas de africanos, palhotas como nós chamávamos e o meu pai vendia lá milho , açúcar, amendoim , que eles comiam muito amendoim com a fuba, com a farinha de milho e o peixe seco e o camarão seco que se vendia e o meu pai conhecia as famílias: este é filho de fulano, filho de fulano. E havia uma relação, o meu pai tinha uma relação, o meu pai esteve nessa localidade 26 anos.*»( 2ª ent ) .

Dessas lojas, «*pelo menos cinco eram de brancos e três de indiano*». Duas pertenciam a famílias ismailis, a do pai e de um tio seu, e a «*terceira a um Hindu*»(1ª ent)

Na povoação o comércio era então partilhado entre comerciantes ismailis, hindus e brancos concorrendo na aquisição aos africanos de diferentes produtos:« *Eram oito cantinas como a gente lhes chamava .....o mesmo tipo de comércio : a compra dos produtos da terra que lá na zona era o milho, a mafurra e o amendoim...caju não havia e o vizinho do meu pai da frente, a loja que estava à frente era de um senhor chamado Monteiro: depois havia o Nunes*

<sup>46</sup> A dita Marginal de Lourenço Marques, percurso dominical obrigatório para os habitantes da estratificada sociedade colonial contava com inúmeros pontos de encontro. Quando Karmali Habib Jetha era adolescente, por volta de meados dos anos 40, momento em que a cidade capital vivia os últimos momentos de desaceleração económica causada pela 2ª GM. o edifício Oceânia acolhia , de acordo com as fontes orais disponíveis, os segmentos mais populares da sociedade colonial entre brancos, mestiços indianos. Para quem na década de 50 deixava a baixa da Cidade pela *estrada marginal* à baía do Espírito Santo sucediam-se os vários marcadores de sociabilidade da sociedade colonial : Ao Zambi, seguia-se a doca pesca ( futuro clube de pesca das décadas 60/70, o Clube Naval, a que se seguia o *Edifício Oceânia* , identificado pela cartografia do Anuário 54/55 ,pp 356-357 , como pavilhão da Praia ( demolido nos anos 70) , o Piter's e finalmente o restaurante Costa do Sol.

<sup>47</sup> Trajectória confirmada pelas fontes coloniais: Ofício ao Administrador do Concelho de LM, 30/01/46: *Karmali Habib Jetha, empregado Comercial; ...requer ao GG autorização para lhe ser concedida licença, verba 90 Tabela a)* ( in AHM Fundo de Administração do Concelho de LM-Seccção Fomento e colonização/ Comércio. Caixa 2903)

<sup>48</sup> O acesso a Tanninga a partir da via principal que ligava LM a Inhambane, fazia-se por um troço de estrada de 10klm que a partir da Palmeira se afastava da Zona litoral ( Anuário Prov Moçambique 1954/55 pag 909) .

.....o senhor António, nós convivíamos .... O meu Pai era o líder da povoação porque era o mais antigo.Havia outro Monteiro mais velho mas já não era tanto»(1ª ent)

Conta-nos ainda que um dos irmãos de seu pai, casado com uma senhora sul africana morre , regressando a mulher à África Sul. Os três sobrinhos órfãos ficam a viver com a família à qual se junta, nessa mesma altura, um outro tio recém-casado. Alarga-se assim a rede familiar e também provavelmente a escala do comércio em meio rural africano.

A imagem que nos apresenta da figura do pai , enquanto líder económico da povoação adquire logo de seguida uma dimensão política quando afirma : « o meu pai foi convidado na administração da Manhiça para receber o presidente Craveiro Lopes » aquando da sua visita de Estado à colónia em 1956 . As boas relações existentes com a Administração colonial são ilustradas a diferentes níveis do seu discurso:” O meu pai era o líder porque as estradas eram de terra batida e o meu pai é que estava sempre encarregue de recrutar alguma mão-de obra- africana e ir tapar os buracos para os carros poderem transportar as mercadorias para essa localidade. E Havia lá uma pontezinha por causa de um rio....um riachozinho e quando havia cheias ...o meu pai é que tinha que construir a ponte....Portanto o meu pai na altura da administração, fizemos lá um poço, uma escola, depois apareceu uma igreja.....».( 1ª ent). Deduzimos tratar-se de uma actividade complementar ao comércio e que permite ao Karmali Habib Jethá assegurar a subsistência da família alargada naquele contexto rural do distrito de Lourenço Marques , graças a uma boa convivência com as autoridades, e também ao cordial relacionamento com os comerciantes brancos , tal como a esse tempo se refere o filho apelando à sua memória de infância : «Salutar (era a convivência) , portanto não havia problemas. E depois brincava na escola e brincava na rua. Tinha o Zé Miguel que era meu amigo »( 1ª ent )

**No final dos anos 50 , inícios de 60, ( 1958/ 1960-61) ,** o desenvolvimento dos negócios permitira a este comerciante Ismaili, financiar os estudos secundários dos seus dois filhos ( o nosso interlocutor e um irmão mais velho ) bem como dois sobrinhos órfãos em LM . Note-se ainda que acumulação de capital mercantil, realizada no decurso de década e meia ( cerca 12/14 anos de trabalho), gera poupanças aplicadas quer em investimentos imobiliários na região, quer , a partir de meados da década de 60 , no contexto do início da guerra colonial, providentemente canalizadas para o exterior através de depósitos em dólares na banca sul africana, -« Em Outubro de 1964, eu lembro-me que o meu pai foi para a África do Sul. , para Pretória e abriu uma conta na Inglaterra através da Africa do Sul. Os primeiros dólares americanos que eu vi foi lá na Tanninga, o meu pai chamou-me a mim e ao meu irmão mais velho e mostrou-nos os dólares, os primeiros dólares americanos. E então eu peguei nos dólares e hoje tenho essa memória de que era muito novo e o meu pai já nos dava acesso a essas coisas». Cerca de uma década mais tarde, “ o meu pai em 1973 tinha lá umas propriedades , vendeu e conseguiu transferir o dinheiro,quando se deu o 25 de Abril o meu pai estava preparado.....só teve que fazer a mala e vir-se embora “(1ª ent)

Quanto à história económica desta família de pequenos comerciantes ismailis, interessa salientar, em primeiro lugar, a sua mobilidade. Por um lado a trajectória do avô entre Inhambane e LM. Em segundo lugar, o percurso dos seus dois filhos que recomeçam a vida económica regressando da capital ao contexto rural do Sul do Save.

Importa ainda referir a diversidade das actividades mercantis que animaram a sua vida económica. Para além do **negócio das cantinas e do comércio ambulante através da região**, factor importante da sua acumulação terá sido com grande probabilidade o **comércio de câmbios junto aos magaiças**, cuja viabilidade não foi certamente estranha às cumplicidades estabelecidas com os africanos . Uma teia de relações que fariam com que o pai Karmali viesse a ser importunado pela PIDE em meados dos anos 60, quando a guerra colonial se inicia em Moçambique:

«Era muito no Norte e lá em baixo não sentimos a guerra. Eu depois comecei-me a aperceber da guerra porque o meu pai ouvia a rádio.....ouvia essa rádio e via o meu pai cochichava com o enfermeiro que era africano e com esse professor que era o professor Jeremias ... e que o meu pai dizia que era sobrinho do Mondlane e andavam sempre a cochichar à hora do almoço, às onze e meia, meio-dia apareciam lá e ficavam os três a cochichar todos os dias. Mas depois isso foi uma fase que passou. Depois .... meu pai teve um problema com a polícia, com a Pide, não por políticas. Na altura, os régulos da zona, vinham aliciar a população para serem enviados para África do Sul, para trabalharem nas minas da África do Sul que era a WNLA ( Witwatersrand Native labour Association)..... Eles não gostavam de ir para a África do Sul, os que queriam pronto e os que não queriam ir o meu pai dava-lhes cobertura e eles desapareciam e se alguém estivesse à procura deles o meu pai dizia que eles não existiam. .... um dia um negro qualquer tinha roubado as balas de uma carabina qualquer, de uma espingarda e fora apanhado pela polícia .....e o meu pai como era a pessoa que mas sabia do que se passava dentro da população por causa desses casos de dar cobertura aos africanos passou um dia na ...Pide que o levaram num Volkswagen branco pequenino, um carocha branco e levaram-no para lá de manhã e ele voltou à noite, vieram-no deixar. Mas foi só interrogado para saber se as balas tinham sido realmente roubadas ou se o António vendia balas aos negros, não existia nada disso, era uma coisa casual.» (“(1ª ent) <sup>49</sup>

Uma outra importante fonte de rendimento para este comerciante provinha da **remuneração do trabalho por ele prestado na conservação das estradas**, fruto das boas **relações estabelecidas com a administração colonial**. Convém sublinhar que tais solidariedades, indispensáveis ao sucesso dos negócios em contexto colonial, não constituem recurso exclusivo dos indianos. Com efeito, a situação de precariedade financeira dos quadros administrativos, obrigava a que os menos sérios e mais vulneráveis procurassem obter complementos salariais em troca de favores no seio da sociedade colonial, tal como o atestam inúmeras as fontes escritas e orais.<sup>50</sup>

Por último, ainda que a acumulação mercantil conseguida pela 2ª geração desta família Ismaili estabelecida Sul do Save tenha permitido realizar investimentos educacionais consideráveis em benefício dos descendentes, e garantir a segurança dos seus membros no período contingente da descolonização, é certo que o Karmali Habib Jethá não diversifica a sua actividade em tempo colonial, mantendo-se cantineiro até ao fim. Trata-se de uma trajectória invisível para uma historiografia colonial inspirada nas fontes escritas mas que uma vez revelada a partir das narrativas de memória muito esclarecem sobre as condições de inserção sócio económica e a resiliência destas comunidades no Moçambique colonial

### **Famílias Tharani/ Hemerage (Inhambane/ Lourenço Marques)**

É de presumir que a chegada do respeitado **pioneiro Jamal Hemerage** (ver opúsculo já citado) a Inhambane tenha ocorrido no final do século XIX à semelhança do que aconteceu com outros membros da comunidade, iniciando a actividade como cantoneiro e deslocando-se posteriormente os seus descendentes rumo à capital, sem contudo nunca abandonarem o espaço original de fixação mercantil.

Fonte oral revela a presença, nas décadas de 40/50 de duas prestigiadas famílias de comerciantes Ismaili, Tharani e Hemerage, ligadas por duráveis laços matrimoniais: «*Entre as famílias... houve muitos casamentos no*

<sup>49</sup> Sobre a acção da Wnla e a questão do desrespeito pela voluntariedade do trabalho nas minas, ver memórias Sacadura Botte, III vol Maputo 1985/86, pp 136-138. Quadro da administração colonial no sul do Save ( Magude e Marracuene), função que abandona em 1941, por se opor ao desrespeito sistemático pela voluntariedade de trabalho afirmaria que só no final dos anos 50 esta prática terminaria, em consonância com o espírito do *Regulamento do Trabalho*, consagrando assim a liberdade do mesmo. Este testemunho corrobora a leitura que X ( ent 21/01/06 e 25/02/06 ) nos dá sobre a questão.

<sup>50</sup> Ver Diário de viagem de Charles Spence ao norte de Moçambique divulgado por Newitt, M (2010) Uma viagem pelo Norte de Moçambique durante a Segunda Guerra Mundial, in Havik, Ph. Et al (org) *Caminhos Cruzados em História e Antropologia*, ICS, Lisboa, pp 143-158; relatórios da administração colonial e narrativas de memória:

« *elas nunca se saciavam...* » ( ent 12/10/2005)

*tempo colonial, ainda hoje os netos se casam entre si»* (2ª ent), e instalados como grossistas exportadores na Maxixe, vilafronteira à cidade de Inhambane.<sup>51</sup>

Com efeito, desde o final dos **anos 30** que os *Anuários* confirmam os negócios de ambas as famílias quer na cidade de Inhambane e em *diferentes* pontos do distrito com o mesmo nome, quer em LM. Nos primeiros registos, de **39 e 40**, surgem desde logo os Tharani associados à Família Gulamhussen, em actividades que se estendem do comércio geral em meio rural africano ao *import/export* na capital. Por seu turno o pioneiro Jamal Hemerage mantém-se em actividade em Homoine, possivelmente primeiro local de fixação dos negócios familiares.<sup>52</sup>

De notar que, no decurso dos conturbados **anos 40**, anteriores e posteriores à 2ª Guerra Mundial, quando momentos contingentes convivem com as maiores oportunidades de negócio, se alargam os negócios da família nas zonas rurais do Sul do Save. Terá sido o caso das que se envolveram no comércio e armazenamento de arroz adquirido aos africanos, quando o mercado interno se viu privado do seu abastecimento a baixos preços a partir dos tradicionais fornecedores asiáticos.<sup>53</sup>

Graças aos registos dos *Anuários* é possível traçar a geografia aproximada desta rede comercial que seguindo a linha do Caminho de Ferro ou as vias rodoviárias adjacentes, se estende de Inharrime a Jangamo, dali às zonas setentrionais do Distrito de Inhambane, em Pande, vindo mesmo a atingir, logo em 45, as regiões a norte do Zambeze. É assim que em 1944, o Relatório da administração relativo ao posto de Jangamo refere que:

*«os indígenas do distrito inspeccionado cultivam, além do algodão e arroz, os géneros de que necessitam para sua alimentação: milho, mapira, amendoim, feijão e mandioca, vendendo ao comércio local, e anos de boa colheita, milhares de sacos de amendoim e milho e algum feijão (p10) ...o comércio do interior, a sua grande parte na mão de asiáticos, está em situação francamente desafogada; no ano corrente, além do seu negócio habitual, compraram aos indígenas cerca de 2 000 toneladas de mafurra, por eles colhida, ao preço médio de 500\$ por tonelada, posta nos respectivos estabelecimentos, vendendo-a, posta em LM, a esc 1200\$00 por tonelada, pagando assim por esc 1 000 000 \$00 o que lhe rendeu esc 2 400 000\$00. É claro que teve de sua conta o frete da mercadoria para a capital da colónia, mas mesmo assim, o lucro apenas dessa transacção foi certamente considerável»<sup>54</sup>(p20)*

Tudo indica que, uma vez finda a guerra e a interrupção do tráfico no Índico, a motivação maior para o alargamento da fronteira mercantil desta família ismaili seria garantir, graças à actividade da empresa pioneira Jamal Hemerage & Ca, a captação da preciosa castanha de caju pela *“permuta com o indígena”*.<sup>55</sup>

O primeiro registo que os **Boletins Oficiais** nos transmitem destes empresários Ismailis **data de 1945** momento da constituição em LM da sociedade *Tahrani & Ca*, com o capital de 2050 000 \$, assumindo **Jiva Jamal**

---

<sup>51</sup> Entrevista, Lisboa 2-19/12/05

<sup>52</sup> Ver **Anuário LM: 1939**: Inhambane e Inharrime: : Tharani & Gulamhussen Cª (comércio geral)

**Anuário 40**: LM: Tharani & Gulamhussen Cª (import/export), Homoine: Tharani e); Jamal Hemerage & Ca (comércio Geral) e Inharrime : Tharani & Gulamhussen Cª (comércio geral)

<sup>53</sup> Em consequência da interrupção do comércio internacional no contexto da Guerra, impedindo o abastecimento do mercado interno com o arroz usualmente importado da Birmânia, novas oportunidades de negócio surgem para os Indianos que asseguram a monetarização do arroz junto aos produtores africanos. Newitt, (2010), pág 146. Com efeito, Gulamhussene & Tharani são na época armazenistas de arroz em Jangamo, juntamente com 4 hinos, 2 sunitas e 6 europeus. In ofício da repartição provincial da Agricultura, referido à nota de 19/11/ 1946 à administração do Concelho de LM, datada de 3/12/46. Fundo da administração do Concelho de LM, caixa 20005, pasta 1947, 3 vol Ver AHM /ISAN/ Caixa 30 -1944

<sup>54</sup> AHM/ ISANI CX 30, 1944, Relatório da administração relativo ao posto de Jangamo, Distrito de Inhambane, pp 10 e 20

<sup>55</sup> **Anuário LM 45**: LM: Tharani & Ca import/export e Tharani & Gulamhussen Cª (Comércio Geral); Inhambane: Tharani & Gulamhussen Cª (Comércio Geral); Homoine: Jamal Hemerage & Ca e tharani & Ca (Comércio Geral); Inharrime: e tharani & Ca; Quelimane: Jamal Hemerage & Ca (Permuta com o indígena)

**Anuário 46** : LM: Tharani & Ca (Comércio Geral) e import/export): Homoine: Jamal Hemerage & Ca e tharani & Ca (Comércio Geral); Panda: Jamal Hemerage & Ca (Comércio)

**Tharani**, genro do pioneiro, a maior quota, no valor de dois milhões de escudos e os simbólicos restantes 50 mil escudos partilhados entre um sócio sunita e o concunhado mais velho, **Idrissa Jiva Hemerage**, filho de Jamal Hemerage, que em breve cede o lugar a um irmão de Jiva Jamal Tharani. Seguem-se os investimentos em acções da *Companhia de Seguros Náuticos*, em que Tharani & Ca e Jiva Jamal Tharani assumem posição de relevo juntamente com Gulamhussene Giná.

Esta relevante mobilização de capital realizada no imediato pós-guerra em Lourenço Marques, direccionada ao comércio por grosso e ao import/export, numa altura em que este empresário ismaili consta na listagem dos maiores exportadores da colónia de castanha de caju, (LPL 1989, pag 912) **traduz quer o sucesso com que os negócios se desenvolveram nas décadas anteriores** a partir de Inhambane, onde as famílias Hemerage/Tharani se evidenciam como grossistas e exportadores, **quer a expectativa positiva quanto à sua progressão futura**, uma vez estabelecida a ponte entre o espaço de origem e o incontornável pólo económico que a cidade capital da colónia representava.

Com efeito, em 1945, e de acordo com a *Junta de Exportação* da colónia, das seis empresas que em Inhambane actuavam no sector, 4 pertenciam a indianos, uma presença que se reforça em LM, onde 9 asiáticos dinamizam um mercado, num total de 10 casas exportadoras. Note-se que na capital, duas prestigiadas empresas ismailis, Tharani & Ca Lda e Gulamhussene & Ca Lda, competem com 6 casas hindus e apenas uma europeia, F Bridler Lda<sup>56</sup>. Uma composição que põe em evidência a marginalidade do capital colonial português neste negócio no imediato pós guerra.

Note-se contudo que desde 1939 a administração colonial regulava a exportação de oleaginosas, criando a obrigatoriedade do registo dos exportadores, fossem eles empresas singulares ou colectivas, e estabelecendo os critérios subjacentes ao exercício da actividade.<sup>57</sup> Fixadas eram também as taxas a que incidiam sobre a tonelagem exportada, sendo que os produtos destinados à metrópole ou a qualquer colónia portuguesa beneficiavam de uma redução de 50%.<sup>58</sup> O que nos dá também a medida da importância da castanha de caju para as finanças coloniais, dado que era escoada fora do circuito imperial.

No que respeita à família ismaili que aqui nos traz, não deixa de ser interessante referir que apenas nesse mesmo ano se atesta nos BO a constituição em LM da já referida sociedade Tharani *Tahrani & Ca* consagrada ao comércio exportador. Teria sido apenas nessa altura que a importância da tonelagem a escoar para o exterior da colónia justificava quer uma presença individualizada junto ao principal porto a Sul do Save, quer a autonomia face aos sócios Gulamhussene, com quem se haviam lançado no negócio em finais dos anos 30. Sem dúvida que o imediato pós guerra se apresenta como momento de visibilidade dos empresários desta comunidade.<sup>59</sup>

Assim, para os Tharani, a sua instalação em LM é o culminar de uma trajectória económica antiga estabelecida a partir de Inhambane e certamente fortemente ancorada nos benefícios da exportação de castanha de caju e também mafurra e copra. Aliás desde finais dos anos 30 que a imprensa da época dá conta da presença mercantil da família em Inhambane, em cujo porto se regista, em 1937, intensa actividade exportadora e, *“Já começou a febre da compra da castanha. Pelo vapor Ambriz de 8 a 15 do corrente mês (Janeiro) só a firma Damodar Mangalgy exportou 505 toneladas e a firma Tharani Gulamucene 154. Os embarques em cada vapor regulam cerca*

---

<sup>56</sup> JPL (89) 912

<sup>57</sup> Regulamento do Comércio de exportador das oleaginosas: Decreto 29715 24/06/39 e portaria 3897 30/11/39 ( in AHM/ Fundo Administração civil Caixa 51). No que respeita o registo dos exportadores importa salientar : A inscrição na Junta de Exportação, era obrigatória para todos os que pretendiam exercer a actividade era anual, e feita 30 dias antes do início da exportação ( artigo 37). Por outro lado , só podiam exportar sementes de oleaginosas e produtos derivados os próprios produtores , com capacidade anual superior a 25 ton e inscritos como exportadores, e os comerciantes que cumprissem esta última condição. ( art 38) . Por último a inscrição como exportador implicava a realização de prova de matrícula no tribunal do Comércio e posse de licença, nos termos do regulamento de Contribuição comercial e Industrial... Todos estes requisitos legais afastavam da actividade os pequenos comerciantes asiáticos, pouco capitalizados e privados de capital social suficiente para contornar tal aparato burocrático..

<sup>58</sup> Mesmo diploma: art 51

<sup>59</sup> Com efeito a partir de 1945, e a fazer fé no Anuário de LM, Gulamhussen & Ca e Tharani & Ca, e Gulamhussen Noormahomed são os três únicos ismailis a concorrer no negócio do import export na capital da colónia

de 4000 toneladas estando as praças tomadas até ao fim de Março”. De acordo com o articulista entre Janeiro e finais de Março desse ano 6903 toneladas de castanha teriam sido monetarizadas no Distrito, representando cerca de 4 mil contos, e em Maio do mesmo ano as exportações de castanha continuavam a animar o porto de Inhambane: “ Parece que esta oleaginosa não acabará tão cedo, e pelos modos, até nova colheita não deixará de ser exportada”<sup>60</sup>.

Em 1948, os BO confirmam o alargamento dos negócios, a partir do espaço de origem. Idrissa Jiva Hemerage, entretanto desvinculado do concunhado (Jiva Jamal Tharani) em LM e já estabelecido em Inhambane, partilha com um português/branco a criação de uma sociedade em Homoine, povoação do interior situada a norte daquela cidade. Cumprindo o *modus operandi* próprio a esta rede mercantil, a loja do interior seria abastecida a partir do estabelecimento de Inhambane, assumindo o Dimas, a troco de um salário em géneros (cama mesa e roupa lavada), avaliado em 1500 escudos mensais, a gestão da mesma. De salientar, ao nível desta 3ª geração, a partilha dos negócios com membros exteriores quer à família quer à comunidade indiana e ismaili, o que pode traduzir um traço distintivo destes empresários, aconselhados por Aga Khan desde o fim da 2ª GM a uma maior interação social e económica no seio das sociedades de acolhimento.<sup>61</sup> Em 49 prossegue a consolidação do negócio desta vez em LM, seguindo o exemplo paterno, por aquisição de quotas em associação com um familiar, em negócio de indianos sunitas. No mesmo ano acabaria por se desvincular da loja de Homoine, a favor de comerciantes hindus.

No final dos anos 40 a reputação das famílias Hemrage/ Tharani parece bem estabelecida a Sul do Save. Uma posição confirmada desde cedo pela imprensa colonial ao salientar a intervenção do patriarca Tharani no grupo dos notáveis que em 1947 recebem o representante de Aga Khan em LM<sup>62</sup>. Note-se, por seu turno, que em 1949 os BO assinalam a presença de diversos membros família Hemerage na direcção do *Clube Maometano de Inhambane*, presidida pelo pioneiro Jamal Hemerage.

Durante os anos 50, aprofunda Idrissa Giva Hemrage a rede de negócios sempre em Inhambane: com um sócio sunita, investe num estabelecimento consagrado ao comércio geral (1951) e posteriormente (1952) cria uma sociedade juntamente com os seus três irmãos, direccionada à venda de retalho em ligação com uma cantina do interior, e também ao import/export. Todos assumem a gerência da sociedade e são remunerados em conformidade.

É nessa década que a família Tharani/Hemerage diversifica para o sector agro-industrial. Em 1951, e de acordo com os BO, Tharani & Ca lança-se na transformação do coco e sobretudo farinha de coco – Ca Industrial de Chamane –, em associação com portugueses. Sabemos por fontes orais exteriores à comunidade Ismaili que também nesta década, Tharani, associado a Ali Mahomed Sacoor, exportador sunita de Inhambane, investem numa primeira unidade de descasque, com apoio do BNU.(entrevista ao irmão Nasma Sacoor, sunita, 2/09/92). Fontes documentais

---

<sup>60</sup> “O movimento da baía nestes dias tem sido desusado pois os barcos de vela andam num rodopio a transportar sacos de castanha que vem de Panda, Homoine, Mocoduene e Morrumbene. Da linha férrea por enquanto tem vindo pouca quantidade mas dizem-nos que em Zavala há grande quantidade dela esperando transporte... na semana passada entraram nest porto dois vapores, um nacional e outro estrangeiro...que carregam 1100 toneladas de castanha a serem baldeadas em LM para um dos vapores da British Índia, toda com destino à Índia Inglesa.... Quem deu início a este negócio em Gaza foi o senhor Manuel Mendes... em terras de Inhambane, inculcando no ânimo do comércio a sua compra foi o então governador do Sul do Save, Sr Capitão Jonas da Silveira. Hoje a exportação de castanha de caju representa para o distrito de Inhambane um factor importante pois fez circular entre comércio e os indígenas cerca de 2500 contos. Isto é alguma coisa”. Brado Africano 1937 : edições de 16, 23 de janeiro; 27 de Março, 15 de Maio e 29 de Maio. Rúbrica : Inhambane: caju ; pag 4

<sup>61</sup> Ainda que importe referir que desde finais da década de 30, no intuito de combater a situação de desemprego que grassava na colónia, a lei obrigava a que entre 50% e 70% do capital social das sociedades deviam ser detidos por nacionais, o que não levanta problemas aos Ismailis nascidos na colónia, todos eles detentores da nacionalidade portuguesa ISANI

<sup>62</sup> Nessa ocasião Tharani é um dos comerciantes que tomara a palavra por ocasião do almoço oferecido na Costa do Sol, pela Família Babool ao representante do Supremo Conselho Ismaili em África de Sua alteza Aga Khan, de passagem em Lourenço Marques a caminho da África do Sul (Notícia de LM 10/12/47). Nomeados pela imprensa da época são ainda dois outros notáveis da comunidade, que nessa mesma ocasião se pronunciam: Vissangi Babool, descendente do pioneiro Babool de LM e o comerciante Gulamhussene Giná, Presidente do Conselho Ismaili de Lourenço Marques .

atestam efectivamente o envolvimento do Patriarca Jiva Jamal Tharani, a partir do início desta década, nos primeiros projectos de descasque mecânico, mantendo-se ainda na década de 60 ligado à maior unidade da colónia, a Caju Industrial de Moçambique Lda, nos arredores de LM, sob administração do BNU.<sup>63</sup> Em 1954, segundo os BO, **Idrissa Jivá Hemerage** juntamente com familiares subscreve também pedidos de instalação de unidades de descasque de caju na cidade de Inhambane e na Maxixe, sem que tal opção comprometa a tradição comercial da família, tanto em LM como no distrito de Inhambane.<sup>64</sup>

É de presumir, a partir da leitura do relatório de contas da Caju Industrial, que pertencesse à família a única unidade de pequena capacidade a laborar em Inhambane em 1962. De acordo com esta avaliação estava-se «*ainda muito longe de trabalhar nesta província, como convém, toda a castanha colhida, cuja estimativa anda à roda das 90 000 toneladas, sendo 20 000 no Sul do Save e 70 000 no norte da província*»<sup>65</sup> (ou seja 22% a sul do Save e 77% a Norte)<sup>66</sup>.

Sem dúvida que, numa altura em que medidas de protecção à indústria penalizam progressivamente os exportadores, fosse plenamente justificada a diversificação de actividade por parte de empresários inovadores, capazes não apenas de correr o risco empresarial e mobilizar os fundos necessários, mas também como era recomendado aos asiáticos, estarem em condições de beneficiar do capital social que lhes facilitasse entrar na indústria. De facto era sabido que “*o poder colonial desencorajava a actividade Industrial aos indianos*”<sup>67</sup>.

**Na década de 60 e 70** a visibilidade económica dos Tharani e Hemerage é limitada tanto ao nível do BO como nos Anuários<sup>68</sup>. Em Lourenço Marques, os seus descendentes, representantes de uma 4ª geração de homens de negócio ismailis, constituem sociedades de exíguo capital social consagradas ao comércio geral, vestuário e import/export.

Uma capacidade de ajustamento permanente à alteração do contexto económico parece constituir a característica essencial destas duas famílias.

A **primeira fase** do seu processo de acumulação terá ocorrido no período anterior à 2.ª Guerra Mundial pela dinamização do pequeno comércio na cidade de Inhambane e o tradicional negócio de retalho em meio rural envolvente, viabilizando a actividade exportadora oleaginosas, amendoim, copra e também a promissora castanha de caju. Tanto a crise 29/33 como a interrupção do comércio internacional com a Segunda Grande Guerra, comprometendo os benefícios do comércio exportador não impede que em meados dos anos 40 a família se

<sup>63</sup> AHM. GG Cax 1025 – Relatório SICOL- Sociedade imperial de caju e óleos 31/5/51. E ainda JPL (1995) pp. 646, nota 47

<sup>64</sup> O Anuário 54/55 confirma a presença de 4 empresas da Família: **LM** Idrissa Givá Hemerage e Tharani & Ca (Comércio geral, comissões e consignações e produtos coloniais); **Inhambane**: Idrissa & Ca e Jamaml Hemerage Ca; **Homoine**: Idrissa Givá Hemerage; Tharani & Ca; Jamal Hemerage.

<sup>65</sup> AHM: SE av nº 229 - Relatórios e Contas da Caju Industrial (1962)

<sup>66</sup> Seria necessário esperar por **1967** para que um outro ismaili Gulamhussen crie uma fábrica de descasque de caju (cf : BO, nº34,26/08/67, indústria de castanha de caju (Majancaze) com Hassanaly G. + Manuel Rodrigues Neto com um capital social de 3000 0000 igualmente repartido). Em **1974**, o pedido de interrupção da actividade por um ano, justificado com a intenção de alargamento de capacidade da unidade, é aprovado (ver Família Gulamhussene Giná)

<sup>67</sup> Com efeito, por decisão da *junta de exportação*, a percentagem de castanha a requerer preços fixos aos exportadores cresce progressivamente durante a década 50 : 10% em 1951 ; 18% 1956 ; 30% em 1959. Contudo, a partir dos anos 60/61, e dada a contestação por parte de exportadores e industriais, tal sistema viria a ser posto em causa decidindo-se pela liberalização do comércio da castanha sendo reservada à indústria nacional um direito de opção sobre cada partida a exportar por outro lado a partir de 1955 passam a ser os direitos aduaneiros mais penalizadores para a castanha (11%) do que para a amêndoa (7%) quando até é aí ambos pagavam os mesmos direitos. (JPL 1995.pp 644 e 645). Comentário de um membro da comunidade indiana sobre as dificuldades de acesso à indústria no período colonial, in entrevista 02/09/92

<sup>68</sup> **Anuário 64/65**: **LM**: Casa Jamal (Sadrudine Jamal Emerage/ Tecidos) Noradin Jamal Tharani (Tecidos), Tharani & Ca (Import/export); Inhambane: Jamal Hemerage (Comércio Geral; export produtos ultramarinos)

Anuário 72/73 LM Noradin Jamal Tharani (Tecidos)

imponha no meio do negócio asiático e da comunidade ismaili, numa primeira fase em associação com os Gulamhussene, tanto em Inhambane como na capital da colónia, em torno da figura de Jiva Jamal Taharani e de seu filho Idrissa Jiva Hemerage. As fortes solidariedades matrimoniais terão também pesado no sucesso da trajetória económica destas duas famílias ismaili. Hemerage e Tharani permanecem ligadas até ao fim da época colonial, pelo casamento e pelos negócios.

**Nos anos 50** inicia-se uma estratégia de diversificação ao nível agro-industrial, para além do comércio exportador quer no espaço de origem, em parceria com empresários indianos e brancos, quer a partir da década de 60 em outras actividades de visibilidade variável na capital da colónia. Com efeito, os Tharani/Hemerage não aparecem referenciados nem pelo Anuário de 1966, nem na lista de que dispomos sobre os exportadores de castanha de caju em 1968, onde 5 empresários ismaili partilham o mercado com 9 hindus, 4 sunitas e 3 europeus. Também não integra o grupo de industriais que na época se dedicam ao descasque da castanha na colónia, onde apenas um indiano sunita (Alimahomad Saccor, originário de Inhambane, também incluído no grupo dos exportadores de caju bruto acima referenciado) aparece associado a um português (Saccor & Tavares), autorizado a laborar na sua fábrica de LM até 1000 toneladas anuais. Poderemos supor que Tharani mantém na época a sua participação na Caju Industrial Lda, de LM, autorizada a laborar até 25000 toneladas anuais.<sup>69</sup>

É certo que o abandono do sector exportador de castanha em bruto se justifica para esta família ismaili que desde a década de 50 aposta na indústria do descasque, e tendo em conta que a produção desta matéria-prima a Sul do Save era prioritariamente reservada ao abastecimento das unidades industriais da colónia, comprometendo assim a escala do tradicional comércio exportador direccionado à Índia.

Contudo não deixa causar alguma estranheza a sua invisibilidade económica nas últimas duas décadas da colonização, dada a forma como se evidenciam no seio da sua comunidade, onde parecem gozar de um estatuto de ricos comerciantes, à imagem dos prestigiados Gulamssene, cuja história contaremos de seguida. Duas possibilidades são de considerar. Por um lado o peso da herança Tharani, construída na época áurea do comércio exportador de castanha de caju, que a sul do Save terá começado desde a segunda metade da década de 30 e retomada no imediato pós Guerra, com grandes margens de benefício até finais dos anos 50, a avaliar pela subida da cotação da castanha no mercado internacional.<sup>70</sup> Por outro, o proveitoso comércio de câmbios a que se terão consagrado em Lourenço Marques, à semelhança de outros comerciantes indianos, negócio particularmente interessante a partir de meados dos anos 60, momento em que no contexto do crescente endividamento externo a conversão de escudos moçambicanos em moeda portuguesa ou estrangeira era legalmente restringida.<sup>71</sup>

### ***A trajetória evidenciada pelos Boletins Oficiais***

**1945 COMPANHIA DE SEGUROS «NAUTICUS», S.A.R.L.** 100 000 acções representando um valor nominal de 100 escudos cada (no max sendo 400 acções). Acções detidas por Ismailis: 100 acções Samgi Guiga, Juma Nangi, Merali Noormamed Rauji, Jamal Naughji ; 200 actions Gulamhussen Ismail Giná ; 325 Hassanaly Gulamhussen Giná, Bangi Guigà, Jani Chagan Giná ; 375 Tharani e Ca, Jivà Jamal Tharani, Ismail Giná ;

<sup>69</sup> Segundo Informação compilada em : *Caju ( Monografia ) s/ data*. Texto Mimeografado , documento interno elaborado pelo serviços do BNU, certamente em em 1972 , e referenciado no Centro de documentação do BNU, em Jan 1973 18 pp

<sup>70</sup> Ver Quadro 1

<sup>71</sup> A partir de 1957 , a economia moçambicana , no contexto do import substitution, passa a apresentar um défice da Balança de pagamentos ... Até meados dos anos 60 o seu Financiamento foi assegurado pela venda a Portugal da reserva de ouro acumulada no fundo cambial da colónia , graças aos benefícios da economia de transito e emigração. Esgotada esta reserva cambial , e face ao défice estrutural da balança comercial , formam-se volumes crescentes de “ atrasados » na regulação das transfereências entre Moçambique e Portugal. O que viria a implicar o bloqueamento e posteriormente a ruptura, do do sistema de pagamentos interterritoriais estabelecido nos 1960, no quadro da PIEEP . A consequência foi o retorno ao controlo rigoroso do fundo cambial da colónia, à semelhança do sistema instituído por Armindo Monteiro na década de 30 ( ver JPL,89 e etc.....)

**THARANI E Ca, Ltda (sede : L.M.)**

**Jiwa Jamal Tharani + Haji Ibrahim haji Abdula + Idrissa Jivà Hemrage**

**Capital : 2 050 000 respectivamente 2 000 000+ 25 000+ 25 000**

Export / import, comercio por grosso e retalho, representação, comissões e consignações

Nota : direcção e administração assumida por Jiwa Jamal Tharani. Apenas dois meses mais tarde Idrissa Hemrage cede a sua parte a Noordine Jamal Tharani.

**1948 IDRISSE E DIMAS, Ltda (sede : Homoine) Idrissa Givà Hemrage + Dimas da Silva Correia Branco**

**Capital : 100 000 ( 60 000+ 40 000)**

Estabelecimento comercial em Homoine cuja mercadoria será, até ao primeiro balanço anual, fornecida exclusivamente pela firma Idrissa Givá Hemrage , de Inhambane.

Nota : Dimas tem direito a cama , mesa e roupa lavada e despesas pessoais que podem ascender a 1 500 escudos por mês

**1949 IDRISSE GIVA HEMRAGE, Ltda (sede : L.M.)**

Nota: Osman Latif, socio de Osman e Ca, Ltda cedeu sua cota a Idrissa Hemrage e a Rematbai Jamal e a firma adopta o novo nome, 29/04/49.(BOM,nº19, 7/05/49)

**IDRISSE E DIMAS , Ltda (suite)**-Idrissa Givà Hemrage cedeu 50 000 a Venilal Vitoldas e ficou com 10 000 e Dimas cedeu a totalidade da sua cota , 40 000, a Babù Vitol, os dois citados portugueses, o 1º residente em Inhambane e comerciante, o 2º, empregado comercial, residente na Mutamba.(11/07/49)

- Idrissa Givà Hemrage cedeu sua quota de 10 000 ao socio Babù Vitol e a firma passou a adoptar o nome de Venilal e Babulal, Ltda. (12/08/49) BOM,nº42, 15/10/49.

**Diversos ; Club Maometano de Inhambane**

Nota : atender à composição da direcção eleita pela Assembleia Geral de 15 de Outubro de 1949, incluindo indianos muçulmanos, sunnitas (o presidente da direcção é Ali Mahomad Sacoor) e ismailis ( Jamal Hemrage assume a presidência da Mesa da AG, Hassanaly Jamal um dos 2 membros efectivos , Sadrudine Jamal um dos 2 suplentes ; e por último Sultanaly Jamal um dos três que integram o Conselho Fiscal . (BOM, nº47, 19/11/49). Trata-se sem dúvida de uma forte presença da Família Hemrage, o pais e três filhos .

**1951 INHAMBANE COMERCIAL, Ltda (Inhambane)**

**Idriss Jivà Hemrage + Issufo Izidine**

125.000 + 25.000 constituição da firma de comercio geral (BOM,nº40, 6/10/51)

**CEIGEL (Cº INDUSTRIAL DE CHAMANE), Ltda (fábrica em Chamane e sede em Inhambane) José Manuel Rolao + Tharani e Cº + F.Silva + J.Guinacho da Silva +850.000 + 450.000 + 400.000 + 50.000A. Soares + Elza M.Rolao 25.000 + 25.000 capital: 1 500 000** constituição de uma fábrica para a industrialização de coco et sobretudo farinha de coco. (BOM,nº42, 20/10/51)

**1952 IDRISSA e Ca, Itda (sede em Inhambane com sucursal na povoação de Nhacongo) Idrissa Givà Hemrage + Gulam Ali Givà + Akbarali Givà + Nordine Givà (450.000 + 50.000 + 50.000 + 50.000)Capital : 600 000 ;Sociedade comercial, export/import, venda a retalho.Remarque : todos os socios são gerentes e recebem mensalmente retribuições (2 000, 1 000, 1 000,1 000) BOM,nº38, 20/09/52.**

**1965 SADRUDINE JAMAL HEMRAGE, Itda (L.M.) Sadrudine Jamal Hemrage + Sultanaly Jamal Capital : 50 000 (25 000 + 25 000) ;** Constituição de Sociedade consagrada ao comércio por grosso e a retalho : tecidos, modas, confecções, artigos vestuários, bijutarias de fantasia. (BOM, nº29, 17/07/65).

**1966 SOCIEDADE APEX, Itda (L.M.) : Sultanaly Tharani + Nizaraly Jivà Capital : 100 000 (50 000 + 50 000).** Comércio geral com import e export e confecção de vestuário (BOM,nº33, 13/08/66).

## **B.2 Os negócios em Lourenço Marques**

### **Família Ahmad Karmali**

Contrariamente à trajectória económica precedente, a da família Karmali começou por ir evoluindo sob muito bons auspícios e a riqueza acumulada foi dividida por todos os filhos, aquando da morte do patriarca, tendo cada um decidido como investir a sua parte.

- **Ahmad Karmali**, oriundo de Junagad, no Gujerat, chegou a LM com 10 anos de idade, em 1904. Em 1930, manda construir o Edifício Karmali, que ainda hoje perdura, situado na esquina da Avenida 24 de Julho e da então Avenida Paiva Manso, e que figura numa obra, com fotografias, editada pela Municipalidade de LM. Vivia neste imóvel familiar, com toda a família, filhos (5 filhos e 3 filhas) e, mais tarde, netos.

Todos os seus filhos fizeram a escola primária e só um deles foi para a Escola Comercial. Pelo contrário, os netos, com excepção de um que terminou os estudos após os quatro anos de instrução primária, continuaram os estudos: fosse na Escola Comercial, na Industrial ou no Liceu. Em termos de gerações, a trajectória educativa ascendente, seguiu um percurso inverso ao da trajectória económica.

A riqueza do avô tinha sido fruto do comércio de importação de produtos destinados às classes médias urbanas e do transporte de produtos da agricultura africana, nomeadamente oleaginosas, do mato para a capital. *“O meu avô importava de Macau, do Japão, da Europa, esmaltes, loiças em alumínio, termos, roupas, têxteis... Eu acho que não exportava nada, eles encaminhavam tudo para as fábricas. Adquiriam (bens agrícolas)... Não era na cidade, era no mato, nas cantinas... Naquele tempo, do que eu me lembro, acho que não havia produção para exportar. A minha família nunca exportou nada” (ent 2).*<sup>72</sup>

Podemos afirmar que desde a primeira edição dos Anuários de LM, em 1923 e, até 1972/73, Ahmad Karmali figurou de forma constante, na categoria de comércio geral e import/export em LM. Como testemunha o neto no anterior, a actividade de exportação é, sem dúvida, uma fantasia do empregado/escrivão do Anuário. Aliás, relativamente aos anos de 1945 e 46 (ano que se segue ao do seu falecimento), é mencionado um negócio aberto em Incaia, muito perto de Biléne, Distrito de Gaza. Saliente-se que durante estes anos muitos indianos abriram, efectivamente, negócios em Biléne.<sup>73</sup>

<sup>72</sup> Entrevistas, Lisboa 1ª 17/01/05 e 2ª 19/05/05

<sup>73</sup> Após 1939 a região do Bilene (Incaia) constitui uma zona importante para a produção africana de arroz, cuja importação é afectada pela guerra. Em 1954/55 a área demarcada para tal cultura, a distribuir aos indígenas, rondava os 169 ha. Na época 4 indianos ( Momade Valgi e 3

Por sua parte os BOM afirmam a presença de empresas pertencentes a Ahmad Karmali desde 1930, bem como de outras de outros ismailis (Mamade Bhangy, Meraly Nanjy, Ahmad e Aly Devgy), cujos nomes também são referidos entre os pioneiros do versículo de H. Keshavjee.

Por morte, o avô deixou uma fortuna considerável aos filhos: *“Há quem diga que naquele tempo devia ser a única pessoa em todo o Moçambique que tinha tanto dinheiro em notas em casa... Quando morreu, em 1945, tinha 6 000 contos em notas, era o que diziam”* (ent 1).

A herança foi dividida por todos os filhos, o que não era comum nas famílias desses tempos: *“Naquela altura, as famílias mantinham-se unidas no negócio e nos até fomos das primeiras famílias a desmembrar”*. Para o neto entrevistado, tal atitude é interpretada como um sinal de modernidade *“acho que isso já eram sinais de modernidade e cada família por si só foi à vida”* (ent 2).

A partir dos BOM, podemos realçar o percurso dos investimentos económicos dos filhos: em 1953, como accionistas da Sociedade Import/Export Moçambicana, Ltda. Em LM, em 1955, em que a compra de um terreno em Namaacha é atribuída a um deles, (pôr à venda terrenos na Namaacha fez parte do plano de urbanização dessa localidade, não longe da capital); em 1974, em que é recusado, a dois irmãos, o pedido de instalação de uma fábrica de vestuário para senhora e crianças, em Matola: e, por fim, em 1975, em que se trata de ceder uma parte bem diminuta de uma loja de malhas.

*-BOM, n°30, 23/07/1955. SOCIEDADE DE IMPORTACAO E EXPORTACAO Moçambicana, Ltda, LM*

*Nota: A Sociedade Gulamhussen e Ca, Ltda é liquidada e as quotas da família são investidas na que tem um capital de 5 000 000 repartido em 31 partes pertencendo a dez portugueses e europeus, indianos sunitas, ismaelitas e hindus. A gerência não poderá ser exercida por nenhum sócio da antiga firma. Para os ismaelitas, a lista é a seguinte: **Karmali Ahmad** + Hassanaly Gulamhussen Giná + Gulamhussen Ismail Giná + Jeni Chagan Giná + Velji e Ca com respectivamente 820 811,7 092, 2(?), 38 757, 137 807.*

*- BOM, n°30, 23/07/55. Pedido de venda do talhão n°4 por **Sultanali Karmali** em Namaacha (subúrbio) (processo 20 251)*

*- BOM, n°119, 15/10/74: indeferido o pedido de **Matadali Sultanali, Nizarali Sultanali, Faruk Ali Sultanali** para instalarem e explorarem uma fábrica destinada à confecção de artigos de vestuário exterior para senhora e criança em local a indicar no concelho de Matola (processo 18 505)*

*-BOM, n°48, 22/04/1975: Casa das Malhas Ltda, LM. Cedência das quotas de Savajali Jasssanji e **Matadali Sultanali**, respectivamente, de 250 000 e 5 000 a Mustafa Kamal Mussa de nacionalidade paquistanesa e a Bilkisbana Abdulsatar*

Muito mais escolarizada que a geração precedente, moderna e urbana, **a terceira geração** que cresceu em LM conhecerá percursos profissionais diversos (engenheiros, contabilistas, informáticos) e não usufruirá dos sinais de riqueza do passado. Comparando-a com a Casa Coimbra (grande estabelecimento comercial moderno, pertencente a uma família de indianos sunitas, chegados nos anos de 1880, estabelecida na avenida comercial mais prestigiada da baixa da capital, um neto dirá: *«Para mim era uma gente, na minha idade com 20 e tal anos, olhar para a Casa Coimbra, eram umas pessoas que tinham tido grande sucesso nos negócios... via pessoas lá dentro e via que eram pessoas muito ricas... tinha 2 rapazes da Casa Coimbra que estudaram comigo na escola Correia Silva, mas vinham carros de motoristas levá-los e deixá-los e a mim era um criado que havia que segurava na mão de um criado que me levava para a escola ao passo que eles iam com motoristas»*(ent 2).

---

hindous) e 2 portugueses dedicavam-se aí ao comércio geral. Mais tarde, no Bilene, vila balnear graças às suas privilegiadas condições naturais à beira Índico, se viria a construir uma urbanização consagrada às férias do funcionários dos Caminhos de Ferro, e posteriormente outras estâncias turísticas, o que alargaria consideravelmente, nomeadamente a partir dos anos 60 o mercado para o comércio indiano.

### **Família Keshavjee**

O itinerário económico da família Keshavjee, muito provavelmente, será idêntico ao de muitos ismailis do Sul, para quem a acumulação de capital foi tão difícil, em famílias pouco visíveis nos documentos oficiais (anuários e boletins) que, frequentemente, apontam apenas para a ponta visível do icebergue, ou seja, para aqueles cujo sucesso económico foi relativo ou, claramente confirmado.

É por esta razão que é interessante apresentar a história económica desta família e de a considerar nas suas ligações com outras dimensões do campo estritamente comunitário.

O pai, Ahmad Keshavjee, chegou da Índia chamado pelos Babool, uma das famílias pioneiras de LM, citadas no versículo de H. Keshavjee (op.cit.). Apesar da homonímia dos nomes, não há qualquer relação entre este autor, cuja família reside na África do Sul, e o jovem de uma dezena de anos que desembarca em LM, nos anos de 1910 *“Os Babool chamavam pessoas da Índia para trabalhar para eles. Mas nada era declarado e nós entrávamos clandestinos. Não tínhamos papéis e, por isso, tínhamos que saltar do barco. Aí, um pouco mais longe no rio, havia alguém mandado pelos Babool à nossa espera. Depois de algum tempo a trabalhar como clandestinos, os Babool acabavam por regularizar a nossa situação junto do Consulado Britânico.”*<sup>74</sup> Segundo o testemunho de um dos filhos, o pai deixou rapidamente os Babool empenhados no tráfico de ouro com a Índia, para se instalar por conta própria. O único vestígio da actividade do pai, relatado numa fonte oficial, refere-se ao comércio dos adeleiros, (*Anuários de LM, 1945*) que o filho mais velho retomará dez anos mais tarde (*Anuário de LM 1945/55*).

Na altura da sua morte prematura, em 1949, deixa uma viúva com oito filhos. *“Todos ficámos muito traumatizados com a morte do nosso pai. Tive que aprender muito depressa as coisas da vida. Fiz de tudo: carpintaria, serralharia, costura de almofadas, estofos e até pedreiro. Tínhamos uma loja de móveis. Nós fazíamos tudo. Os negros entregavam-nos a madeira em bruto e nós é que a políamos. Até a minha mãe trabalhava connosco. Tínhamos que sobreviver porque éramos muitos”*. Entre 49 e 67, a sobrevivência económica da família organiza-se, assegurada pelo mais velho mas, também, pelos mais novos que deixarão a escola depois dos quatro anos de instrução primária e começarão a trabalhar, permitindo assim aos ainda mais novos continuar os seus estudos. A partir de 1964 e até 1973, podemos encontrar vestígios da actividade familiar (fabrico e venda de móveis), nos Anuários e Boletins. Também nos *Anuários de 64/65, Mobílias Ahmad Keshavjee* ; *Anuário de 1966, Mobílias (fábrica e venda) Ahmad Keshavjee herdeiros*; *Anuário 1972/73, Matadali Ahmad Keshavjee*).

- *BOM de 1971, n°108, 14/09/1971 Despacho do Serviço da Industria «declarada caduca a autorização concedida a Akbaraly Jamal Karà, Nordine Ali Ahmad Keshavjee e Amirali Jafar para instalação de uma unidade industrial destinada ao fabrico de colchoaria, serralharia e estufaria, para produção de colchões de molas, divãs em ferro fundido, mobílias e peças de mobiliário estofado, na parcela n°101 de Matola» (processo 15 867)*.

Supondo que as possibilidades de enriquecimento eram limitadas, a ‘fortaleza’ do mobiliário é o suporte, na capital, de uma expansão constante e dos consumos domésticos, tanto depois da segunda guerra mundial, como nos anos 60. Aliás, a família, mesmo para além da riqueza, goza de um importante estatuto de respeitabilidade no seio da comunidade ismaelita. O mais velho, mukki de LM nos finais da colonização foi, sem qualquer dúvida, um homem devotado à sua comunidade e ao seu chefe sem, por isso, ser um devoto. Uma forte solidariedade familiar, fez com que a família deixasse o marasmo económico em que a tinha mergulhado a morte do seu pai, permitindo a educação dos mais novos da irmandade bem como, mais tarde, também a educação superior de toda a segunda geração.

Esta vida qualificada é, provavelmente, a da maioria dos ismailis instalados na capital e que vivem de actividades comerciais ou pró comerciais, pouco referidas nos documentos oficiais. Foi-lhes permitindo, ao longo dos tempos, (neste caso, duas gerações) assegurar uma vida decente, sem grande acumulação de capital e de conseguir

---

<sup>74</sup> Entrevista, Lisboa 2001

a educação das crianças com uma primazia dos mais novos e dos benjamins sobre os mais velhos que, sempre sacrificados, asseguravam a continuidade da actividade mercantil.

### **Família Gulamhussene Giná**

**Rai Gulamhussene Ismail Giná**, figura de topo no seio da comunidade Ismaili de Lourenço Marques desde meados do século XX colonial, momento em que aí assume a presidência do Conselho Ismaili de Sua Alteza Aga Khan, constitui um caso exemplar de sucesso económico<sup>75</sup>.

Nascido na Índia britânica, numa família originária de *Gonda*, é em Moçambique que vive e desenvolve os seus negócios até ao final da colonização portuguesa. Uma trajectória que se cumpre inicialmente como súbdito indo-britânico e depois, a partir de 1947, ano da criação do Estado da Índia e do Paquistão, como cidadão paquistanês, à imagem de tantos outros ismailis do seu tempo imigrados em territórios da África Oriental: «Quando a independência da Índia, do Paquistão e da Índia em 47... *O que é que eu sei: as pessoas que eram muçulmanas adquiriram passaportes paquistaneses, está a perceber? E os indianos ficaram com passaportes indianos. E daí que o meu pai é paquistanês, o meu sogro também é paquistanês*»<sup>76</sup> (ent 1).

E de presumir que a sua chegada ao Sul de Moçambique tenha ocorrido no decurso das primeiras décadas de século XX. Os testemunhos de memória que nos chegam levam-nos a pensar que Gulamhussen Ismail Giná não terá sido o primeiro da família a desembarcar na África Austral durante as primeiras décadas do século passado.<sup>77</sup> Com efeito em 1919 nasce em Pretória uma prima direita sua, filha de um tio materno, e mãe de Perinsha, sua futura nora e nossa interlocutora: «*A minha Mãe e o meu sogro são primos direitos, os pais deles eram irmãos...A mãe do meu sogro e o pai da minha mãe são irmãos*» (2<sup>o</sup> ent).

Seguindo a tradição indiana, os laços de parentesco assumem na Família de Gulamhussene Ismail Giná um papel decisivo na estruturação dos negócios:

*«A gente puxava para a família... para se darem todos bem. Porque antigamente não havia separação: era o negócio da família, todos trabalhavam juntos. Se as mulheres fossem todas primas ou irmãs era melhor, porque não havia aquela coisa de querer separar, trabalhavam todos para o mesmo grupo. Havia muito esta coisa de família, muito muito mesmo... É, porque vem uma rapariga de fora e diz “Ai eu não quero trabalhar com a família, nós vamos separar, pede a tua parte e a gente vai-se embora” – que é o que acontece agora. E antigamente não era assim. Eu lembro-me: eu casei-me, nós éramos 5 irmãos (os cinco filhos do patriarca Gulamhussene), mais a minha cunhada da família do meu marido... A família Gulamhussen, se conheceu a família Gulamhussen eram dos comerciantes mais conhecidos, de maior capacidade financeira em Lourenço Marques e estavam os 5 irmãos a trabalhar juntos.*

---

<sup>75</sup> Ver opúsculo habib Keshavjee, *op cit* Introdução. Em meados dos anos 50 Gulamhussene ismail Giná continua a presidir Comunidade Ismaili de LM, a avaliar pelo Anúncio publicado no BO, nº2 28/05/55: *Anúncio da Comunidade Ismailia de Sua Alteza Aga Khan. «Pedido da Direcção, ao obrigo do disposto no artigo 21, dos estatutos, convoco a assembleia-geral da comunidade Ismailia de S.A.A.K. para reunir extraordinariamente na sua sede, nº75 da avenida Luciano Cordeiro, desta cidade, pelas 19.30 horas do dia 17 do próximo mês de Junho, para deliberar sobre as alterações dos estatutos propostas pela Direcção»* L.M., 27 de Maio de 1955. *O presidente da Aga Khan, Gulamhussen Ismail Giná. (BOM, nº22, 28/05/55)*

<sup>76</sup> Entrevistas, Lisboa: 1<sup>a</sup> 16/11/2005 e 2<sup>a</sup> 20/12/2005

<sup>77</sup> As fontes orais e documentais disponíveis não nos permitem esclarecer o momento da sua chegada, nem a identidade do seu pai. Por confirmar persiste se existe qualquer grau de parentesco com Mahomed Giná nascido em 1881, em Damão na Índia portuguesa, negociante residindo desde 1906 no concelho de LM e sócio da *firma Raimo Giná e Ca* in AHM Fundo de Administração do Concelho de LM, Caixa 2005, pasta 1947, 49, 3 vol.

*Tínhamos várias coisas. O meu marido por exemplo tomava conta de uma fábrica de malhas, tinha um cunhado mais velho que estava na parte administrativa, o meu sogro era o homem das finanças. Tinha fábrica de descasque de caju e embalagens e isso tudo, um dos irmãos tinha que ir, que nós tínhamos uma empresa aqui no Porto, um estava aqui, o outro estava ali, o outro tinha negócios na zona do Xipamanine que era zona dos negros... Quer dizer: estavam todos espalhados, estavam todos a trabalhar para um bolo comum... E todos os sábados, uma vez por semana, juntavam-se todos e cada um falava dos negócios: o que é que se fez, o que é que não se fez, o que é que é para melhorar, o que é que não está a correr bem; e era assim que se trabalhava... Hoje em dia é uma pena mas não se trabalha assim. Um filho que não está satisfeito... Porque já não há casamentos combinados, de família, para unir (2ª ent).*

As fontes documentais disponíveis permitem-nos traçar, a partir do início da década de 30 a trajectória económica desta família de comerciantes ismaili cuja rede de negócios no Moçambique colonial, sediada na cidade capital, cobre todo o Sul do Save, estende-se à Zambézia e se alarga à metrópole e ao continente indiano.

### ***Dos anos 30 ao final da 2ª GM: contingência e reforço dos laços comunitários***

#### ***(A 1ª fase de acumulação de capital)***

A primeira notícia desta presença é – nos transmitida pelos Anuários de LM em **1932** a fazer fé em dois registos: ***Ismail Giná e Gumahussen Ismail e Outros***, relativos ao distrito de Inhambane (Cuambana), onde certamente concorrem com outros indianos, através da actividade das cantinas, na monetarização da castanha de caju, que na época constitui já precioso produto de exportação. Sete anos mais tarde, em **1939**, desta vez em associação com a família Tharani, comerciantes ismaili já salientados nesta análise (***Tharani, Gulamhussene & Cª Inharrime***), mantêm-se no mesmo distrito, quer na cidade de Inhambane onde se consagram ao comércio Geral, quer ao comércio de troca com os africanos em Inharrime, localidade servida pelo Caminho-de-ferro que assegurava conexão com o porto de Inhambane. Esta parceria que viria a manter-se, de acordo com os registos dos Anuários e das fontes escritas, durante os anos difíceis que o conflito Mundial trouxe à colónia dada a retracção que provocou no comércio internacional. Assim, tudo leva a crer que, nesta época de escassez de bens alimentares importados, tal como observamos anteriormente ao abordarmos a trajectória de outros comerciantes ismailis a Sul do Save, o armazenamento e distribuição a preços especulativos do arroz produzido pela agricultura africana, tenha sido uma forma eficaz, ainda que não isenta de riscos, de compensar as perdas associadas à interrupção das exportações de castanha para a Índia.<sup>78</sup> Com efeito logo em **1940**, a presença de ambos os comerciantes estendem-se ao **Concelho de Homoine**, beneficiando da acessibilidade que a abertura nesse mesmo ano da exploração do ramal de CF de Inhambane, a partir da povoação Mutamba, dava a essa região agrícola a norte do distrito de Inhambane.<sup>79</sup> Também, nessa mesma altura e ainda em parceria, e vocacionados ao **Import/Export**, encontramos estes dois comerciantes ismailis estabelecidos na Travessa da Palmeira, em Loureço Marques.

Pensamos que a proeminência económica destas duas famílias ismailis em finais dos anos 40 muito se deve à forma como num contexto de contingência souberam aproveitar as oportunidades de negócio que se lhes ofereceram. De facto criadas estavam as condições de acumulação que permitiriam daí em diante a estas famílias de comerciantes ismailis responder aos desafios que as mutações socioeconómicas e políticas do pós-guerra ofereciam

<sup>78</sup> Ver Parte I casos Gulanhussne Sacoor e Hemerage Tharani

<sup>79</sup> O Anuário de LM de 54/55 regista que em 1940 se finalizara a Ponte em betão armado sobre o Rio Mutamba, e construídas estavam a nova estação de Mutamba e as instalações para a «*camionagem automóvel que dali irradiava para Homoine, Panda, Massinga e Rio das Pedras*» (pp. 774). Abriam-se assim novas vias à expansão mercantil a sul do Save, potenciando assim o volume de captação dos produtos africanos direccionados ao mercado interno (arroz) ou à exportação (caju), desde que o fim da guerra o permitisse.

a Moçambique. Iremos observá-lo seguindo a trajetória dos Gulamhussene Giná, a partir de meados dos anos 40, cruzando agora os registos dos Anuários com os elementos fornecidos pelos BO e as fontes escritas orais disponíveis:

***Do imediato pós guerra ao final da década de 40: capitalização, urbanização e abertura extracomunitária***

**1945 SARMENTO E ABRANTES, Ltda (L.M.).** Gulamhussen Esmail Giná + Antonio C.Sarmiento Cepeda + Viriato Martins dos Santos Viana. Capital: 1 200 000 (400 000 cada). Sociedade comercial. Nota: esta sociedade já existia anteriormente. A entrada de Gulamhussen, como 3.º sócio altera o pacto social e aumenta o capital

**COMPANHIA DE SEGUROS «NAUTICUS», S.A.R.L. (LM)** 100 000 acções representando um valor nominal de 100 escudos cada (detenção máxima de 400 acções). Acções detidas por ismailis: 100 acções: Samgi Guiga, Juma Nangi, Merali Noormamed Rauji, Jamal Naughji; 200 acções: Gulamhussen Ismail Giná ; 325 acções: Hassanaly Gulamhussen Giná, Bangi Guigà, Jani Chagan Giná, 375 acções: Tharani e Ca, Jivà Jamal Tharani, Ismail Giná.

**UNIVERSAL COMERCIAL, Ltda (sede: LM.)** Gulamhussen Esmail Giná + Issà Noormahomed + Gulamhussen Noormahomed. Capital: 500 000 (3 cotas de 400 000+ 50 000+ 50 000). Comércio geral, por grosso e retalho, comissões e consignações, export/import. Nota: Gulamhussen Giná reserva-se o direito de dividir a sua quota em duas a ceder uma Noorali Hussen, comerciante. 47,5 % dos lucros caberão a GG, 30% a Issà e 22,5% à GN.

**PEDREIRA DE MUGUENE, Ltda (sede: L.M.)** Gulamhussen Esmail Giná + Domingos Ferrerira da Silva + Márcio da Silva Junior. Capital: 320 000 (140 000 de GG e DFS e 40 000 de Márcio da Silva Junior) Sociedade Industrial. Nota: João Baptista de Gouveia tinha cedido a sua quota (160 000) à GG , e desliga-se da sociedade no mesmo dia.

**1947 GULAMHUSSEN E Ca, Ltda (L.M.)** Gulamhussen Esmail Giná + Omar Hajee Mahomed  
Capital: 10 000 000 (9 950 000 + 50 000). Nota: esta sociedade aumenta o seu capital de 3 milhões e passa a 10 (BOM, n°51, 20/12/47)

Os registos oficiais disponíveis para os anos 45 e 47 salientam a estratégia consistente prosseguida pelo patriarca Gulamhussene Giná de aprofundamento dos negócios na Capital da colónia (LM). Destacam-se por um lado investimentos, de natureza extracomunitária realizados, no domínio do comércio: dá entrada numa sociedade já existente (**SARMENTO E ABRANTES, Ltda**) partilhando quotas com dois sócios brancos de origem portuguesa; num segundo momento cria uma empresa com dois sócios indianos sunitas (**UNIVERSAL COMERCIAL, Ltda**), detendo posição maioritária no capital social. No mesmo ano alarga o capital da sociedade **GULAMHUSSEN E Ca, Ltda**, constituída nos primeiros anos dessa década, detendo de 95% do capital, partilhando simbolicamente o restante com um empresário sunita. Por outro relevante é a sua incursão quer no sector da indústria extractiva (**Pedreira De Muguene**) em associação com brancos de origem portuguesa, num contexto em que os planos de infra-estruturas do Estado suscitam novas oportunidades de negócio, quer os investimentos, juntamente com o filho mais velho, no sector dos seguros (**COMPANHIA DE SEGUROS «NAUTICUS», S.A.R.L.**).

Note-se que os registos dos anuários de 45, confirmam tanto a manutenção da sua aliança com a família Tharani ao nível do comércio Geral (**Tharani, Gulamhussene & Ca**, juntos em LM e na cidade de Inhambane), como a autonomização dos interesses da **Gulamhussene & Ca** na capital da colónia ao nível do import/export, estabelecidos agora na Rua da Gávea 11, no coração do centro intra-urbano, na proximidade das instalações portuárias de estação dos CF.<sup>80</sup>

<sup>80</sup> Em 1946, os arquivos oficiais atestam a presença destes comerciantes Ismaili, tanto em Lm como em Inhambane: Ofício da repartição Provincial da Agricultura ao Administrador do concelho de LM, datado de 3/12/46, faz referência à relação dos principais Armazenistas de

Finalmente impressiona a avaliação que, para o período em análise, os registos dos BO oferecem da mobilização do capital realizada pelos Gulamhussen, rondando **11 milhões de escudos**. Importância reveladora do considerável e reconhecido poder económico desta Família Ismaili cinco anos volvidos do fim da 2ª Guerra Mundial.

### ***Os anos 50 e as novas fronteiras do import/export: do Sul do Save à Zambézia***

**1950 GULAMHUSSEN e Ca, Ltda (L.M.) Gulamhussen Ismail Giná + Márcio de Silva Junior + Manuel Teixeira. Capital. Nota: esta sociedade já existia**, Márcio e Manuel tornam-se sócios após adquirir a posição de Osman Hajee Mahomed, antigo sócio com quotas de 40.000 e 10.000 . 10/05/50 (BOM, nº19, 13/05/50)

**1951 GULAMHUSSEN e Ca (Inhambane) Gulamhussen + Márcio de Silva Junior Nota:** a firma Gulamhussen e Ca cedeu a Márcio da Silva Junior uma parte do capital de 50 000 que lhe pertencia em nome colectivo e ficaram Gulamhussen e Márcio os únicos sócios e mudaram o nome da antiga firma Budu Ismael e irmão (Inhambane) em Gulamhussen e Ca. 18/09/51 (BOM, nº38, 22/09/51)

**1952 GULAMHUSSEN XAI XAI e Ca , Ltda (João Belo): Gulamhussen Ismail Giná + Márcio da Silva Junior + Manuel dos Santos Teixeira + Abdu Gafur Cassamo:** 400.000 + 35.000 + 33.000 + 32.000 - Constituição de um comércio geral, import/export, comissões, consignações, venda por grosso e a retalho BOM, nº11,15/03/52

**Gulamhussen & Cª Ltda** (em liquidação) Dissolução por acordo de todos os sócios entrando em liquidação e tendo sido liquidatários o BNU (filial de LM) e a firma Abdool Sacoor Abdool Latif & Cª, devendo a liquidação estar terminada no prazo de 3 anos a contar de hoje, promulgáveis em termos legais. LM 11/08/52- Notário Antonino Cardoso. (23/08 /52 nº 34)

**Gulamhussene (Xipamanine) & Cª Ltda** transfere a sua propriedade para Ramji Meghji, Maganlal Anandji e Vithaldas Monji, como únicos sócios que procedem, por escritura de 29/ 08 corrente, à mudança do seu nome para **Xipamanine Comercial Lda Capital social 200 000\$,** inteiramente realizado em dinheiro. (6/09/52) nº 36

**GULAMHUSSEN XIPAMANINE e Ca, Ltda (Xipamanine) Gulamhussen Ismail Giná + Márcio da Silva Junior + Manuel dos Santos Teixeira** (100.000 + 50.000 + 50.000) **Capital: 200 000** Comércio geral de retalho para indígenas BOM, nº20, 17/05/52. Nota: esta sociedade será vendida em Setembro do mesmo ano a 3 comerciantes hindus. BOM, nº36, 6/09/52.

**LOURENÇO MARQUES MERCANTIL, Ltda (L.M.) Gulamhussen Ismail Giná + Carlos Ferreira Mesquita** 1.975.000 + 25.000: sociedade comercial cuja gerência e administração são exercidas exclusivamente por Gulamhussen. BOM, nº22, 31/05/52.

**GULAMHUSSEN ZAMBEZIA e Ca, Ltda (Quelimane). Gulamhussen Ismail Giná + Márcio da Silva Junior + M.Teixeira** 850.000 + 100.000 + 50.000 **Capital: 1 000 000** Comércio geral, por grosso e a retalho, import/export, comissões, consignações. Nota: A gestão e administração são exercidas exclusivamente por Gulamhussen. BOM, nº27, 5/07/52

---

Arroz ( 7 indianos, entre os quais Tharani & Ca , Gulamhussene & Ca ,,4 hindus e 2 sunitas partilham o negócio com 6 europeus, entre os quais 1 português e 5 Sulafricanos ( in AHM –Fundo da Ad Concelho de LM,caiza,2005, pasta 1947, 49, 3 vol); Correspondencia da Comissão de regulação de Importações ao Administrador do Conselho de Lm: ofício datado 8/10/1946 do secretário da repartição de fazenda à Ad C LM: “ *Notificar a Firma transgressora Gulamhussene & Ca Lda para pagamento de multa mínima por ter efectuado exportação de produtos pela alfândega de Inhambane, durante o ano em curso, sem estar munido da licença de verba 46.*»; a mesma decisão de notificação havia sido endereçada a o8/8/46, visando a Tharani& Ca, «*estabelecido em LM e emportando sem licença por Inhambane* »( ( in AHM –Fundo da Ad Concelho de LM,caiza,2903, pasta 1947);

**1953 CARLOS MESQUITA e Ca, Ltda (L.M.) Carlos Ferreira de Mesquita + Hassanaly Gulamhussen Giná, Capital: 200 000 (125 000 + 75 000) Constituição de uma sociedade comercial**

**SOCIEDADE DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO MOCAMBICANA, Ltda (L.M.)** Nota: liquidação da sociedade Gulamhussen e Ca, Ltda e as quotas da família aqui investidas. O capital social é de **5 000 000** escudos repartido entre 31 quotas pertença de portugueses, indianos sunitas, ismailis e hindous, e brancos estrangeiros. A gerência não poderá ser exercida por nenhum dos sócios da antiga firma. No que respeita a participação Ismaili a lista é a que segue :: **Karmali Ahmad + Hassanaly Gulamhussen Giná + Gulamhussen Ismail Giná + Jeni Chagan Giná + Velgi e Ca**, com o seguinte capital respectivamente 20 811+ 7 092 + 2 (?) + 38 757 + 137 807

**GINÁ, Ltda (L.M.) Hassanaly Gulamhussen Giná + Gulamhussen Ismail Giná Capital : 800 000 ( 799 900 + 100)** Nota : aquisição da antiga firma **Fernandes e Ca, Ltda**, que se torna **Giná, Ltda**. Parece que a partir deste ano, Hassanaly Giná assume a maior parte do capital outrora pertencendo ao pai Gulamhussen Ismail Giná

**1955 GULAMHUSEN XAI XAI e Ca, Ltda (sede Joao Belo) GULAMHUSEN ZAMBEZIA e Ca, Ltda (sede Quelimane) Nota** : nestas duas sociedades já existentes Hassanaly Gulamhussen Giná e Gulamhussen Ismail Giná passam a ser únicos sócios e administradores. (BOM, nº5, 29/12/55)

**Na década de 50** a trajectória dos Gulamhussene conhece diferentes ajustamentos. **Por um lado**, reforçam-se os investimentos no domínio do **comércio na capital da colónia**, através de reajustamentos de capital, liquidação, aquisição ou criação de novas empresas, privilegiando a associação a brancos portugueses. «A Sociedade pioneira **Gulamhussene & Ca** (LM) após recomposição do capital social em 1950 seria objecto de comissão liquidatária em 1952, a executar em 3 anos com intervenção do BNU e dos seus concorrentes, a Casa Coimbra (a Firma Abdool Sacoer, Abdool Latif & Ca). Nesse mesmo ano constitui-se uma nova sociedade comercial, **LOURENÇO MARQUES MERCANTIL, Ltda (L.M.)** envolvendo um capital social de 2 milhões de escudos, em que o patriarca Gulamhussene entra com parte de leão do 98,75%, e assume a responsabilidade da gerência, deixando uma quota simbólica a um branco da colónia. **Verifica-se por outro** alargamento da fronteira e da escala dos negócios no domínio do **import/export**. Os mais importantes importadores «*Era o Gulamhussene, era a Casa Coimbra... Mas a maior parte comprava um bocadinho aqui, um bocadinho ali porque estavam a jogar com as finanças... Depois nós tínhamos os nossos vendedores que iam vender para o norte, todos esses ismaelitas eram clientes do meu sogro...*» ( 2ª ent). Visível é, a partir dos BO e dos Anuários, a presença dos Gulamhussene nos distritos, tanto em Gaza (Xai-Xai/1952/55) e Inhambane (1951), núcleos importantes no comércio exportador da castanha do caju, como na Zambézia (Quelimane/52/55) dada a sua centralidade para o negócio da Copra. Note-se ainda que, em 1953, uma vez concluída a liquidação da sociedade **Gulamhussene & Ca** família investe o seu capital na **SOCIEDADE DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO MOCAMBICANA, Ltda. (L.M.)**, envolvendo uma participação diversificada de capitalistas locais.<sup>81</sup> É também a partir desta década que as fontes oficiais disponíveis confirmam o aprofundamento das ligações de Gulamhussen com os empresários metropolitanos, tanto ao nível do têxtil algodoeiro do norte, como com comerciantes de Lisboa.<sup>82</sup> Laços expressivamente evidenciados pelas narrativas de memória: *...E nós tínhamos a nossa empresa aqui (em Portugal), eles compravam à nossa empresa aqui, ... havia fábricas que só trabalhavam para nós... Nós tínhamos uns sócios aqui, sócios aqui, pronto, em Guimarães, no norte de têxteis que só trabalhavam para nós,... todas eram só para nós. É por isso que nós quando perdemos África, o têxtil aqui foi afectado»* (2ª ent).

<sup>81</sup> De facto o Anuário da província de Moçambique de 1954/55 deixa de referenciar em LM a sociedade Gulamhussene & Ca.

<sup>82</sup> Documentação constante do expediente do GG (AHM : Fundo do GG 435), 10/01/50, dão conta de telegrama, enviado confirmando «*autorização permanência Portugal 3 meses súbdito paquistânico Gulamhussene Ismail Giná comerciante esta acompanhado mulher Jeni Chagan Giná segue viagem negócios sua associada Ultracol Comercial Limitada Rua Sociedade Farmacêutica 54 terceiro Lisboa Ponto Não vejo inconveniente quanto regresso Geral. O custo do telegrama e a resposta são pagos interessado. Datado 22/12/49*»

Ao longo desta década constata-se a persistência da mão firme do patriarca Gulamhussene na direcção dos negócios da família ainda que se anuncie, a partir de 1953, uma tímida passagem de testemunho ao seu filho primogénito Hassanaly Gulamhussene Giná. Com efeito, e como observaremos de seguida, só na última década da colonização a descendência Gulamhussene assume visibilidade na condução dos negócios.

### ***Os anos de sonho (60-70): planos industriais solidariedades coloniais e estratégias pós coloniais***

**1965** 9/01 n.º 2 **Gulamhussen & Filhos** substituição do pacto social por escritura 30/12/1964, sede na Avenida da República. Objecto Comércio Geral, Importação e exportação, comissões e consignações e o de quaisquer outros ramos permitidos por lei para que esteja ou venha ser autorizada. Capital social: **cinco milhões de escudos**, soma de sete quotas; Gulamhussene ismail Jinnah 2600 000 escudos, Hassanaly G Ginnah 400 000  
Hacamally G G 400 000 Akbarally GG 400 000 Firozally GG 400000 Abdul Carimo GG 400000 Jeni Chagan Jinnah 400000

**Sociedade Comercial do Índico, Ltda**, escritura 30/12 /1964, sede em LM , Rua dos Irmãos Roby, substituição do pacto social, Objectivo: comércio geral, importação, exportação comissões consignações. Capital social: **2500 000 escudos**, soma de oitos quotas, Gulamhussene Ismail Jinnah 1251 000 escudos Jeni Chagan Jinnah 239 000 escudos Hassanaly G Ginnah 200 000 Hassamally G G 200 000 Akbarally GG 200 000  
Firozally GG 200000 Abdul Carimo GG 200 000 Mazarali Murali 10 000  
Nota: a administração a cargo de todos os sócios mas Gulamhussen Ismail Jinnah detém plenos poderes (BOM, n.º2, 9/01/

**1966 SOCIEDADE COMERCIAL DO ÍNDICO, Ltda (L.M.) Alteração:** a sociedade será representada por um gerente, Nizarali Nurali, cuja remuneração é fixada pela Assembleia Geral. (BOM, n.º52, 24/12/66).

#### **1967 INDÚSTRIA DE CASTANHA DE CAJU (MANJACAZE), Ltda**

**Capital: 2 550 000**

**Manuel Rodrigues Neto + Hassanally Gulamhussen Giná**

**Capital: 3 000 000** (1 500 000 + 1 500 000).

Para o primeiro, a quota adquire a forma de «domínio útil», fàbrica, material, móveis, quinas; quanto ao segundo, a quota é em dinheiro. Indústria de aproveitamento da castanha de caju e seus derivados. (BOM, n.º34, 26/08/67)

**1972 GULAMHUSSEN E FILHOS, Ltda:** reforço de capital que passa de 5 milhões para 12 milhões de escudos Gulamhussen Ismail Jinnah + Hassanally Gulamhussen Giná + Hacamally Gulamhussen Giná + Akbarally Gulamhussen Giná + Firozally Gulamhussen Giná + Abdul Carimo Gulamhussen Giná + Jeni Chagan Jinnah 9 600 000 + 400 000 + 400 000 + 400 000 + 400 000 + 400 000 + 400 000. BOM, n.º9, 20/01/72.

**FÁBRICA DE MALHAS, LTDA (L.M.) Abdul Carimo Gulamhussen Giná + António Manuel Ferreira Capital: 750 000 (450 000 + 300 000)** Indústria de malhas e seu comércio, import/export. BOM, n.º45, 15/04/72

**N.º96, 19/07/72: Pedido de Firozali Gulamhussen Giná para explorar a indústria de confecção de vestuário (homem, senhora, criança) em LM (processo 18 610) N.º107, 14/09/72: Pedido de Hassanaly Gulamhussen Giná, Augusto Eduardo Pires e Manuel Gaspar Ferreira Faria para instalarem e explorarem uma unidade industrial de branqueação, tinturaria, estamperia e acabamento de tecidos, em local a indicar nos arredores de LM (processo 18 651). Este pedido será indeferido (n.º152, 30/12/72)**

**Turismo** N°88, 29/07/72: Conferido o alvará a Samsuddin Giná para explorar um salão de chá «Salão de Chá Giná» em Xipamanine (processo 3925)

**1973 FÁBRICA DE CONFECÇÕES SONHO, Ltda (L.M.) Abdul Carimo Gulamhussen Giná + Firozali Gulamhussen Giná + Miguel Abreu Silva Marqueiro**

**Capital: 1 000 000 (375 000 + 375 000 + 250 000)** Confeccções de roupas de casa BOM, nº114, 29/09/73

**1974** N°66, 23/05/74: autorizada a firma **Castanha de Caju (Manjacaze)** a interromper pelo prazo de um ano, a contar a partir de 8 de Abril, o decurso do prazo para requerer a vistoria às instalações referentes ao aumento da capacidade de elaboração de fábrica de descasque de castanha de caju (processo 11 642-C)

N°73, 25/06/74: **Mercantil Comercial, Ltda. (L.M.)** Reforçado o capital de 500 000 escudos para 1 milhão, assumido em partes iguais pelos socios Abdul Carimo Giná et Miguel Abreu Silva Marqueiro.

**1975** O último BO data de 21/06/75. Com a independência de Moçambique torna-se BR: nº1, 25 Junho

**FÁBRICA DE MALHAS, LTDA (L.M.) Alteração parcial do pacto social para:** Abdul Carimo Gulamhussen Giná para o montante (600 000); Filhão Conde (75000); Carlos Henriques (37000); Ismael Jossab Ussumane (Os 4 podem exercer a gerência mas todo o acto oficial exige a assinatura de AC G Giná. Por outro lado os outorgantes anteriores, António Almeida Monteiro e a esposa, deviam 300 000 escudos e os Gulamhussene liquidaram a dívida.

**FÁBRICA DE CONFECÇÕES SONHO, Ltda (L.M.). FÁBRICA** Alteração do pacto social cujo capital era de 1 000 000

Tudo indica, a partir das fontes documentais disponíveis, que no decurso da primeira metade da década 60 a Família Gulamhussene se dedica a consolidar a rede de negócios lançada anteriormente. Estratégia aliás consistente com o percurso inédito desta família ismaili, cuja história económica de sucesso não teria sido estranha, entre outras qualidades, a uma avaliação cautelosa do contexto envolvente dos negócios, tantas vezes contingente no decurso deste século XX colonial em Moçambique. Aliás sabemos bem que não foram raros os casos de insucesso que nessa mesma época atingiram duramente famílias da mesma comunidade.

De facto, a passagem à década de 60 marcada, por um lado, pelos ventos de contestação à presença colonial portuguesa, que atingem tanto o Estado da Índia como as «províncias ultramarinas» de África e, por outro, pelas adaptações que em consequência foram operadas na ordem colonial, constitui momento de particular apreensão, ainda que vivido distintamente pelos diferentes segmentos da sociedade moçambicana. As narrativas de memória trazidas a esta investigação dão-nos conta de como este tempo, marcante na vida dos ismailis, foi cautelosamente acompanhado pelos chefes de família dada à realidade da sua existência contingente, dividida entre dois mundos: o dos colonizadores e o dos colonizados. Conduta certamente partilhada por outros asiáticos de Moçambique, nuanceada seja a posição particular dos indo-portugueses.

A visibilidade dos Gulamhussene Giná nos registos coloniais ressurgem em 1964/65, altura em que a guerra de libertação destabilizava já a norte da colónia e a *Política de Integração do Espaço Económico Português* vivia o 5º ano de execução. Tratava-se de um contexto económico particular em que o alargamento do mercado interno, potenciado pela presença militar e pelas novas vagas de imigração provenientes da metrópole, se conjuga com a deslocalização para Moçambique do capital financeiro português, por via da instalação da banca Comercial, e se faz acompanhar da mobilização de incentivos à industrialização por substituição de importações e à especialização agro-industrial do sector exportador. É neste quadro que observaremos as adaptações operadas nos negócios desta família ismaili.

Importa primeiramente sublinhar a reconfiguração das actividades do «*comércio geral, import/export, comissões, consignações, e o de quaisquer outros ramos permitidos por lei*» com o envolvimento dos 5 filhos e provavelmente um neto do patriarca. A nova sociedade *Gulamhussen & Filhos*, com sede na Avenida da República, envolvendo um capital social de 5 milhões de escudos, seria a partir de então, a única a revelar a identidade da Família. Note-se que no mesmo ano, o mesmo ramo de negócio mas envolvendo um menor capital social, 2 milhões de escudos, repartido pelo patriarca, filhos e outros descendentes, justifica a constituição de da Sociedade Comercial do Índico, sediada também em LM, mas na rua dos Irmãos Roby.

Um dos estabelecimentos da Família, localizado na Av. General Machado, importante artéria de comércio asiático intra-urbano, assume particular visibilidade na cosmopolita capital da colónia. Para além do mais, conhecida e muito frequentada pela clientela laurentina, nestes últimos anos da colonização portuguesa, era, tal como a s fontes orais o confirma, a casa de câmbios da família. Beneficiando muitas vezes do atendimento personalizado e expedito, por parte do patriarca Gulamhussene Ismael Giná, era essa a única via, como referimos já, de converter os escudos moçambicanos em divisas estrangeiras, para quem pretendesse na época viajar ou assegurar as transferências para a metrópole. Um negócio de lucros certos onde desde sempre concorriam vários asiáticos discretamente estabelecidos sobretudo na baixa da cidade, entre a Rua da Gávea e a Consigliere Pedroso.

Inovação a salientar, a partir de meados de 60, é a diversificação dos negócios dos Herdeiros de Gulamhussene Ismael Giná ao sector industrial. Por um lado, o filho primogénito, Hassanali, em associação com um português lança-se, em 1967 no descasque da castanha de caju no Distrito de Gaza. Por outro, no início dos anos 70, irmãos seus investem, também em parceria com sócios portugueses na indústria do vestuário. É certo que se tratam de projectos de diversificação tardios, que o fim da colonização em breve viria a inviabilizar, mas que demonstram a firme intenção desta família, entretanto já com fortes conexões em Portugal, dar continuidade aos negócios em Moçambique, onde desfrutaram de um discutível prestígio económico e de uma considerável grau de aceitação e integração na sociedade laurentina do seu tempo. Tal como nos refere Perinsha ao evocar o que foram os melhores anos da sua vida, passados no Moçambique colonial, graças ao privilégio de pertencer à família Gulamhussene:

*«Eu acho que o moçambicano, o branco moçambicano nunca foi racista. Eu não senti; se os outros sentiram, eu não senti. Toda a minha vida que eu lá estive, acho que não se sentia... (1º ent). Isso tem muito a ver porque nós conseguíamos ir a sítios que os outros não conseguiam. O nome Gulamhussene abria muitas portas por isso é que eu senti privilegiada, havia sítios, porque quando havia... os ministros que iam daqui para lá, do governo, quando havia aqueles jantares que eles convidavam todas as pessoas,*

*A família do meu sogro era sempre convidada e aí... é, e isso ajudou... (1º ent)... a Casa Coimbra era conhecida mas, por exemplo, a nível económico, a família Gulamhussene era mais porque nós tínhamos negócios no norte de Moçambique desde Cabo Delgado até Inhambane... Nós tínhamos, comprávamos todos os produtos de Moçambique, era o amendoim, era copra, era castanha, nós tínhamos fábricas de descasque de castanha de caju, tínhamos, de maneira que o que acontece, pronto é o que eu digo: o nome... Gulamhussene.*

*Era os têxteis, depois tínhamos... os produtos agrícolas todos... Nós estávamos bem lá. Não estávamos bem, estávamos muito bem (1º ent).*

Uma aceitação que assenta no sucesso dos negócios, na detenção de riqueza «*E havia lá pessoas em Moçambique que eram racistas que a gente sabia que eram racistas. Por exemplo, nós éramos aceites porque estávamos bem mas se outros... não eram aceites, eram marginalizados. Havia de tudo em Lourenço Marques (idem top 20). A nossa casa, a nossa casa que a gente tinha da família era na esquina com a 31 de Janeiro... E está a ver? Uma casa com 10 quartos, nós dávamos jantares, todo o governo, sempre um jantar, todos os governadores foram lá a casa jantar, secretários de Estado, quer dizer, nós tínhamos casa para isso.(idem top 22) e também no nível educacional: «Na escola éramos os melhores alunos da turma e eu acho que isso facilitava-me a vida em todos os sentidos. Estive no liceu, no liceu também era boa aluna, porque escrevia muito bem, portanto boa aluna a português, eu nunca tive sotaque a falar. O português de Lourenço Marques, não é? (1º ent).*

E uma integração social que passa pela aquisição da nacionalidade portuguesa por parte da descendência: «Pois era, tínhamos passaporte português, tínhamos bilhete de identidade português (1º ent). Por aderir aos valores do regime «eu fazia parte da Mocidade Portuguesa... Eu adorava pertencer à Mocidade Portuguesa: nós quando somos jovens, aquela farda... Era, a blusa, eu adorava, eu gostava de tomar parte daquilo, sentia-me bem, sentia-me tão bem, adorei... (1º ent), e tal como a maioria da sociedade laurentina, esquecer a realidade da guerra... «Olhe, eu vou-lhe dizer uma coisa: nós em Lourenço Marques praticamente não sentimos. Não sentimos nada, nada mesmo, o que é que nós sentíamos? Vimos a cidade evoluir muito e a todos os níveis e o pouco racismo que havia a começar a desaparecer... Era distante. O que é começou a aparecer muita gente, vinha muita gente militar e traziam com eles o know-how e savoir a nível de sociedade que a gente frequentava, por exemplo a minha mãe trabalhava... para o Movimento Nacional Feminino, a minha mãe fazia parte. Era amiga da mulher do governador Arriaga, eu era muito amiga da filha, quer dizer, aquele convívio que nós tínhamos com o que se chama elite nós éramos, fazíamos parte desse grupo, nós trabalhávamos para aquilo porque acreditávamos».

Para a nossa interlocutora aqueles anos 60 «Foram os melhores anos da minha vida, era o hotel Polana, todos os sábados... era o hotel Cardoso, a família Cardiga são meus compadres, eu sou a madrinha do filho ....do do Guga e eles são os padrinhos da minha Magda. ... (1º ent). A família Mesquitela... o mais novo era nosso amigo, porque andámos juntos no liceu (2º ent).<sup>83</sup> «...quando eu entrei para o liceu Salazar, era a única indiana que lá estava. Muçulmana. Havia goeses mas contavam-se pelos dedos, aquilo havia aquela coisa, parece que não deixavam os indianos entrar lá no Liceu Salazar. Indiana era a única que lá estava.(2º ent). «quando se fez o Liceu António Ennes só andei um ano, passei para o Salazar. A Doutora Esmeralda era minha reitora, que era muito amiga do meu sogro e era privilegiada porque ela tinha... Como é que hei-de dizer? Tinha certas regalias que os outros não tinham porque ela era muito amiga do meu sogro» (2º ent).

Uma integração que distingue os Gulamhussene Giná da maioria dos ismailis de Lourenço Marques. Contudo esta história de inserção na sociedade colonial do seu tempo assumiu na cidade capital modalidades bem distintas das que nos serão reveladas para o caso das famílias instaladas a norte do território, como teremos a oportunidade de observar, mas desde já descritas pela nossa interlocutora: «Eu vou explicar uma coisa: eu era indiana, havia muito racismo, um bocado por influência da África do Sul. Eu nunca me senti marginalizada por ser indiana porque de facto os indianos lá eram chamados de monhés. Eu nunca me senti marginalizada porque nunca ninguém me fez sentir porque da maneira que nós éramos amigos, éramos tão amigos, tão amigos, que a malta dizia assim: “Vais ser madrinha do meu filho” e a gente ia lá, era madrinha, eles eram padrinhos da minha filha, quer dizer, a amizade que não contava as coisas da comunidade. A amizade que existia entre nós era assim. Parece que era para cimentar, para juntar mais as amizades... em Nampula, no norte de Moçambique, nas famílias todas há-de reparar que os indianos não eram padrinhos de ninguém. Era ao contrário mas porquê? Para garantir que essas mais-valias. “Se o administrador for o meu padrinho, eram mais-valias”. Estou a falar francamente. Agora em Lourenço Marques não era assim, já era diferente... Eu tinha muitos afilhados negros, que ainda lá estão, que me escrevem, eu tenho muitas outras moças de quem fui colega no liceu, que sou madrinha dos filhos. Agora nem sei onde é que estão porque depois do 25 de Abril a gente veio para aqui, ficámos todos espalhados, uns estão ali outros estão acolá (2º ent).

Exemplar a trajectória de sucesso económico e social da família Gulamhussene Giná, um percurso até ao fim fortemente associado à centralidade da figura do Patriarca. Uma história que à semelhança da maioria dos outros ismailis a liga inexoravelmente à aventura colonial portuguesa e a conduz inevitavelmente a abandonar Moçambique no momento da independência: «Depois houve aquele 7 de Setembro... Fomos todos atacados e então o meu sogro é que fez? Alugou aviões e mulher e filhos vieram todos via África do Sul... Antes da independência, e nós então viemos todos. Os homens ficaram todos lá: os meus irmãos, os meus cunhados, mas nós viemos embora. Nós... na família do meu marido eram 5 irmãos e o meu sogro 6. Há uns... Já havia dois aqui em Portugal, porque nós tínhamos negócios aqui em Portugal também e tínhamos em Londres, negócios. E estavam lá 3, 2 estavam aqui. Nós

---

<sup>83</sup> Os Cardigas, conhecida família laurentina, ricos criadores de Gado a Sul do Save. A Família Mesquitela, associada ao Regime: pai Dr. Mesquitela era membro da União Nacional e da Câmara Corporativa.

*tínhamos negócios no Porto e o meu cunhado mais velho e mais o meu sogro diziam que sim. O meu marido como tinha estado na tropa, o meu cunhado, o meu irmão a seguir a ele diziam: “Não, isto não vai dar pá. Vamos embora daqui.” E o meu sogro disse: “Não, vocês podem ir todos embora, eu fico cá” Mas começou a haver perseguições. E então o meu marido foi o último, mais um irmão mais velho, os 2 que ficaram até ao fim. Depois um rapaz da Frelimo, que era nosso amigo, negro, foi ter com o meu marido e um irmão e disse: “Hoje venham comigo eu vou-vos deixar na fronteira porque amanhã vêm apanhar vocês para levar para a prisão”. E eles fugiram à noite pela calada, através da Namaacha da Suazilândia, da Suazilândia apanharam o bimotor para ir para Pretória onde a gente tinha família e de Pretória vieram para Lisboa. Vir para Portugal foi natural «Vou-lhe explicar porquê: primeiro a língua, segundo nós tínhamos negócios aqui» (2ª ent ).*

Sabemos contudo que, posteriormente à independência, entendimentos estabelecidos entre a Família e o Governo de Moçambique, e habilmente negociados pelo patriarca Gulamhussne Ismail Giná, estabeleceriam as condições de um eventual regresso ao país.<sup>84</sup>

### **Família Merali Ismail**

«Nós não estamos aqui» (1ª ent), afirma Amir, com indiferença e expressivo distanciamento, quando folheia um opúsculo evidenciando prestigiados membros da comunidade Ismaili de Moçambique em meados dos anos quarenta. O seu pai *Merali Ismail*, originário de Kutiana no Gujate, onde nascera em 1902, no seio de uma família camponesa, desembarcara em Lourenço Marques, ainda garoto, quando eclodia a 1ª Grande Guerra, por volta de 1914/1915. Soubemos também que o avô pioneiro Ismail Rauji Rajani, chegado ao território por volta da passagem do século, havia adquirido, em 1920, um terreno de 80 000 m<sup>2</sup> no Chamanculo, um dos bairros de caniço da capital da colónia, e aí construiu uma cantina. Contudo só em 1940 *Merali*, confinado também à actividade comercial na periferia africana da cidade, viria a reunir em Lourenço Marques a família que constituía na terra de origem : a mulher e os quatro filhos, três rapazes e uma rapariga, vindos ao mundo no decurso dos anos 30, na Índia britânica. Amir, nosso interlocutor, é o quinto filho e o primeiro natural da colónia. Em Moçambique viriam a nascer, todos os dois anos, os seus dois últimos irmãos: o sexto, um rapaz, e a última uma menina.<sup>85</sup>

As notas compiladas a partir dos BO e Anuários de Moçambique traçam a trajectória económica desta família de pequenos comerciantes da capital, cujos negócios se viriam a desenvolver a partir da cintura urbana africana, em direcção à cidade de cimento.

- a) Cantina no Chamanculo: em actividade desde os anos 20;

---

<sup>84</sup> Carlos Adrião Rodrigues advogado democrata e vice-presidente do Banco Central de Moçambique (antigo BNU) após a independência, dá-nos conta da forma expedita, e em conformidade com a legislação colonial, ainda em vigor na época, como o maior comerciante Ismaili de Lourenço Marques (Gulamhussene) garantiu a transferência de fundos para o exterior: O engenho consistiu em adquirir toda a produção de copra do país e garantir a sua exportação para o Paquistão, num contrato firmado a preços FOB em divisas (dólares). Socorrendo-se de prerrogativa consagrada pela legislação colonial do comércio externo, numa altura em que a moeda colonial era bem cotada no mercado cambial, substituiu-se ao importador e realiza o respectivo pagamento em escudos moçambicanos junto ao Banco Central (procedimento de que dependia a emissão dos documentos que permitiam o desembarque da copra no porto de destino). Ao fazê-lo garantiu que o contravalor em divisas lhe fosse entregue pelo importador no Paquistão.

Assim se operou uma transferência massiva para o exterior de divisas que poderiam ter dado entrada no fundo cambial de Moçambique. Esta manobra habilmente orquestrada escapa ao controlo do jovem Governo Moçambicano que, uma vez inteirado de tal desaire, se apressa a revogar a lei exigindo que daí em diante todas as exportações fossem pagas em divisas. Soubemos ainda que, posteriormente, em negociações realizadas em Portugal com representantes do Governo Frelimo, este prestigiado comerciante ismaili se comprometeria a compensar Moçambique remetendo ao país cerca de metade do valor em divisas da copra exportada. Uma operação concretizada em viagem de negócios ao Paquistão, em primeira classe, e financiada pelo governo revolucionário. Estavam criadas as condições para um regresso futuro desta família a Moçambique.

<sup>85</sup> Entrevistas Amir Merali, Maputo, 1: 29/07/2008 e 2: 07/08/2008, sem gravação. Transcrição a partir de notas e de memória.

- b) Empresa Vatel Lda Sadrudin e Jauladin 2, quotas iguais capital social 200 000 escudos .Loja de retalho, Av. Fernão Magalhães;
- c) Jauladin Merali (Anuários 64/65/66 –Comércio geral).
- d) A. Merali & Irmãos Lda (**BO 1966**) Merali Ismail 100 contos, Azize Merali, 50 000 esc e Ameenalli Merali 50 000 escudos. Total Cap. social 200 000 escudos.Substitui b) Grossista import/export. General Machado.<sup>86</sup>
- e) Amenalli. Pedido de instalação de fábrica de peúgas (**BO1972**)
- f) Jalaudin (Casa Merali) (Anuário 72/73) Comércio Geral e Tabacos
- g) A Merali & Irmãos Comércio Geral e Tabacos (Anuário 72/73)
- h) A. Merali & Irmãos Lda (**BO – 25 jan 1973**) Merali Ismail 100 000esc; Azize Merali 50 000 esc e Ameenalli Merali 350 000 esc. Alargamento capital social
- i) A. Merali & Irmãos Lda (**BO – 7 julho 1973**) Azize Merali 50 000 esc e Ameenalli Merali 450 000 esc. Alteração pacto social (saída do pai)
- j) Merali Ismail & Filho – (**BO 1974, 6 de Abril**) Estrada do Chamanculo- cedência de quota pai a Amir Merali 25 contos Filho Ameenalli Merali 25 contos

O filho de *Merali Ismail* confirma, comenta e acrescenta a informação disponível que lhe apresentamos. No seu discurso, à trajectória comercial da família, justapõe-se desde logo o percurso escolar dos sete filhos deste comerciante Ismaili, que visivelmente não descora os investimentos educacionais na sua descendência:

O primogénito: **Sadrudin Merali** fez a escola Comercial; **Jalaudin Merali** frequentou o colégio Pedro Nunes e é contabilista; **A menina** fez a 4ª classe e “*ponto final*” (1ª ent); **Azize Merali** fez o Instituto Comercial e viria a formar-se em Economia no ISCEF em Lisboa, é da geração dos primeiros moçambicanos a chegar ao Ensino Superior: “*foi colega de Mário Machungo*» (1ª ent), futuro Ministro no Moçambique independente e actual PDG da Banca portuguesa no país; **Amir Merali**, nosso entrevistado, foi o único a seguir o ensino liceal. Aluno do liceu Salazar desde 54/55 conclui o 7º ano em 1961. Terminado o curso liceal trabalha durante um ano na Inspeção de Crédito e Seguros para recolher fundos que lhe permitam financiar os estudos superiores dado que o pai, a partir da cantina do Chamanculo e os irmão mais velhos, ainda que desde 1954 proprietários de uma loja na cidade do “cimento”, consagrada ao retalho de roupa, não têm condições de o ajudar a prosseguir os estudos. Amir viria a frequentar o primeiro ano de direito em Coimbra, curso que interrompe, para integrar “*o Glorioso exército português*” (1ª ent) em Moçambique em 1964. Em circunstâncias mal esclarecidas em 1965 é vítima de um acidente que o faz perder um dos olhos e lhe estigmatiza definitivamente o rosto. Tinha então 23 anos; **Aminali Merali** faria apenas 4ª classe e finalmente, a **última filha**, a Escola Comercial.

### ***Uma cantina no Chamanculo***

O nosso entrevistado confessa não ter jeito para o negócio e ironiza “*sabe qual é o melhor negócio do mundo: Bancos e religião*”. É o único dos irmãos a não abraçar actividade comercial mas evoca com clareza a vida económica da família: o pai instalado como cantineiro no Chamanculo, bairro de «*caniço*» do subúrbio ocidental de

<sup>86</sup> Note-se que a designação Import /Export, correspondendo à nomenclatura adoptada pelos Serviços de registo das sociedades da época, visava identificar empresas envolvidas em transacções internacionais (comércio externo com a Metrópole, outras colónias e o resto do Mundo) não implicando necessariamente a exportação. Muitas seriam apenas importadores, como é o caso da Família MERALI dedicada ao comércio em meio urbano.

Lourenço Marques, viria a preservar a actividade até ao fim do período colonial: «*a cantina sempre existiu*» (2ª ent).<sup>87</sup>

É de presumir que o contexto recessivo que a 2ª GM impõe à colónia não tenha facilitado o início de vida deste pequeno comerciante ismaili, estabelecido na periferia africana da capital no início dos anos 40. No entanto os dados disponíveis revelam que nessa altura, LM conhecia uma expansão urbana considerável, quando comparada com meados da década de 20, dinamismo que não será estranho à nova gestão colonial que o Estado Novo inaugurara na década anterior. Com efeito, em 1940 o número total de habitantes em LM era já de 50 800 (dos quais apenas 29,3% correspondia à pop branca e reflectia o reforço da emigração portuguesa que vinha neutralizar o peso da presença estrangeira, característica da primeira fase da colonização), o que revelava uma evolução populacional considerável, da ordem dos 46,4%, relativamente a 1925, sendo que nesse mesmo período o ritmo de crescimento da cidade «*correspondera à construção de 1104 novos edifícios*». No que respeita a população Indiana em LM, em 1940, os dados disponíveis apontam para os 3147 indivíduos.<sup>88</sup> Ainda que, relativamente à «*população mista e negra*», sendo estes últimos os principais clientes das cantinas, não existissem na época «*notícias quanto à sua evolução nem tão pouco quanto à sua representação no aglomerado*», tudo leva a crer, a avaliar pela expansão populacional dos subúrbios africanos, que um mercado potencial se abria aos comerciantes indianos, como era o caso de Merali Ismail.<sup>89</sup> Na década seguinte, LM regista uma forte expansão populacional, da ordem dos 85%: em 1950 aí residiam 93265 indivíduos, dos quais 23 439 (25%) eram europeus. O total de indianos era nesse mesmo ano de 3939, uma expansão de 25% relativamente a 1940, sendo o número de indobritânicos (2001) inferior ao dos indoportugueses, (2806) avaliação que traduz a independência da Índia e o possível retorno à União Indiana de muitos ex-súbditos britânicos<sup>90</sup>. As adaptações operadas nos fluxos migratórios entre a Costa Esta africana e o continente Indiano terão proporcionado ajustamentos ao nível da escala e da localização espacial dos negócios tanto em LM como noutras partes do território colonial. Por último, e fazendo fé nos dados disponíveis, a população negra terá crescido da ordem dos 20,6% entre 1940 e 1950, mantendo-se confinada por razões económicas à periferia da cidade. Na época «*estavam preenchidos os bairros da Malhangalene, Alto Maé.... e Munhuana e para poente a cidade estendia-se até à Av do 1º de Maio, S. José de Lhenguene e av de Angola eixos que, orientando a expansão da cidade, constituem as vias de ligação ao exterior....*».<sup>91</sup>

Com efeito, o crescimento económico do pós guerra a que se associa a fixação de unidades industriais na zona ocidental da capital, viria a reforçar a migração rural originária do Sul do Save em direcção à capital. Mão de obra excedentária tanto para a indústria nascente como para os serviços da capital, esta população africana constitui a clientela preferencial do mercado suburbano em expansão. É graças a este contexto de alargamento dos bairros do caniço, que Merali Ismaili, a partir da sua cantina do *Chamanculo*, localizada no seio do subúrbio Laurentino, assegura a subsistência familiar e garante a educação dos seus filhos.

É certo que este e pequeno comércio, de espectro variado – dos tecidos aos produtos alimentares, essencialmente vocacionado à população africana dos bairros sub urbanos e explorado por indianos e também por brancos nem sempre é objecto de melhor apreciação, a avaliar pelos raros estudos disponíveis sobre o assunto:

<sup>87</sup> O bairro do Chamanculo fazia fronteira a nascente e norte com os da Munhuana e Xipamanine e confrontava a sul e poente com o Alto Maé o Malanga e S. José de Lhanguene. in Mendes, MC (1985) *Maputo antes da independência- Geografia de uma cidade colonial*, Memórias do Instituto de Investigação Científica e Tropical, n68, pp76

<sup>88</sup> No que respeita a população Indiana em LM, em 1940, os dados disponíveis apontam para os 3147 indivíduos. Em 1935: 2995 indivíduos, representando 7,5 % da população total sendo 1338 indo britânicos, onde se situam os isamilis não nascidos na colónia, e 1675 indo português in Mendes, MC (1985) p 96. (Cf. dados avançados Censo de 1894, 1928, já referenciado no texto, l a.2)

<sup>89</sup> Note-se que datam de 1940 as notícias relativas aos primeiros bairros de «*caniço*», como é o caso do Lagoas e Munhuana, sendo este fronteiro pela vertente ocidental ao bairro do Chamanculo. in Mendes, MC (1985) pp 95-96.

<sup>90</sup> Segundo as fontes orais, alguns indobritânicos sunitas terão deixado Moçambique, regressando à Índia antes da Independência do território. Após 1947 ao verificarem que não havia condições para aí permanecerem retornam a Moçambique. (Caso da Abdul Sacoor Abdul Latif / Casa Coimbra). Note-se que, na mesma época, os acordos firmados entre o Estado do Paquistão e Portugal, facilitarão o estabelecimento na colónia de cidadãos paquistaneses.

<sup>91</sup> *Idem* pp 95 e 96

«os estabelecimentos eram considerados o maior cancro pois além do seu papel de especuladores, eram locais dominados pela prática de prostituição e do alcoolismo. No entanto, eram os únicos estabelecimentos instalados no caniço, e até 1973 nenhuma medida tinha sido tomada para que as cantinas fossem substituídas por outros tipos de organizações comerciais privadas ou estatais». De facto para a ordem colonial difícil se apresentava o desafio de modernizar e moralizar a actividade de um sector vital ao abastecimento da população e que, nos últimos anos da colonização reunia, na periferia da capital da colónia 658 unidades dispersas por cinco bairros de caniço da capital. Para além do mais a actividade das cantinas, representando «8,8% do total das vendas dos estabelecimentos comerciais de LM» incrustava-se no seio de uma ampla actividade informal, de definição imprecisa e evoluindo do pequeno comércio à produção artesanal, dinâmica estruturante dos complexos equilíbrios sócio que económicos essenciais à sobrevivência das populações menos favorecidas da capital.<sup>92</sup>

A esta observação externa e distanciada apenas estamos em condições de contrapor a visão que Merali nos deixa da sua infância no seio de uma família de cantineiros do Chamanculo. *Os dias começavam cedo, porque distante era o caminho a percorrer para chegar à escola. Na primária frequentava a Escola Correia da Silva, na cidade dos brancos, ao pé da embaixada Britânica. Tinha que sair de madrugada de casa para apanhar o Machimbombo, o 14, cuja paragem ficava a duas horas de caminho do Chamanculo... terminadas as aulas, ao meio dia era na Jamaat Khana que aguardava com os irmãos a marmita com o almoço que diariamente a mãe lhe fazia chegar por um criado... Seguiam-se as aulas de religião, o desporto e a convivência com os colegas... quando o pai não aparecia para oração das 19h levando-os de carro para casa, o regresso ao lar cumpria-se de forma penosa para ele e um dos irmãos com quem partilhava o receio dos encontros indesejáveis ao percorrer os sombrios e perigosos caminhos que conduziam ao bairro suburbano onde viviam... (1ª ent).* Na cantina a actividade envolvia a colaboração de todos os membros da família. Amir, uma vez regressado a casa muitas vezes devia apoiar a mãe nas tarefas domésticas, «ela que tinha que cozinhar para 9 pessoas, 7 filhos e dois adultos» e recorda as noites em que «juntamente com os irmãos ajudavam a fabricar os sacos de papel de caqui, que serviam de embrulho no comércio da cantina» (1ª ent).

### **As lojas na zona do cimento**

Em 1954, dá-se a passagem dos negócios à Zona do Cimento, momento da constituição da *Empresa Vatel, Lda*. O estabelecimento é situado na Avenida Fernão de Magalhães, em plena baixa laurentina, próxima ao Mercado Municipal, local onde é intensa actividade de negociantes indianos, I. Amir tem o cuidado de sublinhar que se trata apenas de uma «loja» de retalho sugerindo a desadequação do termo empresa que consta dos registos oficiais. Os dois irmãos mais velhos assumem legalmente a responsabilidade da sociedade sendo que o primogénito velho exercia na época as funções de Contabilista na empresa de confecções Cruz e Silva, e portanto «apenas lá estava para assegurar o pacto social» (1ª ent). Conta-nos Amir que Sadrudin, foi confrontado com dificuldades associadas à negociação de licenças de importação com consequências gravosas para o negócio, o que terá levado ao fecho da primeira loja e à recomposição dos negócios da família.

Recorde-se que na década de 60, as modificações operadas no contexto colonial em Moçambique, fazem com que Lourenço Marques conheça um ritmo crescimento rápido, passando de 178 565 habitantes em 1960 para 383 775 em 1970, o que se traduz num potencial aumento da quota de mercado para o comércio indiano instalado tanto nos subúrbios como no Centro Comercial intra-urbano da capital. Nessa década, o ritmo de construção acelera-se, face ao período precedente (de 50-60 a expansão tinha sido da ordem dos 32,6%) registando-se entre «60-72, 2 683 novas construções, o que correspondia a 30,2% do total dos imóveis existentes na cidade do cimento naquele último ano».<sup>93</sup>

<sup>92</sup> Idem pp 185.186 a 190. Onde se dá conta das múltiplas actividades que para além das cantinas dinamizam a actividade económica dos subúrbios de LM. No bairro do Chamanculo, existiam no início dos anos 70, 99 cantinas, entre as quais a da Merali ismil. A área média dos estabelecimentos era de 30,2 m<sup>2</sup>.

<sup>93</sup> O Central District Business, na designação anglosaxónica. Ver Análise Mendes MC(1985), pp. 99, 100 e todo o Cap III

Nesse quadro os anuários dão-nos conta que desde 1964 Jauladin se encontra estabelecido no ramo do Comércio Geral ao mesmo tempo que os BO atestam a constituição, em 1966, da sociedade *A Merali & Irmãos, Lda*<sup>94</sup>, a qual substituíra a empresa *Vatel*. Mantinha-se o capital social idêntico à precedente (200 000\$), mas alterava-se agora o pacto social: o patriarca *Merali Ismail* assume a responsabilidade de 50% do capital sendo o restante partilhado pelos seus dois outros filhos: *Azize Ali*, licenciado em economia pelo ISCEF (Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, da UTL, Lisboa), e entretanto regressado a Moçambique, e *Amin Ali* o irmão mais novo. *Amir*, que na época se encontrava fora de Moçambique, confirma e considera natural a existência desta segunda vaga de negócios da família, sob a gestão do seu irmão economista e o mais novo. A actividade alarga-se para o comércio Geral e o export/import com duas sucursais (lojas) uma delas na Av General Machado, situada no limite Ocidental do *Centro comercial intra urbano*, e área comercial cujos proprietários são na sua totalidade asiáticos e preferencialmente frequentada por uma clientela indiana: «*A preferência destes para o comércio da Av General Machado está relacionado com a qualidade dos produtos que aqui lhes são oferecidos, pois todos eles são tipicamente indianos*».<sup>95</sup>

Em 1972 *Jaludin Merali* mantém-se estabelecido na *Casa Merali* em LM, ao mesmo tempo que no mesmo ano o seu 6.º irmão *Amin Merali* submete um pedido para instalar uma indústria de fabrico de peúgas de homem Senhora e Criança, pretensão que não sabemos se viria a ser aprovada pelo ministério da Indústria. Em Janeiro 1973 a sociedade por quotas *A Merali & Irmãos, Lda* alarga o seu capital social de mais 300 000 \$, totalmente suportado por este último.<sup>96</sup> No mesmo ano, em Julho o patriarca *Amirali Ismail* retira-se da sociedade deixando a sua quota ao filho *Aminali* (450 000\$) que passa assegurar o capital social com o seu irmão *Azize* (50 000\$). Finalmente, concluindo a leitura dos BO, em Abril 1974, pouco antes da queda do regime colonial, a sociedade *Merali Ismail & Filho*, a que pertencia a velha cantina da estrada do *Chamanculo*, regista, sinais dos tempos, uma significativa alteração do pacto social: O pai, que em breve deixará Moçambique, renuncia à gerência e cede a sua quota de 25 000\$ a favor do seu 5.º filho *Amir Ali Merali*, o qual que deixara a colónia no início da década de 60 para prosseguir os estudos de Direito em Coimbra, e tanto quanto nos foi dado saber só regressaria a Moçambique após a independência. Mesmo assim, e ainda que ausente, assumia com o seu irmão mais novo, *Ameen*, e com responsabilidade equivalente, a gestão da velha cantina da família.

Na trajectória económica desta família de pequenos comerciantes da capital, salientam-se duas fases de acumulação do Capital: a primeira em que o comércio do *Chamanculo*, num contexto de crescente migração africana que caracteriza o pós 2ª grande guerra, garante a sobrevivência a educação dos filhos, e permite ainda gerar um excedente que viabiliza o alargamento dos negócios na cidade dos brancos, com o estabelecimento, em 1954, de uma pequena loja cuja responsabilidade é assumida pelos 2 irmãos mais velhos, ambos com nível educacional no domínio do Comércio, sendo que o primogénito trabalha já como contabilista numa empresa de confecções de empresários não indianos. Contingências nos negócios, em meados da década de 60 levam à recomposição da actividade sempre no seio da família. É bem provável que a crise de Goa, conduzindo à saída dos comerciantes hindustânicos da colónia, tenha oferecido novas oportunidades negócios às famílias ismailis. Com efeito, fonte orais exteriores à comunidade, atestam que algumas teriam então adquirido a preços interessantes estabelecimentos pertencentes a cidadãos indianos obrigado a abandonar a colónia. Outras teriam beneficiado, como nos confessou o nosso entrevistado, do apoio de *A Khan* no arranque das actividades, por meio de um crédito a reembolsar em 5 anos. Talvez tenha sido esse o caso do patriarca *Merali Ismail* e de alguns dos seus filhos. Contudo, a progressão dos negócios não o leva a abandonar o comércio da cantina, fonte segura de excedentes uma vez direccionada à crescente clientela Africana do bairro do *Chamanculo*. De facto «*a cantina sempre existiu*» (2ª ent) e terá mesmo sobrevivido à época colonial... Da diversificação do retalho ao comércio Geral, segue-se o import/export e por

---

<sup>94</sup> *Merali & Irmãos, Lda*; 1966 (conf BO), Capital social 200 000; *Mehrali Ismael* (pai) 100 000 \$+ *Ameenali merali* 50 000 \$ (irmão 6); e *Aziz Merali*, 50 000 \$ (irmão 4)

<sup>95</sup> Mendes, MC (1085) p113

<sup>96</sup> Escritura de alteração do pacto social de 16/o1/1973-BO nº11 25/01/1973

último os planos industriais no domínio do vestuário. Se o filho mais velho deixa de ter visibilidade nos registos oficiais dos anos 60, significativa é contudo a presença do patriarca até ao fim do período colonial bem como a de três dos seus filhos. Amir é o único cuja trajectória de vida o distancia da tradição comercial da família, ainda que, mesmo assim, não deixe de garantir a sobrevivência da sociedade Merali Ismail a pouco dias do 25 de Abril de 1974. Relevante aliás o testemunho que nos deixa, a propósito dos negócios da família: *«As raparigas não fazem parte do universo do comércio, a sua vocação era para casarem... Nas famílias ismailis não há herança: o pai dá a cada filho o que puder... não há cimento... é assim faz parte d a tradição...»* (1ª ent).

Indiscutível, a partir dos dados disponíveis, a coesão da família do pioneiro Amirali Ismail. Atendendo tanto à escala e tardia espacialização comercial, como ao reduzido período de acumulação, impressiona o investimento realizado na educação da sua descendência: apenas um filho e uma filha ficaram pelo ensino primário, dois prosseguem estudos universitários e 3, entre os quais a menina mais nova, obtiveram formação secundário no domínio dos estudos comerciais. Mas como bem nos testemunhou o seu filho, também a razão deste percurso educacional se encontra inscrita na tradição dos Ismaili de Moçambique.

## II- O NORTE: O PERCURSO NAS «TERRAS FIRMES» E AS SOLIDARIEDADES MERCANTIS COM A ÍNDIA

### a) Os indianos do «Distrito e Moçambique»: entre as dinâmicas do Índico e o espaço colonial

#### 1 O poder de atracção da Macuana

É sabido que no contexto da recomposição das diásporas indianas no Índico ocidental a partir de finais do século XIX, também o norte de Moçambique viria a constituir terreno de fixação de novas vagas de imigração asiáticas.<sup>97</sup>

O «Distrito de Moçambique», segmento setentrional do território, (incluindo a Ilha de Moçambique, a costa swahili entre o Ligonha e o Lúrio, e o país Macua que delimitado por aqueles rios se aproxima das terras do Nyassa) é também terreno privilegiado de fixação da comunidade ismaili no decurso das primeiras décadas do século XX.

Ainda que todo este espaço se encontrasse, desde finais de oitocentos, formalmente submetido à administração portuguesa, tal como o território a Sul do Save, o período de «pacificação» iria aqui prolongar-se por mais de uma década, dada a forte resistência que povos Macua e os sultanatos afro-islâmicos da costa Swahili opuseram à ocupação portuguesa. Com efeito, tudo indica que só em vésperas da eclosão da 1ª grande guerra europeia é que a passagem da ilha de Moçambique às terras firmes do Mossuril, domínios do Sultanato de Sancul e porta de entrada na Macuana, passaria a ser realizada com segurança por parte dos moradores e quadros de administração, aí estabelecidos desde os tempos do Império Asiático.<sup>98</sup> Contudo a situação de instabilidade e precariedade que a confrontação com os alemães traz ao norte do território entre 1914-18, teria fortemente desmotivado a imigração de asiáticos e nomeadamente ismaili, que na época, deixando a Índia britânica em busca de vida melhor, se aventuravam já legal ou ilegalmente ao longo da vasta costa Este africana.<sup>99</sup>

Assim se explica, em sintonia com os testemunhos orais que nos chegam do interior da comunidade ismaili, que maior parte das famílias tenham chegado ao distrito de Moçambique, entre os anos 20 e 30 do século passado, uma migração provavelmente mais tardia do que a direccionada ao Sul do Save, distante do conflito mundial, território onde a ocupação do território se deu por concluída em finais do século XIX e o poder de atracção do Eldorado Sul-africano se manifestava desde então.<sup>100</sup>

Tudo leva a crer que na passagem à década de vinte, a Norte da colónia, restabelecidas estavam as condições da ocupação colonial efectiva, estabilidade imprescindível ao lançamento, como veremos, das infra-estruturas necessárias à exploração económica do Distrito de Moçambique. Um processo em que o governo se devia com urgência investir a fim dissipar as dúvidas que na época os parceiros europeus levantavam à capacidade colonizadora de Portugal. O desafio era de monta, atendendo ao valor histórico da Ilha de Moçambique, outrora cidade capital da África Oriental Portuguesa, além de que referência simbólica do antigo Império Asiático português.<sup>101</sup>

<sup>97</sup> Ver Pereira Leite, J. (1996) (2001)

<sup>98</sup> Sobre a resistência dos Swahili de Moçambique (sultanatos do Quitangonha, Sancul, sangage e Angoche), e Macuas, à ocupação colonial, ver Rocha, Aurélio (1989) "A resistência em Moçambique: o caso dos Suahili, 1850-1913", in Actas da I reunião Internacional de História de África, Lisboa, IICT/CEHCA, pp.581-612. E ainda Pelissier R (1984) La Naissance du Mozambique. France Orgeval Tome 1, 2

<sup>99</sup> Sobre as Incurções alemãs do Oeste de África no Niassa e Distrito de Moçambique ver Pelissier, R (1984 IX Les diables du nord du Mozambique pp. 681-722. Nomeadamente cartografia de ofensiva pag. 680

<sup>100</sup> As fontes orais atestam chegadas a partir de finais do século XIX. Note-se ainda que um estudo monográfico sobre a Ilha de Moçambique, atribuída a E. Marras, datada de 1884, regista a presença de: «noires musulmans, cojas, maures de Damão, maures des Cabaceiras et de Angoche, européens et métis» in l'île du Mozambique, Boletim de la Société de Géographie de Marseille, 8, 1884, pag. 39-44

<sup>101</sup> As possessões portuguesas em Moçambique fazem parte do Estado da Índia até meados do século XVIII (1750)

Neste quadro, um novo acontecimento económico viria a reforçar o contexto favorável ao estabelecimento de novas vagas migratórias transoceânicas nesta região do Índico Ocidental. Com efeito, desde 1919 que a Indústria de descasque de caju da Costa de Malabar iniciara o seu aprovisionamento em castanha proveniente de Moçambique. Sem dúvida que o processo de monetarização desta oleaginosa proveniente da agricultura familiar africana, e particularmente abundante na faixa litoral norte da colónia, desde o início maioritariamente assumido pelos comerciantes indianos, e também portugueses, já aí estabelecidos, viria a constituir razão económica maior do alargamento da presença mercantil indiana a norte de Moçambique.

A historiografia lusófona recente dá-nos conta da amplitude do efeito desta “*revolução económica*” em terras do Mossuril, fronteiras à ilha de Moçambique, logo no decurso das duas primeiras décadas do século XX, momento em que um regime de servidão assegurava a transição (pela instituição das rendas do *muta-hane*), entre o sistema escravagista abolido em meados de oitocentos, e as sucessivas formas de condicionalidade ao trabalho impostas pela administração colonial durante o século XX.

Tudo indica que desta forma se processou até ao final dos anos 30, pelo menos nas plantações como as do Mossuril, a monetarização da castanha. Sistema que, ainda que danoso para o Estado, pois conflitual com a desejável eficiência na captação do imposto de palhota que a nova Administração colonialurgia assegurar, viabilizara na época uma forte acumulação de capital aos homens de negócio que aí se consagravam à comercialização do caju.<sup>102</sup> No pós-guerra, a decisão de substituir ao nível das plantações, as prestações em trabalho gratuito por rendas em dinheiro, sistema mais consentâneo com a solidez das finanças coloniais, conduziria posteriormente a administração a fixar anualmente, em toda a zona de cajueiros, preços mínimos de compra da castanha ao produtor. Esta imposição, que aparentemente subsiste durante todo o período colonial, não obviou contudo a que montantes consideráveis do produto chegassem ao mercado através do sistema de permuta, usual ao *modus operandi* das cantinas dispersas pelo meio rural, ainda que fortemente penalizador para a economia tradicional africana<sup>103</sup>.

O negócio da castanha de caju, inextricavelmente associado ao dinamismo das redes mercantis indianas, ajustando-se e sobrevivendo a diferentes contextos contingentes (da interrupção do fluxo exportador de castanha no contexto da segunda guerra mundial aprovisionamento obrigatório, sobretudo a partir dos anos 60, da nascente Indústria nacional), viria a ter uma expressão duradoura e economicamente expressiva durante todo o século XX colonial em Moçambique. Esse impacte é visível quer a nível Macro, pela evolução das contas externas da colónia, como sucintamente observarão de seguida, quer ao nível dos seus efeitos redistributivos microeconómicos, em várias gerações de homens de negócio, tal como fontes documentais e orais nos revelam. Em alguns casos, o caju permitiu elevados níveis de acumulação mercantil, para outros apenas a sobrevivência económica, a avaliar pela

---

<sup>102</sup> A história económica do caju em Moçambique, nomeadamente na fase inicial da monetarização da castanha, é tributária da preciosa informação contida nalguns dos relatórios da administração lavrados nos primeiros anos do Estado Novo. Ler, sobretudo, o imprescindível: AE Pinto Correia. *Relatório da inspecção ordinária às circunscrições do Distrito de Moçambique*, Vol. I e II 1936-37, LM 5 de Abril 1938 (AHM/ISANI/Caixa 76). Ver ainda Pereira Leite, J (1995) «A economia do caju em Moçambique e as relações com a Índia: dos anos 20 ao fim da época colonial» in *Ensaio de Homenagem a Francisco Pereira de Moura. ISEG/UTL*, pp 633-640 / *Castanha de Caju e servidão no norte de Moçambique: Mossuril, da segunda metade do século XIX a 1938: Uma leitura das fontes e da historiografia recente*. Sabe-se que a partir dos anos 20, momento em que a castanha de caju se transforma num promissor produto de exportação e sobretudo com subida das cotações no mercado mundial a partir de 1933, as propriedades do Mossuril revalorizam-se e os residentes na Ilha de Moçambique precipitam-se na corrida aos lucros do caju. Intensifica-se o Muta-Hane e com ela a procura por todos os meios, legais e ilícitos, de terrenos a atribuir por concessão, repletos de cajueiros e de africanos expropriados constrangidos pelo sistema a consagrar 5 em 7 dias semanais de trabalho gratuito à apanha da castanha Situação que deixa perplexa a Administração Colonial quando constata que o rendimento do Muta-hane extraído do trabalho gratuito dos casais de africanos aí residentes anualmente era superior ao rendimento auferido pelas finanças coloniais pela cobrança do imposto de palhota a essas famílias. Entendida a situação como fortemente danosa dos interesses da gestão colonial empenhada em condicionar os africanos quer à cultura obrigatória do algodão quer ao assalariamento agrícola (a eufemística designação de «liberdade de Trabalho» consagrada no Acto colonial e constituição de 1933) a partir do sistema coercivo de imposto. A partir de 1938 a Administração inicia um processo, gerador de grandes conflitos na região, tendente a substituir as rendas em trabalho gratuito por rendas em dinheiro, permitindo ao trabalhador pagar o imposto de palhota. Objectivo que viria a ser atingido no imediato pós guerra.

<sup>103</sup> Sobre a dinâmica de monetarização ver Pereira Leite, Joana (1995) 2 -O circuito Internacional da castanha de caju: a génese da complementaridade entre Moçambique – Índia pp. 641-642. E ainda, análise a publicada no periódico «Economia de Moçambique» nota 55 op cit

trajectória das famílias de comerciantes ismailis trazidas a este estudo, algo que, aliás, tivemos já a oportunidade de confirmar ao seguir o percurso dos ismailis a Sul do Save.

Para concluir, importa sublinhar o lugar particular que esta oleaginosa ocupa na estruturação da economia colonial moçambicana, vertente com particular incidência no *Distrito de Moçambique*, o maior produtor do território<sup>104</sup>.

Atenda-se por um lado à natureza *informal* do seu processo de monetarização, fundamentalmente assente na troca directa em meio rural africano, mobilizando produtores e redes mercantis em torno de transacções que escapam em grande medida ao controlo da administração.

Observe-se por outro a relativa autonomia com que a partir dos anos 20, o circuito exportador se estabeleceu e reproduziu, à margem dos interesses, da lógica e também da efectiva regulação Imperial portuguesa, a qual de início, apenas teve algum sucesso na imposição aduaneira. Situação que aliás, parece perdurar até ao final dos anos 50, momento a partir do qual com o lançamento da indústria de descasque se apela à intervenção proteccionista permitindo garantir a competitividade moçambicana face à concorrência industrial indiana. Esta nova dinâmica afectaria naturalmente os interesses dos exportadores de caju bruto, ainda que a sua presença nunca venha a ser posta em causa em tempo colonial.

Note-se por último que até então, a gestão colonial do Estado Novo concentrara-se essencialmente na promoção e regulação da cultura obrigatória do Algodão. Também neste quadro o *Distrito de Moçambique* desempenha uma função essencial porquanto até finais dos anos 50, nele se cumpre essa vertente essencial do *Pacto colonial*, fundamento económico da aventura colonial portuguesa do século XX: garantir o aprovisionamento em matéria-prima do têxtil Metropolitano. À margem deste sistema, ou mais apropriadamente a ele justaposto, permanecia o *Pacto Mercantil* com a Índia, anterior ao plano colonial do Estado Novo, deixado ao engenho e à resiliência de homens de negócio, alguns deles munidos de fortes referenciais identitários e de sólidas relações intracomunitárias, como aconteceu com certos Ismaili, e como tal capazes de estabelecer e manter de forma durável quer as pontes com o mundo rural africano e a administração colonial portuguesa quer as solidariedades mercantis com os interesses industriais indianos.<sup>105</sup>

## **a.2 Fundamentos de acumulação e da mobilidade indianas**

### **a.2.1 Os rendimentos do caju a partir das estatísticas do comércio externo.**

Uma vez definido o contexto que presidiu à presença mercantil indiana no Distrito de Moçambique no decurso do século XX colonial, e dada a centralidade que o comércio da castanha caju assume tanto na inserção socioeconómica dessas comunidades, como na economia da região, as estatísticas do comércio externo revelam-se um bom indicador do sucesso económico associado daquela actividade. As séries longas do comércio externo, expressas em unidades físicas e monetárias (escudos moçambicanos), disponíveis a partir de 1937 pelos Serviços de Estatística do Estado Novo, constituem referência essencial da análise.<sup>106</sup> Esta base de dados apresenta-se como um

<sup>104</sup> De acordo com as estimativas avançadas, dos 27 milhões de cajueiros dispersos na faixa litoral da colónia em 1968, 11 milhões cobrem o Distrito de Moçambique, e permitem colher anualmente 85 000 ton de castanha (in *Caju Monografia*) 71/72 – BNU, mimeo pp. 9)

<sup>105</sup> Pereira Leite, J. (1989) sobre a economia do algodão e do caju pp. 515-568

<sup>106</sup> Para os períodos anteriores podem ser utilizadas compilações de dados não harmonizadas, disponíveis em várias fontes (Anuários, Estatísticas de Comércio e navegação realizada por R. Salgado 1921-26, em Libras Sterlings). Para o período 29-36 só existem avaliações em termos físicos dos fluxos exportadores de castanha Caju. Note-se que certas fontes situam em 1919 o início do aprovisionamento da Indústria indiana com castanha proveniente de Moçambique, contudo não encontramos até ao momento qualquer informação quantitativa que o confirmasse. Por seu turno fontes documentais dispersas apresentam, para períodos anteriores, e mesmo durante a 1ª guerra mundial, informação sobre a exportação de castanha de caju e outros produtos, a partir dos portos do distrito de Moçambique. (Fonte: AHM, Fundo da Administração Civil/RELSER/Dist Moçambique:Rel Anual do Governador 1915-16 / Rel e Diários de Serviço. Caixa 5).

bom indicador quer dos níveis e ritmos de monetarização da castanha disponível em meio rural da faixa litoral de Moçambique quer das receitas auferidas pelos agentes que realizam a sua intermediação e que apenas residualmente são redistribuídas aos produtores africanos. As margens de benefício dependem da posição que os primeiros ocupam na complexa rede de distribuição, essencialmente dominada por homens de negócio asiáticos, ainda que não exclusivamente. Nesta cadeia de valor haverá ainda que ter em conta a parte apropriada pelas Finanças coloniais, quer através do sistema de licenciamento ao comércio (retalho, grossista/armazenista, exportador) quer da imposição aduaneira, montantes que variam segundo os contextos e as diferentes fases da colonização e de difícil avaliação quantitativa. Por último, é pelo cruzamento da informação estatística organizada com outros elementos quantitativos ou qualitativos dispersos nas múltiplas fontes escritas e orais disponíveis que estaremos em condições de identificar as diferentes fases de acumulação de capital mercantil associadas a esta actividade, essências à análise das trajectórias económicas dos indianos ismailis e outros agentes económicos que operaram no Distrito de Moçambique.

Naturalmente que a medida da evolução deste vector exportador da economia moçambicana constitui igualmente contexto explicativo pertinente para a avaliação dos percursos de agentes que noutras partes da colónia se envolveram nesta actividade, tal como tivemos a oportunidade de observar, quando nos ocupamos dos percursos dos ismaili a Sul do Save, e sobretudo no Distrito de Inhambane, ainda que sem apelo sistemático ao enfoque quantitativo agora ensaiado.

***A corrida ao Lucros do caju (1929-39): «Uma chusma de colonos portugueses e indo-britânicos, ex-condenados, negociantes de meia tigela, industriais sem capital, burocratas falhados e tarimbeiros de reserva, todos eles dali a pouco arvorados em proprietários rurais»<sup>107</sup>***

A primeira conclusão de relevo, a partir das estatísticas disponíveis (1929-36 em volume; 37 a 74 em volume e valor e Q1 e Q 2), é de que a crise 29-33, à excepção do ano 1932, não se reflectiu negativamente nos quantitativos de castanha exportada. Os dados permitem-nos ainda concluir que no decurso da década que precede a eclosão do 2º conflito mundial (29-39) a monetarização da castanha, resultante da interacção dos produtores africanos com intermediários recentemente lançados no negócio, evolui a um ritmo crescente, de acordo com uma taxa de variação anual a média de 24,8% (o que corresponde a uma expansão da ordem dos 500% ou seja cerca de 6 vezes nessa década). Ainda que para este período não se disponha de informação completa quanto à cotação do produto (à excepção dos anos 1937 a 39. A queda de 20% em 38 não persiste no ano seguinte Quadro 2) as fontes documentais atestam como vimos anteriormente, a subida crescente dos preços a partir de 1933, facto que terá atraído muitos comerciantes ao lucrativo negócio do caju, tal como aconteceu no Distrito de Moçambique.<sup>108</sup> Esta avaliação quantitativa, com impacte certamente considerável nas receitas de exportação e por conseguinte nos rendimentos dos intermediários, dado a elevada margem de comercialização usufruída na época (num contexto em que, grande parte da castanha era obtida ou gratuitamente, como o permitia o sistema do muta-hane, nas propriedades do Mussoril, ou pelo sistema de troca, sempre desigual, e impossível de quantificar, a que os africanos forneciam a castanha) leva-nos a situar nesta década uma ***Primeira Fase de Acumulação Mercantil*** associada a este negócio de lucros certos e avultados. Assinale-se contudo que a queda na tonelagem exportada entre 1937- 1938, da ordem dos do 36%, equivalente uma perda d 57% nas respectivas receitas (em consequência da assinalada quebra nos preços de 20%), poderá indiciar o efeito das medidas impostas a partir do início de 1938, no sentido de restringir os lucros desenfreados do caju, em proveito das finanças coloniais, nomeadamente no Distrito de Moçambique.<sup>109</sup> Tratava-se, aparentemente, de uma política difícil de levar à prática devido aos conflitos resultantes

<sup>107</sup> Pinto Correia (1938) pp. 120 in Joana P. L. (1995) pp. 616

<sup>108</sup> Ver nota 5

<sup>109</sup> Em Janeiro de 1938 a portaria nº3282 acabava com o pagamento de rendas em trabalho não remunerado ou cuja remuneração fosse inferior ao salário legalmente fixado. ver Pereira Leite, J. (1995) pp. 637

dos múltiplos interesses em presença. Ainda que na época, nem tudo corresse mal para a recente administração colonial do Estado Novo.

***Há males que vêm por bem: a interrupção do fluxo exportador de castanha no contexto da 2ª Guerra Mundial coincide com o reforço das relações económicas no seio do Império (1939-45).***

Face ao bloqueamento do tráfego no Índico a economia do caju afunda certamente em prejuízo dos interesses exportadores: o peso da castanha de caju no valor total das exportações cai de 5,9% para 1,4% entre 1937/42 (quadro 2). A situação agrava-se ainda mais partir deste último ano em que Moçambique exporta apenas 10 mil ton. Em 43 e 44 produz-se a ruptura: 700 ton e depois apenas 7 toneladas. Chegara-se quase à estaca zero do negócio da castanha. As fontes documentais e orais sugerem-nos quais teriam sido os exportadores que mesmo assim se mantiveram no mercado acaparando os parcos lucros desse momento recessivo. Não foram certamente numerosos, apenas alguns, cuja visibilidade é notória finda a guerra, e certamente os mais antigos e influentes, com maior grau de resiliência à adversidade. Porém, e ainda que ironicamente, parece ter sido este um contexto favorável à Administração portuguesa. Por um lado, dissipam-se os conflitos, outrora de difícil solução, no seio do mundo do caju, por outro o contexto de autarcia económica provocado pela Grande Guerra traduz-se em progressos significativos na consolidação do Pacto colonial. Com efeito, as estatísticas confirmam que, face a 1938, momento em que o défice de balança comercial de Moçambique respeitava numa maior percentagem as relações com o estrangeiro (90,6%) do que a dívida à metrópole (9,9%), a situação conhece em 1945 uma inversão espectacular: 93,5% respeita então metrópole e apenas 6,9 % do estrangeiro. Esta viragem revela uma expansão significativa dos sectores produtivos que integram o pacto colonial (açúcar e algodão expandem o seu peso no sector exportador de 28% para 46% entre 1937 e 42 enquanto que os produtos que se inserem no circuito internacionalizado passam de 40,7% para 20,4%, nesse mesmo período). Atenção particular merece a progresso do algodão nas contas externas da colónia (entre 1938-45, de 9.9% atinge os 33,2% sendo que o açúcar mais dependente do mercado internacional, vê reduzir a sua participação de 18.5 %para 12,8%), o que traduz os sucessos alcançados com a cultura obrigatória do ouro branco, a grande concorrente do caju no Distrito de Moçambique. Por seu turno, nesta mesma altura, enfraquecia o comércio com o estrangeiro, de que a castanha de caju faz parte (de 71,3% em 1937 para 51,4 % em 42). Note-se que foi este o único momento na história da colonização em que os laços económicos de Moçambique com a Metrópole se impuseram aos estabelecidos com o resto do mundo.<sup>110</sup> Contudo para a maioria dos comerciantes da castanha tratou-se esta de uma **fase pouco propícia à acumulação mercantil**.

***Após a tempestade a bonança: O Pós Guerra, relançamento do negócio do caju. Entre tentações industriais e outros acidentes de percurso (1946-65).***

O relançamento do circuito exportador, anunciado já em 45, ano em que se exportam 12 toneladas de caju bruto num valor de 8 mil contos (sinal de recuperação atendendo aos precários 6 contos resultantes do fornecimento, em 44, de 7 toneladas ao descasque indiano) anuncia que a rede comercial preparada estava para reactivar o negócio. Apesar dos 5 anos de marasmo que o conflito trouxera à economia colonial e ao negócio da castanha em particular, a esfera de circulação asiática demonstra uma vez mais, a sua histórica agilidade mobilizando os aparente precários capitais no relançamento do sector.

---

<sup>110</sup> Informação estatística compilada originalmente in Joana P. L. (1989) série longa do comércio externo A-IV-92. ver ainda Joana P. L. (1993) «Mozambique, 1937-70. Bilan de l'Évolution de l'Économie d'Exportation: quelques réflexions sur la nature du Pacte colonial» in Estudos de Economia vol XIII nº4, Jul-.Set pp 390-393

As fontes escritas já trazidas a este estudo atestam que pelo menos 2 proeminentes homens de negócio ismaili do Sul do Save, os Tharani e os Gulamhussene, se encontram, na altura, em condição de responder aos múltiplos desafios que as mutações do pós-guerra trariam à Economia do caju<sup>111</sup>.

Regista-se, por um lado, as perturbações que a **Independência da Índia em 1947** trouxera ao nível de procura da castanha moçambicana, desde logo reflectida na queda tonelagem exportada logo em 48 e 49, (da ordem dos 9,8% e 5,8 %) ainda que a perda de receitas (9,7% e 3,1%) fosse marginalmente compensada pela melhoria das cotações, sobretudo em 49 (2,8%). Assinale-se de seguida, logo em inícios da década de 50 os projectos de lançamento de unidades de descasque nacional, mobilizadores de interesses conflituais no sector do caju e conduzindo a uma forte concorrência pela partilha dos excedentes monetarizados da castanha. Uma dinâmica que conduz à **intervenção paulatina da governação colonial**, pela diversificação de direitos aduaneiros a fazer incidir sobre castanha e amêndoa exportadas.<sup>112</sup> Por último, não é excluir que em finais da década, as campanhas de Caju, que anualmente se realizam de Novembro a Janeiro, se tenham ressentido da **perturbação política** que a candidatura democrática de Humberto Delgado às eleições de 58 trouxe à colónia, a avaliar pelo apoio considerável que o opositor ao regime gozava, nomeadamente no Distrito de Moçambique. Trata-se com efeito de uma década marcada por uma sobredeterminação de elementos perturbadores do contexto interno e certamente não imune às contingências que na época atravessam a Índia independente, dada a situação de Monopsónio que caracteriza o mercado da castanha de caju envolvendo as duas margens do Indico.

A influência deste ambiente particular no negócio da castanha pode ser observada a partir de uma leitura atenta das estatísticas do comércio externo no período em causa: à recuperação do fluxo exportador manifestada no momento de viragem aos anos 50 (entre 49 e 50, expansão de 64% da tonelagem associada uma valorização das receitas de 73%) seguem-se dez anos em que as exportações revelam um comportamento cíclico, tanto ao nível da tonelagem como das cotações internacionais da castanha. (Q 1: verificam-se **quedas** substanciais em volume em 1951 (-35%), 55 (-16,8%), 56 (-22,6%), 59 (-35,5%) e 60 (-9,8%), em alguns casos precedidos de abaixamento dos preços nos anos transactos, como aconteceu em 54 (-22,08%) 57 (-1,7%) e 58 (-19,3%). Note-se que em 1960, os quantitativos exportados (55848 ton) 18,8 % inferiores aos de 1950 (68810 ton), traduzem já a transferência uma parte da castanha monetarizada, bem como dos respectivos rendimentos, do sector exportador para a Indústria.

Mesmo assim, prometedor é o balanço final da destes «intempestivos anos 50», que estão na origem da 2ª **fase de acumulação mercantil para os comerciantes da castanha da colónia**, entre 50 e 60, a tonelagem exportada expandiu à taxa média anual de 8,3%, a que correspondeu a um variação anual média das receitas da ordem dos 17,7%, graças uma valorização média das cotações anuais da castanha da ordem dos 12,3%. Estes resultados traduzem-se em 1960 por um reforço em dois pontos percentuais (de 7,5% em 50 para 9,5% em 60) do peso da castanha nas receitas nominais externas da colónia (período em que não se verificam pressões inflacionistas), quando a amêndoa produzida internamente, a partir de métodos manuais, não conseguia ainda enfrentar a concorrência indiana no mercado mundial.

Convém assinalar que a castanha de caju impõe-se então como produto vocacionado ao mercado internacional que maior peso tem no comércio externo de Moçambique (ainda que seguido de perto pela compra que conhece um perda brutal de posição nesse período: de 17% em 1950 para os 9,3% em 1960), ainda que longe de atingir a importância e performance dos produtos que alimentam o pacto colonial (o algodão que expande a sua participação de 21,9% para 32,5% e o açúcar que progride de 7% para 13,3 % no decurso dessa década).

<sup>111</sup> Os únicos da comunidade a integrar a lista de exportadores da colónia em 1945, como tivemos oportunidade de referir.

<sup>112</sup> O objectivo como tivemos a oportunidade de salientar era garantir o abastecimento em matéria-prima da primeira Unidade de descasque Instalada a sul da colónia, a Caju Industrial SARL, e Indústria Nacional de caju e Óleos. As percentagens a entregar obrigatoriamente à Indústria, fixadas pelos Avisos da Junta da Exportação, e condicionadas a critérios regionais, sofreram uma grande variação durante os anos 50: 10% em 1951; 22% em 55; 18% em 56; 30% em 59 e 13% em 60. O sistema viria a ser posto em causa no início dos anos 60, dada a oposição de exportadores e industriais. Os últimos reclamavam receber castanha de má qualidade. Os primeiros queixavam-se dos *plafonds* de preços fixados pela administração. Em 61/62 o comércio da castanha seria liberalizado e à indústria da castanha consagrado o direito de opção sobre cada partida a exportar. in JPL (1995) nota 33. A diversificação dos direitos aduaneiros, protegendo a exportação de amêndoa (7%) em prejuízo da castanha (11%), foi decidida em 1955. Ver JPL (1995) pp. 645

No domínio do económico é este um momento de viragem na história de Moçambique, dadas as mudanças que se anunciam na sua estrutura produtiva, de que a economia do caju é um exemplo, nas articulações coloniais bem como nos equilíbrios financeiros internacionais. Um contexto macro económico a ter em conta quando se trata de analisar as trajectórias dos agentes na fase final da colonização portuguesa.

### ***A transformação da economia do caju nos anos 60 e 70: da castanha à amêndoa, «O Ouro e o petróleo de Moçambique»***

É sabido que industrialização da castanha de caju em Moçambique, permitindo a partir de 1961 quebrar o monopólio da produção mundial de amêndoa até então detido pela Índia, se deve ao sucesso da aplicação dos métodos mecânicos de descasque. Foi necessária uma década para que a tecnologia apropriada fosse testada e confirmada, graças sobretudo ao envolvimento, perseverança e engenho privados, onde se incluem como vimos alguns homens de negócio Ismaili estabelecidos a Sul do Save. Parece que só na fase final do processo o Estado se viria a envolver abertamente no processo de inovação tecnológica que viabilizaria a colocação da amêndoa moçambicana no mercado mundial. Iniciava-se então a década de 60, momento em que a PIEEP consagra alterações decisivas na estratégia colonial portuguesa face ao modelo de autarcia estabelecido nos anos 30, as quais coincidem com mudanças estruturais importantes na economia da colónia. Tudo indica que um consenso alargado se estabelecera na época entre o governo e o meio do negócio quanto às virtudes do desenvolvimento da agro indústria do caju, opção permitindo a prazo atrair consideráveis recursos financeiros à economia da colónia.

Com efeito, desde 1958 que um défice crescente da balança de pagamentos ameaçava a estabilidade macroeconómica do território, desequilíbrio que a industrialização por substituição de importações potenciara, e face ao qual insuficientes eram já os avultados rendimentos provenientes dos serviços prestados na África Austral pelas *economias de trânsito e de emigração* moçambicanas. Note-se que mesmo a reserva de ouro acumulada durante mais de 30 anos no fundo cambial colónia -proveniente da engenhosa gestão salazarista (consagrada no sistema *deferred pay*) dos recursos associados à remuneração devida aos moçambicanos pelo trabalho nas minas sul-africanas se viria a esgotar em meados dos 60 no esforço de garantir a solvabilidade externa do território.<sup>113</sup>

É neste contexto que desde meados dos anos 50 vimos emergir, mesmo no seio dos interesses historicamente ligados ao lucrativo comércio exportador da castanha, homens de negócio indianos que se deixaram atrair pela aventura industrial, tal como nos foi já revelado pela análise que aqui nos traz.

Na verdade, o que a história dos últimos anos da colonização nos demonstra é que afinal, contas feitas, os recursos da colónia em cajueiros, ainda que de difícil avaliação, pareciam amplamente suficientes, assim os seus proprietários aceitassem continuar trazer os frutos ao mercado, permitindo assim alimentar os dois ramos de actividade em que se transformara, sobretudo a partir de meados dos anos 60, o proveitoso negócio do caju em Moçambique: ao comércio exportador de castanha (*o ouro*) se associa então a produção e escoamento internacional da amêndoa (*o petróleo*), mais valorizada no mercado mundial.<sup>114</sup>

Esta é a evidência com que as estatísticas e as fontes documentais nos confortam (Q1 e Q2).

Datam de finais da década 60 as únicas estimativas de que dispomos sobre a Produção de caju em Moçambique: 44 891 553 árvores das quais menos de 50% estariam em produção em todo o território, dispersas em maior número no distrito de Moçambique como já salientamos e também no de Inhambane (dotados respectivamente de 11 e 8 milhões de cajueiros aprox com uma produção anual, em 1968, estimada em 85 mil e 60

<sup>113</sup> Em 1960, a reserva de ouro do fundo cambial rondava os 1.124 mil contos. A venda progressiva deste stock à metrópole permite assegurar até 1965 a solvabilidade da economia moçambicana no seio da Zona do Escudo, de acordo com o Sistema de Pagamentos interterritoriais estabelecido pela PIEEP in Joana P. L. (1990) Tab 3.

<sup>114</sup> Tal como em finais dos anos 60 a eles se refere o periódico laurentino, *Economia de Moçambique: «O cajueiro e os seus produtos. O petróleo e o ouro de Moçambique»*. Inquérito da Economia de Moçambique, in E. M. Novembro 1968 pp. 8

mil ton).<sup>115</sup> As análises da época confirmam que, à excepção de três experiências de plantação ensaiadas a sul do Save por empresas privadas, o caju permanece, então e mesmo até ao fim da colonização, uma cultura essencialmente espontânea e circunscrita Economia tradicional africana.<sup>116</sup> Note-se que durante todo o período colonial em Moçambique não foram muitos os europeus, comparativamente com os indianos, a operar com sucesso na interface entre esse mundo e o mercado colonial, ainda que subsistissem naturalmente excepções, de que o *João Ferreira dos Santos* constitui, no distrito de Moçambique, um exemplo paradigmático.

Tudo indica que para os interesses do comércio exportador, a partilha da castanha com a indústria nacional, tributária do aparato proteccionista progressivamente imposto pela governação colonial, não tenha constituído razão de particular inquietação, a avaliar pelas fontes orais: «*a castanha chegava para todos....*» Ou então quando se evocam os eventuais prejuízos resultantes da concorrência da indústria de descasque nacional: «*Era normal, era a política da época....*»<sup>117</sup>. Aparentemente, o negócio do caju a todos parecia beneficiar.

É o que nos revelam as estatísticas do comércio externo para o período 60-74, momento em que os interesses exportadores partilham o mercado da castanha com a indústria nacional, assumindo alguns homens de negócio indianos posições em ambas as vertentes do negócio.<sup>118</sup> Constitui esta a **última fase de acumulação**

115

Estimativa da Produção Distrital de Castanha de Caju		
1968		
	Nº de Arvores	Castanha produzida
	em Produção*	7,5kg /árvore (ton)
Lourenço Marques	690412	5000
Gaza	2470324	20000
Inhambane	8045046	60000
Manica e Sofala	630516	5000
Zambézia	1924939	15000
Moçambique	11088871	85000
Cabo Delgado	2606217	20000
*colheita : Nov a Jan		
Fonte: Agronomia Moçambicana, vol4, nº4, 1968		
in Caju ( Monografia), BNU mimeo ,p.9		

<sup>116</sup> In JPL (1995) nota 54

<sup>117</sup> Entrevista Lisboa 1/02/2005

As medidas proteccionistas, implementadas a partir dos anos 60, envolviam desde a fixação anual pelos serviços de Economia do preço mínimo da castanha a adquirir ao produtor ( cujo cumprimento era de difícil verificação por parte da Administração ), imposição de direitos aduaneiros mais penalizantes à castanha , bem como de sobretaxas. Procedeu-se ainda a condicionalidade regional das exportações, segundo as campanhas. Assim em 71/72, em todo o sul do Save foi interdita exportação; na Zambézia apenas 1500 ton eram autorizadas; a Norte do Zambeze, e até ao rio Ligonha livres para exportar estavam 60% das compras de cada exportador. Todo o Distrito de Moçambique constituía zona não regulada (entre o Ligonha e o Lúrio- zona de maior concentração de cajual). Finalmente zona a Norte do Lúrio e até Porto Amélia autorizadas eram apenas 60% das compras de cada exportador e a norte totalmente livre para a exportação (zona afectada pela guerra de libertação e portanto pouco acessível aos operadores) in JPL (1989). Diagrama (1971/72) do Instituto Agronómico de Moçambique reproduzido pag. 564.

<sup>118</sup> Dos Ismailis, e avaliar pelas fontes documentais apenas os e Gulamhussene se mantêm na Indústria nos últimos anos da colonização (Indústrias de Caju Lda ,Manjacaze) ,autorizado a laborar até 5000 ton, ainda que seja de prever que Tharani mantenha as suas quotas na Caju Industrial de Moçambique . Dos Sunitas, a visibilidade cabe a Sacoor& Tavares Lda , 1000 ton anuais LM . A Norte apenas o Hindo-português Mahendra Gordandas abrirá uma unidade no Mossuril, em 1972 ou 73. Uma unidade que viria a recuperar no período pós colonial, no momento da liberalização e uma vez finda a guerra civil, mas sem grande sucesso. Em 1971 a distribuição distrital das unidades é a seguinte: LM 9; Gaza 2; Inhambane 1; Moçambique 5 in Caju (Monografia) (1971/72? ) BNU, mimeo, pag. 13 e 14 .e ainda Pereira Leite, J. (1995) (2000). Em 1971 Estão inscritos 20 exportadores, dos quais: 8 hindus, 5 sunitas, 4 Ismaili e 3 empresas europeias. Dos Ismaili: Armazéns Piarali (Moç), Banji Velji (A. Enes) Jamal Kará Sucrs Lda (Moçambique) Gulamhussene & Filhos (LM). Dos europeus: João Ferreira dos Santos (Moç). Caju (Monografia) (1971/72? ) BNU, mimeo.pag. 11

**mercantil dos agentes envolvidos no comércio da castanha.** É sabido que, tal como nos períodos anteriores, aos grossistas exportadores cabia a maior fatia do benefício, uma vez extraído ao valor da exportação o preço pago ao agricultor africano, os custos de comercialização e naturalmente os direitos e sobretaxas de exportação. As análises disponíveis estimavam em cerca de 50 % a margem bruta de lucro associada ao negócio da castanha em 69/70.<sup>119</sup>

Tal como na década precedente o comportamento do comércio exportador desta oleaginosa, dominado pelos indianos, não será imune aos **elementos de contexto**, particularmente constringentes nesta última fase do período colonial em Moçambique: da **contestação da presença portuguesa na Índia ao início da guerra de libertação**. Específica deste momento é ainda a reação da indústria indiana à emergência de novos concorrentes na África Oriental, o que se traduziu numa **pressão constante no sentido da alta de preços** com o intuito de garantir o aprovisionamento em matéria-prima. Uma estratégia proteccionista assumida e centralizada pelo Governo indiano que a partir 69/70, e através do «Indian State Trade Corporation» controla as importações e os preços da castanha.<sup>120</sup> Finalmente a evolução do fluxo exportador da castanha ganha maior em inteligibilidade se confrontado com os **resultados da indústria de descasque nacional**, consumidora da matéria-prima outrora vocacionada à exportação, e cujos outputs dão entrada no mercado internacional em concorrência com as unidades da costa de Malabar.

Poderemos assim associar a queda da tonelagem exportada logo no início da década de 60 (de 9,7% em 60 e 4,8% em 62) quer ao contexto político da época quer ao arranque da valorização internacional da amêndoa moçambicana, evolução que se ressentia da quebra acentuada das cotações (22,9%) em 62, muito possivelmente em consequência da crise de Goa, onde se encontram instaladas unidades de descasque dependentes do aprovisionamento moçambicano<sup>121</sup>.

Conclui-se ainda, pela leitura dos dados, a tendência de desaceleração que se instala nos quantitativos exportados da castanha, sobretudo a partir de 1965 (uma perda anual de ton exportada da ordem dos 4,3% entre 1960-73) constituindo certamente o início da guerra e a aceleração da actividade de descasque factores explicativos a considerar. Tal evolução não impediria, graças a valorização, ainda que a um ritmo irregular, do preço da castanha no mesmo período, que as receitas de exportação em termos nominais crescessem a uma média anual de 9,8 % entre 1960-73<sup>122</sup>. Mesmo assim, e tal como atestam as fontes orais, a forte queda das cotações ocorrida em 1972 (10,1%) teve gravosas consequências para alguns exportadores, estabelecidos nomeadamente nos distritos de Moçambique e A. Enes, como observaremos em breve ao evocar a trajectória de alguns homens de negócio ismaili.

Apesar disso, é inegável que o caju bruto, a partir de 1969 baixaria progressivamente a sua importância no comércio externo da colónia (de 9,5% em 60, atinge o seu máximo em 64, rondando os 17%, decaindo a partir de então). Um peso económico transferido progressivamente para a indústria nacional cuja contribuição se impõe à da castanha na viragem à década de 70 (de cerca de 1% em 1961, para 10,3 % em 1970).

Em 1973, a amêndoa contribui já em 18,4% para as receitas de exportação de Moçambique enquanto a castanha atinge o nível mais baixo de sempre (3,7%). Trata-se sem dúvida de uma posição digna de relevo, a que assume a economia *do caju* no seu conjunto (Castanha, amêndoa e óleo atingem 23%), nesse ano que precede a queda do regime colonial, ultrapassando Algodão (20,2%), pedra angular no antigo «pacto colonial», e seguida de longe pelo açúcar (10%) e a s outras oleaginosas (9,9%, assumindo a copra a maior proporção).<sup>123</sup>

---

<sup>119</sup> In Caju ( Monografia) (1971/72? ) BNU, mimeo.pag 10

<sup>120</sup> JPL (1995) nota 21.

<sup>121</sup> Nomeadamente as unidades pertencentes à firma Zantié, pioneira do descasque.

<sup>122</sup> No decurso da década de 60, verificou-se uma ligeira tendência inflacionista na economia moçambicana, a ter em conta na avaliação do valor real do impacto sobre o consumo interno da expansão dos rendimentos do sector exportador.

<sup>123</sup> No contexto das modificações operadas no *regime algodoeiro* no início dos anos 60, a cultura do algodão, em transição para uma lógica de plantação, essencialmente dinamizada por agricultores europeus, não se insere mais no quadro do “*pacto colonial*” e no sistema de cultura obrigatória, que durante três décadas se impusera ao campesinato africano in Pereira Leite (1993) pp400-401.

Note-se por último, que a recuperação verificada na tonelagem exportada de castanha em 74, para as 73 mil ton (expansão de 121% relativamente às 33 mil ton do ano transacto) no ano da Revolução em Portugal, com reflexos recessivos imediatos nos outputs internacionais da indústria local (queda -0,2% na ton exportada de amêndoa), traduz bem a vitalidade do comércio da castanha e dos homens de negócio que durante toda colonização do século XX animaram em Moçambique o *Pacto do Caju* com a Índia.

### **a.2.2 A infra-estrutura ferro-rodoviária: do litoral da Macuana às margens do Lago Nyassa**

O lançamento das infra-estruturas ferroviárias constitui, como se sabe, um veículo universal do alargamento das fronteiras a partir da revolução industrial. Símbolo indiscutível da modernidade ocidental e do imperialismo britânico a sua implantação na África subsaariana encontra-se inextrincavelmente associada à maioria das aventuras coloniais do século XX, sempre que os cursos de água não viabilizaram o acesso a esse «coração das trevas» que o «*mundo dos outros*» representava para o imaginário da maioria dos europeus de então.

Naturalmente que a ocupação colonial portuguesa não escapa à mobilização deste poderoso e inovador meio de transporte, como aconteceu em Moçambique, cujo lançamento se faz acompanhar do mapeamento rodoviário do território, desafio de monta dada a extensão do território e a frágil capacidade económica de Portugal.

É certo que diversas são as perspectivas a considerar quando se atende ao alargamento da fronteira ferroviária e múltiplas são ainda as narrativas históricas a ela associadas: das análises macro das políticas, da economia ou da geografia das redes de comunicação às visões que atendem às dimensões antropológicas do estabelecimento do sistema ferro-rodoviária. Perspectiva que privilegiaremos nesta análise.

Entendemos assim que o conhecimento da história do caminho-de-ferro fornece uma grelha útil à compreensão da mobilidade mercantil indiana no Distrito de Moçambique, sobretudo quando se trata de seguir a trajetórias das famílias que foram levadas a aventurar-se para além das margens do Índico, expandindo os negócios no interior da Macuana. Aliás, as narrativas de memória trazidas a esta investigação, mostram bem, em que medida a chegada do caminho-de-ferro no norte de Moçambique, levou, à imagem de outras experiências históricas, a definir novos projectos de vida, ao conhecimento de outros mundos e ao alargamento das fronteiras mentais, culturais e sociais.

#### ***Uma história do “farwest” moçambicano: os CFM, fundamento do alargamento da fronteira mercantil indiana.***

A história do estabelecimento dos Caminhos-de-Ferro no norte de Moçambique impõe-se como saber obrigatório para o esclarecimento do contexto e das motivações que presidiram à fixação mercantil asiática das margens do Índico às terras longínquas do Nyassa.<sup>124</sup>

---

<sup>124</sup> Para efeitos de enquadrar a nossa análise sobre a mobilidade indiana no Distrito de Moçambique seguiremos a História dos CFM 1971, 3 Vol. Edição oficial publicada nos últimos anos da colonização. O intuito é assinalar os elementos que nos poderão ajudar a esclarecer as condições que presidiram ao estabelecimento das nossas famílias ismailis nos distritos de Moçambique e Nyassa, a partir das primeiras décadas do século XX.

A cidade de Nampula, capital do Distrito de Moçambique a partir de 1935, situada a cerca de 150 de Km do litoral, constitui, como salientaremos mais à frente, um pólo económico dominante e, por consequência, entreposto central e obrigatório na conexão ferroviária que se viria estabelecer a partir dos anos 30 em direcção à distante fronteira do Malawi e às margens do Lago Nyassa.

A construção da linha a partir do Lumbo-posto da circunscrição do Mossuril, situada no litoral fronteiro à ilha de Moçambique - um projecto desde cedo esboçado pelo governo colonial, seria decidida em 1913. Quando, em 1950, o caminho-de-ferro chega a Nova Freixo, nas margens do rio Lúrio, entreposto ocidental do Distrito de Moçambique, atravessava já 538 km do país Macua. Em 1962, 800 km de linha férrea estavam concluídos entre o porto de Nacala e o Catur, já e m terras do Niassa. Na época, era esta a maior linha férrea do Moçambique colonial, atravessando os distritos de Moçambique e do Nyassa. Note-se que a fase final deste projecto seria realizado em condições de grande instabilidade, no contexto da pressão que a guerra anticolonial exercia na região, em finais dos anos 60. Com efeito só a escassos anos da Revolução de Abril em Portugal o CFM atingiria, em 1969, Vila Cabral, capital do Distrito do Nyassa: *“ A luta espantosa que a construção desta linha representou, teve o seu epílogo feliz quando em vésperas do Natal de 1969, Vila Cabral ouviu o silvo da primeira locomotiva que ali chegava como símbolo de fé e confiança no futuro”*.<sup>125</sup>

A linha de Nacala a Vila Cabral cobria então 800 km do território moçambicano e tendo levado mais de meio século a ser construída:

*«Ao longo d a linha foram-se estabelecendo povoações que cresciam. Namialo chegou a ser uma das povoações mais importantes do distrito, com um tráfego importante e uma larga afluência d e produtos (associado á expansão do comércio asiático). Memba e Nacala, ao norte, Mutumonho, Mogincual e Boila ao sul rivalizavam-se em importância, no número de estabelecimentos abertos e no movimento comercial, visto que todos ali tinham os seus portos e o mar, como fácil escoador para Angoche ou para Moçambique dos produtos que para ali os nativos levavam (caju entre outros...) À medida que se foram construindo estradas, surgiu logo o Camião (conduzidos pelos nossos comerciantes asiáticos ...na altura poucos cantoneiros portugueses existiam) encurtando as distâncias e foi assim que de Memba partiu a principal linha de tráfego comercial, com ramificações para o interior. Favorecido pelo CF, o comércio deslocou-se do Mongicual para o Lúpo, de Boila para Nametil, para Chaláua, avançando sempre cada vez mais para o interior, indo procurar produtos às próprias regiões de produção, dispensando o nativo de andar meses inteiros no caminho para o mar.»*<sup>126</sup>

Este excerto, redigido no início dos anos 70, revelador do dinamismo trazido pelo caminho-de-ferro e empenhado em estabelecer um expressivo registo cartográfico da região, prima contudo pela completa omissão da sua diversidade populacional. Estamos assim face a um espaço naturalizado, vazio de humanidade, onde apenas os «nativos», pressentidos como paisagem, se inscrevem num contexto geográfico e macro económico, movido pela acção de entidades abstractas: o Caminho Ferro, o comércio, a produção, o tráfico. É nossa intenção observar em que medida esta leitura simplificadora do todo social desprovida da complexidade das dinâmicas socioeconómicas e redutora das lógicas e práticas dos agentes - característica própria ao discurso oficial, pode ser contestada a partir da história oral e de um escrutínio rigoroso das fontes escritas disponíveis.

Em 1970, ironia da história, o troço Nova- Freixo – Entre-Lagos estabelecia a conexão directa de Nacala à fronteira do Malawi, país que em breve iria dar passagem aos guerrilheiros da FRELIMO que, no início dessa década, inaugura, a partir da Zambézia, e desafiando a presença portuguesa na Barragem de Cabora Bassa, a frente sul da Guerra contra o colonialismo português.<sup>127</sup>

---

<sup>125</sup> In História CFM, Tomo II p 285

<sup>126</sup> História CFM, vol II, pag. 265, nota 1

<sup>127</sup> A frente de Manica e Sofala seria aberta em 1972. Ver tese indispensável de Amélia Souto (2003).cap IX.

O sacrifício em vidas humanas que envolveu a finalização tardia do CF de Nacala, expressivamente relatado pelo Jornalista Guilherme de Melo, insuspeito de infidelidade ao regime só é compreensível à luz do grande significado político que o regime consagrava a esta manobra de diversão, num momento em que exército colonial português envolvido na operação Nó Gordio (lançada em Julho de 1970), era confrontado com um decisivo desaire militar frente à Frelimo em terras de Cabo Delgado.<sup>128</sup>

## **b) Trajectórias dos comerciantes ismailis no país Macua**

Se o negócio do caju se apresenta como a principal força de atracção para a instalação de todos os indianos no Distrito de Moçambique o avanço do caminho-de-ferro, complementando a vulnerável rede rodoviária, constitui um veículo decisivo da sua mobilidade. A estruturação do complexo ferro-rodoviário, ao permitir desmultiplicar as operações de inserção económica e de acumulação de capital, constitui contexto explicativo essencial da reprodução das dinâmicas mercantis asiáticas e da valorização económica do território. Tal como procedemos para o Sul da colónia, daremos conta de alguns itinerários socioeconómicos de famílias ismailis, fiéis à perspectiva de os analisar enquanto fenómeno social global.

### **b.1 Trajectórias de fixação ligadas ao Caminho de Ferro:**

#### **Família Mamade Hussene**

#### **Amirali Mamade Hussene: A trajectória de uma família no fio da navalha**

#### ***Período de uma primeira acumulação: O tráfico negreiro no seio de uma interacção com os poderes swahili, Macua e português***

O avô paterno vizir de um 'rajput' do Rajahstan foi deportado, por razões políticas, pelos britânicos na África do Sul, em 1880, e encarcerado. Teve um filho nascido no cativeiro. Refugiados em Delagoa Bay, que o avô considera muito enfeudado aos ingleses, partem pouco depois, para o Norte de Moçambique e, no final dos anos 80 instalam-se, não na Ilha, mas no interior em Nampula. Quando se verifica a pacificação da 'macuana' por Mouzinho de Albuquerque, o avô e o seu filho já lá estavam. «*Recordo que o meu avô já falava a língua deles. O meu bisavô intermediou a não guerra.*»<sup>129</sup> (ent 12/10/2005). Pouco depois, o avô morre e o filho chama o seu primo do Rajahstan. O primeiro ficará a viver em Mongincual, no litoral swahili, enquanto que o segundo se instalará em Nampula, região Macua.

<sup>128</sup> Ler História CFM, Tomo II, pag. 284-285, excerto citado da sua obra *Moçambique, Norte-guerra e paz* (73?) e ainda Amélia Neves Souto (2003) op cit

<sup>129</sup> Mais à frente, no parágrafo que relata a fundação de Nampula, poderemos ver os detalhes sobre o papel de mediador do avô entre os macuas e os portugueses. Quanto aos detalhes históricos da chamada «pacificação» e das campanhas militares de Mouzinho 1890-1910, seria interessante considerar o artigo de Aurélio Rocha, *Resistência em Moçambique: o caso dos Suaili, 1850-1913, Actas da I reunião internacional de História de África, 1989, pp. 581-615*. As ligações dos portugueses com os chefes do interior da macuana, que sofriam por causa dos swahili da costa, fortaleceram-se depois da derrota das campanhas militares de Mouzinho contra os swahilis/macuas. Esta conquista foi possível graças à ajuda dos «10000 ajudantes africanos». Tais detalhes permitem-nos confirmar o relato de Amirali M. H. cujo avô vivia no interior e não no litoral.

### **Entre Nampula e Mongincual dos anos 1890 à 1927: das cantinas à falência**

Os dois primos dedicam-se ao comércio. Presumimos que aprovisionam as populações africanas com os produtos para consumo, adquiridos na ilha junto aos mercadores baneanes já estabelecidos (têxteis, óleo, farinha, açúcar...) assegurando a monetarização de alguns produtos da economia tradicional (mandioca, castanha seca, amendoim, gergelim peixe seco). No contexto da primeira guerra mundial, cujas consequências se fazem sentir no norte de Moçambique, a fome assola a região e a família entra em falência «no ano 18-19, quando o meu avô regressa da Índia, que se está a passar uma fome tremenda em Moçambique. Ele era uma pessoa que estava muito bem, não era capaz de verem as pessoas morrerem-lhe à porta, tendo ele os armazéns cheios de salvo as dimensões hoje quando se fala em armazéns fala-se numa coisa gigante mas naqueles tempos um armazém teria, sei lá, uma dimensão de 200 m<sup>2</sup>, 300, não sei. Quer dizer, ele não estava para aí voltado e tem piada que o meu avô materno (seu primo de Nampula) também teve o mesmo gesto: de abrir os armazéns e permitir à população, porque a comida apodrecia, recordemos que as comidas naquele tempo eram feitas de farinhas e peixes secos, mandiocas, castanha seca e por aí fora, mas tudo isso seco. E que quando armazenado, dado o grau de humidade na África, o mais provável era começar a arranjar bichos e começar a apodrecer. Então, entre ter aquilo a apodrecer e dar às populações, eles preferiram ir à falência literalmente, mas, enfim, salvaram as pessoas que eles puderam”. Contudo, o avô consegue recompor o seu capital nos anos 1923/24 e, em 1928, morre de uma epidemia de tuberculose e da inexistência dos cuidados adequados. Um dos seus filhos, pai do nosso interlocutor, então com 7/8 anos regressará à Índia com a sua mãe porque as autoridades portuguesas não lhe reconheceram o estatuto de esposa/viúva legítima, obrigando-a a retornar ao seu país de origem. No seu regresso a Moçambique, quatro anos mais tarde, em 1932, encontrar-se-ão espoliados de todos os seus bens «ele não regressa para Mongincual, porque quando ele regressa para o Mongincual “há bens que são a minha posse a minha mãe não pode assumir isso mas são meus”. A verdade é que o administrador do posto tinha-se apossado de todos bens e tudo o mais, eu julgo que isso era comum naqueles tempos”.

### **Os anos da errância: 1927-50. A Zambézia**

O pai de Amirali M. H procura uma nova vida longe da Macuana e trabalha como assalariado em casa do seu futuro sogro, um mestiço zambeziano. A morte de sua mulher leva-o uma vez mais a partir. Passa pelo Alto Molócué, região fronteira entre a Zambézia e o distrito de Moçambique e rica em ouro e pedras semi-preciosas, e acabaria por regressar a Nampula, onde se encontrava instalado o primo materno e sua descendência. Assim, inaugura ele a quarta fase da sua vida<sup>130</sup> através de um segundo casamento com uma prima materna e o apoio do seu sogro/primo que o ajuda a instalar-se no interior, em Mandimba, pequena aldeia na fronteira com o Niassalândia, onde relançaria a sua actividade comercial. Dois detalhes podem chamar a nossa atenção: a família está acima de tudo, mesmo acima da comunidade ismaili<sup>131</sup>, lugar que lhe permite a recomposição do capital graças a uma aliança matrimonial. Trata-se de um exemplo recorrente no seio da comunidade ismaili, para quem não é estranho que um primo ofereça a sua filha em casamento a um membro da família desabonado ou com dificuldades financeiras, ajudando-o a instalar-se, novamente, por conta própria, com um capital que fará frutificar sob sua exclusiva responsabilidade, numa região situada mais no interior do território. A aliança matrimonial, a individualização do capital e a lógica das ligações comerciais (da cantina ao armazém e à import/export ou vice versa) constituem os três

---

<sup>130</sup> Podemos falar de etapas muito claras que marcaram a trajectória pessoal e económica do pai de Amirali M : 1- Mongincual, 2- Índia, 3- Zambézia, ( e Alto Molócué) 4- Nampula ( Nampula, Madimba( Niassa)/Nampula)

<sup>131</sup> Isto é particularmente certo para esta circunstância, na medida em que esta família, devido à sua origem de uma elevada casta, nunca quis ser confundida com a restante comunidade ismaili. Noutros casos, o capital colocado/avançado/dado e a troca matrimonial não têm necessidade de se efectuar no seio da família alargada, mas muito simplesmente entre membros ismailis, cujos laços familiares sempre afirmados são, no entanto, mais alargados

pilares da solidariedade ismaili que caracterizam o seu modo de funcionamento económico enquanto facto social global.

Em Mandimba nascerá, em 1950, o seu filho Amirali. Após a escola primária continuará os estudos secundários e comerciais em Nampula e será testemunha de toda a grande transformação que viria a conhecer a vila no contexto da política colonial do pós-guerra (Política de povoamento branco e de desenvolvimento das infra-estruturas ferroviárias e portuárias no norte de Moçambique.)

### ***Recomposição da riqueza e os novos laços com o poder colonial : às décadas de 50/60/70 em Nampula***

As novas orientações políticas e económicas obrigam os indianos quer a uma adaptação das suas actividades quer ao estabelecimento de novas pontes com o poder e a sociedade colonial.” Amirali M.H opõe ao Estado da Rapina o Estado da Lei<sup>132</sup>. O que se anuncia nos anos 50, caracteriza a nova ordem colonial – (impostos, escola, plano de valorização das terras e inserção num pacto económico colonial a partir de certas culturas, como o algodão e o sisal, bancos de empréstimo e de investimentos, chegada de colonos agricultores e não só de comerciantes, de colonos com um saber fazer necessário ao desenvolvimento dos planos de infra-estruturas urbanas, rodoviárias, ferroviárias e portuárias...) – em suma, uma ordem que fornece as leis a que cada um tem que se submeter «já obrigava as populações a funcionarem de uma forma mais Portugal continental».

O crescimento demográfico da população branca de Nampula e a dinâmica dos serviços e do lazer também provocam a chegada das populações de indianos pouco qualificados, a partir das cartas de chamada enviadas pelos já instalados.<sup>133</sup> Comparando as duas populações, Amirali M. afirma: «as pessoas que vêm nos anos 50, indianos, são pessoas de menor qualidade mas a função pública já manda lá gente com alguma qualidade. E como começam a mandar professores primários, professores secundários, médicos, engenheiros, o nível começa a crescer.”

Amirali associa o início da guerra em 64 a uma nova política por parte do Estado português, de aproximação aos líderes comunitários Apesar de não representar a comunidade ismaili, no final dos anos 60 o seu tio é sondado para ser presidente da câmara municipal de Nampula. Recusa, alegando a incompatibilidade entre uma actividade comercial e outra política, em simultâneo. Ainda assim, a sua família e a comunidade votam no candidato Baessa<sup>134</sup>. O seu filho, Pedro Baessa era um garimpeiro e tinha descoberto uma mina de ouro em Alto Molocué<sup>7</sup>, onde o pai de Amirali tinha estado entre a sua estadia na Zambézia e o seu regresso a Nampula.<sup>135</sup> De qualquer forma, Amirali confirma que o seu pai e o seu tio estavam unidos por laços de amizade à família Baessa.

Podemos assim salientar a constatação da **não linearidade, contingência e consequente precariedade, mas também a resiliência**, que atravessam a trajectória familiar, económica e sócio política, ao longo de três gerações, destes migrantes ismailis em Moçambique de 1880 até 1974.

---

<sup>132</sup> Mais à frente assinalaremos, no item consagrado a Nampula, as características do funcionamento económico e social deste território, as ligações entre indianos (incluindo os ismailis), os funcionários públicos e os pequenos comerciantes brancos.

<sup>133</sup> No quadro mais global das dificuldades do povoamento das colónias africanas, os planos de encorajamento e as modalidades de instalação dos «colonatos», ver os trabalhos de José G. de Matos Santa Maria, «Da emigração portuguesa nos últimos 50 anos: como se deve preparar o emigrante para ser um bom colono» in Comissão Executiva dos Centenários. Congresso do Mundo Português .XV vol. Memórias e comunicações apresentadas ao IX congresso, Lisboa, Tome 2, IIe secção; Arnaldo A. Reis Figueira «O povoamento dirigido: factores condicionantes, principais causas de insucesso in Ultramar, n°41/42, 1970. O quadro referido por Amélia de Souto na sua tese inédita (op.cit.) p.234, quadro 14, também é muito interessante porque nos permite ver a quase duplicação da população portuguesa na colónia de Moçambique e a evolução paralela dos indianos entre 1945 e 1955 ; o que confirma os propósitos de Amirali M H. Segundo esta fonte, passamos de 31 221 brancos em 1945 e 65 798 em 1955 e de 9 700 indianos em 1945 a 15 235 em 1955.

<sup>134</sup> Ver mais à frente no parágrafo sobre Nampula, os pormenores sobre a nova política portuguesa levada a cabo nos anos 60.

<sup>135</sup> Ao longo da década de 70, iniciaram-se estudos sobre a exploração de urânio na Zambézia e pedras semipreciosas nos Distritos de Moçambique e da Zambézia

A **não linearidade**, remete para a sinuosidade da trajectória económica em que à fase de acumulação se sucedem falências, procura de outras soluções de sobrevivência em territórios diferentes ( de jornaleiro a garimpeiro), ao retorno ao comércio no interior e à estabilização da situação económica.

A **contingência** e consequente situação de precariedade consagram: 1) Uma trajectória económica que se desenvolve num momento de transição na história do norte de Moçambique. Do fim do tráfico negreiro à ocupação colonial do século XX, e que posteriormente, é penalizada pela 1ª guerra mundial; 2) Uma trajectória familiar aprisionada entre duas legislações matrimoniais que se ignoram (a britânica e a portuguesa) e vítima da impunidade de uma administração colonial que a conduzem a 25 anos de errância.

Finalmente a **resiliência** da família resulta da interacção entre os laços matrimoniais e a recomposição da actividade económica, o que ocorre graças a um esquema particular às famílias ismaili, fazendo com que novo capital seja mobilizado para o desenvolvimento dos negócios em terras do distante Niassa. As novas oportunidades surgem nos anos 60, no contexto da instalação, em Mandimba, de um novo colonato branco. Foi assim que se ofereceram ao pai de AMH as condições que lhe permitem assegurar a educação da sua descendência. O nosso interlocutor foi funcionário público na última década da colonização.

De acordo com o que nos foi dado observar tanto os registos legais como os anuários da colonização são quase mudos<sup>136</sup> quanto à existência desta família de “comerciantes”. Somos então levados a concluir que esta invisibilidade se estende a muitos outros casos. Por outro lado, a riqueza da história que a memória de Amirali M.H nos revela, são essenciais para nos levar a desconstruir o estereótipo de indiano confinado ao seu destino de comerciante. Ela permite-nos também compreender uma trajectória económica enquanto fenómeno social global.

## Família Alibay

### *Da agricultura ao comércio*

Quando o avô desembarca na Ilha com um dos filhos, no final do séc. XIX, deixa outros dois na África oriental Britânica (Kénia e Ouganda) « *para diversificar no mesmo sítio, pode não dar bem* » (*X ent1*)<sup>137</sup>. Oriundos de Rajkot, no Gujarat, de uma família de pequenos agricultores, tinham embarcado em Bombaim. À sua chegada e, segundo o costume, o avô trabalhou como caixeiro por conta de outrem, JFS, antes de criar rapidamente a sua própria loja<sup>138</sup>. Outro filho seu, Mamade Hussein Alibhay, pai dos nossos interlocutores, nasceu em Moçambique em 1912. Passa a sua adolescência na Índia, frequenta a escola da aldeia e, tal como a sua família, vive dos produtos de uma agricultura de subsistência.

Volta a Moçambique em 1928, na altura da morte do seu pai. Tem 16 anos e é casado com uma jovem de 12.

O casal e a família que, em breve aumentará (7 filhos), começam por se instalar em Ribaué.

Têm uma loja de comércio com nativos. Mas, o caminho-de-ferro que chega a Ribaué em 1934, tal como vimos, permite a esta família, para além do transporte em camiões, chegar à Ilha onde pode abastecer-se de produtos junto dos armazenistas ou dos negociantes indianos de import/export, em troca de produtos indígenas que lhes passam a chegar do interior. « *o meu pai tinha muito comércio, todo o comércio e o relacionamento comercial do meu pai era Iapala, Ribáuê e Ilha de Moçambique. E então ia de comboio ou ia de carro e passava por Nampula.* » (x)

<sup>136</sup> Nos Anuários aparecem os nomes de: Karmali Popat (sogro e primo do pai do nosso interlocutor) como comerciante em Nampula 1954/55, seu filho Firozali Karmali Popat em Meconta em 72/73. Os filhos e os netos da família de Amarchy Jamal, o avo paterno: Damjy e Ali Jamal em Meconta de 1939 até 1965 (cuja localização fica a meio caminho entre Mogincual e Nampula), Valimamade Jamal a Vila Cabral em 1966.

<sup>137</sup> Entrevistas x, Lisboa: 1ª 29/09/05 2ª 20/02/06; Y14/07/06

<sup>138</sup> Outros Ismailis começariam por trabalhar para o João Ferreira dos Santos, como é o caso de Esmael Popat

ent2). Em 1951, o pai abre outra loja (mercearia) em lapala, e tem a ajuda de um empregado ismaili. Toda a família se instala logo a seguir nesta localidade europeia, nascida ao lado do caminho-de-ferro que lá chega em 1936. « Aquilo era uma terra ferroviária, havia oficinas de caminhos-de-ferro, passava ali o comboio, e então havia muita gente, muitos europeus – que a gente chamava europeus- enfim, muita gente trabalhava lá. Só que era gente classe média-baixa, eram funcionários, eram mecânicos. » (X ent1). Segundo um dos filhos, em lapala viviam mais cinco famílias ismailis (nenhuma hindu). A uma distância de quarenta quilómetros uma da outra, as duas lojas apresentam clientela diferentes: a primeira, essencialmente indígena, a segunda oferecendo mercadorias tanto aos indígenas como aos europeus. As duas lojas coexistirão, tal como uma plantação de tabaco que o pai, uma vez instalado em lapala, irá comprar. Elas confirmam duas fases de acumulação: a primeira entre 1930 e 1951, em Ribaué, dependia exclusivamente do comércio de caju e, a segunda, em lalapala, de 1951 a 1957 (data do falecimento do pai) caracteriza-se por uma expansão do comércio aos portugueses e por uma diversificação da actividade na plantação de tabaco.

De sublinhar que as duas lojas servem para assegurar a educação de todos os filhos, valor primordial partilhado pelo pai e pela mãe « *fartou-se de trabalhar para nos dar educação... 5 filhos a estudar naquela altura... gastava-se muito dinheiro, para o meu pai essa questão da educação era muito importante. Ajudava, então a minha mãe era a pessoa que estava mesmo lado a lado que o meu pai ; sozinho não conseguia...os dois tinham aquela mentalidade que a educação tinha que ser das melhores. Estávamos no colégio, estivemos internados, no colégio de padres (X ent2)<sup>139</sup>... Para já não havia condições básicas de estudo (em lapala)<sup>140</sup>, portanto era um sacrifício muito grande, as pessoas tinham que se deslocar, era preciso ter situação financeira capaz”. (X ent1)*

### ***Do comércio à agricultura: uma arte de viver e uma gestão subtil das relações sociais e políticas.***

Interrogados sobre as razões do sucesso económico do seu pai, os filhos referem as suas qualidades pessoais e a sua maneira de ser que lhe tinham valido o respeito tanto por parte dos outros indianos, como dos portugueses e africanos com os quais tinha vivido. Trata-se de um homem pouco escolarizado mas educado, aberto e carismático que soube contrair uma profunda amizade e uma qualidade de relações, incluindo as políticas com o Dr. Casimiro Cortesão (ver detalhes mais à frente no parágrafo sobre Nampula) que teve grande influência sobre o futuro e as opções políticas desta família. Aliás, o seu capital humano começou por constituir uma espécie de ‘linha da frente’ e de exemplo para os outros ismailis que, teriam podido hesitar em apostar tão fortemente como ele na instrução dos filhos, e que estariam mais virados para reproduzir o ciclo comercial nas suas progenituras. « *Temos uma relação muito estreita de amizade que é às vezes supera a família. Os meus pais, o meu pai e o pai dele (de Z) eram muitíssimo amigos...ele diz que realmente a vida dele foi vocacionada pelos conselhos do meu pai. E então que ele também se sacrificou para que os filhos todos estudassem. Isso já veio de uma amizade e depois das influências que o meu pai transmitia que os estudos é que eram a coisa melhor*”<sup>141</sup>(X ent1). É pois, uma maneira de ser que é evocada relevando o respeito por parte dos portugueses, e aligeirando o racismo ambiente da sociedade colonial que enfrentavam. “*A relação naquela altura posso-lhe dizer que a relação com os portugueses de Moçambique eram, digamos, um pouco... racistas. Eram racistas. Só que nós, pela nossa maneira de ser, pela forma como a gente transmitia as nossas ideias, a nossa forma de trabalhar, a nossa forma de ser, as amizades que tínhamos, eles tinham uma certa... mas de qualquer das formas havia sempre uma barreira. Mas nós, directamente nós, sentimos talvez 20%, mas havia pessoas da nossa comunidade que realmente eram muito chateadas no sentido dessa parte de racismo... Mas isso era notório, a gente via e tal entretanto a nossa, eu falo por mim, a nossa classe social era uma*

<sup>139</sup> Ver mais adiante, a importância da educação para os ismaelitas e os seus testemunhos no parágrafo que se refere à cidade de Nampula.

<sup>140</sup> Efectivamente e, apesar de ter sido decidido um plano de urbanização de lapala em 1960 (Portaria nº 14594 de 31/12/1960), que apontava a delimitação entre zonas urbanas e suburbanas da povoação, a construção de uma escola primária de ensino oficial só se verificou em 1970 (ISANI, Caixa 80, lapala, 1970, p21).

<sup>141</sup> Esta opinião é totalmente confirmada pelo interessado referido pelo nosso interlocutor.

*classe social acima da média e as pessoas respeitavam-nos e por esse respeito tínhamos uma outra forma, não aquela do racismo, aí travava-se um bocado. Depois os anos que o meu pai esteve lá e a minha mãe, havia muita gente...ele ajudou muita gente.” (X ent1). Enfim, é um modo de actuar, ao facilitar crédito tanto aos portugueses nas suas plantações de tabaco, uma vez que o grémio não pagava imediatamente as colheitas, como aos africanos que lá trabalhavam. “Ajudou muita gente. Mas assim em milhares e milhares de contos, naquela altura havia plantações de tabaco e havia várias plantações de tabaco naquela zona, só que as plantações de tabaco o que é que sucedia? As pessoas plantavam o tabaco e levavam portanto o ciclo todo da plantação, da recolha, da apanha do tabaco, da cura do tabaco, da escolha do tabaco, do enfardamento do tabaco e depois a venda do tabaco. A um grande grémio, depois vendia-se o tabaco e levava outro x para receber. Então as pessoas não tinham capital. E então o meu pai dava a comida, o rancho e essas coisas todas, independentemente disso, e depois às pessoas que trabalhavam, os indígenas – que a gente chamava indígenas – que trabalhavam lá também precisavam de coisas. E às vezes ajudava sempre com algum dinheiro, com algumas coisas, com panos... portanto havia uma relação muito estreita com os europeus de lá, com os portugueses de lá. O meu pai tinha uma relação muito grande, então como teve esse coiso... O meu pai tinha uma relação muito estreita e depois era visto como o benemérito daquela terra.” (X ent 1) Para além da qualidade humana das suas relações, este pormenor remete-nos para a liquidez de que este homem podia dispor, fruto da acumulação proveniente das duas lojas.*

Após a sua morte acidental, em 1957, com 43 anos, a sua mulher e todos os filhos em idade laboral, com excepção dos dois últimos, vão assegurar a continuação dos negócios, depois de terem decidido a indivisibilidade da herança.

### ***Um Património material e um legado espiritual***

Os mais velhos deixam, então, a escola e os estudos e passam a gerir, sem muita experiência, todas as actividades das duas lojas e da plantação de tabaco. Entre 1957 e 1961, contraem importantes dívidas (800 contos) relativamente aos credores/ fornecedores de Ilha e de Nampula. Decidem, no entanto, não se desfazer dos bens legados pelo seu pai. “Nós temos esta dívida, não estamos a conseguir pagar, nós vamos ter que a assumir porque fomos nós que a criámos, nós temos que pagar. O que é que vamos fazer? Das duas, uma: ou vendemos património e pagamos ou então assumimos cada um de nós.” A gente chegou e disse assim: “Não, património não vamos vender porque o património não tem culpa nenhuma disto tudo, nós é que somos os culpados, gerimos mal e então vamos assumir as nossas responsabilidades, cada um assume”. Eram 800 contos, acho que naquela altura...E então dividimos por 4, dava 200 contos cada um, eu lembro-me, mas aquele que ficou não assumiu a dívida, demos-lhe tudo o que existia, de existências que superavam os 200 contos para que ele não tivesse esse encargo para poder depois ter uma empresa saudável e poder trabalhar bem e então nós dissemos: “Tudo o que está aqui, mercadorias e tudo, ficas com tudo, vendes, pagas, compras a mercadoria, manténs o nome no mercado.” E foi assim que ele fez, manteve o nome no mercado, não ficou sobrecarregado e nós assumimos os restantes 600 contos, 200 contos a cada um. » (X ent2). A não divisão do património não nos remete para um simples cálculo financeiro mas também para o valor altamente simbólico da figura do pai que tinha decidido dispor de uma parte dos seus bens em favor da educação dos filhos. Neste acto da irmandade havia a responsabilidade pelo seu legado espiritual. « Mantivemos tudo como estava, de respeito pelo pai e mãe que existia também, que fartou-se de trabalhar para nos dar educação. Ela tinha 5 filhos a estudar naquela altura. » (X ent2)

Assim, um dos irmãos ocupar-se-á da mãe e ficará com todo o património, os outros três empenhar-se-ão em reembolsar a sua parte da dívida e os dois benjamins continuarão a ir à escola. Já tínhamos encontrado, em numerosos casos, esta modalidade no encorajamento da escolarização dos benjamins e do sacrifício dos mais velhos. “O meu irmão mais velho estava a estudar Medicina em Lourenço Marques e dada esta fatalidade, ele deixou de estudar, para ir tomar conta da família, dos negócios e tal, nós éramos ainda mais jovens e então começou a nossa segunda fase da vida: estivemos praticamente quatro anos juntos a tomar conta das coisas da família e tal..., o

*mais pequeno Murad Ali, o meu irmão, praticamente não chegou a conhecer o meu pai. Depois ele cresceu e ele então nós depois demos-lhe a oportunidade de também ele estudar. Ele veio para cá e embora não se tenha licenciado em advocacia, ele seguiu advocacia e estava quase quando depois foi a descolonização, quando depois foi a independência de Moçambique.” (X ent1).*

Notemos que são os sogros que, em dois casos, ajudarão os filhos a regularizar as dívidas face aos seus credores/fornecedores o que lhes permitirá instalar-se autonomamente tanto em Nampula como em António Enes onde estes familiares residiam antes.<sup>142</sup> *“Eu casei-me em casa, nós casámos todos em casa e depois é que vamos... Depois separámo-nos, com as nossas mulheres e é que fomos. A razão por que eu fui para António Enes é porque os meus sogros eram de lá. O meu outro irmão manteve-se portanto, a ajuda foi dada, mas cada um depois assumiu e eu fui para lá...Ele (o sogro) ajudou-me, arranjou-me uma loja, ajudou-me com a mercadoria e não só porque também tinha aquela ajuda dos fornecedores que nós tínhamos, todos eles, portanto aquilo foi digamos um empurrão e depois eu ficou até ao fim » (X ent2).* Para a família Alibhay, tal como para o pai de Amirali M H (Amarchy Jamal) ou, noutros casos observados no norte da colónia, os futuros sogros intervinham no apagar das dívidas, sendo o empréstimo de capital destinado à autonomia do genro, e associado ao facto de lhe darem a filha em casamento. Tratar-se-ia de uma forma camuflada do dote, tradicionalmente garantido pela família da esposa no casamento hindu?

Nesta família o pai representa não só uma figura espiritual mas também uma capacidade de abertura política confirmada pelo empenhamento, raro para os ismailis nos anos 50. Amigo do Dr. Casimiro, como referimos, foi fortemente simpatizante dos democratas. Não teve a oportunidade de votar Humberto Delgado contra Salazar nas eleições de 58, mas o seu filho mais velho pôde fazê-lo. Este último, nomeado vogal da junta de freguesia de Malema, nesse mesmo ano, será incomodado pela PIDE que, no entanto, reagirá de modo diverso por altura da greve dos plantadores de tabaco, na qual ele participou na qualidade de presidente do grémio dos plantadores. Quando os serviços de finanças (a Fazenda de Nampula) quiseram duplicar os impostos dos plantadores nos anos 60, estes fizeram greve e a PIDE pediu expressamente ao Governador da Colónia que satisfizesse as suas reivindicações, argumentando que já havia problemas que chegassem com os negros e não valia a pena culpar os brancos por mais essa razão. Esse apelo foi ouvido.<sup>143</sup>

As ideias politicamente defendidas pelo pai nos anos 50, terão uma evolução diferenciada para a sua prole. Para alguns filhos, a mudança dos tempos e a luta de libertação nacional que deu lugar a um dispositivo de vigilância apertado das populações, por parte da PIDE confrontada com uma verdadeira guerra colonial, tiveram como impacto uma difícil gestão da relação das suas opções políticas com a preservação das suas actividades comerciais: mostrar as credenciais e gozar das novas oportunidades de negócios em tempo de guerra foi *«Uma segunda fase que é a fase em que aquilo deu uma evolução muito grande, que foi os anos 60, depois 64, depois tivemos lá o reitor da Universidade que depois foi ministro Veiga Simão, depois tivemos Kaulza Arriaga que foi lá dirigir as operações militares, depois foi a universidade que se abriu em Lourenço Marques, foi um tempo d’Ouro, cresceram os negócios... porque nós lá estávamos numa situação espectacularmente boa...(ent1) Tanto ele(Rebello de Souza)como o Veiga Simão, o Arriaga também tinha uma grande consideração pela comunidade indiana, chegámos a fazer uma boa recepção, uma grande festa quando ele veio, na terra, tivemos um grande contributo e o coiso, como é que se diz » (X ent2).* Um outro filho, Muradali, o penúltimo que tinha beneficiado de uma instrução universitária, querido e encorajado pelos irmãos, apadrinhado e filho espiritual do Dr. Casimiro, empenhou-se na Frelimo, foi assessor de

---

<sup>142</sup> Inicialmente, o nome do pai constituiu uma garantia para os credores /fornecedores da Ilha e de Nampula. Porém a incapacidade de gestão dos jovens órfãos acabaria por levar a encontrar outros meios de colmatar a dívida: *«E também com toda essa situação, também com o nome que o meu pai também tinha deixado, todos foram unânimes em ajudar “Sim senhor pronto não faz mal, há esta dívida, vocês devem tanto mas o que é que vocês precisam? Precisam disto, precisam disto, sim senhor, nós estamos aqui para vos ajudar”...Eram aqueles fornecedores todos que conheciam bem o meu pai, então sabiam quem era, como era, quem não era...Eram os grandes armazenistas de Nampula e da Ilha de Moçambique...Eram credores nossos, nessa altura depois nossos, que eram fornecedores. Houve uma altura um bocado coiso em como nós não conseguimos pagar mas depois felizmente que enfim nós chegámos a tempo de reparar a situação » (X ent2)*

<sup>143</sup> Não nos foi possível confirmar esta informação oral e que nos foi transmitida pelo nosso entrevistado Y: 14/07/06

Samora Machel e morre com o seu Presidente quando em 1986 o avião que os transportava Lusaka a Maputo se despenhou junto à fronteira da Swazilândia.

O que é notável na trajectória económica da família Alibhay entre 1930 e 1974, é os filhos considerarem o facto económico explicitamente relacionado com as referências simbólicas essenciais (valores espirituais e ideias políticas), com um saber estar e um saber fazer que são parte do sucesso económico, com as solidariedades daí resultantes e da respeitabilidade que as acompanha e que, no momento certo, poder transformar-se em capital social.

## **Família Valimamade Jamal**

### ***Valimamade Jamal: um ismaili em terras do Niassa***

Valimamade Jamal é um dos raros homens de negócio ismaili a alargar os negócios ao longínquo Niassa em meados dos anos 50, num momento em que os planos ferroviários do Estado Novo auspiciam um futuro de desenvolvimento a toda a região. Daí o interesse em reter o pouco que nos é dado saber da sua trajectória.

Nasce, na povoação de Motomonho, em terras do Mossuril, em 1927, numa família originária do Gujarat e que terá deixado a Índia britânica rumo à África oriental portuguesa em finais de novecentos inícios do século XX.

### ***Nas margens do Índico: a primeira fase de autonomia e acumulação***

As narrativas de memória traçam o seu percurso de autonomização relativamente aos negócios familiares, estabelecidos a poucos quilómetros das margens do índico.<sup>144</sup> Uma história em que as contingências do destino familiar se conjugam com as solidariedades comunitárias num contexto em que o progresso do Caminho-de-ferro criara as condições do desenvolvimento dos negócios no extremo ocidental do território: «*O meu avô paterno do primeiro casamento tinha 2 filhos: o meu pai e um irmão. O meu avô quando se casou pela segunda vez, portanto o meu pai e o meu tio não se davam muito com a minha avó e eles foram crescendo, trabalhavam em família, nos negócios de família .....*» Essa incompatibilidade terá levado os dois irmãos a estabelecerem-se por conta própria. Segue-se o seu primeiro casamento que «*não correu bem. Para aquela época, o sogro, o primeiro sogro deu-lhe forças que se ele não estava bem se devia separar da filha e continuaram muito amigos. E como sabe, naquela época – ainda hoje isso acontece nalguns países, nomeadamente na Índia e nalguns países orientais – eram os pais que escolhiam ou que aconselhavam que “há uma rapariga disponível” e então ele aconselhou que deveria passar por lapala onde estava um grande amigo dele e primo - do primeiro sogro – que devia conhecer, que tinha lá uma filha que estava, pronto, em idade de casar. Foi assim. Então, ele desloca-se até lapala onde conhece o meu avô, ele contava esta história a brincar, não é, viu a minha mãe e caiu perdido de amores por ela. E a minha mãe diz o mesmo. E então pronto, casaram.*» (2ª ent). A filha mais velha do casal nasce um ano após o casamento, em 1954 em lapala, em casa dos avos maternos como é da tradição.

Estamos em meados dos anos cinquenta, e desde o final década precedente (1949) que o Caminho Ferro chegara a Nova Freixo (Cuamba). Para além do mais, desde 1953 que a «Brigada do Niassa» se empenhava em estudar o traçado que deveria levar a linha de Cuamba rumo à região setentrional, ao Catur, e daqui bifurcando para a Fronteira do Niassalândia a leste e ainda rumo mais a norte até atingir Vila Cabral, o que criara as condições à expansão da fronteira mercantil indiana.

---

<sup>144</sup> Entrevistas realizadas, Lisboa: 1ª 10/01/2006 2ª 24/02/06

Terá sido essa a escolha de Valimamede Jamal, a quem aos 27 anos o destino levava a recomeçar a vida familiar e comercial. Era tempo de se distanciar do espaço de origem, que do Mossuril se alargara entretanto às terras do Quitangonha, não longe do promissor futuro porto de Nacala, cuja conexão ferroviária se estabelecera em 1947 (com a ligação Namialo - Nacala), oferecendo novas oportunidades de negócio e acumulação.

### ***Refazer a vida em Vila Cabral: no trilho do Caminho-de-ferro***

*«E vieram, eu penso que nessa altura, passado 1 ano ou 2 é que vieram viver para Vila Cabral, não posso precisar em que data é que foram para Vila Cabral. Portanto toda a vida deles foi feita em Vila Cabral,». Naquela altura «em Nova Freixo já havia algumas pessoas da comunidade mas, em vila Cabral não, à época não....durante muitos anos não houve».*

Com efeito, o *Anuário da Província de Moçambique* dá-nos conta que em **1954/55** um só comerciante indiano, o Ismaili Rehmtula Jiva, partilhava em Cuamba (Nova Freixo) o mercado com cinco casas comerciais europeias, uma delas pertencendo ao Entrepósito Comercial. Importante centro algodoeiro e rico em recursos agrícolas e florestais, graças ao comboio era então possível, a partir dali assegurar, com rapidez e segurança, o transporte de homens e mercadoria ao longo dos 512 Km que, através de Iapala, Ribaué e Nampula conduziam aos portos do litoral. Porém tudo se complicava para os que tivessem que percorrer os 305 km pela estrada de terra que passando por Mandimba, na fronteira com o Niassaland, levava a Vila Cabral. Sem dúvida que a promessa de abertura da linha mais para norte criava ainda melhores expectativas a todos os que tencionassem, como foi o caso deste comerciante ismaili, estabelecer-se em Vila Cabral, povoação inscrita numa vasta área na margem oriental do Lago, rica em recursos naturais inexplorados, e a que a administração colonial vaticinava um futuro de desenvolvimento. Para além do mais também aí um só comerciante da comunidade, Juma Nanji, concorria com os sunitas Aiub Hagi e Sharif Ismail Parker, para além de 12 portugueses.

Só em **meados dos anos 60**, quando a guerra de libertação atinge já o vizinho planalto de Moeda, os registos documentais (*Anuário 1966*) atestam a presença de Valimamede Jamal estabelecido no ramo do comércio geral em Vila Cabral, juntamente com um primo seu que a ele se juntara posteriormente, Raugi Camurdin, e ainda um terceiro ismaili Remtula Ahamad. Terá sido este certamente o tempo necessário para que este homem de negócios, Armazenista e retalhista, direccionado a uma clientela africana do meio urbano da povoação se afirmasse no mercado local *«Lembro-me muito bem da loja ter tecidos e depois tinha a parte de...de produtos alimentares: açúcar, sal, que se vendia ao quilo naquelas balanças antigas, amendoim, lembro-me disso. ...»* e a sua mulher *«Trabalhava na loja com ele além de cuidar dos filhos tinha essa tarefa de ajudá-lo.....sim, sim. Que eu me lembre naquela época era muito vulgar elas estarem também na loja, grande parte das pessoas tinham o comércio aberto ao público e estavam na loja.....fundamentalmente o consumidor era mais a comunidade africana, não é...Venda de capulanas. Sim, tudo relacionado com isso. Eu hoje ir a uma loja chinesa, ver aquelas coisas todas, não com tão pormenor mas no fundo as nossas lojas em Moçambique vendiam aquilo tudo, um pouco de tudo, não é?.....ia-se a uma loja e sabia-se que naquela loja havia de tudo, além do tecido havia comida, havia material para a bicicleta, havia pneus, havia essas coisas todas. E é um pouco o que se vê nas lojas chinesas, nós entramos numa loja chinesa e vê-se isso.»* (1ª ent). Valimamede Jamal, aos olhos da sua filha mais nova: *«era uma pessoa com valores e conceituado no meio, quer no meio de Vila Cabral onde ele era um comerciante conceituado, quer na família que era uma pessoa de bem chamemos-lhe assim.»*. Desde o início dos anos 60 realiza viagens de negócio a Portugal *«Vinha para as fábricas do norte, fundamentalmente têxteis, visitava as fábricas e fazia compras para depois vender em Moçambique os produtos têxteis, tecidos, malhas, malhas não, mais tecidos..... ele deslocava-se de 2 em 2 anos.....»*.

Aliás desde Dezembro de **1962**, o CF de Nacala, atravessando 800 km através dos distritos de Moçambique e Nyassa atingira o Catur, a uma centena de km de Vila Cabral, passando a ser o terminal da maior linha férrea de Moçambique, o que certamente não deixaria de trazer benefícios ao negócio. Contudo a viagens da família eram

feitas de carro, durante as férias grandes, para visitar os familiares dispersos no Distrito de Moçambique: Em Nova Freixo, Iapala, Motomonho Ilha «sempre conheci o meu pai a viajar de carro, só quando na década 70, finais de 60, com os problemas da Guerra, aí já utilizava o avião».

A condução da sua vida económica conferem a Valimamede Jamal não apenas o reconhecimento no meio da época como o levam a partilhar de alguns padrões de vida próprios à sociedade colonial de então: «*Em relação a Portugal-país, teve sempre uma atracção muito grande. Eu não sei se foi da convivência deles com portugueses em Vila Cabral, repare que ele conviveu sempre e tinha sempre os amigos do póquer, os amigos do bilhar, do ping-pong, ia ao clube, tudo isso era só com portugueses que fazia. Era uma elite onde ele se integrava, integrou-se muito bem .... Eu lembro-me que em 63, .... nós fizemos uma grande viagem de barco a Portugal, a família toda.....No navio Infante D. Henrique, lembro-me perfeitamente..... o meu pai apesar de ser comerciante, ....., trabalhava por conta própria, ele achava que também devia ter regalias como tinham os funcionários públicos, ou seja, de quando em quando tinha uma graciosidade de 6 meses e então ele resolveu tirar, por auto-criação, 6 meses de férias e estivemos cá 6 meses em Portugal, em Lisboa, vivia na Avenida de Roma e estudei no Colégio de Santa Joana A Princesa .....*» (2ª ent).

Foi em vésperas de Natal de 1969 que Vila Cabral vê finalmente chegar o comboio. Tarde demais num momento em que com proximidade da guerra o avião era o único meio de viajar em terras do Niassa... «*De comboio deixou de se viajar porque era o problema das minas, as estradas minadas, ataques a comboios, não é?* (1ª ent)....era problemático sair à noite; havia milícias constituídas por civis porque era um Zona quente: era no Niassa, em Cabo Delgado...» Não é por acaso que este homem de negócios bem estabelecido, informado e detentor de capital social no meio, decide deslocalizar os negócios e a família para o sul da colónia, acompanhando a filha que aí já prosseguia os estudos.<sup>145</sup> Antes da independência opta por trocar Moçambique por Portugal «*o sítio onde ele gostaria de ter nascido e de viver*».

## **b.2 Trajectórias de fixação ligadas à economia do caju:**

### **Família Remtula**

#### ***O Destino de um comerciante : a riqueza como o valor primordial***

No final do período colonial, a trajectória de *Pirali Remtula*, reconhecido armazenista e exportador de António Enes (Angoche) não se distingue por certo do percurso de outros homens de negócio Ismaili estabelecidos no litoral Norte de Moçambique, e cuja vida económica, estruturada a partir de fortes solidariedades familiares e comunitárias, se encontra inextricavelmente ligada à monetarização e exportação da castanha de caju.<sup>146</sup>

As narrativas de memória trazidas a esta investigação permitem-nos definir o perfil, deste comerciante, que apenas com os estudos primários era «*respeitado .... as pessoas admiravam-no....era uma pessoa muito vivida* ,

<sup>145</sup> Em 1971, as fontes registam a presença de três comerciantes Ismaili em Vila Cabral: Camurdin Rauji- Comércio Geral e Móveis; Valimamede Jamal-Comércio geral; Em Lione: Nurbai Amad-retalho in AHM/ISANI Caixa 98/71.

Em 1972/73, de acordo com os Anuário do Estado de Moçambique, apenas 3 comerciantes ismaili são referenciados no Distrito do Niassa: Savajali Popat (irmão de Ismael Popat de Murrupula) – Comércio geral em Marrupa; Hassan Ali Remtula – comércio de peixe em Mecanhelas e Amirali Ismail Ali Canji – Comércio geral em Macia

<sup>146</sup>São eles : Bhanji Velgi (Irmão de Hassan Popat e Ibrahim Popat) , comerciante pioneiro estabelecido em António Ennes, através do qual vários outros ismailis obtêm direito de entrada na colónia ( por meio de «cartas de chamada») ; Vali Kará ; os Irmãos Jamal e Jafar Kará, que deixam o Norte, a Ilha de Moçambique, descendo para LM em meados dos anos 60 ; e ainda os irmãos Virgi Kará e Vassangi Kará, que ficam no norte e se instalam em seguida em A. Ennes, : Todos eles, enquanto comerciantes ou armazenistas, concorriam no negócio da monetarização e exportação de castanha.

convivia com muita gente. De todas as raças. ...dava-se com as pessoas independentemente da religião . E com a comunidade Indiana também por que todos eram provenientes da Índia ....Até era amigo do Kaulza e do Governador...enfim era um individuo aberto...mas intenção não era colaborar....era uma questão de sobrevivência»( X 1ª ent) <sup>147</sup>. Para o filho mais novo o mais importante na trajectória do seu pai não era o facto de ser ismaelita, mas mostrar-se como um bom comerciante a partir do sucesso no meio colonial: «*ter negócios, saber estar e ter uma vivência multicultural*».

Piarali Remtula nasce em Moçambique em 1930. O pai, Remtula *Keshavjee*, originário do Gujarat, da terra de Gandi, imigra para Moçambique, em busca de melhor vida, juntamente com um irmão seu, *Ramjan Keshavjee*. Estes súbditos indo-britânicos, instalam-se em país Macua, provavelmente no decurso das primeiras décadas do século XX <sup>148</sup>.

### **Piarali no Distrito de Moçambique 1915-45 : a fase de aprendizagem e de acumulação primitiva.**

Os arquivos confirmam que na sua chegada ao norte da colónia, os Ismailis partilham o território e o mercado caracterizado por uma significativa presença asiática face à europeia, a avaliar pelos dados do censo da população do Distrito de Moçambique por **volta de 1915/16** <sup>149</sup>.

<b>Censo da população do Distrito de Moçambique (1915-16 ?)</b>						
	<b>Europeus</b>		<b>Asiáticos</b>		<b>Indígenas</b>	
	<b>h</b>	<b>m</b>	<b>h</b>	<b>m</b>	<b>h</b>	<b>m</b>
<b>Moçambique</b>	262	46	242	33	1706	1555
<b>Memba</b>	46	33	61	66	46173	48832
<b>Mossuril</b>	102	13	222	57	59459	70638
<b>Macuana</b>	35	2	19	1	36145	43055
<b>Alto lúrio</b>	26	1	1		14347	16907
<b>Angoche</b>	63	7	185	22	53153	63364
Fonte: AHM, Fundo da Administração Civil/RELSER/Dist Moçambique: Rel Anual do Governador 1915-16 / Rel e Diários de Serviço. Caixa 5.						

Os relatórios oficiais dos anos que sucedem a pacificação do distrito, se por um lado dão conta dos progressos na captação do imposto de palhota, atestam por outro os efeitos recessivos da 1ª guerra mundial quer nas receitas aduaneiras, resultantes do bloqueamento do comércio externo, quer na actividade comercial, terreno

<sup>147</sup> Entrevistas a X, Lisboa: 1ª 12/10/2004 2ª 11/06/2005; Y 1ª 12/11/2004 2ª 1/02/2005

<sup>148</sup> As fontes orais disponíveis não são unânimes quanto ao ano da chegada dos dois irmãos Keshavjee. Familiares próximas avançam dois momentos: 1900, 1915. Um terceiro informador da comunidade e ainda parente da família é da opinião que a chegada dos ismailis dessa mesma geração (nomeadamente Ibraimo Ismael, Vali Kará, Remtula Jiva ...) ao norte d e Moçambique se situa entre os anos 20 e 30 do século passado.

<sup>149</sup> Ver AHM, Fundo da Administração Civil/RELSER/Dist Moçambique: Rel Anual do Governador 1915-16 / Rel e Diários de Serviço. Caixa 5. O Governador do Distrito, José Cabral, toma posse do cargo a 2 de Maio de 1916., em pleno conflito Mundial. O norte de Moçambique foi como é sabido palco de confrontações Anglo-germânicas, que para além da gravidade das consequências humanitárias retardou como vimos o lançamento das infra estruturas ferro- rodoviárias, necessárias à penetração e captação dos recursos do país Macua.

privilegiado de sobrevivência dos ismailis e outros indianos: «*muitas casas comerciais que, anteriormente à guerra europeia tinham um grande número de empregados de balcão, reduziram esse número ao estritamente indispensável logo após a declaração de guerra*». O que terá lançado muitos dos caixeiros no desemprego, condicionados a partir de então à procura de autonomia comercial e à busca de sobrevivência a partir das oportunidades especulativas, negócio que o contexto da guerra oferecia à região: «*correm a moeda portuguesa de prata e de cobre e as notas do BNU. No pagamento do imposto de palhota aparece, no alto Lúrio e em reduzida quantidade, a libra esterlina e a prata inglesa, trazidas pelos indígenas que vivem mais próximo da Rhodésia. É notável a falta de moeda de prata e cobre no mercado, especialmente na época do negócio com o indígena, chegando nessa ocasião, a só ser obtida pelos comerciantes asiáticos mediante elevado ágio*».<sup>150</sup>

Quanto à Agricultura, nomeadamente em Angoche «*a que maior rendimento agora dá ao indígena é a de amendoim e a do arroz que cultivam em larga escala para venda e como acessórios tem as de feijão encarnado, milho fino e algodão.....*». Nessa altura a administração ensaiava já, ainda que sem sucesso, estimular a cultura do algodão, distribuindo aos agricultores africanos, produtores de fibra pequena e pouco procurada no mercado internacional, sementes de qualidade provenientes de Blantyre, no Nyassalândia britânico: «*é pena que as casas europeias não façam propaganda também sobre o algodão comprando-o a deixarem este negócio aos índios que como não há em abundância para ganharem bastante limitam-se a comprá-lo a troco de cigarros a sal dando em resultado o indígena desusar tal cultura*»<sup>151</sup>. Seria necessários esperar pelo Estado Novo para que a cultura do algodão fosse imposta com sucesso na colónia em proveito do têxtil metropolitano. Mas a partir de então a comercialização deste produto, fortemente regulado pela Administração colonial escaparia à rede mercantil indiana. Note-se que naquele tempo, à agricultura africana se devia, «*toda a exportação de produtos agrícolas do distrito*» e pouco mais havia a mencionar «*, -apenas uns pequenos palmares em Angoche e no Mossuril, dos colonos e que levam vida difícil*»<sup>152</sup>.

Uma situação de letargia económica que os dados compilados pela direcção das alfândegas permitem avaliar, ainda que houvesse consciência de que muito do tráfego de mercadorias escapasse ao controlo das autoridades portuárias, e portanto à imposição tarifária, tal como se pode ler no relatório da Capitania Mor de Angoche em 1915/16: «*Do mapa da receita...se poderá deprender o rendimento d e importação e exportação, mas não representam aquelas cifras efectivamente o que entra e sai pelos portos desta capitania, pois que a maioria dos géneros coloniais são transportados para Moçambique em lanchas, em trânsito livre, e dali exportadas e muitas mercadorias de Moçambique (Ilha) vêm para aqui da mesma forma e como de transito livre há estatística, difícil é saber com exactidão qual a importação e exportação desta capitania...mas o certo é que o valor da exportação é muito superior ao da importação*»<sup>153</sup>.

Dist Moçambique: Exportações (informação da direcção geral das alfândegas)									
Ano económico 1915/16									
Expo rtações			Ca botagem						
Moça mbique (Ilha)		A ngoche	Moçambiq ue (Ilha)		A ngoche				
on/L	sc	on/L	T	sc	on/L	To	sc	on/L	T

<sup>150</sup> Idem

<sup>151</sup> Idem Caixa 6 Capitania Mor de Angoche.

<sup>152</sup> Idem Caixa 5.

<sup>153</sup> Idem Caixa 6.

Castanha de Caju	051	139				2	6		1	0	
Aguardente e Caju	233	0				85	88	150			
Amendoim	233	4569	5	1	80	00	10	4013	023	2	2895
Arroz	20	3752	3	1	64	7	18	137	27	4	3733
Fonte: AHM , Fundo da Administração Civil/RELSER/Dist Moçambique: Rel Anual do Governador 1915-16 / Rel e Diários de Serviço. Caixa 5.											

De facto, é bem provável que as condições económicas do Norte de Moçambique neste período não tenham atraído novas vagas de imigração indiana, e nomeadamente Ismaili. Aliás o que as narrativas de memória nos transmitem é que entre as famílias residentes na colónia desde o período da ocupação, alguns foram os casos (família de Amirali Mamade Hussene) em que o regresso à Índia se tornou inevitável, até que dias melhores permitissem o retorno a Moçambique.

Não terá sido contudo essa a trajetória dos pioneiros Keshavjee: «*O meu avô começou como empregado e quando nasceu o meu pai, em 1930, já era exportador. Aos 12 anos o meu pai já trabalhava no estabelecimento do avô*» (X 2ª ent). De facto os anuários atestam a sua presença em 1939, dedicando-se ao comércio no *Distrito de Moçambique*, quer em Corrane (povoação da circunscrição de Meconta, região interior da Macuana, servida a norte pela linha de Caminho de ferro de Moçambique<sup>154</sup>) quer no Mongincual nas margens do Índico, acessível por via rodoviária<sup>155</sup>. Era este um espaço de intervenção de vários concorrentes, indianos, alguns portugueses entre os quais o influente, João Ferreira dos Santos (JFS), muito possivelmente o seu primeiro empregador, à semelhança do que aconteceu com outros ismailis um pouco por todas as circunscrições do Distrito em que o «João», tal como os africanos o viriam a conhecer, estabelecera plantações: «*Não há agricultor Europeu que não possua uma loja dentro da sua propriedade....tem-nas o JFS*» . Note-se que o exercício do comércio nas plantações foi aliás permitido pelo governo «*movido pelo desejo de entrar a expansão indo-britânica e de favorecer o emprego de caixeiros portugueses. Todavia esta disposição legal está sendo iludida impunemente por Ferreira dos Santos, que em todas as suas lojas, espalhadas por várias circunscrições, não tem outros caixeiros além de asiáticos ingleses*»<sup>156</sup>. Na primeira metade dos anos 40 os relatórios da administração atestam o sucesso da cultura algodoeira imposta há uma década pelo Estado Novo à numerosa população africana e confirmam, a expansão do comércio asiático «*Devido a um fenómeno natural e inelutável, que é o da alteração das vias de comunicação. Que fazem e desfazem e deslocam os*

<sup>154</sup> Na época, e como vimos, a linha de CF, ligava já o Lumbo, no litoral, a Entre Rios, próxima às terras do Niassa, uma extensão superior a 400 km. Nos pós guerra, em 1946-48 os relatórios da Administração (AHM-ISANI Cax 77), atestam a existência na circunscrição de Meconta de 5 povoações comerciais com 22 estabelecimentos (18 indo britânicos, 1 indo português, 2 portugueses e 1 francês) mais 2 estabelecimentos em plantações. Meconta que na época fazia parte do Circulo orizicola «Meconta Nampula» de que é concessionário João Ferreira dos Santos e da companhia algodoeira concessionada à Companhia dos algodões de Moçambique. Os 7 estabelecimentos de Corrane pertencem todos a indo britânicos, entre os quais os ismailis Keshavjee.

<sup>155</sup> De acordo com o censo de 1935:

- pop do distrito de Moçambique : 4 003 não indígenas (1819 europeus, 9 amarelos, 703 indo brit , 534 indo pt, 938 mestiços) e 500 284 indígenas.

-pop das circunscrições do distrito de Moçambique : **Meconta 73 europ et 55indobrit ; Mogincual 34 europ et 29 indo brit ; Mogovolas 27 europ et 19 indo brit ;Moma 70 europ et 24 indo brit ; Mossuril 307 europ et 126 indo brit ; Ribaué 100 europ et 8 indo brit ; Nacala 23 europ et 29 indo brit**( in Anuário de LM 1939)( ver Anexo)

<sup>156</sup> AHM ISANI 1936-37 Vol 1 Caixa 76- Relatório da inspecção ordinária ordinária Às circunscrições do Distrito de Moçambique-1936-37. Inspector Administrativo Capitão Armando Eduardo Pinto Correia. Cap. IV Circunscrição de Momba.

*centros do comércio para além das povoações»*<sup>157</sup>. Certamente que os anos da 2ª grande guerra provocando, como vimos, uma forte ruptura na exportação de castanha para a Índia, penalizam fortemente a vida económica deste e de outros comerciantes<sup>158</sup>. Uma vez findo o conflito, a expectativa de normalização do tráfico transoceânico e da retoma do negócio pode ter estado na origem do deslocamento dos Kishavjeeo do Mongincual para uma posição mais para o interior do distrito de Moçambique, em Mogovolas, região fronteira com a Zambézia, e certamente favorável a captação de um maior volume de castanha e outras oleaginosas no comércio de troca com as famílias camponesas da Macuana, clientes privilegiados das lojas. De facto os relatórios de administração confirmam a duplicação da monetarização da castanha e de caju entre 1945 e 1946 (de 616 mil ton para 1267 mil ton) sendo ainda relevante a produção de amendoim entre 1944-47 (superior a 4500 800 mil toneladas em media anual)<sup>159</sup>. Com efeito, não é certamente por acaso que Remtula Keshavjee aí surge estabelecido em 1945 associado ao seu irmão, ano em que pela primeira vez Ramjane adquire visibilidade nos Anuários. De presumir que Piarali Remtula, na altura com 15 anos de idade continue a trabalhar com o pai e o tio. Tudo indica também que o investimento na educação da descendência, em sintonia com os valores dos ismaili, não constituía na época prioridade para os Keshavjee sendo os descendentes desde cedo iniciados no comércio, profissão que viriam a abraçar na vida adulta. Esta vocação comercial terá tendência a manter-se nas gerações seguintes, para quem a riqueza constitui referência essencial na condução da sua trajectória de vida. Na realidade apenas um dos filhos de Piarali Remtula, o mais novo, nascido na segunda metade dos anos 50 viria a prosseguir os estudos liceais e a obter formação superior já em Portugal. Todos os outros, três rapazes e uma rapariga, seguiram o ensino comercial em Nampula. (Moez, 1ª ent top 2).

<sup>157</sup> AHM ISANI Inspeção ordinária feita à província do Niassa 1944-45 Inspector capitão Carlos Henriques Jones da Silveira Caixa 97.

<sup>158</sup> Esta queda no negócio da caju, confirmada a nível Macro pelas estatísticas do comércio externo como tivemos a oportunidade de observar, pode ser verificada ao nível regional a partir dos relatórios de Administração que nos dão conta das produções da « lavara indígena », atestando a queda drástica ou mesmo anulação da monetarização da castanha em algumas regiões, em 1943 e 44, como é o caso da Circunscrição de Ribaué, Imala, Mongincual, Moma, Conselho de AEnes. Já na circunscrição de Nacala o impacto negativo não é visível, mantendo-se, entre 43 e 46, os mesmos níveis de produção, da ordem das 4 250 ton ano. in AHM, ISANI Relatório de inspeção ordinária ao Distrito de Nampula da Província do Niassa 1946-48 Cx 77 vol 4.

<sup>159</sup> Os relatórios de administração atestam relativamente à actividade agrícola da circunscrição de Mogovolas em 1946/47 «*Não existem actividades agrícolas de não indígenas visto ser toda a circunscrição uma reserva indígena. A circunscrição faz parte do círculo orizicola de que que é concessionária a Sociedade Industrial do Niassa Lda. e da grande zona algodoeira de que é concessionária a Companhia Algodoeira de Moçambique*» Quanto ao Comércio, existem «*três povoações comerciais, com 26 estabelecimentos. São todos Indo britânicos, com excepção de um do Nametil (da povoação velha) que pertence a um macaísta*» Idem vol. 5

#### **Produção da lavra indígena-Circunscrição de Mogovolas**

ton	1943	44	45	46	47
Algodão	4524	5446	4807	4956	4379
Amendoim	3936	4709	5338	4190	4909
Castanha de caju			617	1268	404
Arroz	37	264	542	514	1034

Fonte: AHM, ISANI Relatório de inspeção ordinária ao Distrito de Nampula da Província do Niassa 1946-48 Cx7 8 vol. 5

\* Outros: feijão, gergelim mandioca e mapira

### **Diversificação, autonomia e ligação á Índia**

Em 1949, o Boletim oficial da colónia revela que Piarali Remtula, então com 19 anos, associado ao seu primo Samsudine Ramjane, participam no capital social da Firma de um comerciante sunita da geração do seu pai, **AlùBA VALI MAMADE E FILHO**, com negócios nas circunscrições de Moma e Mogovolas desde 1939. Este momento de passagem à vida adulta pode ser visto como o início do processo de autonomização deste jovem comerciante ismaili. De facto em meados dos anos 50 os anuários registam a sua presença em Moma, no litoral sul do Distrito de Moçambique.<sup>160</sup> Na mesma altura o seu pai e tio mantêm as lojas no interior, em Meconta e Mogovolas, sendo que nesta circunscrição passam a partilhar com Samsudin a responsabilidade da gestão dos negócios. É de presumir que no pós-guerra a retoma do fluxo exportador de castanha da colónia de 12 mil para 49 mil ton (um crescimento da ordem dos 300%), entre 1945 e 55, correspondendo a uma expansão em valor de 15 vezes superior (8 mil contos para 127 mil contos) associada a uma forte subida das cotações da castanha mercado mundial, se tenha reflectido positivamente na acumulação mercantil da família<sup>161</sup>.

Na década seguinte (64/65) num contexto das importantes mudanças políticas e económicas operadas na colónia Piarali Remtula, de acordo com as fontes orais que nos chegaram, viria a confiar a gestão da loja de Moma a seu irmão Sadrudine, estabelecendo-se a partir de então na cidade de António Enes (Angoche). De facto, os arquivos atestam que o primeiro porto caíra progressivamente em desuso a favor do último, sobretudo a partir de 1965. Nesse contexto a queda das receitas para Moma não era devida apenas «a uma exportação inferior de sisal, mas muito principalmente ao facto de ser hoje canalizada para A Enes, via terrestre, toda ou pelo menos a maior parte da castanha de caju do concelho; por ter ali sido construída uma fábrica descasque da Companhia de Culturas de Angoche, fazendo-se por esse porto a exportação daquela castanha, agora descascada e que anteriormente era feita por Moma com casca»<sup>162</sup>.

Situa-se aqui uma nova fase da sua vida económica caracterizada pela diversificação das suas fontes de acumulação mercantil. Expande a actividade ao comércio geral, lança-se no negócio de gasolina e abraça o Import – Export: adquire têxtil e vinho proveniente de Portugal e vende caju para a Índia, um negócio de lucros certos dada a valorização das exportações castanha entre meados de 50 e meados de 60 como já observamos (entre 55/65 o preço da castanha sob 92%, e as receitas de exportação 286%, dado que dobrou a tonelagem de castanha vendida no período). Como sublinha o seu filho mais novo: «o negócio constitui o principal fundamento das relações com a Índia» ainda que as relações familiares com a terra de origem, mais sólidas no tempo dos avós, que sempre cuidou da

<sup>160</sup>

Produção da lavra indígena-Circunscrição de Moma			
ton	1943	44	45
Algodão	995	1486	1525
Amendoim	702	1419	4104
Borracha		0,282	1401
Castanha de caju	9		581
Arroz	100	1600	1232
Copra	18	387	203
Fonte: AHM, ISANI Relatório de inspecção ordinária ao Distrito de Nampula da Província do Niassa 1946-48 Cx7 8 vol. 1			
* Outros: feijão, gergelim mandioca e mapira mexoeira, milho			

<sup>161</sup> Ver dados acima no texto.in Pereira Leite, J. (1989) (1995).

<sup>162</sup> AHM/ Isani Cx 84, 1967, pp 87-90, e p.90

família que ficou na Índia, fossem agora mais ténues (X 1ªent). Por outro lado, «Entre 1960 e 64, quando começou a guerra...mais portugueses chegaram a Moçambique...mas as grandes mudanças resultaram do impacto da construção do porto de Nacala e do estabelecimento da ligação ferroviária ao Malawi...Nunca houve dificuldades ...viveu-se uma fase de crescimento, de aumento do consumo, abriram-se mais bares e cafés» (Y 2ªa ent), afirma um dos nossos entrevistados que, num primeiro tempo, se preocupa visivelmente em apenas sublinhar os aspectos positivos da época, minimizando as consequências adversas para os indianos de certas «decisões que faziam parte da política económica do governo (Y, 2ª ent). Na realidade, parecia evidente da sua parte a intenção de ocultar a ameaça que o protecçãoismo à indústria de descasque nacional representava para os interesses exportadores.

Mesmo assim a actividade em António Enes progride rapidamente, e estende-se no ano seguinte (Anuário 1966) às comissões e consignações, aos seguros e ao comércio em dois bairros periféricos da cidade....note-se que paralelamente à progressão dos negócios na zona urbana Piarali Remtula mantem as lojas quer em Moma quer em Meconta, associadas ao nome do pioneiro Keshvjee, provavelmente ainda em vida: «o velho cacique de Nametil, Moma e Angoche», como ainda hoje é recordado.

### ***Autonomia no tempo de guerra colonial e expansão na África Portuguesa***

No início da década de 70 no momento em que a guerra de libertação ameaça o exército português a sul do rio Lúrio e a dinâmica de industrialização agrava as contas externas da colónia, comprometendo a regulação financeira no seio do espaço económico português, os registos oficiais revelam que novos desafios se colocam à Família Remtula, liderada pelo seu chefe Piarali: Por um lado, os planos agrícolas no Concelho de Moma, e envolvendo alguns dos filhos, primos e outros familiares. Por outro, o alargamento dos negócios na Ilha de Moçambique, competindo com importantes concorrentes ismaili (entre os quais Banji Velgi) e diversificando a oferta de produtos. Por último os projectos industriais esboçam-se em António Enes e simultaneamente expande-se a rede de lojas no interior do país Macua (Nametil), em nome dos dois pioneiros Keshavjee, e ainda no litoral (Moma) a cargo da nova geração. De facto «A família sempre se misturou nos negócios». E estes não se iriam limitar a Moçambique. Piarali Remtula foi o único comerciante Ismaili a deslocalizar a actividade no espaço português: Em 1972, em Angola, perto de Luanda, «aí instalando uma empresa de confecções associada a uma outra existente em Moçambique. Os tecidos vinham de Portugal» (Y, 2ª ent) <sup>163</sup>. Por outro lado, e tal como afirmaria o seu filho mais novo «Teve um papel decisivo na dinamização da exportação de castanha na Guiné Bissau» (X 2ªent). Estratégia desenhada muito possivelmente como resposta às dificuldades financeiras que, como já salientamos, a queda da cotação da castanha no mercado mundial, verificada entre 1971 e 72 (da ordem 10%. Quando entre 62/71 a cotação da castanha conheceu uma valorização de 118%), criara aos grossistas exportadores de Moçambique e afectando particularmente Piarali Remtula de acordo com testemunhos orais. Com efeito, a cadeia mercantil estabelecida entre grossistas, armazenistas e lojistas pressupõe um avanço de liquidez difícil de assegurar em caso de forte quebra dos preços. Note-se, contudo, que os «Armazéns Piarali» constam da lista de exportadores da colónia que, no início dos anos 70, integra um estudo monográfico sobre o sector, elaborado pelo BNU. Uma posição que aquele assume apenas no mercado da Ilha de Moçambique, em concorrência com Jamal Kará, Sucrs Lda., da mesma comunidade, duas casas hindus e o famoso JFS. Nessa época, Bhanji Velji & Ca Lda., era o único exportador ismaili de A Enes, em concorrência com 3 comerciantes hindus e a Companhia de Culturas de Angoche<sup>164</sup>. O que revela a existência de um possível entendimento, firmado entre Bhanji e Piarali, quanto à partilha do mercado.

Sem dúvida que a situação de instabilidade que afecta o norte do território após a Revolução de Abril em Portugal, sobretudo as cidades de Ilha, Angoche e Nacala, particularmente ameaçadora para os indianos, e também

<sup>163</sup> A unidade viria a ser nacionalizada em 1975. (X 1ªent t)

<sup>164</sup> Caju (Monografia). Mimeo BNU.71/72 In Centro de Documentação Jan 1973

fortemente desestabilizadora do ponto de vista económico, terá sido uma das causas a precipitar saída e o abandono dos negócios<sup>165</sup>. Uma decisão anunciada precocemente pelos BO, a 27/07/74:

*Pirali Remtula cede a sua quota, dos Armazéns Piarali Lda. (A Enes) a Ashraf Remtula. Nassimbano Hussien e o novo sócio assumem a gerência. A firma permanece em nome de Pirali.*

Contudo, tudo indica que Pirali Remtula não traíra a herança paterna e impondo-se, quer aos olhos da comunidade, como no seio familiar como «Grande Homem» (Y 1ª ent): «um aventureiro, um batalhador.....que se colocou no mesmo patamar e chegou lá.....mas não foi fácil»( X 1ªent ).

Este «Homem de pensamento frio» (X 1ªent), herança que recebe dos antepassados hindus «que eram pessoas cautelosas, com contenção de emoções, gente que não ferve em pouca água» (X 2ªent), deixa Moçambique no momento certo, antes da independência, acompanhado da família.

## **Registos das fontes oficiais do Estado Novo: a presença nos Anuários e BO**

### ***A fase da aprendizagem:***

#### **1939 Anuários LM /Distrito de Moçambique /Circunscrições:**

- **Meconta:** Remtula Keshavjee (**Corrane**) (Comércio)

- **Mogincual:** Remtula Keshavjee (Comércio)

#### **1940 Idem Distrito de Moçambique .Circunscrições :**

- **Meconta:** Remtula Keshavjee (**Corrane**) (Comércio)

- **Mogincual:** Remtula Keshavjee (Comércio)

#### **1945 Idem. Circunscrições Nampula:**

**Meconta:** Remtula Keshavjee (Corrane) (Comércio)

**Mogovolas :** Remtula Keshavjee e Ramjane Keshavjee) ( Comércio)

### ***O período da autonomia : do Comércio na Macuana ao Export/ Impor no litoral Swahili***

#### **1949 (BOM, n°21, 21/05/49) - AlùBA VALI MAMADE E FILHO**

**Moçambique)** Nota: a 18 de Março de 1949, juntam-se novos sócios a esta firma : Khatau Valji, **Piarali Remtula et Samsudine Ramjane** com um capital de 50 000 esc cada. 10/05/49

#### **1954/55 Anuário da Província de Moçambique. Circunscrições do Distrito de Nampula :**

**Meconta :** Remtula Keshavjy (**Corrane**) (Comércio)

**Mogovolas :** Remtula Keshavjy ; Ramjane Keshavjy ; Samsudine Remtula) (Comércio)

**Moma :** Piarali Remtula (comércio)

#### **1964/65 Anuário da Província de Moçambique. Circunscrições do Distrito de Nampula.**

**António Ennes.** Piarali Remtula export caju, comércio geral, com e com gasolina, Import/Export, negociante de vinhos

**Concelho de Meconta :** Remtula Keshavjee comércio (Corrane)

**Concelho de Moma :** Piarali Remtula // (Moma)

<sup>165</sup> Ler a este respeito, Domingos Manuel Do Rosario, thèse de Doctorat Science Politique. Institut d'études Ploitiques de NBois (2009). *Les Mairies des Autres. une analyse politique, socio historique et culturelle des trajectoires locales. Les cas d'Angoche, l'île de Moçambique et de Nacala Porto.* Nomeadamente pp 237-241 a) *Le chaos révolutionnaire dans les villes d'Angoche, l'île de Moçambique et de Nacala Porto.*

**1966 Anuário da Província de Moçambique. Circunscrições do Distrito de Nampula**

**António Ennes.** Piarali Remtula: export cajú, comércio geral, agente de gasolina e petróleo, Import/Export, comissões, agente de seguros, negociante de vinhos e comércio no Mirruco e Mutucuti

**Concelho de Moma :** Piarali Remtula comércio Geral (**Moma**)

***Ensaio de diversificação e deslocalização da actividade na África Portuguesa.***

**1972 (BOM N°100, 29/08/72)** Serviços Cadastrais: requerimento em que Piarali Remtula, Nurali Remtula, Camarudine Remtula, Amirali Remtula, Ashraf Ali Remtula, Abdool Mamade Remtula, Firozali Ramjane Keshavjee e Sirajali Ramjane pediam licença para demarcar provisoriamente um terreno, 6 000 ha, situado no posto administrativo do Larde, concelho de Moma (processo 53 574/ 6935)

**1972/73 Anuário do Estado de Moçambique. Distrito de Moçambique**

**Cidade de Moçambique:** Piarali: Export cajú e derivados, import/export (**armazéns Piarali**), Máquinas de costura, negociante de peixe, export de produtos ;Alimentares, pneus, export sementes oleaginosas, tecidos, Whiskies « old Parr »

**Ilha de Moçambique : Armazens Piarali** Comércio geral, comissões e representações

**A.Enes :** Piyarali Remtula castanha de cajú, cereais, comercio geral, export do copra,

Nurali Remtula comércio geral; Sadrudin Remtula comércio geral ;

Samsudin Remtula: comércio geral;

**Concelho de Meconta :** Remtula Keshavjee comércio geral (Corrane)

**Concelho de Moma :** Piarali Remtula comércio geral (Moma)

**Nurali Remtula** comércio geral (Moma)

**Posto sede de Nametil :** Remtula Keshavjee comércio Geral; Ramjane Keshavjee comércio Geral / (Muatua)

**1973 (BOM\_N°129, 6/11/73)** Serviços de Indústria (pedidos, impedidos, autorizações): pedido de **Amirali Remtula** para, em nome de uma sociedade por quotas a constituir, instalar e explorar uma unidade industrial destinada ao fabrico de redes de pesca de nylon e de polietileno, em local a indicar em A.Enes (processo 19 332).

**1974 (BOM N°3, 8/01/74)** **Estabelecimentos industriais** (pedidos, alterações do pacto, despachos): mantido o despacho que indeferiu o pedido de **Piyarali Remtula** para instalar e explorar uma unidade industrial destinada ao fabrico de fios e cabos isolados Moçambique (processo 19 212)

(BOM\_n° 87, 27/07/74.) **Empresas ARMAZÉNS PIARALI, LTDA (A.Enes)\_Piarali Remtula** cede a sua quota a Ashraf Ali Remtula. Nassimbano Hussien e o novo sócio e assume a gerência. A firma permanece em nome de Piarali.

**Família Popat**

**Ismael Popat: comerciante de Murrupula**

***O registo da fontes: Anuários e Boletins Oficiais***

**1969 (BOM, n°48, 29/11/69).** **ESMAEL POPAT e FILHOS, LTDA (Murrupula)** (Dist Moç/ Nampula)

**Esmail Popat + Ahamade Ali + Mehobali Esmail Popat + Mario Naguib Popat + José Carlos Esmail + Antonio Alberto Esmail + Hidayatali Esmail**

**Capital : 1 500 000** respectivamente 300 000+ 200 000+ 200 000+ 200 000 + 200 000+ 200 000 + 200 000  
Comércio geral : administração e gerência a cargo de Ahamade **Ali**, dado que todos os irmãos são menores.

#### **Serviços Cadastrais:**

**1971 (n°129, 2/11/71):** mandado arquivar o processo relativo à demarcação provisória de um terreno de 100ha, situado no concelho de Meconta, requerido por Firozali Karmali Popat (processo 43014 / 5347). (filho de um primo de Ismael Popat)

**1973 (n°128, 3/11/73): aprovada** a demarcação provisória de um terreno, **1000ha**, em Mehecane, circ de Murrupula ; requerido por **Ahamade Ali** (processo 49 463/ 6255)

**1974 (n°81, 13/07/74): deferido** o pedido de ocupação imediata, a título precário de **100ha**, de um terreno, com a área de **1400ha**, na circ de Murrupula, feito por **Ahamade Ali**, devendo pagar a taxa anual de 1\*\$ por ha, acrescida de 25% (processo 8048)

**1974 (n°93, 10/08/74):** deferido o pedido de substituição no processo referente a um terreno, 500ha, concelho de Murrupula, feito por **Ahamade Ali** a favor de **Hidayatali Ismail** (processo 6238)

**1974 (n°97, 22/08/74):** são convocados os interessados para no prazo de 30 dias, alegarem por escrito, quaisquer reclamações contra os seguintes pedidos de aforamento de um terreno, 10000ha, Murrupula, requerido por **Ahamade Ali**. O terreno acha-se demarcado provisoriamente com 39 postes correspondentes a licença n°163 de 1971, conforme declara o requerente (processo 6255/ 49 463)

**1974 (Info 31/12/74) –** confirmação do pedido de 10 000 ha em Murrupula por **Ahamad Ali**

**1974 Ahamad Ali**, pedido de 11 100 ha de aforamento em Murrupula

**1975 Ahamad Ali** pedido para arquivar processo 17/04/75 – pedido de terreno 300 ha em Murrupula

#### **Homenagem de Família: evocação da chegada a África do patriarca Ismael Popat**

Um opúsculo datado de 8 Janeiro de 1999, redigido em Lisboa, evoca a saga da *Popat Family*, uma história que repousa na trajectória exemplar do «*venerando Patriarca Ismael Popat*».

Tudo começa em 1926. Um jovem de 12 anos, filho de agricultores deixa a terra de origem no Gujarat (Sissang, Rajkot) na então Índia britânica rumo a África. «*Era uma época em que as viagens nas águas do oceano Índico significavam apenas ida ; o regresso fazia parte apenas dos sonhos de cada um...eram tempos em que, as viagens .....se faziam em «Vãnr»- um veleiro em madeira de transporte misto de carga e passageiros- que já por si constituíam, no mínimo pequenas aventuras, quando não , tragédias* »<sup>166</sup>

Ismael Popat chega ao Norte de Moçambique *chamado* pelo seu irmão mais velho, Savajali. Por seu intermédio arranja um emprego na prestigiada *Casa João Ferreira dos Santos*, na sucursal que a empresa tinha em Nampula, e em que era gerente o Ismaili Samgi Guiga. Parece ter sido este o único emprego por conta de outrem para Ismael Popat. Indignado com o tratamento que lhe é dado, e sobretudo com a má qualidade dos alimentos oferecidos desemprega-se ao fim de três dias e jura nunca mais trabalhar para terceiros.<sup>167</sup> Pelos vistos não seria ele o único: também o gerente Samgi, cujo comportamento desprezível face a um jovem da sua comunidade suscita a

<sup>166</sup> Popat Family : Convívio da Família Ismael Popat - celebração da formatura de Munir e Nazir. Jantar comemorativo. Restaurante «A pastorinha» Carcavelos. 8 de Janeiro de 1999. Documento gentilmente cedido a esta investigação por um membro da família-. 15 pp

<sup>167</sup> O relato que o opúsculo nos dá deste episódio, cioso em demonstrar a forte personalidade e o elevado sentido de justiça do patriarca, é revelador não apenas do tratamento discriminatório que os empregadores brancos davam aos caixeiros indianos como sublinham que a pertença comunitária não mobilizava necessariamente comportamento solidários entre os ismaili que na época lutam pela sobrevivência no norte de Moçambique. «*Seguindo a tradição laboral da altura, o jovem empregado comercial Ismael Popat foi alojar-se nas instalações pertencentes à firma empregadora juntando-se aos colegas de trabalho expatriados. As condições de alojamento poderiam significar, na prática, e eventualmente, ter de dormir sobre o tempo de um qualquer banco d e madeira da loja! Quanto à alimentação, as refeições eram feitas em refeitório comum, onde o gerente Sr Samgi Guigá não participava, e cuja alimentação, era notório, além de receber outros cuidados seria substancialmente mais rica e variada. Ao sentar-se para tomar aquela que viria a ser a última refeição comum deparou com um prato à base de feijões que,...era constituído por produto deteriorado e impróprio para consumo...sendo filho de agricultores, habituado a uma refeição fresca e nutritiva, o quadro que se lhe apresentou tornara-se insuportável....Recusou-se peremptoriamente a ingerir tamanha impropriedade, dirigindo-se à loja da empresa, devolveu, acto contínuo, as chaves que lhe haviam sido confiadas, ao seu superior hierárquico terminava deste modo abrupto e chocante a sua única experiência de trabalho por conta de outrem.*» ...pag 4.5

indignação do recém-chegado, viria a estabelecer-se por conta própria, na Ilha de Moçambique, no comércio geral e import-export, a avaliar pelos registos que os Anuários de 1939 a 74 nos oferecem. De qualquer forma tudo indica que o *João* constituía a porta de entrada para muitos jovens indianos, tal como o atesta também as fontes documentais, atitude nem sempre do gosto da administração colonial, como tivemos já a oportunidade de salientar.

### ***O início da vida económica : uma pequena loja em país Macua***

Este episódio marca o começo da vida económica deste jovem Ismaili e a sua progressiva busca de autonomia comercial: O irmão mais velho (Motha-bai) confia-lhe na época a gestão de «*uma pequena loja comercial que explorava com pouco mais de 10 contos de mercadoria...agarra a oportunidade, e dedica-se de alma e coração aos negócios, que em África, nomeadamente nas chamadas lojas do mato, são processos de permuta, de bens de primeira necessidade por produtos d a região. Muda de localidade no interior do norte de Moçambique à busca do desenvolvimento dos negócios*»<sup>168</sup>. Um caminho prosseguido por tantos outros comerciantes indianos no distrito de Moçambique numa época em que, a partir dos anos 30, o comércio da castanha se viria a impor como negócio de retornos certos.

Não sabemos com rigor em que momento Ismael Popat teria feito de Murrupula o centro da sua actividade comercial, tal como o atestam as fontes orais.<sup>169</sup> Pensa-se contudo aí se encontrasse já em 1943, ano do nascimento de umas suas filhas, que aceitou trazer as suas memórias a esta investigação. Casara-se jovem, com 22 anos, dez anos após a sua chegada a Moçambique, e viria a ser pai de doze filhos, dos quais 9 (6 rapazes e três raparigas) ainda em vida no final do século XX. O mais velho Ahamad Ali, autor do citado opúsculo nasce em 1937, e desde cedo, seguindo a tradição indiana, «*ajudando o pai nos negócios da família*».<sup>170</sup>

A leitura deste texto de homenagem permite-nos definir dois momentos na trajectória comercial Ismael Popat: Um primeiro que decorre entre 1926 e 1956, trinta anos de actividade centrada em apenas duas lojas. Foram três décadas de trabalho árduo. No decurso da primeira década teria sido um percurso solitário . A partir do momento em que constitui família, beneficia do apoio da mulher, como era comum nas famílias indianas uma vez em terras de África. Posteriormente, contará desde cedo, e de acordo com a tradição indiana, com a ajuda do filho primogénito. Sabemos bem que foram esses momentos vulneráveis em que poucos foram na colónia os negócios imunes às consequências de crise 29/33 e posteriormente à perturbação do comércio internacional provocada pela 2ª GM. Mesmo assim esta fase inicial de acumulação de capital permiti-lhe, em meados dos anos 40, assegurar a viagem da família à Índia, como aconteceu em 1946, mesmo antes da independência do Território « *lembro de ter ido à Índia...nem me lembro praticamente: foi quando tinha 3 anos depois morre lá um irmão meu. E a minha mãe que era suposto lá ficarmos um ano e em três meses viemos embora. De maneira que eu tenho muito pouca ideia da Índia (X1ª ent)*».<sup>171</sup> Também desde cedo investiu na educação de todos os filhos : «*o meu pai era muito conservador, ligado à religião, à cultura, aquelas coisas...ele não prescindia daquilo. Mas por outro lado quer dizer, deixa-nos sair a mim e aos meus irmãos, para irmos estudar, ir para o colégio interna, mais as raparigas*» (X 1ª ent). Ainda que nem todos tenham tido o mesmo percurso e sucesso escolar «*a minha irmã mais nova não quis estudar, fugiu do colégio. A mais velha não estudou porque o meu pai não a pôs. E os meus irmãos a seguir a mim todos estudaram.... no Dantas em Nampula.....mas ficaram qualquer deles a meio. Um é contabilista mas nunca exerceu, o outro tirou um brevet mas também nunca andou de avião nenhum. (X 1ª e 2ª)*. A segunda filha, estuda inicialmente num internato

<sup>168</sup> Idem pág. 6

<sup>169</sup> Murrupula é uma Circunscrição incrustada no interior, situada na vertente meridional do Distrito de Moçambique , confrontando a sul com o Ligonha, fronteira natural entre a Macuana e o território Zambeziano, a oeste com a circunscrição de Ribaué, a leste com a de Mogovolas e a norte com o concelho de Nampula. Note-se que dos anuários consultados, a circunscrição de Murrupula , não aparece referenciada à excepção do ano 64/65 , o que explica que apenas esse registo ateste a presença de Ismael Popat no comércio.

<sup>170</sup> In Popat Family p.7

<sup>171</sup> Entrevistas a X, Lisboa : 1ª - 17/11/ 2005 e 2ª- 22/02/06

católico também em Nampula e depois, a partir de 1954, num colégio de elite em Lourenço Marques Para lá partia de avião o que na época era uma aventura de que poucos indianos se podiam gabar: «Nampula, que nem sequer aeroporto havia, o check-in era feito na estação dos caminhos-de-ferro, depois apanhávamos o avião, era uma palhotazinha e levava 12 horas, eu saía às 5 da tarde ou de madrugada, às 5 da manhã para chegar às 5 da tarde, são 12 horas. Ele parava em todo o lado: Quelimane, Beira, em Nampula, não sei quantos, António Ennes, por aí fora. E se houvesse algum problema e atrasasse já ficávamos a caminho porque os aeroportos não tinham luz, não podiam aterrar..... Eu tinha 11 anos, era miúda (X 2ª ent)» Murupula era na época uma povoação habitada por umas «quatro, cinco, seis, sete, oito, umas nove, onze famílias. Era pouco. Mas no interior, dentro do pouco eram muitos, comparado com outras localidades.» As famílias Ismaili dispersavam-se em torno de Nampula, onde Ismael Popat tinha um escritório, e também ao longo da linha férrea, em Ribaué, em Iapala até ao litoral do distrito: «aí havia muitas... pessoas da comunidade.....e na Ilha havia bastante, na Ilha era onde era o foco maior» (X 2ª ent) Para além disso os Popat tinham família em todo o distrito de Moçambique« em António Ennes , que eram primos da minha mãe e mais em Motomonho que era onde a minha mãe tinha família ..». Contudo, as relações estabeleciam-se para além da comunidade «estávamos completamente integrados naquela sociedade. Brancos ali havia uns 4 ou 5 casais com quem a gente dava-se lindamente, ....em Murrupula mesmo, na localidade. Nós vivíamos... o nosso viver do dia-a-dia não foi em Nampula, foi em Murrupula.....e, se estou em casa da vizinha, se me apetecesse lá almoçar ficava lá a almoçar»(X 1ª ent). Uma interacção com a sociedade colonial que a família de Ismael Popat foi sedimentando ao longo dos anos, e de que resultou um capital social que certamente influenciou a condução e o sucesso dos negócios « nós estávamos naquela aldeia, havia um chefe de posto, não é? E depois era o administrador, a localidade onde nós vivíamos já tinha um administrador. E nós como tínhamos muito contacto e o dia-a-dia fazíamos muito... Eu tanto ia para casa da Manecas, que o pai era administrador e ficava lá a dormir, como o inverso também acontecia, ela vinha para minha casa e ficava lá. Quer dizer, havia uma proximidade muito grande que não havia talvez em Lourenço Marques, este tipo. No interior quer dizer, tínhamos outra vivência se calhar mesmo com os mocinhos. À noite por exemplo o meu pai achava que deviam vir todos para casa e mandava o empregado “Vai lá chamar fulano e fulano” e iam todos para ali, ficavam ali, jantavam ali, ficávamos ali até as 9, 9.30 e depois cada um ia para sua casa»( X 1ª ent). Para a filha de Ismael Popat, ainda hoje é viva a memória que guarda do tempo de infância em Murrupula, os momentos partilhados com o pai e a família : era « um privilégio.....

*era completamente mato, onde não havia água canalizada, não havia... a luz eléctrica veio depois mas às dez e meia desligavam o motor»,* eram os animais que cruzava quando viajava com o pai «quando fazíamos o trajecto de regresso Nampula-Murrupula, quer dizer na localidade mesmo não, mas naquele trajecto já fazíamos ao fim da tarde. Nós íamos para Nampula de manhã e voltávamos para Murrupula ao fim da tarde, já íamos jantar a casa. E no regresso quando fazíamos era frequente.....vermos os...(leões) ....Íamos, íamos muito à Ilha.....Íamos às chocas, tínhamos lá casa e íamos à Ilha também porque na Ilha tínhamos lá família e a adorávamos ir» .( X 1ªent)

### **Murrupula, sempre Murrupula: núcleo da expansão e da diversificação dos negócios:**

A **partir de meados dos anos 50**, situa Ahamad Ali uma nova fase na trajectória económica da família, caracterizada pela forte expansão das actividades comerciais.

Com efeito, 10 anos haviam decorrido desde o fim da guerra e, na época, o negócio da castanha de caju propiciava acumular grandes benefícios, não apenas aos grossistas exportadores como ainda aos intermediários, sobretudo os que se ocupavam não apenas da monetarização da castanha em meio rural africano como do seu transporte até aos portos de onde era exportada. Foi este o caso de Ismael Popat, ainda que para tal fosse necessário alargar progressivamente a área de captação do caju no interior do país Macua e equipar-se dos meios de transportes resistentes que suportassem percorrer as intransitáveis estradas de terra batida que dali conduziam a A.

Enes. Nessa altura, o filho mais velho de Ismael Popat, com 19 anos, e já casado, assume a responsabilidade dos negócios da família, «*aliviando o pai desse fardo*»<sup>172</sup>. O que não parece ter sido completamente o caso a avaliar pelo que a filha nos relata da energia e envolvimento do progenitor : «*O meu pai trabalhava desde o nascer do sol até ao pôr-do-sol.....não longe, havia duas cantinas ou 3 em Murrupula e depois outras nos arredores, 40 km, 60, 80, 100 km.*» (X 2ª ent).<sup>173</sup> E o patriarca Ismael não tinha sossego, viajava por aquelas estradas de piso incerto, dado que, em Murrupula, não havia por perto, caminho-de-ferro por que chegasse ao litoral. Só de Nampula se podia de comboio alcançar o mar, através do setentrional porto de Nacala. Assim opção de Ismael Popat parece ter sido a de escoar a mercadoria no litoral mais próximo e, era assim, que se lançava ao caminho a cada madrugada «*O meu pai saía às 3 da manhã para ir para António Enes e voltava para a hora de jantar em casa.....eram de camiões TIR's. O meu pai ia com mercadoria.....às 3 da manhã, com o cantar dos galos como ele dizia.*» (X 2ª ent)

Com efeito, num período curto de 3 anos, entre 1956-59, a rede de lojas expande-se de 3 para 5. Note-se contudo que até meados de anos 60 os registos oficiais não nos dão qualquer sinal dos negócios de Ismael Popat, nem os Boletins oficiais nem tão pouco os Anuários. No que respeita a estes últimos, essa omissão deve-se certamente ao facto de a circunscrição de Murrupula não ser aí referenciada até meados dos anos 60. Sabe-se contudo que o seu irmão mais velho Savajali Popat se encontra estabelecido em 54/55 em terras do Niassa, na circunscrição de Amaramba uma zona que desde o início dessa década beneficia da chegada do Caminho-de-ferro. Inicialmente gere uma loja num posto a alguns km da linha férrea e, em meados dos anos 60, tem negócio aberto em Nova Freixo, sede da circunscrição, e um dos apeadeiros do CFerro que atravessando 800 km através dos distritos de Moçambique e Nyassa, desde 1962 ligava o Porto de Nacala ao Catur, terminal próximo de Vila Cabral<sup>174</sup>. Note-se que no início dos anos 70, e apesar da guerra que na altura se alastra em terras do Nyassa, encontrá-lo-emos estabelecido em Marrupa, povoação a mais duas centenas de km a norte de Nova Freixo, e já quase na fronteira com terras de Cabo Delgado.<sup>175</sup> As motivações que o levam a aceitar tal situação de contingência não deixam de nos interpelar. Trata-se sem dúvida de uma trajetória que o diferencia do seu irmão Ismael, cuja vida económica confinada à região meridional do país Macua foi certamente poupada aos efeitos directos do conflito . De facto ali estava-se bem «*É, estava bem... Já nessa altura lembro-me perfeitamente de uns amigos do meu pai, ....., que era assim um nome também aqui, que dizia ao meu pai: "Ismail, compra aqui uns andares, manda o teu dinheiro algum para aqui" porque já eram pessoas que sabiam que isto daria uma volta. Só que o meu pai não era a ideia dele vir para cá não. Veio contrariado, pensando que vinha passar uns tempos e que voltaria para lá porque senão nunca tinha saído*» (X 2ªent). Testemunho da filha, reforçado pela nora: «*foi muito difícil, sobretudo para o meu sogro Esmael Popat que sofreu muito. Ele nunca se adaptou...morreu pouco tempo após a sua chegada (a Portugal)*» (Y ent 2)<sup>176</sup>

Foi assim que, no contexto das mutações políticas e económicas que a década de 60 traz à colónia, os Popat de Murrupula vêm expandir os seus negócios, quer pelo aprofundamento das actividades do passado quer pela diversificação no domínio da pecuária, acompanhadas ainda da realização de investimentos imobiliários, tanto em Nampula como na zona litoral fronteira à Ilha de Moçambique. Uma presença comercial, sempre centrada na circunscrição de Murrupula, que os Anuários registam pela primeira vez, em 64/65, e que os BO atestam posteriormente, já em finais da década, ao noticiarem constituição da sociedade familiar ESMail POPAT e FILHOS, LTDA, consagrada ao comércio geral, sediada igualmente na região de origem, e cujo capital social de 1500 contos

<sup>172</sup> In Popat Family p. 8

<sup>173</sup> Presença atestada por AHM/ISANI Cx 86 1970: Murrupula: Ahmade Ali e Isamel Popat. Alvarás comércio retalho /Morrupa-Ahamad Ali Comércio retalho/ / Muipita – Gulsambane, comércio retalho, explorada por Ismail Popat.

<sup>174</sup> Tal como registado nos Anuários : **Anuário 1954/55- Savajali Popat**. Posto de Macanhelas, circunscrição de Amaramba (Dist Niassa/ Lago)

**Anuário 64/65. Ismael Popat**. Murrupula Comercio (Dit Moçambique/ Nampula)

**Anuário 66- Savajali Poapat**. Posto Macanhelas e Nova Freixo, concelho Amaramba (Niassa) Comércio geral

<sup>175</sup> **Anuário 72/73 – Savajali Popat** – Comercio Geral. Marrupa (Dist Niassa) (a 250 Km Nova Freixo/Norte Rovuma, leste montepuez/ sul Lúrio/ oeste Amaramba e Vila Cabral

<sup>176</sup> Entrevistas a Y 1ª:2 Junho 2006; 2ª:16 de Junho 2006

reúne o patriarca (quota de 300 contos) e os seus seis filhos, com igual participação (200 contos cada) e assumindo Ahamade Ali a condução dos negócios, uma vez que os irmãos eram à data todos menores.

Os registos das fontes disponíveis para a década de 70, confirmam que a sociedade Popat e Filhos Lda. prossegue o aprofundamento de uma estratégia de investimentos no ramo da pecuária, a avaliar pelos pedidos de demarcação de terrenos que são entrepostos por Ahamad Ali na circunscrição de Murrupula. Neste período apenas se sabe que é arquivado um processo requerido no vizinho concelho de Meconta, por um familiar. Fora isso todas estas pretensões são aprovadas pela Administração colonial em 73 e ainda em 74, após a Revolução de Abril em Portugal. De notar que, em Agosto desse conturbado, ano Ahmade Ali vê ainda confirmado um pedido de transferência a favor do seu irmão mais novo, Hidayatali Ismail, referente a um terreno, 500 ha, a conceder no concelho de Murrupula. Por último, ainda em finais de 74 Ahmade Ali submetia um novo pedido de 11 100 ha a ser concedido em aforamento em Murrupula. O que aparentemente não indicia por parte desta família qualquer intenção de abandonar o país após o fim da colonização. O primeiro sinal no sentido inverso aparece em Abril de 1975, quando a escassos meses da independência de Moçambique, os registos oficiais atestam um pedido seu para que se archive o processo relativo à concessão de 300 ha, sempre em Murrupula. A instabilidade que então se instala no território faria alterar definitivamente o destino dos Popat em terras moçambicanas: «*Chegados ao ano de 1975, fomos compelidos a uma interrupção extemporânea e abrupta, devido à ausência de condições mínimas para a prossecução das actividades económica.....a exemplo de muitas famílias, viemos para Portugal trazendo apenas os pertences pessoais que uma mala pode transportar, e na alma, o desejo de reconstruir as nossas vidas em segurança.....a partir do nada*»<sup>177</sup>

Ahamad Ali dá-nos conta, um quarto de século mais tarde, do património que a *Popat Family* havia reunido em Moçambique no fim do período colonial:

*10 Estabelecimentos comerciais, com móveis, utensílios e mercadorias*

*1 Prédio em Nampula com 4 inquilinos*

*Propriedades rurais com actividade pecuária com uma área total entre 25 000 e 30 000 ha*

*Um efectivo de 2000 cabeças e gado bovino*

*Uma frota de camiões Mercedes Benz para transporte de mercadorias.*

*A única casa de praia (na concorrida praia das chocas, lugar de veraneio preferido da boa sociedade colonial de Nampula) pertencente a uma família indiana, totalmente mobilada*<sup>178</sup>.

Poucas famílias Ismaili do Norte teriam chegado a tanto.

### *c) Nampula, a cidade dos sonhos, nexus espacial e temporal*

Não podemos concluir esta segunda parte sem devolver a Nampula o lugar que representou para todos os indianos. Os portugueses e os indianos, entre os quais os ismailis que nos interessam, não partilham as mesmas

---

<sup>177</sup> Opúsculo, p. 9

<sup>178</sup> Idem

representações desta cidade. Começando nos relatos da sua fundação, abordaremos seguidamente os anos 50 que dão origem ao nascimento de uma cidade com a chegada do caminho-de-ferro e onde, pela primeira vez, se faz sentir a presença de um estado de direito: uma cidade moderna, com o seu plano de urbanização e as suas infra-estruturas (alojamentos, saneamento, escolas, hospitais, clubes, complexos desportivos). Cidade cada vez mais branca, Nampula será o núcleo de uma vida económica dirigida por indianos, nexos das suas transacções, passagem obrigatória em todas as suas deslocações para o litoral. Centro cada vez mais político nos anos 60 e, na década seguinte, base militar da guerra colonial, Nampula verá crescer novas oportunidades de negócio na mesma altura em que a sua população, indígena ou não, se verá comprometida com alianças políticas complexas às quais não escaparão os ismailis. Por fim, Nampula tornar-se-á o lugar para onde convergirão todas as populações do interior, em fuga da guerra e dos seus excessos, em 1974 e, onde os ismailis residentes no norte da província de Moçambique, se reencontrarão para decidir e organizar a sua grande partida.

### ***Dois relatos da fundação: quem acolhe quem***

Para a história oficial portuguesa<sup>179</sup>, o relato da fundação começa com Neutel de Abreu que chegou a 7 de Fevereiro de 1907, às terras da Macuana, região que hoje corresponde à cidade de Nampula. Nomeado capitão-mor da Macuana em Maio de 1909, é em Outubro desse mesmo ano, que assume o comando militar de Mongicual. Em 1909, a sede da Macuana passou de Itoculo para Nampula. Em Dezembro de 1909, é criado o posto de Murrupula. Sede da capitania mor, Nampula tornar-se-á sede do comando militar em Julho de 1917, tendo sob sua jurisdição os postos de Murrupula e Chianga. Só em Junho de 1921 Nampula será sede da circunscrição da Macuana.

No âmbito da reforma legislativa de 1932, Nampula tornar-se-á em Janeiro de 1934, sede da província de Niassa incluindo os distritos de Moçambique, Cabo Delgado e Vila Cabral. Em Janeiro de 1935, Nampula é promovida a vila e sede do concelho de Nampula. Com as modificações das divisões administrativas de 1954, Nampula passa a ser sede do distrito de Moçambique. Por fim, em 1973, por altura da última divisão administrativa dos distritos e respectivas capitais<sup>180</sup>, Nampula será a capital de Nampula; Porto Amélia a do distrito de Cabo Delgado; Vila Cabral de Niassa e, a cidade de Moçambique a da Ilha de Moçambique.

Este relato simples da pacificação histórica da Macuana, seguido por sucessivas divisões administrativas, como se estas continuassem a remeter-nos para uma pacificação não alcançada, opõe-se ao de Amirali Mamade Hussene cujos antepassados tinham presidido a este momento fundador, intermediando entre os régulos da Macuana e os militares portugueses «...*não era um indivíduo qualquer que por acaso ia lá construir naquele sítio da cidade. Se a senhora constatar, aquela cidade está protegida por um vale. E tem um rio, de muita volumetria de água. Então isso não podia ser um indivíduo qualquer que por mero acaso foi lá assentou-se lá. Está a ver? Ele escolheu o sítio, porque lá não existia nada, se ele se meteu para o interior e andou para aí 180 km, que será da costa do Índico até Nampula, bom então ele andou à procura do próprio espaço, do espaço adequado.*

*Quando os primeiros indivíduos brancos começaram a chegar a África, encontraram já lá o indiano. E essa é uma parte que eu não falei voluntariamente: mas consta-se que os meus bisavós foram quem ajudou Roberto Ivens a conversar com (um dos chefes Macua). “Mas o que é que tu vais fazer? Eles trazem canhões, eles trazem espingardas, lanças, o que é que tu vais fazer com eles?” Recordo que o meu avô já falava a língua deles. O meu*

<sup>179</sup> Ver, principalmente, Isani, Caixa 87/88, 1967

<sup>180</sup> As numerosas reformas administrativas, frequentemente revelaram a preocupação de um melhor ajustamento da noção de fronteira, relativamente à situação geográfica das populações residentes numa área administrativa com os seus campos situados numa outra, ou ainda, a não coincidência das fronteiras com as zonas residenciais das etnias... No entanto, a última revisão administrativa de 1973, particularmente a que diz respeito ao norte da colónia, mas também aos distritos de Gaza e Tete, pretendia um controle das populações e das regedorias, que não eram muito simpatizantes da administração colonial, formas de separar uns e outros para que não se influenciassem nas suas opções independentistas ou frelimistas ou seja, dividi-los para reinar.

bisavô intermediou a não guerra. Isso na história está clarificado de que não houve guerra no norte, que terá havido um acordo entre o chefe do ??? que é o chefe de todos os povos macuas e que portanto terá se estabelecido ali um laço especial entre o macua e Portugal<sup>181</sup>. Isso é um facto. Os macuas foram sempre muito leais aos portugueses, até hoje. Mas quem intermediou essa situação, segundo dizem, eu estou a tentar limpar o que é verdade do que não é.. Eu sei lá se deram essa auréola de grande herói ao meu bisavô ou não, até que ponto ele terá sido... Porque quando eu começo a especular na vertente contrária, vejo um Roberto Ivens que parece lá e diz assim: “Mas quem é esse gajo, esse macaco? Agora vou estar a intermediar com ele?” Esse era o espírito daqueles que iam de cá. Por outro lado, parece-me que é possível que isso tivesse acontecido porque segundo dizem, o Serpa Pinto e o Roberto Ivens teriam corrido o continente de costa a costa. Ora bom, teriam tido tempo de aprender alguma coisa, provavelmente, não sei. Eu não quero especular sobre essa área porque não tenho certezas. Nesses bons velhos tempos, como se conta, os primeiros brancos começaram a chegar... porque eram cadastrados iam logo para os fortes, o forte da ilha de Moçambique, onde cumpriam a pena e depois pronto, ficavam por lá, ou fugiam dos fortes, enfim, montavam para os seus negócios. As duas primeiras fortunas de Moçambique, do norte de Moçambique, eram cadastrados.

O meu bisavô, eu tenho que dizer dos dois. Dos avós, exactamente dos dois porque obviamente eu não sei qual dos dois é que tomou a decisão de dizer “Aqui é que é” Popat Bhangi e Amarchy Jamal. A história portuguesa diz que quem fundou a cidade de Nampula é o senhor Neutel de Abreu, mas já lá estavam os meus avós.” (Amirali Mamade Hussene, entrevista realizada em Lisboa, 19/05/2005)

### **Nampula dos anos 50, cidade moderna, a “cidade dos sonhos”.**

Em 1956, Nampula é promovida ao estatuto de cidade. Na altura da visita do presidente da república, General Craveiro Lopes, « são-lhe concedidos os foros de cidade, honra que bem merecia pelo seu traçado moderno, por possuir amplas avenidas e ruas lindamente ajardinadas e arborizadas. ...presentemente é uma grande cidade com o seu novo hospital.. uma Escola industrial e comercial.. um interessante e valioso museu, belos quartelamentos militares, vivendas... dois parques jardins, um número muito apreciável de bons estabelecimentos comerciais, com amplas vitrinas...um moderno aeroporto... edifício sedes de clubes... (Niassa, Sporting) , um estádio municipal, um pavilhão de desportos... »<sup>182</sup>.

Nascer com a modernidade foi o privilégio deste ismaili: «Em 50 nasci eu, nasci em Nampula – todos os meus irmãos nasceram em Nampula....Por isso, como os meus avós estavam em Nampula, a minha mãe ia lá, até porque nessa altura os cuidados médicos eram melhores lá em Nampula porque já Nampula tinha-se desenvolvido. Se bem que Nampula só cresceu nos anos 60 depois da guerra, depois de começar a guerra colonial... enfim. Eu nasci lá, como os meus irmãos, porque era nossa tradição e porque também os médicos... havia já em Nampula um médico. e então em 1955, 54 ou 55 isto eu não posso confirmar.. mais facilmente junto dos caminhos-de-ferro de Moçambique; de facto foi o momento mais revolucionário que aconteceu no norte de Moçambique e foi a linha férrea de Moçambique; a construção da linha férrea de Moçambique. E que chegava só até Nova freixo vinha de Nacala até

---

<sup>181</sup> Face à resistência dos diferentes povos da costa e do interior, « foi em 1905/06 que os portugueses esboçaram um novo plano de ocupação, que consistia na penetração em profundidade, com colunas militares seguindo os cursos dos principais rios (Lúrio, Monapo, M’luli e Ligonha) ou seja, por linhas perpendiculares à costa . Durante a governação de Pedro Massano de Amorim no distrito de Moçambique, foi, pode-se afirmar, abalado irremediavelmente o poder suaili-macua e consumada a conquista definitiva da Macuana... os portugueses obtiveram a colaboração de alguns chefes Africanos do interior, que estavam em conflito com os potentados escravagistas. O Sultanato de Angoche foi definitivamente conquistado em 1912... ainda em 1912 foi submetido o sertão de Sangage e abortada a revolta chefiada por Mussa Pire, o último dos proeminentes traficantes de escravos ...em 1913, a quarta campanha contra os Namarrais e o Itoculo submeteu definitivamente a Macuana... as forças portuguesas, numa concentração sem paralelo, contaram com a colaboração de cerca de 10 000 « auxiliares » africanos...colaboradores do colonizador » p603 in Aurélio Rocha, Resistência em Moçambique, o Caso dos Suaili, 1850-1913, pp581-615, Actas da I Reunião Internacional de História de África, 1989.

<sup>182</sup> Isani, Caixa 87/88, 1967, p8.

*Nampula. Eu acho que Nova Freixo ...Esse é o momento mais revolucionário porque as populações começam-se a movimentar e mais a construção desse movimento, houve muitos milhares de pessoas...”(ent)*

Esta modernidade está ligada à vontade do Estado Novo de fazer vigorar na região um estado de direito, ou seja, com estruturas administrativas e o recurso a leis convenientes à exploração e valorização dos recursos deste território em toda a sua extensão até ao lago Niassa. Assim, Nampula e toda a região estavam destinadas não só a sair do seu torpor (porque o comércio do caju e das outras oleaginosas prosseguia muito livremente e fora do alcance de qualquer legislação), mas deviam, também, ser subtraídas ao estado de abandono em que se encontravam, ou seja, fora de qualquer legislação ou administração<sup>183</sup>

Para Amirali M. H, todos estes elementos marcam efectivamente a grande mudança do pós guerra e dos anos 50. (ent) *“...nos anos 50 marca a revolução em vários sentidos. Porque os caminhos-de-ferro trazem para o norte de Moçambique a implantação do Estado, do Estado como lei, não era de direito, mas enfim, era um Estado. E que portanto já colectava impostos, já levava o ensino, já obrigava as populações a funcionarem de uma forma mais Portugal continental. Porque o colonialismo no sentido de que o Estado português foi uma ave de rapina, é mentira; não foi.*

*“...era o dinheiro que entrava e se eu não estarei em erro, é mais nessa altura que a implantação da moeda acontece porque até lá poderia haver a moeda mas era a permuta que funcionava e provavelmente haveria pedras preciosas, suponho que algumas outras peças de mais-valia que serviam de moeda e o momento mais importante no norte de Moçambique é os caminhos-de-ferro porque foi quando de facto o governo português em várias perspectivas, implantou o seu sistema político.*

*“As pessoas lá em Moçambique ganhavam 10 e investiam 100. Como os bancos emprestavam...exactamente nos anos 50. O BNU veio nos anos 50, creio que nos finais dos anos 40 é que veio o BNU porque já começa a haver funcionários públicos que tinham que ser pagos e portanto nessa altura o Banco Nacional Ultramarino tem aí um desempenho também importante no plano de implantação da moeda. E se a senhora ganhasse 10 contos – o que era muito dinheiro nessa altura – eles emprestavam 90 que era para investir, para construir, para desenvolver um projecto que tivesse.*

*“Todas as actividades beneficiaram porque com as linhas de caminhos-de-ferro começaram a vir pessoas daqui, técnicos, ainda que fossem de ultima categoria, ainda que fossem aqui trolhas mas que lá sabiam fazer qualquer coisinha, sabiam como fazer argamassa, porque o individuo lá era um primata, não sabia fazer nada, sem este lado pejorativo do... Então eles vêm, depois instalam-se e começam a chamar as suas famílias. Porque uma das normas para alguém ir para Moçambique era preciso que alguém responsabilizasse pela vinda dele... era livre de mandar vir quem quisesse, ...porque o Estado não queria assumir responsabilidades. Se já não assumia aqui, muito menos lá porque não tinha recursos. E daí que o indiano talvez tenha sido mais rápido a vir para lá... A função pública já manda lá gente com alguma qualidade. E como começam a mandar professores primários, professores secundários, médicos, engenheiros, o nível começa a crescer.”*

---

<sup>183</sup> *A viagem de Spence ao Norte da colónia em 1943, relatada por Newitt (op. Cit.) é um testemunho interessante. A cidade é objecto do olhar de um europeu residente em LM., interessado numa actividade comercial legal e em novos projectos que façam de Nacala a capital da região «..Novos edifícios administrativos foram erigidos no local e a vila « parecia, para o observador casual..., moderna e atraente, com ruas largas, grandes casas bem construídas, e edifícios publicas muito bonitos. Para o empresário, porém, a cidade parecia morta - não há comercio : foi construída tão-somente para acolher o governo e o caminho-de-ferro » (p149)*

### ***Nampula, cidade da instrução para os jovens ismailis***

Só nos anos 60 o Estado cria um ensino oficial com 4 escolas primárias (das quais três em Nampula), um colégio liceu que abre as suas portas em 1962/63 e, uma escola industrial e comercial.

As escolas religiosas, as escolas das missões, os colégios religiosos (dependentes da diocese de Nampula), bem como os colégios privados, difundiram uma instrução muito antes do Estado se ter interessado por isso. Sabemos que os colégios/liceus como o de Nossa Sra. das Vitórias (para meninas), o Vasco da Gama e Dantas (para rapazes) abriram nos anos 40. São justamente estas as escolas que frequentam os jovens ismailis da segunda e terceira gerações, que residem em toda a área do distrito de Moçambique, sempre incitados pelos pais a prosseguir os estudos, muitas vezes em internatos e com um sacrifício monetário considerável. Aqui chegamos a um ponto não muito referido, em si mesmo, no nosso estudo mas, frequentemente evocado, nomeadamente, o das relações entre a escolarização das crianças e o investimento na profissão de comerciante. A certa altura da trajetória das famílias de comerciantes e, geralmente, após ter assegurado a continuidade do trabalho nas lojas do pai, por parte do filho mais velho da irmandade, são os outros irmãos quem beneficia de uma escolarização mais completa e que, na maioria dos casos, (embora com algumas exceções) continua na escola industrial e no Instituto do comércio. Nampula é a cidade que os acolheu, único local do distrito que oferece um ensino para os ciclos preparatório e secundário.

É, pois, após um curso primário frequentado na vila ou na capital que se coloca a questão de ir para o internato. “ *O meu pai queria que continuássemos os estudos e eu fui interno para o liceu de Nampula*” diz X<sup>184</sup>. Para, Y após os anos no colégio S. João de Brito em A. Enes, foi a partida para o liceu de Nampula, enquanto que todos os seus irmãos farão a Escola Comercial desta cidade<sup>185</sup>. Os filhos **Alibhay** passarão pela escola primária em Ribaué e em Iapala e, depois, continuarão no colégio Vasco da Gama dos Padres de Nampula. “*O meu pai, diz, W era uma pessoa que embora tivesse poucos estudos mas era uma pessoa que lia muito, era uma pessoa estudiosa, falava algumas línguas e os estudos para ele eram a coisa principal. E então tinha três filhos, incluindo eu, a estudarmos num colégio de Nampula que era muito caro para aquela altura, era muito dinheiro,... mas ele não se importava. Ele e a minha mãe trabalhavam muito para suportar os nossos estudos*”<sup>186</sup>. Quanto a Y “ *fiz a 1ª e 2ª na terra de Murrupula... não era uma escola, era a garagem do chefe de posto, depois a 3ª e a 4ª interna num colégio em Nampula, das Vitórias*” onde está interna, a 80 km de Murrupula, de onde é oriunda.<sup>187</sup> As religiosas tentam baptizá-la, o pai vai buscá-la e inscreve-a no colégio D. António Barroso, depois no liceu Salazar em LM. No internato, desde os 11 anos, Y explica: *nos estávamos no interior e no interior literalmente não havia nada, eu para estudar tive que sair da casa dos meus pais muito miúda e não era assim tão perto*”. Todos os seus irmãos estudaram no colégio privado do Dr. Dantas em Nampula. Com um internato, este colégio também recebia os alunos que continuavam os estudos na Escola Comercial de Nampula (caso da irmandade Z Remtula cuja família residia em A. Enes)<sup>188</sup>.

### ***Nampula, cidade branca com poder económico indiano***<sup>189</sup>

Em 1966, a população do concelho de Nampula<sup>190</sup> tem cerca de 100 000 habitantes, dos quais 14000 residem na cidade, uma vez que a restante população vive dispersa nas cinco regedorias. O recenseamento de 1960,

---

<sup>184</sup> X entrevista 2001.

<sup>185</sup> Y entrevistas: 1- 12/10/04 e 2 -11/06/05

<sup>186</sup> W entrevistas: 1 29-09-05 e 20-02-06

<sup>187</sup> Y entrevistas: 1 17/11/05 e 2- 22/02/06

<sup>188</sup> Z entrevistas: 1-12/11/04 e 2-1/02/05

<sup>189</sup> *Na realidade teria sido melhor apresentar e tratar os três pontos do triângulo do território: Nampula- Antonio Enes (Angoche) - Ilha, lugares essenciais de instalação dos ismaelitas, da realização do comércio a partir de produtos da costa e do interior. Estas três cidades funcionaram entre si como vasos comunicantes de transferência de homens e capitais, segundo a história económica e política do distrito de Moçambique entre 1900 e 1974, vindo a extensão deste território de implantação a incluir o porto de Nacala, a partir dos anos 60. Aqui, trataremos essencialmente de Nampula. No ponto seguinte, introduziremos, para os anos 60 e 70, algumas considerações pertinentes que se referem à cidade de A. Enes.*

assinalava 4449 não autóctones e 100 000 autóctones (macuas). O relatório (Isani, op cit, p73), assume que desde 1960, a população tenha mais do que duplicado, mas que não é possível nenhuma exactidão porque «o concelho não conseguiu dar-me um número desta população, por não ter em ordem os cadernos de recenseamento da população da cidade, onde vive a sua maior parte » (p73). Quanto às casas de comércio, o relatório refere 61 de comércio geral e algumas dezenas de comércios mais especializados na cidade de Nampula. A relação entre a demografia e o poder económico nem sempre é favorável aos brancos. Tal como refere Amirali Mamade Hussene:

*“Veja bem, aquilo era um certo paradoxo: a maior parte da população é negra, a comunidade branca – porque na altura a indiana era distinta da branca – seria a segunda comunidade maior e os indianos seriam a terceira comunidade; surgindo os mestiços 1% não sei, talvez 1% ou menos. Mas a comunidade indiana, na generalidade, tinha detinha um poder económico, o sector distributivo passava por eles. E então o sector retalhista tinha de se recorrer a eles. A maior parte do individuo branco que estava em Moçambique ou era funcionário público ou era pequeno comerciante ou era fazendeiro. Em qualquer uma das situações, haveria sempre que ir ter com o indiano porque o indiano é que era o que fazia as importações, era o que dominava a economia; o sector distributivo passava por ele. E naturalmente, no meu caso concreto, a minha família era muito respeitada... encontra nos almanaques e nos anuários. Os anuários, o nome do meu pai e do meu tio vem lá registado. Mas quem ficou mais celebrizado, porque esses anuários nascem nos anos 50, o meu pai é o Mamad Hussene Amarchy e seria Karmali Popat ( seu sogro e primo paterno ). Eles surgem nos almanaques, mais o meu tio, porque de facto... Então eles eram pessoas... primeiro porque estão na fundação da cidade; segundo porque qualquer individuo que fosse a Nampula teria que ir lá ao beija-mão ao meu tio. Veja bem, os comerciantes mais antigos da cidade de Nampula é Karmali Popat e o meu pai, é Pinto Soares e ... E veja que porque é que eles são mais conhecidos do que os meus avós que se calhar fizeram muito mais por aquela terra? Porque exactamente não haviam registos, não havia finanças, não havia nada. Vivia-se um sistema em que o chefe de posto<sup>191</sup> tinha pedir para ser sustentado e toda a gente fazia uma colheita e dava-lhe e o homem nunca se saciava, tanto quanto se sabe.*

*Com o evento das linhas de caminho-de-ferro, tudo isso começou a normalizar-se, a implementar-se provavelmente.”*

Fosse antes ou depois da ‘normalização’ de que fala este ismaili, descrevendo a alteração global que atinge Nampula e o seu concelho, esta cidade constituiu o lugar incontornável de passagem dos comerciantes entre o interior e a Ilha, lugar onde chegava o caju colhido em todo o distrito e enviado aos armazenistas, que lhes forneciam mercadorias para as suas cantinas, lugar dos seus investimentos em bens imobiliários, sede dos seus escritórios (Ismail Popat) que começam sobretudo da década de 70<sup>192</sup>.

---

<sup>190</sup> Em 1967, o concelho de Nampula, abrangia 5 regedorias: (em habitat disperso)

Caramaja (14 grupos de povoações e 34 povoações );

Murreveia (14----- e 24-----);

Nampula (30----- e 34-----);

Momola ( 7----- e 5 -----);

Umpuechiua ( 7----- e 12-----);

<sup>191</sup> No mesmo registo, Spence (op.cit.), relatado por Newitt, anota « O chefe de posto é, na realidade a pessoa que mais directamente contacta com os nativos e ele depende, de facto, a questão da produção agrícola dos nativos, que constitui a base da economia do país. O seu trabalho reveste-se da máxima importância para a colónia e, no entanto, recebe somente 25 escudos por mês de salário, com o qual tem de custear tudo incluindo receber viajantes e dar uma boa educação à sua família. Como é óbvio, tal é impossível, apenas com este salário e, por conseguinte, vê-se obrigado a encontrar outras fontes de rendimento par conseguir viver dignamente. Nenhum governo se pode dar o luxo de pagar aos seus funcionários um salário tão reduzido que os obrigo a servir dois patrões para sobreviver - é uma má opção» (152)

<sup>192</sup> Os BOM consultados confirmam o investimento feito nos bens imobiliários, tanto em Nampula e no seu concelho, como em Nova Freixo (pensões, cinemas, bares). Aí pudemos anotar:

-Pedido de **Sadrudin Rehemtula Jivà** para instalar e explorar a indústria de aluguer quartos no talhão 40, de Nova Freixo, concelho de Amaramba, no piso superior do edifício onde foi autorizado a instalar um bar restaurante (processo 2375) BOM,nº69, 29/08/70.

Para W, nascido em 1940, a supremacia da actividade económica dos indianos não é posta em causa. Objecto do ciúme dos portugueses que não eram tão bem sucedidos “*Aquilo era um domínio muito grande dos portugueses que não queriam, não gostavam, que os indianos tivessem mais negócio, que fossem vocacionados mais para a parte comercial, que tivessem uma vida melhor, que tivessem um carro bom, que tivessem... enfim, não sei se está a ver? Não gostavam, tinham uma inveja tal... “Esta terra é nossa, estes vieram para cá.”, os comerciantes indianos são a base da dinâmica desta cidade “Quando Nampula foi feita, quando Nampula avançou e teve realmente aquele progresso foi também devido a toda a gente que estava fora que ia sempre fazer as compras a Nampula. Portanto Nampula realmente obteve aquele progresso foi porque realmente os indianos é que fizeram aquele progresso porque era a queda natural dos indianos serem comerciantes e os brancos não tinham essa queda, não têm essa queda. Agora já é diferente, nos negócios o comércio é diferente, já não tem nada a ver como antigamente mas não tinham; não sabiam falar a língua deles, não sabiam como lidar com eles e então eles nunca tinham supremacia sobre qualquer loja indiana, então eles falhavam sempre. Portanto eles dedicavam-se mais à agricultura, às plantações, ao gado, isso era realmente. E depois a maior parte das pessoas eram funcionários do Estado, eram administrativos....portanto os indianos realmente foram os suportes digamos de Moçambique, aqueles que realmente vieram das Índias, nasceram lá, foram crescendo e foram realmente o suporte de África digamos. E Nampula não era excepção. Todos os comerciantes que realmente tinham uma certa, um certo sucesso depois iam para Nampula, abria uma loja em Nampula e continuavam lá e depois cresciam ali. E não há dúvida nenhuma... depois mais tarde sem duvida que apareceu o João Ferreira dos Santos »<sup>193</sup>*

Também é necessário diferenciar o período de antes e o de depois dos anos 50/55 que vêem a translação da importância económica da Ilhapara Nampula, a que se refere W que acompanhava o pai nas suas viagens entre o interior e o lugares de aprovisionamento em mercadorias «... *eu lembro-me ainda no meu tempo que Nampula não tinha nada, quando eu conhecia. Quando eu entrei na idade de conhecer Nampula, (début des années 50) Nampula não tinha nada porque tudo o que era, era Ilha de Moçambique, o meu pai tinha muito comércio, todo o comércio e o relacionamento comercial do meu pai era Iapala, Ribáuè e Ilha de Moçambique. E então ia de comboio ou ia de carro e passava por Nampula. Nampula o que é que era? Era o João Ferreira dos Santos onde se comprava gasolina, comprava açúcar, era umas coisas que o João Ferreira dos Santos tinha e vendia. Agora tudo o que era tecido, era tudo, as compras eram feitas todas em Moçambique... (Nos anos 50 depois a Ilha entra em decadência porque deixa de ter o porto), a Ilha caiu por completo.... Nampula cresce, porque também vêm os ??? (comerciantes ?) de Moçambique para Nampula e depois também para António Ennes, portanto depois houve ????(comerciantes ?) em*

---

*:-Pedido de **Abdul Karim Gulamhussen Rentula Bangy e Ameen Mahomed Gulamhussen Bangy** para instalarem e explorarem mais 5 quartos a construir no aluguer de quartos « Monte Carlo », talhão 326, que possuem em Nampula (processo 3186).*

*-Pedido de **Sadrudine Alimamade Hergy** para instalar e explorar um bar restaurante, talhão 3, de Nacarua, concelho do Eràti-Namapa (processo 3686) BOM,nº48, 17/06/70.-Pedido de Sadrudine Alimamade Hergy para explorar um cinema no bairro de Namicopo, zona urbana de Nampula, com lotação de quinhentos lugares (processo 4259) BOM,nº105,2/09/72 (Reclamações aceites das duas firmas, Cinemas de Moçambique (CINEMOC) e Cine Teatro Almeida Garrett)*

*Negado o provimento de recurso apresentado por SAH contra o despacho do Governador do distrito, do 7/12/72, inferido a seu pedido para instalar e explorar um cinema no bairro do Namicopo. BOM, nº1, 3/01/74.*

*-Reclamações das duas firmas CINEMOC e Cine teatro contra o pedido de **Ussene Ismail Rawgy** para explorar um cinema no bairro de Nametequeliua, em Nampula (processo 4298). BOM, nº129, 7/11/72.Pedido indeferido ao Rawgy. BOM,nº149, 23/12/72.*

*-Deferido o pedido de **Firozali Bhanji** para explorar um cinema fixo no bairro de Ingùri, concelho de A.Enes, devendo apresentar o projecto definitivo dentro de prazo de 6 meses.BOM, nº82,14/07/73.*

*- Pedido de **Ramesh Aly Abdula Remtula** para instalar e explorar um cinema com um bar anexo no bairro Bela Vista, concelho de Nacala (processo17/CP).BOM, nº90,4/08/73.*

*-Conferido o alvará a **Nizarali Ibraimo Momade** para explorar um botequim em Ocua, circ de Mecùfi, distrito de Cabo Delgado (processo 3420) BOM,nº141,6/12/73.*

*- Pedido de **Faridabanu Camurdine** para instalar e explorar um cinema com café e botequim anexo, em Nova Freixo, concelho de Amaramba (processo,31CP).BOM,nº19,14/02/74.*

<sup>193</sup> W entrevistas: 1 29-09-05 e 20-02-06

*António Ennes e o João Ferreira dos Santos também foi para António Ennes portanto depois tudo começou a diversificar nessas três zonas que era António Ennes, era Nampula e Ilha de Moçambique. »<sup>194</sup>*

### **A partir dos anos 60: Nampula, centro político e base do Alto Comando Militar,**

Lembrando as grandes linhas da mudança política do estado português face à mobilização da luta de libertação que começa em 64, aí colocaremos as reacções dos ismailis.

A década de 60 inaugurou uma era de grande instabilidade política que atinge Nampula, os distritos de Moçambique, Cabo Delgado e Niassa e, deste modo, atingirá os ismailis.

Começam por ser as **eleições presidenciais de 1958** em que uma oposição se une no apoio à candidatura de Humberto Delgado. Se nesta campanha se discutiram diversos temas de política em geral, a questão africana foi cuidadosamente evitada, ignorando as profundas divergências entre as pessoas que a animavam e que tinham em comum uma ideologia antifascista. Esta oposição, dita democrática, tinha uma célula importante em LM, na Beira e era apoiada por personalidades específicas em Tete e Nampula, como o Dr. Casimiro Cortesão.

Os testemunhos orais dos **irmãos Alibhay** valorizam a reacção especial da sua família com o Dr. Casimiro, bem como as opções políticas tomadas por esta família que foi incomodada pela PIDE e da qual um filho, empenhado na Frelimo, acompanhará Samora Machel na sua luta. Eles sublinham a grande amizade recíproca entre o seu pai e este médico, chegado a lapala onde eles residiam. *“Era lá, ...ele foi daqui directamente para lá. E então como o meu pai tinha uma mercearia, a primeira pessoa que fosse lá tinha obrigatoriamente que vir à nossa loja para se abastecer. Então, nada difícil porque a primeira coisa que ele e a esposa viram, foram lá foi tudo o que nós tínhamos, com uma lista grande, “Nós somos médicos, viemos para aqui e nós precisamos disto, disto e disto”. E o meu pai leva a lista e depois manda-lhe entregar tudo e aí começou a relação. Foi uma relação de grande amizade e nós depois também tivemos a sorte depois do meu pai falecer e a minha mãe depois passou um período muito mal nós também desorientados, e ele levou o meu irmão para casa deles, acompanhou-nos, tanto na parte enfim de apoio psicológico e portanto passava algum tempo connosco, a conversar, a dar-nos enfim, força. Por acaso foi uma pessoa muito útil...”(ent W)*

Afastado da metrópole devido às suas posições ligadas ao partido comunista<sup>9</sup>, o Dr. Casimiro exerceu uma actividade política muito discreta em Moçambique. A sua influência é notória junto desta família, tanto por altura das eleições de 1958 *“Nós votámos H.D. Aliás os únicos lugares onde H.D. ganhou foi em lapala e na Beira”* diz um dos irmãos (W 1- entrevista 14/07/06), como durante os anos de colégio onde este irmão andava em 1961, durante os acontecimentos de Goa, lendo perante os seus colegas um discurso escrito pelo governador. É então que *“um amigo branco que frequentava a nossa casa reprovou esta acção e me disse que era uma instrumentalização da parte do regime e que isso teria consequências” (W1).*

Nomeado vogal da junta de freguesia de Malema em 1959, a PIDE pedirá ao filho de Alibhay para colaborar *“Foi um período que passámos um bocado mal, eu era mais novo, o meu irmão mais velho foi-lhe dito para ele colaborar com a PIDE: “Se você não colaborar, você vai ser preso”. E o meu irmão disse: “Eu nunca colaborarei, porque eu não sei o que é isso.” Mas o doutor Casimiro tinha-nos alertado: “Vocês tenham cuidado, às vezes pode*

---

<sup>194</sup> Idem

<sup>9</sup> Note-se que em 1957, por altura do seu 5º Congresso, o PCP faz uma declaração que diz respeito aos povos das colónias portuguesas, exigindo *“o reconhecimento incondicional do direito dos povos das colónias de África, dominadas por Portugal, à independência imediata e total”*. Devido a estas posições, o governo deportou uma grande parte dos membros do PCP da metrópole para Moçambique onde, exerciam uma actividade muito discreta. Aias o PCP não criou nenhuma célula na colónia, argumentando que o problema das colónias devia ser resolvido pelos africanos e, a questão colonial, pelos colonizadores. Os membros do PCP em Moçambique, mantinham contactos e informações, mas nunca intervieram directamente. Ver tese inédita de Amélia de Souto, *« A administração colonial portuguesa em Moçambique no período de Marcello Caetano, 1968-1974 »*, Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2003, le paragraphe : A oposição Democrática, a oposição africana e o Partido Comunista Português, pp628-631.

*haver esse tipo de situações” e o meu irmão falou com ele e ele disse: “Você mantenha-se normal, diga que não sabe o que é isso, de política, não percebe nada disso. Se tiver que dar alguma informação que não dê para prejudicar ninguém... Mas se você der uma, eles vão pedir-lhe outra, portanto tenha cuidado”. E nós tivemos esse tipo também de perseguição.”(W1)*

Tornando-se mais tarde, presidente do grémio dos cultivadores de tabaco e, respondendo ao serviço de finanças (Fazenda de Nampula) que tinha querido duplicar os impostos daqueles: *“Fizemos greve e recusámos o aprovisionamento em tabaco. Foi então que a PIDE escreveu ao governador da província de Moçambique, dizendo-lhe que tinha problemas suficientes com os negros e que não valia a pena ter mais com os brancos. O governo cedeu. Foi um confronto em nome de um interesse económico, porque aquela medida era injusta”*(W1).

Os anos 60, são os da nomeação de **Pedro Baesa para presidente da Câmara de Nampula**, precisamente em 1965. Assimilado local, oriundo de Cabo verde, de uma família de funcionários do Império, esta nomeação não lhe conferia mais poder político do que administrativo e, ainda menos, sobre as populações. Mas fazia parte de uma estratégia do poder que começava a ligar os assimilados a postos de administração da colónia.

No entanto, parece que esta nomeação/eleição foi diversamente apreciada pelos ismailis interrogados. Se todos a interpretam como uma ligação, alguns, entre os quais Amirali M.H, vêem-na como um momento político que lhes diz respeito; outros, como W1, dirá simplesmente *“Mas não havia nenhuma influência política dos indianos na Câmara Municipal de Nampula. Sim, bem sei que Baesa foi seu presidente e que o seu irmão estava na Frelimo”* (W1). A argumentação de Amirali M. H merece toda a nossa atenção, na medida em que a sua família se posiciona no seio da história do império português, tal como evocámos mais acima, na trajectória socioeconómica da sua família. Nos anos 60, a perspectiva de nomear um indiano, uma espécie de corretor étnico para a sua comunidade, próximo do poder e intermediário das populações africanas, não devia ser estranho à política da administração colonial. É neste sentido que, depois de ter recusado o convite para presidente da câmara municipal de Nampula, o seu tio e família, bem como outros indianos e brancos, apoiam o candidato Pedro Baessa. *“Não era possível que alguém viesse em Nampula e não tivesse passado por nós. Há ali uma coisa mais ou menos necessária provavelmente, o Estado português necessitava de ter algumas figuras de quem recebia informação e que eram os chamados líderes comunitários No caso da minha família nunca fomos líderes comunitários mas quer o meu tio quer o meu pai tinham grandes influências junto da sociedade indiana. Eram pessoas que sabiam ler e escrever em português correctamente, tinham feito a 4ª classe. O meu pai tinha até feito o ciclo preparatório e lidavam facilmente com os líderes da estrutura portuguesa, com os governadores, com os administradores, enfim, tinham uma facilidade de comunicação O meu tio queria ser convidado até para ser presidente da câmara de Nampula, em finais dos anos 60 e o meu tio terá dito “Não, nem pense nisso porque política e comércio não se entendem e eu não quero nada com isso mas vamos nomear o Pedro Baesa” que era um individuo negro...ele seria mestiço.”* (Amirali MH).

No final dos anos 60, e em resposta tanto à luta de libertação nacional que começou em 1964, como às atitudes cegas da PIDE relativamente às populações africanas, foi elaborado **um plano de acção psicossocial** destinado a “captar” as populações muçulmanas<sup>10</sup>, até então desconhecidas e negligenciadas, já com o fim de as dividir segundo as suas obediências reformistas e de confrarias e, depois, de as afastar de toda e qualquer contaminação com as opções da Frelimo (independência e luta armada). O pressuposto desta “real politik” consistia em utilizar a ameaça que os reformadores faziam cair sobre o controle tradicional das populações pelos chefes de confraria (fim deste Islão das confrarias em nome de uma certa ortodoxia inspirada então no “wahabismo” e fim do

---

<sup>10</sup>Ver a este respeito os argumentos apresentados por F.A. Monteiro, na sua obra « O Islão, o poder e a guerra. Moçambique 1964-1974. » (Porto, 1993, 440p.) sobre a sua visão das comunidades muçulmanas dos distritos de Niassa e de Cabo Delgado e, especialmente, das comunidades residentes em Mècula, Marrupa, Nungo, Balame, Montepuez, Mecúfi que, considera estarem expectantes, aquando do começo da guerra de libertação e que não eram hostis à administração portuguesa. O plano de acção psicossocial posto então em prática continha, inicialmente, 4 fases: a da “detecção” a partir de 1965, que fundamentalmente, juntava os dados do terreno, a da “captação” a partir de 1967/68 em que era necessária uma aproximação dos dignitários muçulmanos sunitas, dado o seu peso no enquadramento tradicional das massas, a do “comprometimento” e, finalmente, a do “accionamento”.

seu apoio social de clã em nome de uma perspectiva reformista, esclarecida, moderna, ligada ao pan-islamismo ambiente e às correntes político-religiosas provenientes do Egito e da Líbia, refractárias a qualquer compromisso com o colonizador). Separar estas duas correntes, as suas respectivas áreas de expansão (interior da macuana e litoral swahili) permitia à administração colonial fundar abertamente uma política de alianças com as confrarias, pretendendo preservar a autonomia e o campo de manobra social destas últimas. Ao criar em 1972, um estrutura de consulta “o Conselho dos Notáveis” (composto por 21 dignitários muçulmanos) e aprovando-lhes a tradução em português de uma selecção de textos sagrados, os Hadiths de Al Bokhari depois de estes dignitários terem recolhido o aval do Muffi das Comores, de quem estas confrarias dependiam, o poder pensava assegurar aliados e esperar uma identificação das massas muçulmanas sunitas com a estratégia de contra subversão como se lhe chamava, ou seja, com o empenhamento de milícias muçulmanas autónomas em operações de contra guerrilha. Toda esta estratégia se referia apenas a muçulmanos sunitas (africanos, indianos e mestiços). A comunidade ismaili, chiita, estava fora das preocupações do poder na medida em que este a considerava politicamente adquirida<sup>11</sup>, enquanto duvidava fortemente da lealdade de muçulmanos indianos e de africanos. As entrevistas com os ismailis sobre este período, confirmam a simpatia de alguns para com o papel conciliador da igreja católica através da pessoa do bispo de Vila Cabral, D. Eurico Dias Nogueira<sup>12</sup> e, mais tarde, com D. Manuel Vieira, bispo de Nampula.<sup>13</sup> É nestes termos que fala Amirali M. *“O D.Manuel Vieira Pinto conheceu perfeitamente a minha mãe...antes do ele todos os negros eram quase animais. Depois dela as pessoas passaram a ser vistas com olhos de gente, isso é muito importante. Foi mal querido pelo sistema colonial, foi mal querido também pela própria Frelimo... o padre Fernando também é muito conhecido lá no norte de Moçambique pelo bom trabalho que fez lá nas missões”* (Amirali MH ent 12/10/2005)

Mas numerosas entrevistas dão conta, sobretudo, do ambiente de desconfiança em toda a macuana onde os ismailis, a bem ou a mal, são constantemente solicitados para se tornar informadores da PIDE.

Tudo isto adquire um relevo particular a partir dos **anos da guerra propriamente dita, em 70 – 72**. A acção psicossocial que está sob a autoridade de órgãos específicos ligados ao Comando-Chefe das forças armadas, as contendas resultantes do tratamento da questão das massas muçulmanas, o acentuar das clivagens entre responsáveis civis e militares, a necessidade de reconsiderar os limites de uma zona tampão do Rio Montepuez ao Rio Lurio<sup>14</sup> para onde será transferido o comando militar face aos avanços das operações da Frelimo em direcção a Porto Amélia, constituem elementos de grande importância que conduzirão à operação Nó Górdio lançada a 1 de Julho de 1970, em Cabo Delgado, para destruir os “santuários” da Frelimo. Em Setembro de 72, será desencadeada a operação Fronteira, como resposta à exortação de Samora Machel, por ocasião do oitavo aniversário do início da luta armada. O seu discurso ao povo moçambicano, sem distinguir profissões nem religiões, visava prepará-lo para a luta armada em todo o território. O objectivo era chegar ao sul através de um avanço a partir do norte e do consolidar das retaguardas. Na doutrina de Kaúlza que pretendia transformar a guerra numa luta entre negros, a africanização das tropas e a criação de grupos especiais (no exército) em Março de 1970, são elementos fundamentais. Apanhados nesta tormenta da contra subversão, os ismailis em idade de cumprir o serviço militar,

---

<sup>11</sup> Carta de Aga Khan 1951

<sup>12</sup> Por exemplo, os pais de Amirali M. que conheciam pessoalmente este bispo quando residia em Vila Cabral. D. Eurico Dias Nogueira, a 6 de Setembro de 1966, dirige uma carta aos muçulmanos da sua diocese, inspirado na mensagem pós concílio Vaticano II, evocando os pontos de convergência entre o Evangelho e o Corão, o Islão e o Catolicismo e, aproveitando para lembrar a comemoração do cinquentenário da aparição de Fátima, acontecimento para o qual convida os muçulmanos a juntar-se às procissões que terão lugar na cidade.

<sup>13</sup> As posições do bispo de Nampula, D. Manuel Vieira Pinto, são bem conhecidas e devem ser consideradas em dois aspectos: o da ruptura com o regime no seguimento da descoberta dos massacres de Mukumbura em 1972 e, na sua denúncia na qual teve parte activa. Estes dois acontecimentos chave que marcaram o ano de 1974, levarão D. Manuel a aceitar a demissão que lhe será imposta. Autor da reflexão pastoral “Repensar a guerra” que apresenta em Janeiro de 1974, durante a sétima jornada mundial da P Paz e signatário do documento « Um Imperativo de Consciência » de 12 Fevereiro de 1974, conhecido como o Manifesto dos Monges Combonianos que valeu a 6 deles, a expulsão da colónia. Apesar da defesa deste ‘dossier’ por parte de advogados, entre os quais Adrião Rodrigues, é sob instigação da PIDE e, durante os meses de Março e Abril de 1974, que é levada a cabo uma grande campanha da população branca do distrito de Nampula contra o Bispo e os missionários Combonianos, exigindo a expulsão “deste traidores que aqui estão”. (In Amélia Souto op cit)

<sup>14</sup> À partida, trata-se de confinar a guerrilha à região norte do rio Messalo e de evitar que o rio Lurio dela faça parte porque senão, todos os distritos correriam o risco de passar para o lado da guerrilha. O objectivo da operação Nó Górdio era impedir os guerrilheiros provenientes da Tanzânia de penetrar pelo norte da colónia (in Amélia Souto op Cit) .

não escaparão. Teremos um intervalo em que os compromissos irão desde a inserção voluntária nos grupos especiais (Ahmad, ent 30/09/05) até aos serviços de mordomia assegurados junto de responsáveis militares colocados em Nampula (postos de mainatos assegurados por muitos recrutas ismaelitas), passando pela participação activa em operações de guerra (irmão de Fátima e de Hassan, Jafar), das quais alguns voltam afectados física ou psiquicamente. Para os outros, longe do teatro militar, a célula familiar poderá ser atravessada por fidelidades contraditórias e conflitos ideológicos. Mas, nesta situação, o que é completamente normal como os outros indianos (sunitas ou hindus residentes na colónia), pôde ter sido vivido tragicamente pelos membros da comunidade ismili. As directivas das altas instâncias da comunidade assegurando a sua lealdade ao governo português e a noção prática da obediência dos fieis podia entrar em conflito com a possibilidade das pessoas fazerem outra escolha. As entrevistas dão conta de atitudes complexas longe da simplicidade dos documentos da historiografia portuguesa longe do politicamente correcto que, à primeira vista, querem mostrar os ismailis.

Se a guerra não afecta os residentes de Nampula «*Antes da guerra, Nampula não tinha importância. Era A ilha. A partir dos anos 50, Nampula torna-se importante depois dos anos 60 por causa do caminho-de-ferro e do porto de Nacala. . Mas a grande importância da Nampula vem com a guerra. ...A guerra não nos afectou, afectou os negros. » (W1)*, a cidade é uma das bases militares «*Não, nós em Nampula não sentimos guerra. A guerra era mais lá para Cabo Delgado, Niassa, por ali é que era. Naquela altura era mais para Cabo Delgado. Em Nampula era base militar, havia todo o contingente e quando vinha, vinha para ali, vinham os barcos cheios e vinham para lá depois dali é que partia... Cabo Delgado é que era realmente”*(W), e não há dúvida de que os ismailis estavam ao corrente de tudo o que se passava «*as informações passavam a quem queriam »(W1)*

Para gerir um negócio florescente e evitar qualquer suspeita sobre as suas simpatias políticas, alguns usavam a crítica cortês e ancorada na sua tradição de acolhimento de altos responsáveis, como testemunha W a propósito da visita de Kaulza de Arriaga a A. Enes «*... o Arriaga também tinha uma grande consideração pela comunidade indiana, chegámos a fazer uma boa recepção, uma grande festa quando ele veio, na terra, tivemos um grande contributo e o coiso, como é que se diz, o Rebelo de Sousa também ».*

Apesar do testemunho de Hassanali concordar sobre este período áureo do negócio do final dos anos 60 até 73-74 «*(para os indianos..), que se viveu uma fase de crescimento, de aumento do consumo, abriram-se mais bares e cafés... »*, este articula-se com um mal-estar provocado pela memória da guerra e que, no início, prefere calar «*Dra. sabe muito bem o que se passou, vivia la.... “* e, depois, concede que houve problemas. O seu relato refere três níveis da sua experiência quotidiana e dos indianos: o da vivência bem conhecida e várias vezes referida, da segregação por parte dos funcionários pouco educados aos quais a comunidade devia prestar favores materiais; o, mais recente, das dificuldades ligadas à renovação e obtenção de licença para o negócio e do jogo da preferência nacional portuguesa em matéria de investimentos; e, por fim, o papel que a PIDE pôde fazer pesar sobre esta comunidade, experiência dolorosa de que se afastará Hassanali, quando parte para Angola «*havia problemas... a segregação de que os indianos eram objecto por parte dos quadros de administração incultos, que muitos davam erros de ortografia.....”* escreviam val e não vale....” ..esses fiscais do algodão....pergunta-me se sei quantos portugueses existiam em Moçambique no fim do período colonial ( cerca de 200 mil....) e nos anos 50? ( uns 50 mil...), não era nada , eram poucos; e poucos com formação....e era de gente inculta que recebiam os insultos ... tratavam-nos de monhes. Também tinham que fazer favores aos administradores que chegavam e se serviam dos nossos automóveis...também havia restrições ao estabelecimento dos negócios ( a recorrente questão da dificuldade na obtenção de alvarás), era necessário associarem-se a portugueses...naturalmente assistiram a violência infligida contra os africanos....mulheres maltratadas com as crianças as costas.....queimavam-nas com cigarros... a ida para Angola foi a oportunidade de mudar daquele ambiente....estava cansado.. »(Hassanali).<sup>195</sup> Mas sobre este “ vivido, visto e sentido” pesa a proibição da posição oficial da comunidade «*Mas apesar disso.....nunca dira mal dos portugueses, de Portugal, que os receberam...(e quase baixando a voz), confidencia que pertence a uma comunidade*

---

<sup>195</sup> Entrevistas: 1 12/11/04 e 2- 1/02/05

*que não tem terra e que portanto devem respeitar a bandeira do país que os recebe, ou onde nasceram..... é a regra a seguir, o discurso oficial da comunidade »(Hassanali )*

Quanto a Hassan , a abertura económica e política dos anos 70 é um facto, mas a sua comunidade não teve nada que ver com a estratégia de aproximação dos muçulmanos por parte do governo português. Ele afirma que « *a norma da comunidade era de não se confrontarem com o regime...Nampula era cidade militar, base militar de todo o norte mas que apesar de tudo Moeda era distante ( portanto a guerra acontecia longe dali) .... não se discutia política , por causa da PIDE, da censura e do culto pelo chefe (O Aga Khan)...Tenho conhecido M. em Nampula ( mas que ele era de Ribaué) ..ele era politizado por ter estudado em Lisboa ( direito) e aí ter sido influenciado pelo movimentos estudantis e pelo pensamento marxista leninista..*”<sup>196</sup>

Em 1974, Hassan tinha 16 anos “*Não tinha formação política. No entanto sabia que se tinha de estar atento à PIDE ,... ter cuidado. Um dos meus tios, por ouvir a rádio, havia sido perseguido* “. Filho de uma família economicamente importante e bem instalada em A. Enes ( o pai é um dos 5 grandes exportadores de caju), confirma as relações de interesse e, sem dúvida também neste caso, de simpatia pelos responsáveis civis e militares durante o período da guerra “*o pai era uma pessoa muito “vivida “ , convivia com muita gente. De todas as raças. Até era amigo do Kaúlza e do Governador ...enfim um indivíduo “aberto” . E acrescenta “ e convinha ao regime ter este tipo de contacto... a intenção do pai não era de colaborar...era uma questão de sobrevivência”*). O filho beneficiará destas relações privilegiadas “  *tinha viajado num avião militar de Nampula para participar nas celebrações do dia de A.Enes... aproveitei a boleia de alguns colega, filhos de militares, que beneficiavam de tais prerrogativas*”.<sup>197</sup>

No quadro do recrutamento obrigatório para a guerra, o seu irmão mais velho será chamado, e depois isentado. Fazer parte do exército colonial não é uma convicção, e ter o sentimento de uma guerra injusta não remete, necessariamente, para uma posição ‘frelimista’ “*apenas o irmão mais velho cumpriu o serviço militar. O regime impunha-o mas, não gostavam ( parece ser esta uma posição de toda a família) .Havia a consciência de que a guerra era injusta...o irmão acabaria por apenas fazer a recruta, passando à reserva, dado que era asmático.... tal atitude não significava que fosse frelimista...Ainda que houvesse familiares que apoiassem a FRELIMO e aderissem mesmo ao movimento.*”<sup>198</sup>

### **Nampula, nexus dos ismailis em 72**

«*A comunidade da ilha transferiu-se para Nampula, a JK da ilha transforma-se em escola e ficaram uma dezena de ismailis em Moçambique*» diz W1, que foi presidente da comunidade nesta altura, «*... graças ao modo como circulava a informação (na Jamaat Khana) pudemos safar-nos em boas condições. Dada as circunstâncias, conseguimos uma boa parceria com a TAP, tivemos muita sorte* » acrescenta.

Os acontecimentos do Verão de 1974<sup>199</sup> as vagas de violência que atingiram os portugueses, os indianos e os africanos acabaram por convencer os mais refractários a deixar o interior e mesmo a Ilha, em direcção a Nampula, cidade onde pensavam estar mais bem protegidos devido à presença do ato comando militar, antes de prosseguir para outros destinos.

---

<sup>196</sup> Hassan entrevistas 1-12/10/04 e 2- 11/06/05

<sup>197</sup> Idem, 1

<sup>198</sup> Idem

<sup>199</sup> *Para as acções de contra propaganda nas cidades de A.Enes, Ilha (acções dos jovens brancos) e Nacala, Porto e para aquelas mais ligadas ao caos revolucionário, ver tese inédita de doutoramento em ciência política de Domingos Manuel do Rosario (Univ.Bordeaux IV/CEAN), 2009 «Les mairies des autres : une analyse politique, socio-historique et culturelle des trajectoires locales. Le cas d’Angoche, de l’île de Mozambique et de Nacala Porto », particulièrement pp. 237-240*

### III- CONCLUSÃO

A história económica dos ismailis em Moçambique, não se distancia da trajectória mercantil dos outros indianos da colónia. Trata-se de um percurso contingente que se afasta de um modelo linear de acumulação de capital. Esta constatação, que o trabalho de historiador legitima ao confrontar fontes documentais disponíveis com as narrativas de memória recolhidas juntos a membros da comunidade ismaili, conduz à desconstrução do mito, criado à posteriori, de representação do sucesso económico que nos é dado pela maioria dos nossos entrevistados.

À imagem de outros agentes económicos presentes no território, tanto os ismailis como os outros indianos, tiveram que se ajustar em função das **múltiplas perturbações que atravessam o mento colonial em Moçambique no decurso do século XX**. Por um lado, e para a maioria, o período da sua instalação, para além de sofrer as consequências económicas da 1ª GM coincide com a passagem à nova na ordem colonial, no contexto da implantação do Estado Novo, cuja concepção de autarcia legitimava no seio do Império a difusão de um nacionalismo económico pouco favorável à presença de estrangeiros no território. Por outro, foram as perturbações exógenas que se abateram na vida económica da colónia, logo na passagem à década de 30: primeiro a crise 29/33 e depois a 2ª Guerra mundial, com consequências arrasadores no comércio internacional e nas dinâmicas mercantis que internamente com ele se articulam. Por último, as perturbações políticas decorrentes da independência da Índia, no imediato pós guerra, e a contestação do colonialismo português nos anos 60, tanto no território indiano como em África, levariam a alterações na ordem económica colonial, determinando modificações no contexto socioeconómico com implicações quer ao nível da implantação dos negócios, quer nas estratégias familiares que os enquadram.

As trajectórias económicas estabelecidas pelo cruzamento dos testemunhos de memória com as diferentes fontes escritas dão-nos conta da sua inscrição nas mais antigas solidariedades mercantis do Índico, cuja vitalidade perdura durante todo o período colonial entre esta margem oriental de África e a Índia ocidental. Os ismailis, tal como os outros indianos (sunitas e hindus igualmente instalados na colónia) constituíram-se como agentes privilegiados desse comércio. Contudo a visão simplista da mundialização capitalista veiculada pelas colonizações europeias tende a apenas evidenciar a lógica dos colonizadores, ora anulando ora totalmente a ela submetendo as dinâmicas de longo prazo, mercantis ou culturais, que a precederam.

Os constrangimentos internos e externos à vida económica dos ismailis, puderam ser evidenciados a partir da **não linearidade das suas trajectórias** (identificados foram os períodos de acumulação, ruína, lançamento de nova acumulação, alargamento e diversificação das actividades comerciais e, por último, investimentos na indústria no imobiliário e fundiários) e da **relativa mobilidade das famílias** em busca de soluções (das povoações costeiras do Sul à capital, seguidos de retornos da capital a povoações perdidas no meio rural ; das povoações do litoral Norte para o interior e vice versa, segundo a lógica das oportunidades de instalação dos negócios). Mas as respostas à adversidade resultam ainda da capacidade de resiliência dessas famílias na medida em que podem e sabem apropriar-se de recursos particulares que lhes são disponibilizados em dois momentos cruciais da vida : o do casamento e o da morte. As relações do **casamento com o negócio** tanto como a questão da **herança** merecem atenção particular dado que permitem melhor apreender os pilares da acumulação familiar ou linhageira. Na quase totalidade dos casos trazidos a estudo, a indivisão do património legado constitui a regra. Apenas constatamos um exemplo em que a divisão da herança foi justificada enquanto experiência de modernização conduzindo a uma maior autonomização dos agentes económicos. Ora acontece também que esta maior autonomização não dependa da divisão da herança. Ela pode ocorrer ao longo da vida, e de duas maneiras.

Por um lado, a partir da lógica que preside à instalação e ao lugar **que ocupam na rede mercantil**, a qual, à semelhança dos outros indianos, liga o recém-chegado aos que já se encontram no terreno. Neste caso créditos não monetários e traduzidos no aprovisionamento das lojas em bens (arroz, cigarros, tecidos e outros bens de consumo) são concedidos pelos mais ricos e os mais antigos (*já instalados nas povoações como armazenistas ou / e consagrados ao Import/export*), aos recém-chegados, permitindo-lhes instalar-se no interior por conta própria, e

começar a fortificar capital monetarizando, por permuta daqueles bens, os produtos da agricultura africana com procura internacional (oleaginosos, como os valiosos castanha de caju e a copra) os quais são vendidos aos seus fornecedores, para depois serem exportados.

Apenas algumas famílias ismailis dominaram, nos portos de Nacala, Ilha e Angoche, a exportação da castanha direccionada às indústrias da costa de Malabar. O tipo de contrato que ligava estes grossistas e retalhistas, garantindo a canalização das matérias primas e implicando um pagamento imediato no momento da entrega da mercadoria, em troca de um fornecimento futuro, constituía uma forma muito antiga de vínculo comercial difundida na região do Gujarat, região de origem da maioria destes comerciantes, e que sobreviveu à chegada dos britânicos e holandesas.<sup>200</sup>

Por outro, aos laços matrimoniais cumpre que assegurar a independência profissional dos indivíduos, o que ocorre através de um procedimento que, diferindo do esquema clássico da conjugação da riqueza das duas famílias, se cumpre através do mecanismo **subjacente ao do dote**. Tratar-se-ia de um costume hindu ainda em uso nas famílias ismailis? O dote que é devido pelo pai aquando do casamento da filha metamorfoseou-se, em muitas das famílias analisadas no norte da colónia, em capital disfarçado que permite assegurar o capital necessário à instalação do negócio do genro, sobretudo se este último, jovem e tendo vivido situações de infortúnio, o costume aconselha a que busque no interior do território novas oportunidades comerciais. Não nos parece abusivo afirmar que, em numerosos casos trazidos a este estudo, tratando-se de uma comunidade em que os casamentos são endogâmicos e preferencialmente entre primos, as estratégias comerciais sustentaram-se em estratégias matrimoniais. Assim, a independência profissional implicava laços familiares e comunitários ainda mais fortes. É certo que estas especificidades antropológicas ligadas ao casamento/ negócio e à herança podem encontrar-se nos hindus da colónia de Moçambique, só que no nosso caso elas actuam no seio de uma rede comunitária, enquanto as mesmas, no caso dos hindus, agem ao nível da casta ou da linhagem (jât).

Ainda que a força do contexto tenha pesado na vida económica de todos os indianos, e que as fontes documentais e orais nos levem a confirmar que idênticas tenham sido as suas opções económicas em tempo colonial, na verdade, subsistem **especificidades no caso Ismaili que convém salientar**. O reduzido peso demográfico desta comunidade, cerca de 3000 pessoas em 1975, e a sua relativa maior concentração no espaço territorial, nomeadamente no Distrito de Moçambique e a Sul do Save, sobretudo em torno de polos urbanos (Inhambane e a cidade Capital, LM), teriam permitido uma mais eficaz difusão dos comportamentos ao nível económico e sócio cultural e uma visibilidade da comunidade enquanto tal, a que o olhar exterior associaria mais facilmente a comportamentos relativos a uma maior integração e maior modernidade.

Tal é o caso dos Investimentos canalizados para a educação da descendência, uma escolha de afectação dos resultados económicos que constitui um traço dominante dos homens de negócio desta comunidade. Certamente que efeitos de mimetismo ou de convicção, estariam na origem de tal opção. O que contudo não permite explicar a preocupação tão forte das famílias nesse domínio, e sobretudo os enormes sacrifícios consentidos a fim de assegurar a progressão escolar dos filhos. A oportunidade de o realizar assenta numa situação particular que permitiu à segunda geração de ismailis (nascida entre os anos 45 e 55) de beneficiar das condições da política de educação e escolarização estabelecida pela governação colonial sobretudo a partir dos anos 50 e reforçadas na década de 60. O que constitui certamente um elemento adicional de explicação.

Importa também sublinhar a forma particular como os indianos ismailis (Khojas), situando-se à margem do binómio colonizador colonizado, se souberam habilmente apropriar de uma história da colonização que não foi pensada em seu proveito, mobilizando os laços comunitários no seio da comunidade ismaili. Estamos face a uma

---

<sup>200</sup> J.Goody (1996) in *The East in the West* (Cambridge. UP), refere-se ao sistema de que dependia toda a produção algodoeira no Gujarat do século XV, de acordo com os relatos de numerosos viajantes do século XVII. Este sistema assentava em contratos que implicavam da parte dos «capitalistas» e dos «cambistas» um pagamento imediato (avanços em moeda ou bens) para adquirir matérias-primas, em troca de um fornecimento futuro. Estes contratos designados de *silim ou hundis* ligavam os membros de uma mesma casta ou de uma mesma linhagem devido às longas distâncias e aos numerosos intermediários

comunidade particular, numericamente restrita, mas estruturada por uma **coesão comunitária específica** que a devoção à figura de um chefe legitima e reforça. As consequências económicas destes atributos são consideráveis dada a influência na definição das suas estratégias económicas, quer em contextos favoráveis quer em momentos de adversidade onde a mobilização de comportamentos de resiliência condicionam o destino dos negócios e a sobrevivência familiar.

Sabemos ainda, que em finais dos anos 40, existiram uma série de injunções por parte de Aga Khan para modernizar a sua comunidade tanto ao nível económico (não colocar os ovos no mesmo cesto, diversificar os riscos, socorrer-se do crédito bancário investindo na indústria e no imobiliário, a fim de não mais equacionar o futuro em África em termos de *dukawalla*) como cultural (educação e escolarização das filhas e filhos, vestir-se à europeia, maior integração nas sociedades de acolhimento e fidelidade aos poderes políticos que governam essas sociedades)<sup>201</sup>.

Note-se que diferentes terão sido modalidades que permitiram a transmissão daquelas injunções no seio da comunidade ismaili de Moçambique. De acordo com o que nos foi dado reter a partir das narrativas de memória, é de admitir que as famílias terão acedido / recebido essas orientações por intermédio de emissários da comunidade e ainda da mobilização das redes familiares que estabelecem com os ismailis estabelecidos no Uganda, Tanzânia e mesmo Zanzibar. Com efeito, muitos dos nossos entrevistados recordaram as visitas realizadas em família aos territórios da África Oriental, como foi o caso das comemorações do Jubileu de Sultan Mahomed Shah 47, em Dar-es-Salam, e da investidura de AK IV, Príncipe Karim, na direcção do Iamat em 1957.<sup>202</sup> Por ocasião dos casamentos e das manifestações religiosas próprios à comunidade, onde os membros mais de uma vez se encontraram, constituíram certamente momentos importantes em que os ismailis puderam comparar experiências de vida e confrontar os efeitos das injunções do seu Imam.

E também de presumir que os ismailis da capital, mais próximos das estruturas institucionais da comunidade, tenham também recebido por essa via, aquelas orientações. Mas, o que importa salientar é que tais injunções, justapondo-se à leitura que a cada momento os homens de negócios faziam quer, do contexto envolvente quer das orientações de política colonial, não deixaram certamente de condicionar as opções de investimento e gestão empresarial Ismaili em Moçambique, realizadas a partir dos anos 50 e até ao final da colonização.

Os homens de negócios ismailis, contrariamente a outros indianos da colónia, vivem na confluência de dois mundos: o da colonização portuguesa, no qual actuam e o que provém das injunções de Aga Khan, em sintonia com a evolução da colonização britânica na África Oriental. Detinham uma consciência clara de pertencer a uma dupla periferia: fazem simultaneamente parte do mundo português, periférico relativamente às potências britânica e francesa, e da comunidade ismaili de Moçambique, também ela periférica face ao núcleo central da comunidade da África Oriental, preocupação prioritária de Aga Khan durante esses anos.

Assistimos assim, nomeadamente desde o pós guerra, a múltiplos casos em que a gestão familiar do capital mercantil permite relançar negócios, superando crises passadas e assumindo novos desafios, quer pela diversificação da actividade da **esfera de circulação à produtiva**, quer pela **deslocação territorial** dos negócios ora nos espaços coloniais em Moçambique ora a outros colónias portuguesas. Ainda que, no quadro da nossa análise, apenas seja conhecido um exemplo de relançamento dos negócios em Angola, no início dos anos 70. Quanto às mobilidades territoriais internas, elas ocorreram essencialmente no interior dos espaços originários de fixação, ou seja, a Norte, no seio do *Distrito de Moçambique* na sua versão mais ampla que se estende das margens do Índico à fronteira com

---

<sup>201</sup> O conjunto das directivas de Aga Khan III resulta da conferência d'Évian (Suisse), 1952, onde foram discutidos os problemas económicos e sociais com que eram confrontados os ismailis de toda a África orientale. Farmans tinham já sido emitidos com a mesma intenção desde os anos 40 mas tiveram poucos efeitos. Ver a discussão sobre esta questão relativamente à Tanzânia na tese não publicada de Walji, Shirin Remtulla, *A History of the Ismaili Community in Tanzania*, PhD, University of Wisconsin, 1974.

<sup>202</sup> Para a África oriental britânica as cerimónias de investidura de Aga Khan IV realizaram-se entre 1957 e 58 nos seguintes locais: Em 1957: Dar-es-Salam / 19 de Outubro (30 000 pessoas); Nairobi / 22 Outubro (8000 p); Kampala / 25 de Outubro (15000); em 1958: Karachi / 23 de Janeiro (150 000 p); Dakar / todo mês de Fevereiro (30 000); Bombaim / 11 de Março (80000). Dados compilados na obra de M. Ali Tajddine *Ismailis through History*, Islamic Book Publisher, Karachi, Pakistan, 1997

o *Niassalandia*, e a Sul do Save: entre Inhambane e Lourenço Marques. Também aqui apenas dois casos são conhecidos de deslocação dos negócios do norte para a Capital: um em meados dos anos 60 a partir da ilha de Moçambique e outro no início da década de 70, quando a saída de Vila Cabral é consequência da situação de instabilidade criada pela guerra. Com efeito, só o fim de regime colonial levaria quase todos os homens de negócio Ismaili a deixar Moçambique.

A memória do tempo colonial que estes ismailis nos transmitem revelam-nos ainda que muita vida existiu para estas famílias de comerciantes, para além da comunidade e do mercado, quer nas relações particulares estabelecidas com os africanos quer nas pontes com o mundo dos brancos, a que não são estranhas as opções de investimento anteriormente realizadas na educação dos descendentes.

Finalmente, conduzir esta análise da **história económica do tempo colonial** em Moçambique colocando os ismailis como agentes e sujeitos deste processo, permitiu-nos abrir a caixa negra das percepções Macro económicas, passíveis de descrever e medir a economia de Moçambique no período colonial do século XX.

Com efeito, partindo da avaliação Macroeconómica da evolução do sector exportador da colónia, nomeadamente no que respeita a economia do caju entre 1930-74, fundamento do Pacto Mercantil com a Índia, o qual precede e sobrevive ao Pacto colonial, foi-nos possível observar, nomeadamente para o norte da colónia, em que medida um fenómeno pressentido sinteticamente e avaliado a partir do comportamento de duas variáveis económicas (grandezas descritas pelos fluxos exportadores de castanha e de amêndoa), se reveste de todo o seu conteúdo substantivo na vida do Homens de negócio e de suas famílias.

Todas estas dimensões da vida económica dos Ismailis, agentes económicos mas também sujeitos, no decurso do século XX colonial, constituem um desafio (segmento) que nos leva a abordar de uma nova maneira a história económica da colonização em Moçambique;

Com efeito, as suas trajectórias contribuem para uma releitura da dimensão económica do tempo da colonização. Mas convém notar que a maneira de dar conta desta realidade não tem sido uniforme, ela variou com o tempo e naturalmente segundo as visões oficiais o que não deixou de influenciar as tradições historiográficas. Durante a colonização, a leitura do económico evoluiu, de um enfoque mais próximo das realidades empíricas, da descrição dos terrenos, tal como se reflecte nos primeiros relatórios da administração, para uma perspectiva mais distanciada, e menos rica em substância, à medida que se impõe a ordem colonial do Estado, e sobretudo a partir do pós guerra, do que resultou uma história económica mais pobre e estilizada. Na verdade os quadros mentais da nova administração incumbidos de dar conta das realidades económicas terão tendência a lê-las em termos *objectivos*, em consonância com os paradigmas dominantes da ciência económica, e nomeadamente inspirados pela macro economia ex-poste que se afirma na época. Tudo se reduz então à acção de agentes optimizadores (consumidores, produtores, Estado, Famílias, Exterior), desprovidos de história e de relações sociais, e que interagem nos mercados, apreendidos como entidades abstractas. Abandona-se assim progressivamente a perspectiva dos sujeitos da economia, entendida esta última enquanto fenómeno social total. Mas é precisamente, contrariando esta perspectiva, que as trajectórias dos ismailis alimentam uma história sócio económica da qual os sujeitos haviam sido evacuados. Neste sentido, este enfoque pode contribuir (desde que alargado o estudo a outros grupos que constituíram o tempo colonial) à elaboração de uma história económica da colonização que apenas pode ser uma história social e económica dos grupos que fizeram o momento colonial.

### NOTA INTRODUTÓRIA À LEITURA DOS NOMES NOS ANUÁRIOS

Pelas razões que se seguem, não poderá ser fornecida uma lista exaustiva dos Anuários de LM, nem dos da Província de Moçambique. No entanto, as listas em que os nomes estão ligados aos cargos profissionais e aos territórios onde aqueles se desenvolvem, dão-nos uma indicação das deslocações dos indivíduos, da simultaneidade e extensão das suas actividades sem, ainda assim, podermos

apreciar dados relativos à acumulação de um capital. Estas listas foram elaboradas por funcionários por vezes preguiçosos, por vezes fantasistas, no que diz respeito à transliteração dos nomes. Por exemplo, Bhanji pode escrever-se Bhanjee, Bangy, Banji.

A descodificação dos nomes ismaelitas, levanta outras dificuldades que só puderam ser ultrapassadas através do trabalho paciente dos membros da comunidade que nos deram uma ajuda preciosa.

- há nomes comuns aos ismaelitas e aos hindus ( Patel, Popat, Bhanjy, Damjee, Keshavjee) e outros comuns aos ismaelitas e aos sunitas ( Sacoor, Alibhai...) Só as pessoas da própria comunidade sabiam distingui-los e resolver as nossas dúvidas.

- Há patrónimos semelhantes usados por famílias residentes no Norte e por outras do Sul da colónia e que, nem por isso, revelam qualquer parentesco

( Keshavjee do Norte , do Sul ou, ainda , de provenientes da África do Sul;

Rawjee do Norte e de LM).

- Os nomes patronímicos nem sempre remetem para ligações de sangue. Muitos eram os que assumiam os nomes de quem os chamava a Moçambique ( sistema das cartas de chamada). Uma vez desembarcado o funcionário escrevia o seu nome junto ao do seu responsável. Assim, indivíduos de famílias totalmente diferentes podiam usar o mesmo nome, enquanto que dois irmãos podiam vir a ter nomes diferentes. Por exemplo, Bhanji Vegi e, Hassan Popat, são irmãos, tendo este último o nome o nome de quem o mandou vir e, conseqüentemente, Hassan Popat e Ismail Popat não terão qualquer relação de sangue.

- a questão da transmissão de nomes de geração em geração não é, de todo, evidente. Para além das decisões pessoais de mudar de nome ao longo do tempo, como Bhanjy Patel, um dos pioneiros do Norte que passou a chamar-se Momade Bhanjy ou, da alteração de nomes como Pradhan Babool, outro pioneiro do Sul que encontramos em 1951 com o nome de Abibo Pardane Babool, seria necessário conhecer as regras em voga na transmissão do nome e, evidentemente, as suas múltiplas excepções. A regra definia a transmissão da seguinte forma: o nome próprio do pai passa a ser a apelido dos filhos (pai: Ibraimo Valy Mamede; filho: Muradali Ibraimo). Mas, no caso referido, a transmissão de nome na geração anterior, não tinha respeitado a regra (Ibraimo Ismail, avô, e Ibarimo Valy Mamede, pai).

Todas as chaves de leitura dos nomes nos permitiram, com a ajuda do nosso consultor e de alguns entrevistados, ler os nomes tal como aparecem nos Anuários e traçar as respectivas genealogias familiares.

Para começar este trabalho de descodificação dos nomes, o opúsculo de Habib Keshavjee, constituiu a nossa primeira base de dados, fornecendo-nos a primeira lista de pioneiros ismaelitas que se instalaram em Moçambique.

### ***O lançamento do projecto ferroviário: uma história contingente***

Desde a sua concepção, um quadro contingente marcou a história deste empreendimento de consequências maiores quer em termos do cumprimento Projecto colonial português quer das mudanças que proporcionou ao nível das condições de vida, tanto das populações africanas como das comunidades asiáticas que na região se viriam a

A ideia inicial de construir a linha férrea surgiu por volta de 1906/07, sob a governação de Massano de Amorim (1907-1910). Aparentemente, o objectivo de então era ligar a baía de Moçambique ao Lago Chirua, já na fronteira com o Nyassaland britânico. Aventou-se que a testa do CF deveria ser Muchélia, servida pela baía de Mucambo, sendo mesmo aquela povoação nomeada como possível capital do Distrito de Moçambique. Nessa época, chegou-se mesmo a abrir uma estrada, que deveria servir como plataforma da Linha, seguindo a divisória de águas entre o Rio Monapo, Motomonho e Mongincual, povoações onde muitas famílias indianas viriam a viver ou a cruzar em Moçambique. Contudo, após abertos no hinterland da Macuana uns escassos 20 ou 30 Km, os trabalhos haviam de ser interrompidos, não só por razões financeiras, mas também porque a região não estava pacificada, o que viria a acontecer apenas em 1912. Portanto difíceis eram, nesse tempo, as condições de acesso ao país Macua.<sup>204</sup>

Nesse mesmo ano, o governo da colónia é autorizado (Decreto de 31/08/1912,) a construir e explorar uma linha a partir de uma das baías da costa. Note-se que na altura não existia nenhuma via de acesso entre regiões costeiras já exploradas comercialmente e o interior, inexplorado e rico em recursos naturais. Recorde-se que toda a costa Swahili havia conhecido um grande apogeu mercantil a partir dos anos 40 de oitocentos, quando se deu o *boom* do tráfico negreiro no contexto do abolicionismo (do Quitangonha a Angoche e envolvendo os moradores da ilha de Moçambique, portugueses e asiáticos, e os quadros da administração) mas, as rotas no interior do continente eram dominadas pelos povos africanos, sobretudo os *Yao* com grande mestria na condução das redes de comércio de longa distância desde o litoral do Índico a norte do Rovuma até à Alta Zambézia.<sup>205</sup>

Após debate intenso em torno da escolha da testa inicial para o CF, é decidido em **1913** que a linha começaria no Lumbo.<sup>206</sup> Apesar da situação de crise financeira que a metrópole atravessa, no contexto da primeira República portuguesa, a construção inicia-se com recursos do *Tesouro da Província* e por empreitada a empresa estrangeira. Porém novas dificuldades surgem quando como o deflagrar da 1ª Grande Guerra o território é palco de operações militares. Ainda que a linha tivesse sido levada ao Monapo, penetrando o território cerca 75 km, a construção é interrompida quando os oficiais de engenharia envolvidos no projecto são mobilizados contra as incursões alemãs. Como se sabe o conflito, de consequências humanas desastrosas, não apenas atrasou os

---

<sup>203</sup> História do Caminho-de-Ferro de Moçambique (1971), Tomo I, II, III, Lourenço Marques

<sup>204</sup> Idem pág. 265 Note-se, que já em **1911**, um residente da ilha havia requerido a concessão de um CF partindo de portos localizados no Distrito de Moçambique até ao lago Chirua, iniciativa que não veria a ser acolhida pelo Inspector das obras públicas. No texto justificativo lamenta que a ocupação militar, ao abrir vários itinerários, não tenha beneficiado do trabalho de Eng. militares capazes de estudar melhor as condições de penetração facilitando assim o conhecimento das vias navegáveis, e construindo pontes (p.266) ...Portanto difícil eram, nesse tempo, as condições de acesso ao país Macua.

<sup>205</sup> Ver Rocha. A (1989) Pelissier R (1984) Newitt, M (1995) A history of Mozambique, Londres, Hurst&Company, historiografia sobre a África oriental oitocentista, nomeadamente: Curtin et al (1992) African History, London, NY, LONGMAN ZELEZA, T. (1993) A modern Economic History of Africa. Voll: The nineteenth Century. Dakar. CODESRIA. M'BOKOLO, E. (2007) África Negra : História e Civilizações , Do século XIX aos nossos dias , Tomo II: Lisboa, Colibri: Austen, Ralph (1987) African Economic History, James Curry, London.

<sup>206</sup> Várias alternativas existiam na época partindo de vários portos naturais: Nacala, estabelecendo um ramo a sul da baía de Faveloso; outra era iniciar a via em Mocambo, entre a ponta de Sancul e a Bajone; a terceira, privilegiava a baía de Condúcia, entre a Ilha de Quitangonha e o Cabo Condúcia; finalmente, partir de Moçambique, na baía de Mossuril. op cit p 269 e 274

trabalhos da ferrovia como perturbou o dinamismo económico na região, afectando seriamente o comércio, nomeadamente o modo de vida de algumas famílias ismailis já estabelecidas na região, como observaremos.<sup>207</sup>

Os trabalhos seriam retomados com fim das guerras, para além do Rio Monapo, e em **1922 e 1924** estavam assentes **94 km** de via a partir do **Lumbo**. Recorde-se que é no decurso desta década de 20 que as narrativas de memória de alguns dos nossos entrevistados localizam a chegada dos pais ao Distrito de Moçambique. Sabemos também que é esse o momento em que o governo britânico facilita a emigração dos súbditos indo britânicos em direcção à África Oriental Portuguesa.<sup>208</sup>

### ***A ligação do distrito de Moçambique ao Niassa longínquo: a longa duração dos planos de infra-estruturas do Estado Novo***

Em 1929 os trabalhos sofrem outra paragem, no contexto do lançamento da Política colonial do EN, altura em que todas as atenções se concentram a Sul da Colónia e na regulação das relações com a então União Sul Africana, tal como o consagrara a *Convenção de 1928*. Mesmo assim em 1930, no ano em que o *Estado Novo* institui o *Acto colonial*, o Caminho de Ferro Chegava a **Nampula** (150/170km da costa), um projecto que levava 18 anos a concretizar, dos quais 3 anos foram despendidos em metade do troço e 15 anos no restante. O sublinha, mesmo descontando a influência das contingências exógenas, a precária capacidade colonial portuguesa no decurso da Primeira República. Tudo indica que o Estado Novo viria a imprimir um novo folgo ao projecto ferroviário a norte da Colónia, sobretudo a partir da segunda metade da década de 30. Mesmo assim, e como veremos de seguida, seria necessário quase todo o tempo colonização para o realizar.

Em **1932** a linha atinge **Nova Chaves**, a 191 km da costa e o evento justifica a visita do então influente Ministro das colónias de Salazar, Armindo Monteiro que se faz acompanhar do GG José Cabral. Esta era, na época, a mais extensa linha férrea de Moçambique, construída em território sob administração do Estado. Com efeito, o Tranz Zambèzia Railway - permaneceria sob a gestão britânica de Companhia de Moçambique até 1942. **Em 1934**, o comboio chega a **Ribaué**, ou seja o km 296. É aí que se estabelece uma das famílias, cuja trajectória em breve daremos conta. Em **1936**, concluído estava o troço **Ribaué –Iapala**. Estamos então a 333 km do Lumbo e acerca de 150 km para além de Nampula o que confirma que os trabalhos se aceleram consideravelmente face ao ritmo conseguido até chegar a Nampula. Abria-se assim a oportunidade para o alargamento ao coração da Macuana da fronteira mercantil indiana, envolvendo esse processo a fixação de novas famílias Ismaili. **Em 1937** a linha avançava mais para o interior do país Macua e chegava ao km 371, a **Riane**, no mesmo ano em que, integrado nos planos de infra-estruturas do Estado Novo 37/38, um plano de Fomento é estabelecido para a colónia de Moçambique<sup>209</sup>. O projecto a realizar em cinco anos e a executar pela Direcção dos Serviços de Portos, caminhos-de-ferro e transportes, previa: a extensão da linha até ao rio Lúrio, ou seja até à fronteira com o Distrito do Niassa; a construção do CF de Tete; o desenvolvimento do troço que ligaria o porto Nacala ao CF de Moçambique e, por último o estudo do porto de Nacala, como testa do CF de Moçambique<sup>210</sup>. Tudo leva a crer que nesta altura a maioria das famílias Ismailis estão já instaladas no território estruturando os seus negócios entre o Litoral e o interior da macuana, cuja acessibilidade depende não apenas da via-férrea mas, sobretudo, da sua articulação com a

<sup>207</sup> Idem p. 274. As narrativas de memória testemunham a situação de privação em que a guerra mergulhou a região afectando o dinamismo mercantil como foi o caso família de Amirali Mamadehussene cuja trajectória económica traremos a esta investigação.

<sup>208</sup> In O Acto de Emigração de 1922 representa uma ruptura significativa relativamente aos anteriores (1871, 1883, 1908) que não consagravam explicitamente a África Oriental portuguesa como destino legal para a emigração de mão-de-obra indo – britânica.in Pereira Leite (1996) p,78-79

<sup>209</sup> Pereira Leite; J (1989). 1937/38 Planos de desenvolvimento de 6 anos (Fundos de Fomento) direccionados à construção de infra-estruturas em Angola e a Moçambique (Dlei 27537) P.255.256

<sup>210</sup> História CF Moçambique, Vol. II, p 276.

precária rede rodoviária, onde as vias de terra batida e as picadas imperam, único meio de cobrir, a vasta área do distrito de Moçambique.

**Em 1939** a linha atingia a rudimentar povoação **de Malema** (434 km), onde se construiu apenas a estação a que se deu o nome de **Entre-Rios**, em torno da qual viria a crescer a vila com o mesmo nome. Nesse mesmo ano, na longínqua Europa **deflagrava a 2ª GM**, conflito que como vimos viria a perturbar fortemente a economia exportadora do Distrito de Moçambique, um dinamismo que a extensão da linha de caminho-de-ferro visava reforçar. Mesmo assim os trabalhos prosseguem e no ano seguinte a via atinge o **km 442, Namitarra**. No ano **1941** foi alcançado **Mutuáli (km 456 km)** na distante circunscrição de Malema, última paragem do Distrito de Moçambique situada nas terras altas da Macuana. **Em 1942** atinge-se finalmente **o rio Lúrio**, fronteira natural com as **terras do Niassa (a 478 km da costa na época, e posteriormente a 502 km do litoral** dado que o começo da linha seria estabelecido em Nacala). Tudo indica que a obra fora executada no prazo previsto e que o Governo da colónia aproveitava o tempo de fechamento a que a guerra constrangia a economia da colónia para investir na consolidação das infra-estruturas do território. Com efeito a inauguração deste último troço foi pretexto para que o Então Ministro da Colónia, Vieira a Machado, anunciasse a ligação da futura da linha do CF Moçambique a Nacala, onde se viria a construir mais tarde, o novo porto de mar, dadas as excelentes condições naturais. Em consequência os trabalhos da via prosseguem até meados da década, desta vez em direcção à nova saída sobre o Índico, em Nacala.<sup>211</sup>

Estava assim definitivamente afastada a hipótese do porto da Ilha de Moçambique, um dos primeiros da África Oriental, vir a desempenhar essa função, dado que não dispunha de condições necessárias às navegações de longo curso, o que viria a aprofundar a sua decadência<sup>212</sup>. Note-se que só em 1967 seria construída a ponte que facilitaria a passagem ao continente.

**Em 1945**, estava concluído o troço **Monapo-Namialo**, momento em que, com o fim do conflito armado, as metrópoles europeias programam a sua reconstrução económica ao mesmo tempo que no Índico o comércio transoceânico retoma paulatinamente o seu ritmo regular. A linha Namialo –**Nacala** abria-se ao tráfico após dois anos, **em 1947**. Até ao final da década os **trabalhos** prosseguem através do território do Niassa, *envolvendo a “brigada mecanizada nº2» criada em 1948 e levando a via a Cuamba em 1949* . Quando em **1950**, foi inaugurado o troço **Lúrio – Cuamba** (Nova freixo) a linha cobria então 538 km.<sup>213</sup>

Com a concretização desta etapa, certamente que novos horizontes se abrem aos homens de negócio estabelecidos no Distrito de Moçambique ou nas margens setentrionais da Zambézia. Não foram muitos os que viriam instalar-se neste “*far West*” moçambicano, aparentemente desprovido de recursos quando comparado com a faixa litoral da Macuana, mas cujas expectativas de desenvolvimento, associadas à expansão ferroviária, se inscreviam nos planos da Administração colonial desde o início da década 40, a avaliar pelo relato de um estrangeiro de passagem na cidade de Vila Cabral, em 1943: «*O sítio é um centro administrativo oficialmente virado para o desenvolvimento...a povoação é nova e foi desenhada cuidadosamente a pensar no futuro, mas até agora, além de*

<sup>211</sup> Apesar de tudo, o conflito retardou o arranque das obras do porto. Na sua primeira fase o porto de Nacala foi aberto à navegação em 1951. Nessa altura as cargas e descargas eram feitas com auxílio de batelões. Em 1953 foi deliberado que Nacala constituísse um porto de escala obrigatório para navios portugueses de longo curso. Em 1954 é construído uma ponte cais provisória. A partir de 1964, ano do início da guerra é inaugurado o 2º cais acostável, servindo mercadorias e o desembarque de contingentes militares. Nos anos 70 é considerado um dos maiores portos da África Oriental. in HCF Tomo III pág. 138

<sup>212</sup> A Ilha de Moçambique conhece um processo de decadência de longa duração. Tudo se inicia em meados do século XVIII, quando em consequência da política pombalina, agravando os direitos do marfim a escoar por aquele porto, as caravanas vão deslocar a rota do precioso produto para Kilwa, negociava livremente com os franceses. Segue-se a decisão da transferência da capital para LM (1889), nos contextos das escolhas geo-económicas portuguesas na passagem à colonização do séc. XX. Em 1935 a reforma Administrativa Ultramarina transfere a capital do distrito de Moçambique da cidade da Ilha para Nampula. (in Anuário LM 1940, pág. 643). Finalmente, em 1942, é decidida a substituição do seu porto pelo de Nacala, de valor geo-económico indiscutível. Note-se ainda que no “plano de viação acelerada” organizado em 1934, com base no que fora elaborado em 1919, fixara-se já que o CF de Moçambique tinha por objectivo atingir Lichinga (futura Vila Cabral e actual Lichinga do Moçambique independente) e posteriormente Metangula, no lago Niassa, permitindo a ligação com o Índico através de Nacala. Refira-se que esta ligação fora considerada pelo Estado Novo depois do Termo da Concessão às Companhia do Niassa (1929) e da publicação da Carta Orgânica (1932) Idem p 276.

<sup>213</sup> Hist Moç II vol p 275

*um comerciante branco, Henriques, e um lojista indiano, não há qualquer actividade comercial e a população branca é limitada a funcionários públicos».*<sup>214</sup> Com efeito desde meados de 1950 que os Anuários atestam a presença asiática em terras do Niassa. Fontes orais confirmam ainda, como observaremos, o estabelecimento de famílias ismaili quer nas povoações fronteiras ao Lago Nyassa, na mira do comércio transfronteiriço com Niassaland britânico, independente desde os anos 60, quer atraídos pelas perspectivas de negócio na capital do Distrito, Vila Cabral, e suas periferias africanas.

No início dos anos 50, quatro décadas tinham decorrido desde ocupação colonial da Macuana e da definição dos primeiros planos de penetração do vasto território que integrava o distrito de Moçambique. Por atingir permanecia a fronteira com a Niassalandia e as margens do Lago Niassa. A concretização do projecto, inscrito nos *planos de Fomento* desta década (1953-58 / e 59-64) foi confiada à *Brigada do Niassa*, organizada em **1953** com o objectivo de estudar o traçado **Catur- baías de Meponda e Catur – Vila Cabral**.<sup>215</sup> Com esta decisão reforçavam-se as condições efectivas de fixação europeia e asiática, alargando a fronteira da expansão mercantil indiana ao extremo do ocidental norte da colónia. Em Dezembro de **1962**, o CF de Nacala, atravessando 800km através dos distritos de Moçambique e Nyassa atingia o **Catur**, que passa a ser então o terminal da maior linha férrea de Moçambique.

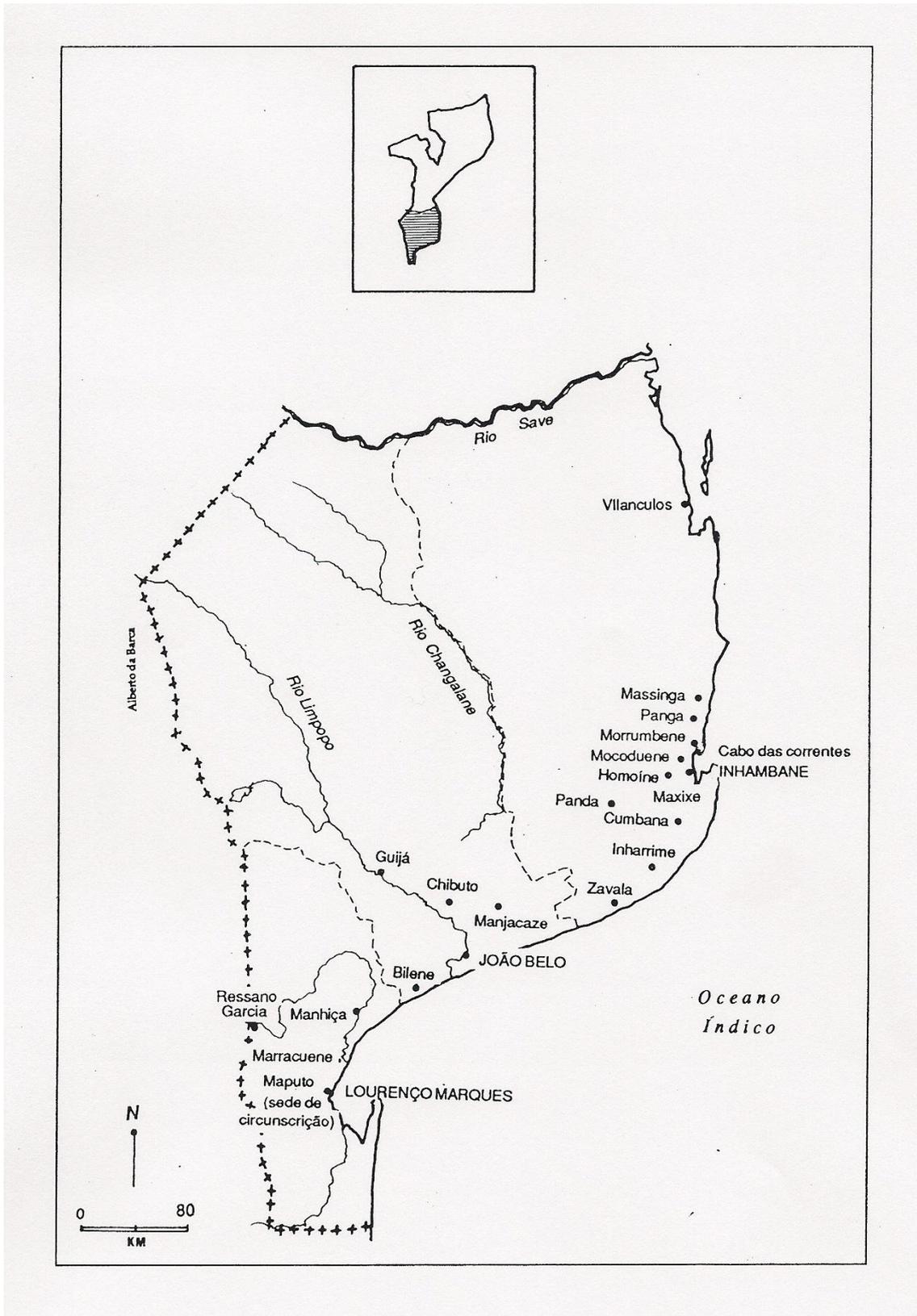
Em meados de 1963 é aberto o concurso para a construção do troço Catur- Vila Cabral (77 km). A construção da linha, inicia-se em Julho de 1964, ironicamente a escassos 2 meses do início da Luta de libertação, que a partir do 25 de Setembro, conduziria à independência de Moçambique. Durante esta última fase, o desenvolvimento dos trabalhos revestiu-se das maiores dificuldades devido às acções da guerrilha. Não apenas a mobilização de recursos humanos e matérias se tornou problemática como os custos do empreendimento se agravavam comprometendo a intenção governamental de completar este último troço em Dezembro de 1969 ou princípios de 1970, como constava do plano. Face aos orçamentos e prazos inaceitáveis apresentados por empreiteiros privados a última etapa da construção da via, de Nova Guarda a V Cabral, acabaria por ser confiada à “*Brigada do caminho-de-ferro*”, que sob a protecção de “*milícias*”, o apoio da “*camionagem automóvel*” e o sacrifício de muitas vidas, concluiria, em pouco mais de seis meses, e antes da data prevista, os últimos 47 km de linha que ligava à capital do distante Distrito do Niassa. Estávamos no Natal de 1969.

No ano seguinte, em 1970, o troço Nova- Freixo – Entre-Lagos estabelecia a conexão directa de Nacala à fronteira do Malawi. Foi necessário mais de meio século para concretizar um projecto que a havia sido esboçado pela governação portuguesa desde o início (1906/1907) da ocupação colonial em Moçambique.

---

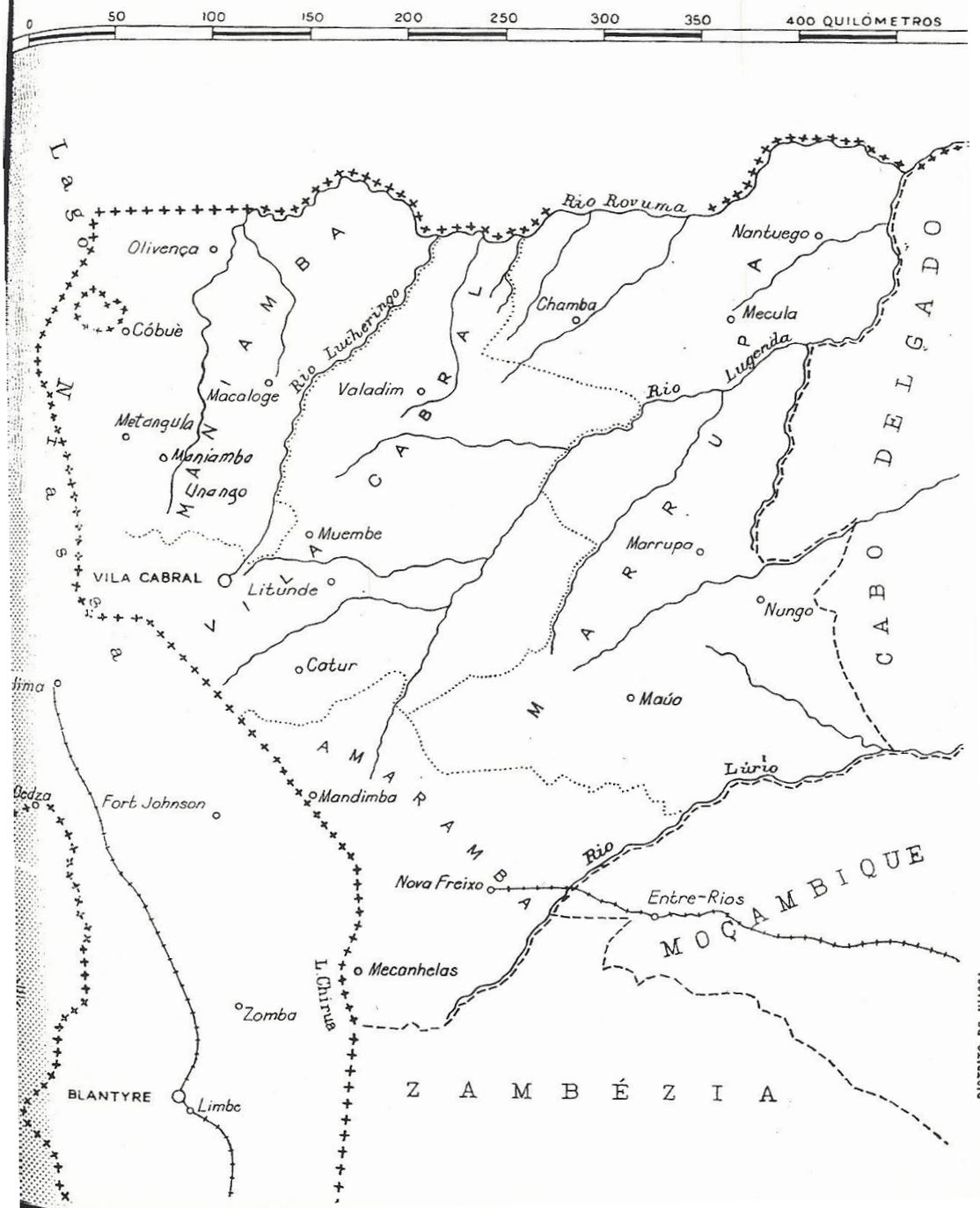
<sup>214</sup> Newitt, M (2010) p 150, dando conta do Diário da viagem de Charles Spence, em 1943 ao Norte de Moçambique. Na altura a Província do Niassa incluía os distritos de Moçambique e Porto Amélia. Vila Cabral era a sede da circunscrição de Metónia, fazendo parte do distrito de Moçambique

<sup>215</sup> Note-se que a utilização do lago Niassa como via de transporte apresentava grandes limitações, nomeadamente devido quer à inexistência de portos naturais quer à flutuação do seu nível. Por outro lado, o atraso das regiões da sua bacia explica que o seu aproveitamento como via comercial não tenha sido explorado em grande escala até aos anos 70. Com efeito o valor do Lago era muito reduzido dado a limitada rede de estradas costeiras e de ligações ao interior. Também o comércio das regiões adjacentes era muito diminuto comparado com intenso comércio de longa distância, de marfim e escravos que, no século XIX ligara intensamente a Tanzânia ao Malawi e dali à Alta Zambézia e às margens do Luangua, no contexto da expansão arabo-swahili. O que levou as autoridades portuguesas, no final dos anos 50, a decidir estabelecer o terminus do CF de Moçambique em Vila Cabral. Note-se ainda em meados dos anos 50, em função da nova reordenação administrativa, a província do Niassa inclui os distritos de Nampula, Cabo Delgado, e Lago.



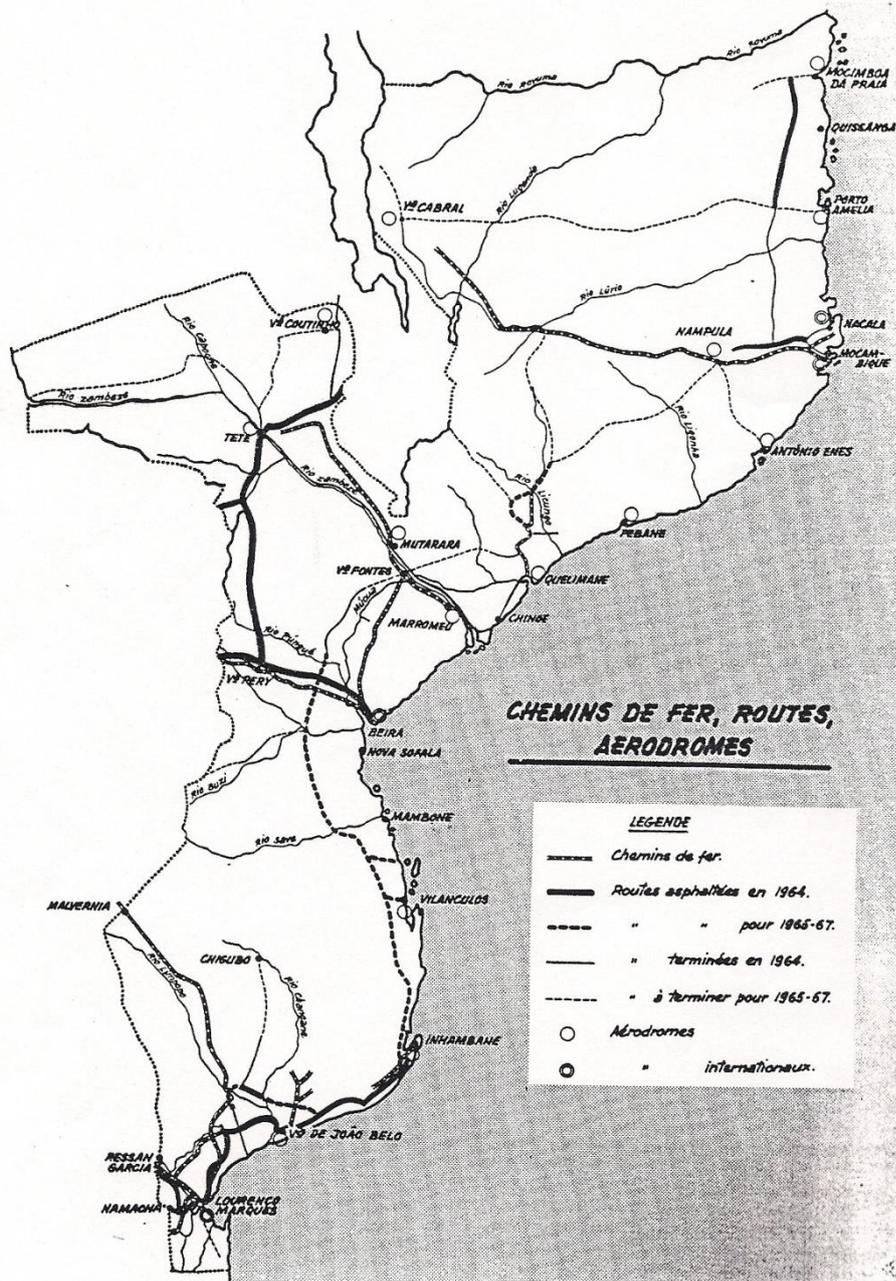
Fonte: Capela, José (1995) *O álcool na colonização do Sul do Save 1860-1920*. Maputo Ed autor

# DISTRITO DO NIASA



Fonte: Anuário da Província de Moçambique





Fonte: Gossens, J. L., Gouverner, 1964. Porfils et perspective économiques en Angola et Mozambique, Assoc. Portuguesa de Empresas do Ultramar. Lisboa

QUADROS

Quadro 1. Exportação de castanha de caju (1929/1939)

Exp castanha caju											
								Preços unit		Valor Exp	
	*Ton				ton	VAR%		Contos**	VAR%	Contos	VAR%
1929	4866	VAR%									
30	6530	0,34									
31	10341	0,58									
32	9180	-0,11									
33	11186	0,22									
34	12982	0,16									
35	26132	1,01									
36	28357	0,09									
37	40029	0,41						0,5		20014,50	
38	25745	-0,36						0,4	-0,20	10298,00	-0,49
39	29106	0,13						0,4	0,00	11642,40	0,13
			***		40	32000		0,47	0,17	15000,00	0,29
					41	39000	0,22	0,46	-0,02	18000,00	0,20
					42	10000	-0,74	0,60	0,30	6000,00	-0,67
					43	700	-0,93	0,71	0,19	500,00	-0,92
					44	70	-0,90	0,86	0,20	60,00	-0,88
					45	12000	170,43	0,67	-0,22	8000,00	132,33
					46	39000	2,25	1,08	0,62	42000,00	4,25
* Fonte Anuário de Moç 1937/ Est Comércio e Navegação .											
in Joana PL (1989) T 29 pp 837											
** Est ComExterno in Joana PL (1989) T 58 pp 866											
***Est Com Externo											

**Quadro 2. Economia do Caju: exportação de castanha e de amêndoa de caju (1937/1974)**

	EXP Totais	Castanha				Amêndoa				% Exp Total						% Exp Total
		ton	Var %	contos	Var %	preço unit	Var %	ton	Var %							
1937	361509	40021		21423		0,54				0,06						
1942	422258	10230	-0,74	5830	-0,73	0,57	0,06			0,01						
46	966421	38634	2,78	42305	6,26	1,10	0,92			0,04						
47	838586	50481	0,31	60527	0,43	1,20	0,09			0,07						
48	1248948	45525	-0,10	54630	-0,10	1,20	0,00			0,04						
49	1176336	42881	-0,06	52898	-0,03	1,23	0,03			0,04						
50	1220746	68810	0,60	91678	0,73	1,33	0,08			0,08						
51	1447085	44100	-0,36	88676	-0,03	2,01	0,51			0,06						
52	1542263	47350	0,07	134092	0,51	2,83	0,41			0,09						
53	1773828	55843	0,18	176615	0,32	3,16	0,12			0,10						
54	1718753	58992	0,06	145366	-0,18	2,46	-0,22			0,08						
55	1695766	49060	-0,17	127353	-0,12	2,60	0,05			0,08						
56	1515400	37974	-0,23	126372	-0,01	3,33	0,28			0,08						
57	1872070	68231	0,80	223298	0,77	3,27	-0,02			0,12						
58	2028566	95973	0,41	253317	0,13	2,64	-0,19			0,12						
59	1903988	61903	-0,35	176969	-0,30	2,86	0,08			0,09						
60	2099250	55848	-0,10	TCMSQ/60	199915	0,13	55848	3,58	0,25	0,10						

61	2548126	84583	0,51	0,08	314982	0,58	0,18	3,72	0,04	0,12	0,12	61	1058		24751,00		23,39		0,01
62	2615832	80478	-0,05	-0,19	230940	-0,27	1,18	2,87	-0,23	1,09	0,09	62	1900	0,80	43394,00	0,75	22,84	-0,02	0,02
63	2896170	119210	0,48	var 50/60	404105	0,75		3,39	0,18		0,14	63	2685	0,41	61337,00	0,41	22,84	0,00	0,02
64	3042681	124293	0,04		516883	0,28		4,16	0,23		0,17	64	3503	0,30	91516,00	0,49	26,13	0,14	0,03
65	3105987	98668	-0,21		492400	-0,05		4,99	0,20		0,16	65	4005	0,14	110748,00	0,21	27,65	0,06	0,04
66	3223000	77235	-0,22		436514	-0,11		5,65	0,13		0,14	66	5729	0,43	161106,00	0,45	28,12	0,02	0,05
67	3500000	56192	-0,27		308602	-0,29		5,49	-0,03		0,09	67	8080	0,41	222798,00	0,38	27,57	-0,02	0,06
68	4420000	133000	1,37		698000	1,26		5,25	-0,04		0,16	68	11000	0,36	360000,00	0,62	32,73	0,19	0,08
69	4080000	69000	-0,48		400000	-0,43		5,80	0,10		0,10	69	13000	0,18	380000,00	0,06	29,23	-0,11	0,09
70	4506000	66000	-0,04		404000	0,01		6,12	0,06		0,09	70	15000	0,15	464000,00	0,22	30,93	0,06	0,10
71	4613000	53000	-0,20		333000	-0,18		6,28	0,03		0,07	71	20000	0,33	660000,00	0,42	33,00	0,07	0,14
72	4768000	68000	0,28		384000	0,15		5,65	-0,10		0,08	72	27000	0,35	817000,00	0,24	30,26	-0,08	0,17
73	5541000	33000	-0,51		207000	-0,46		6,27	0,11		0,04	73	30000	0,11	1020000,00	0,25	34,00	0,12	0,18
74	7560000	73000	1,21		447000	1,16		6,12	-0,02		0,06	74	24000	-0,2	1072000,00	0,05	44,67	0,31	0,14
		tax c a media 60/73	0,04					0,10			0,07			tax c a media 61/73	0,33		0,38		0,04
		tax c a media 60/74	0,12					0,17			0,06			tax c a media 61/74	0,29		0,35		0,06
		var 60-74	0,31					1,24			0,71			var 61-74	21,68		42,31		0,91
		var 60-73	-0,41					0,04			0,75			var 61-73	27,36		40,21		0,45
Fonte: Estatísticas Comércio Externo ( 1946/65)																			
Boletim Mensal de estatística 1966/67																			
Direcção dos Serviços de Integração e Planeamento Económicos 1968/74																			
Compilação Pereira Leite, J.(1989) série longa ( A-IV-95)																			

## **FONTES**

### **1. Fontes primárias**

#### **1.1 Oraís**

##### **Membros da comunidade Ismaili :**

Entre 2005 e 2008 foram realizadas 40 entrevistas com 20 membros da comunidade Ismaili residente em Lisboa e em Maputo. Para uma comunidade que em 1975 , ano em que deixa Moçambique , contava com 3000-3800 fiés, certamente que o número reduzido de pessoas entrevistadas não pode constituir, em termos sociológicos, uma amostra. É necessário, contudo, ter em conta as considerações que se seguem a respeito desta comunidade de difícil acesso, apesar da visibilidade com que claramente se apresenta.

Numerosos foram, e ainda hoje são, os investigadores que tiveram dificuldades em desenvolver o trabalho a partir do seu interior ; numerosos são os que se contentaram em atender ao que as instituições da comunidade, de forma muito diligente, trazem ao conhecimento do público. Certamente que, em breve, não faltarão estudos consagrados à análise das representações que esta comunidade revela de si própria através dos seus comportamentos e das suas agências de publicidade ( sítios internet, departamentos de comunicação...). Na situação actual , não é certo que interrogando um maior número de pessoas, com o intuito de respeitar um critério de verosimilhança em ciências sociais , pudessemos ter chegado a melhores resultados.

Tendo em conta estes constrangimentos, foi-nos contudo possível , no decurso de quatro anos consecutivos, entre 2005 e 2008, solicitar a colaboração de homens e mulheres que aceitaram partilhar as narrativas de memória acerca das suas relações com as diferentes componentes da sociedade colonial de Moçambique e, dos acontecimentos socio-políticos que atravessaram as duas últimas décadas da colonização ( 1955-75). Esses anos correspondem ao colonialismo tardio do Estado–Novo. A fim de dar a conhecer este segmento de história interrogámos uma geração precisa, a que nasceu entre 1945 e 1955. O privilégio de aceder a mais uma ou duas longas entrevistas permitiu-nos, por um lado, enriquecer o nosso conhecimento desta comunidade particular quase apagada nas fontes escritas da historiografia portuguesa e por outro, a confrontação dos testemunhos analisados possibilitou-nos, estabelecer as premissas de uma outra leitura da história oficial da colonização portuguesa de Moçambique.

Em cumprimento dos desejos dos entrevistados, todos os nomes foram alterados ou ocultados , à excepção daqueles expressamente referenciados nas fontes escritas.

##### **Outras Fontes Oraís: Lisboa e Maputo (referenciadas no texto)**

#### **1.2 Escritas**

##### **Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) :**

**Fundo do século XIX ( Governo Geral de Moçambique) / Caixas : 8 a 30**

**ISANI ( Inspecção dos serviços Administrativos e dos negócios Indígenas) / Caixas : 30, 31 ,71, 76, 77,78, 80, 84, 86,87,88, 93,97,98**

**Fundo Governo geral / Administração concelho de LM ::caixas 435, 1025, 2005, 2903**

**Direcção Geral de Fomento do Ultramar /Caixas : 61, 2543**

**Direcção Serviços da Administração Civil /Relser/Dist Moç : Caixa :5, 6 7,51, 61**

**Serviços Economia (SE)av nº229**

## Fontes familiares :

Popat Family, Lisboa, 1999, mimeo

## 2 Fontes Secundárias :

### 2.1 Documentais:

#### **Anuários de Lourenço Marques/ Província de Moçambique:**

1928,1932,1939,1940,1945,1946,1954/55,1964/65 ;1966,1972/73

#### **Boletins Oficiais de Moçambique (BOM) :**

1930,38,39,45,47,48,49,50,51,52,53,54,55,61,65,55,57,68,69,70,71,72,73,74,75

**Jornais :** Brado Africano, 1937

**Periódicos : Economia de Moçambique :** « O cajueiro e os seus produtos. O petróleo e o ouro de Moçambique ». Inquérito da Economia de Moçambique , in EM. Nov 1968 p.8

**Monografia BNU, Mimeo :** Caju/71/72

### 2.2 Bibliografia citada

Austen,Ralph (1987) *African Economic History*, James Curry,London.

Ávila,P, Alves.M « *Trajectórias sociais e estratégias colectivas dos comerciantes indianos* », *Sociologia, problemas e práticas*, nº13, 1993, pp115-133.

Capela, José (1995) *O álcool na colonização do Sul do Save 1860-1920*. Maputo Ed autor

Esteves, M.C et al (org)(1991) *Portugal País de Imigração*, IED,

Clarence Smith(85) CLARENCE-SMITTH,G.(1985)*The third portuguese Empire 1825-75.A study in economic imperialism* Manchester UP( obra traduzida para português pela "teorema" );

Curtin et al (1992) *African History*, London, NY,

Goody, J. (1996) *The East in the West*. Cambridge U Press. ;

*Keshavjee Habib V.(1949) The Aga Khan and Africa. His leadership and Inspiration:. South Africa*

*Figueira ,Arnaldo A.Reis,(1970) «O povoamento dirigido : factores condicionantes, principais causas de insucesso in Ultramar, nº41/42, 1970.*

Khouri. N, Pereira Leite. J,Mascarenhas. M.J (.2008).«De L'ombre à la Lumière : femmes ismailis du Mozambique» . *Outres Mers*, P.p 17-62

*História dos Caminhos de Ferro de Moçambique* (1971),Tomo I, II, III

Lachaiier :«Le capitalisme lignagier assigné aujourd'hui : Les marchands Kutchi Lohana du Maharashtra» in *Annales, Économies Sociétés, civilisations*, vol 47, nº4, 1992,pp 865-888;

Marras, E. datada de 1884, regista a presença de : «noires musulmans, cojas, maures de Damão , maures des Cabaceiras et de Angoche, européens et métis» in *l'île du Mozambique, Boletim de la Société de Géographie de Marseille, 8, 1884, pag 39-44*

Matos, António Maria «Estudo sobre Indianos» *Direcção dos serviços de Economia e estatística geral*, 28 de Agosto de 1962 PP42, e p .16

M'Bokolo E. (2007) *Africa Negra : História e Civilizações , Do século XIX aos nossos dias , Tomo II* : Lisboa, Colibri

Melo A . (2008).« A diáspora ismaelita – preparação e “partida”, vivências da migração dos anos 70. Khouri N. et Pereira Leite J. (dir) *Indiens des cinq colonisations de l'Afrique Orientale :mobilités et identités en diaspora de 1870 à nos jours , Lusotopie XV(2) ,Ed Brill . P.p 97-102*

. Monteiro,F. (1993) *O Islao, o poder e a guerra. Moçambique 1964-1974. Porto, 440p.*

Newitt , M (2010) «Uma viagem pelo Norte de Moçambique durante a Segunda Guerra Mundial », in Havik , Ph. Et al (org) *Caminhos Cruzados em História e Antropologia , ICS , Lisboa, pp 143-158 ;*

(1995)*A history of Mozambique*,Londres, Hurst&Company

(1981)*Portugal in Africa: the last hundred years*,Londres,C.Hurst;

Pelissier R (1984) *La Naissance du Mozambique*. France Orgevala Tomes 1, 2

Pereira Leite J ( 2001).«Indo -britanniques et indo.portugais : présence marchande au Sud de Mozambique aumoment de l'implantation du système colonial, de la fin du XIX ème siècle jusqu'aux années 1930». *Outre-Mers Revue d'Histoire*. 1er semestre, Pp 13-37

(1996) «A Diáspora indiana em Moçambique: Em torno da presença indiana em Moçambique-séc XIX e primeiras décadas da época colonial» in *Economia Global e Gestão*, nº2/96, Lisboa, pp67-108, e

(1995) «A economia do caju em Moçambique e as relações com a Índia: dos anos 20 ao fim da época colonial» in *Ensaio de Homenagem ao Professor Francisco Pereira de Moura*, ISEG/UTL,p. p 631-653 Lisboa,

(1993)« Colonialismo e industrialização em Moçambique: Pacto colonial, dinamização das exportações e import substitution-1930-74 »in *Ler História* ,nº 24

(1993) «Mozambique 1937-1970:Bilan de l'évolution de l'économie d'exportation.Quelques reflexions sur la nature du "Pacte colonial»in *Estudos de Econmia* , Vol XIII, nº4, Julho-Set.

(1990) « La reproduction du réseau impérial portugais :quelques précisions sur la formation du circuit d or Mozambique /Portugal»in *Estudos de Econmia* vol X, nº3 Abril-Junho,pp 365-401. 1990

(1989) *La fomation de l'économie coloniale au Mozambique. Pacte colonial et industrialisation. Du colonialisme portugais aux réseaux informels de sujétion marchande .1930-74 .* Thèse Doctorat EHESS, Paris.

Pires, R. (2003) *Migrações e integração. Teoria e aplicações à sociedade portuguesa*, Celta Editora);

Rebelo, Domingos José Soares «Breve apontamentos sobre um grupo de indianos em Moçambique, a Comunidade Ismailia Maometana » *Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique*, ano 30, nº128, p.83-89, 1961.

Remtulla, , WaljiShirin *A History of the Ismaili Community in Tanzania*, PhD, University of Wisconsin, 1974.

Rita –Ferreira (1982) *Presença lusoasiática e mutações culturais no sul de Moçambique até 1900*.Lisboa IICT/JICU

Rocha, Aurelio «Resistência em Moçambique, o Caso dos Suaili, 1850-1913,» pp581-615, *Actas da I Reuniao Internacional de Historia de Africa*,1989.

Rosario, Domingos Manuel do *La mairie des Autres : une analyse politique, socio-historique et culturelle des trajectoires locales. Les cas d'Angoche, de l'île de Mozambique et de Nacala Porto .* Thèse Doctorat, Université Bordeaux IV, Institut d'études politiques de Bordeaux, Centre d'étude d'Afrique noire.2009

Santa Maria , José G. de Matos « Da emigração portuguesa nos últimos 50 anos : como se deve preparar o emigrante para ser um bom colono » in *Comissão executiva dos Centenários. Congresso do Mundo Português.XV vol, Memórias e comunicações apresentadas ao IX congresso, Lisboa,Tome 2, IIe secção*

Sarkar Aga Sultan Muhammad Shah Datar, *Khangī Firman*, transcrição em Gujarate da da responsabilidade de Rahemtullah Virji, Honory Secretary of the Press Department, Khoja Sindhi Printing Press Department, Bombay : 1ª edição , impressa em 1926, e a 2ª edição aumentada em 1952.

Souto, A de *A administração colonial portuguesa em Moçambique no período de Marcello Caetano, 1968-1974* Tese de Doutoramento de Historia Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2003

Tajddine , A.Ali *Ismailis through History*, Islamic Book Publisher, Karachi, Pakistan, 1997

Zampanoni ( 2008) «Vozes asiáticas e racismo colonial em Moçambique». *Lusotopie* volXV (1) , juin, pp 59-76  
e

(2000) «Monhés, Bananes, Chinas e afroahometanos. Colonialismo e racismo em Lourenço Marques-1890-1940,» *Lusotopie* ,pp191-222

Zezeza, T. (1993) *A modern Economic History of Africa*. Voll: The nineteenth Century. Dakar, CODESRIA.

## **O CEsa**

*O CEsa é um dos Centros de Estudo do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, tendo sido criado em 1982.*

*Reunindo cerca de vinte investigadores, todos docentes do ISEG, é certamente um dos maiores, senão o maior, Centro de Estudos especializado nas problemáticas do desenvolvimento económico e social existente em Portugal. Nos seus membros, na maioria doutorados, incluem-se economistas (a especialidade mais representada), sociólogos e licenciados em direito.*

*As áreas principais de investigação são a economia do desenvolvimento, a economia internacional, a sociologia do desenvolvimento, a história africana e as questões sociais do desenvolvimento; sob o ponto de vista geográfico, são objecto de estudo a África Subsariana, a América Latina, a Ásia Oriental, do Sul e do Sudeste e o processo de transição sistémica dos países da Europa de Leste.*

*Vários membros do CEsa são docentes do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional leccionado no ISEG/"Económicas". Muitos deles têm também experiência de trabalho, docente e não-docente, em África e na América Latina.*

## **Os autores**

*JOANA PEREIRA LEITE*

*Professora no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa onde lecciona cadeiras da Licenciatura em Economia e do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Doutorada em História pela École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), Mention Très honorable, Paris (1990). É, actualmente, Presidente da Direcção do Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento.*

*NICOLE KHOURI*

*É Investigadora no CEMAF – Centre d'Études des Mondes Africains da Universidade de Paris I. Os seus interesses de investigação são a modernidade e os movimentos político-religiosos das sociedades do Islão central (em particular o Médio Oriente-Egipto) e periféricos (em particular a Índia); as Migrações e as Diásporas, em particular as diásporas indianas muçulmanas no espaço lusófono africano e não-africano; e a Colonização portuguesa na África Oriental durante o Estado Novo.*

## **Apoio**

**FCT**

Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

**Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento**  
Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG/"Económicas")  
da Universidade Técnica de Lisboa

R. Miguel Lupi, 20  
Tel: + / 351 / 21 392 59 83

1249-078 LISBOA  
Fax: [...] 21 397 62 71

PORTUGAL  
e-mail: cesa@iseg.utl.pt

URL: <http://www.iseg.utl.pt/cesa>